

Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa
ISCTE

MESTRADO
CIDADE, TERRITÓRIO E REQUALIFICAÇÃO

Onde está o bairro social?
O caso de um realojamento social em lotes dispersos na
Freguesia da Brandoa:
Percepção dos residentes sobre o novo espaço residencial

António José Quintas

Orientador:
Prof. Doutor José David Miranda

Setembro 2008

Índice

Resumo.....	3
Abstract	4
Introdução: Uma breve contextualização sobre a realidade da habitação clandestina e social em Portugal nos últimos anos a apresentação do trabalho.....	5
1. Do espaço urbano ao espaço residencial	20
1.1. O espaço urbano e a análise social	21
1.2. O modo dominante da apropriação do espaço urbano.....	27
1.3. O espaço urbano, a localização da residência e o seu significado social	35
1.4. Os bairros de realojamento social como espaços desvalorizados, estigmatizados e segregados	44
2. Metodologia.....	74
2.1. A entrevista semidirectiva na pesquisa de terreno	74
2.2. A amostra, o conteúdo da entrevista e algumas hipóteses.....	79
3. Análise de resultados.....	84
3.1. O bairro clandestino como local possível para iniciar uma vida melhor	84
3.2. Satisfação com o alojamento recebido e sua apropriação	91
3.3. Mobilidade e projectos residenciais pré e pós realojamento	112
3.4. Relações de vizinhança no pós-realojamento: Entre a ética da cordialidade e a saudade das antigas sociabilidades	119
3.5. O realojamento disperso <i>versus</i> o realojamento em bairros sociais: vantagens, desvantagens ... e ainda as sociabilidades	146
4. Entre a nova casa e o regresso ao bairro e outras conclusões	178
Bibliografia.....	199

Resumo: A habitação sendo um bem de inegável importância correspondendo a uma satisfação de uma necessidade individual e à vivência dos indivíduos, é um sector determinante na evolução do tecido urbano, quer pela sua envolvimento no ordenamento do território, quer pela repercussão que tem ao nível do emprego, como, ainda, inserida nas “políticas sociais”. A habitação não deixa de ser um modo de “fazer cidade”, englobando uma expressão dos direitos e dos deveres inerentes à condição de “cidadania”. A habitação social emergindo como uma necessidade de fornecer às populações de mais baixos recursos um “direito de cidadania” (um direito à habitação condigna) torna-se, igualmente, num modo de “fazer cidade”. O Plano Especial de Realojamento (PER), aquando da sua implementação em 1993, com o intuito de fazer desaparecer os inúmeros “bairros de lata” que ainda persistiam na paisagem urbana portuguesa, abriu uma discussão em torno do realojamento social, essencialmente, no modo de fazer realojamentos. O insucesso que muitos realojamentos revelavam até então, fez (re)pensar que estes não eram “espaços de sucesso” e que só valeria a pena realojar populações se o objectivo fosse promover a sua inserção na “comunidade”. Tentando aproveitar a experiência dos bairros sociais entretanto edificados, em particular, as suas “deficiências” (espaços estigmatizados, desvalorizados, segregados, etc.), procurava-se que o PER relançasse um “novo” tipo de realojamento, menos estigmatizante, com maiores preocupações ao nível do “espaço construído”, e onde a questão “social” não ficasse reduzida à questão material do alojamento.

O presente trabalho, tendo como objecto de estudo um realojamento social realizado na Brandoa, pela autarquia da Amadora (no âmbito do PER) e que abrangeu 60 famílias, procura perceber, através dos “discursos” de alguns realojados, quais as vantagens e desvantagens deste realojamento, que ao efectuar-se por algumas ruas da freguesia e lado-a-lado com habitações do mercado privado, não tem como “base espacial” um bairro social. Interessa-nos observar este “realojamento disperso” enquanto modelo de realojamento que difere dos “tradicionais” bairros e, desse modo, o impacto que ele tem na “vida” da população realojada (sociabilidades, comportamentos, etc.). Para além disto, procuramos, ainda, perceber se este realojamento ao dispersar o seu edificado numa malha urbana já existente fornece alguma vantagem social, isto é, se é capaz de fornecer um determinado “estatuto social” aos seus residentes, algo que muitos bairros de habitação social não possibilitam. No fundo, procura-se perceber a validade (sócio-urbanística) deste tipo de realojamento.

Palavras-chave: Realojamento social; realojamento social disperso; espaço residencial; estatuto social; estigma

Abstract: The housing is a well of undeniable importance corresponding to a meeting of a individual need and the experience of individuals, is a crucial sector in the development of the urban tissue, either by their territory planning, either by impact that has in employment, but, still embedded in “social policies”. The housing is still a way of “doing city”, including an expression of rights and duties inherent to the condition of “citizenship”. Public housing emerging as a need to provide the people of lower features a “right citizenship” (a right to housing), it is also a way of “doing city”. The Special Rehousing Plan (SRP), during its implementation in 1993, in order to remove the many “the slums” that still persisted in the urban landscape. Portuguese, opened a debate about the social Rehousing, mainly in the in the way to do rehousing. The failure showed that many rehousing so far, has (re)thinking that they were not “spaces of success” and that only be worth rehousing populations if the aim was promote their integration into “community”. Trying to draw on the experiences of social neighbourhoods built meanwhile, in particular, its “shortcomings” (spaces stigmatized, devalued, segregated, etc.), sought out the SRP relaunche the ”new ”type of rehousing, less stigmatizing, with more concern at the “built space”, and where the issue “social” would not be reduced to the question of housing material.

This work, with the subject of study a social rehousing realized in Brandoa, by municipality of Amadora (under SRP) and covering 60 families, perceive, through the “discourses” of some residents, what were the and disadvantages of this rehousing, to make it to a few streets of the parish and side-by-side with private housing market, is not “basic space” a neighbourhood social. Interested us observe that “rehousing disperse” as a model of rehousing that differs from “traditional” neighbourhood and, thus, the impact it has on life of the population this rehousing (sociability, behaviour, etc.). Furthermore, we look understand see if rehousing to disperse its urban network built on an existing provides some social advantage, that is, if it can deliver a “social status” to its residents, something that many social neighbourhoods not allow. Ultimately, the goal is to understand the validity (socio-urban) of such rehousing.

Keywords: Social rehousing; dispersed rehousing social; residential space; social status; stigma

Introdução: Uma breve contextualização sobre a realidade da habitação clandestina e social em Portugal nos últimos anos e apresentação do trabalho

A multifuncionalidade e a multidimensionalidade da habitação e o lugar central que ocupa, quer na reprodução da força de trabalho, quer na reprodução das relações sociais, como no bem-estar individual, faz dela um dos temas susceptíveis de análises e capaz de congrega uma diversidade de abordagens que atravessam várias disciplinas que vão da arquitectura à sociologia, da economia ao urbanismo, da antropologia à psicologia, etc.

O alojamento é, de um modo geral, observado como um bem fundamental à vivência dos indivíduos, tornando-se num local de habitar, que define a relação com os objectos familiares e as relações de vizinhança. Neste sentido, a função de habitar, poderá ser entendida como a satisfação de uma necessidade e o resultado de um modelo cultural.

A habitação tem um papel fundamental nas funções de abrigo, reprodução biofisiológica e de lazer, mas para além de ser um espaço físico, onde se localizam relações microsociais, sentimentos individuais e colectivos, alguns autores, como Burge, Bourne ou Gros (cit in: Serra, 2002:77), referem que a casa é também o “lugar onde está em jogo o status social, a natureza das relações de produção e acumulação, a posição e relação de classe, o estatuto jurídico da propriedade, as desigualdades sociais e a difusão de ideologias, em suma, elementos configuradores da reprodução das relações sociais e económicas subjacentes a um determinado modelo de sociedade”.

Percebemos, assim, que a habitação deixa de ser somente um bem básico de bem-estar, para se transformar num bem diferenciado; num objecto de mercado dependente relativamente a leis e conjunturas económicas que regulam o mercado e, susceptível, tal como outros bens, de criar diferenciação social. A habitação “é um bem diferenciado, que apresenta toda uma gama de características, no que concerne à sua *qualidade* (equipamento, conforto, tipo de construção, durabilidade, etc.), sua *forma* (individual, colectiva, arquitectura, integração no conjunto de habitações e na região) e seu *status institucional* (sem título, alugada, casa própria, co-propriedade, etc.) que determina os papéis, os níveis e as filiações simbólicas dos seus ocupante” (Castells, 2000:224).

A diversidade e a evolução das formas de *habitat* e as localizações valorizadas e/ou funcionalmente desejáveis, em conjunto com gostos, preferências, dimensão do agregado e disponibilidades financeiras, são a base primordial para a “escolha da casa” e, também, as premissas da organização mercantil para a produção e distribuição deste bem. Deste modo, pode-se concluir que a habitação vai para além da sua necessidade como exigência biológica ou de protecção, para se

tornar num bem que incorpora necessidades de habitação com diversas características, que originam desejos e aspirações “sentidas e vividas pelas pessoas” (Cardoso, 1996:113).

A produção e distribuição de habitação, basicamente ligada ao capital económico privado e transformado, por isso, num objecto de mercado – na qual existe uma relação entre a (variedade de) oferta e procura (pelas várias “classes sociais”) – no qual a rentabilidade máxima possível para o proprietário é factor primordial, pressupõe capacidade de acesso ao mercado através de um determinado rendimento disponível para aquisição de habitação (Cardoso, 1996:109). Assim sendo, o objectivo como se rege e orienta a produção da habitação pelo sector privado dificulta que populações com “capital económico” reduzido adquiram um alojamento neste mercado.

Se na realidade, a grande maioria das indústrias que fabricam bens de consumo procuram criar diversos segmentos de modo a chegar a todas as camadas da população, a verdade é que ao nível da habitação não há praticamente produção privada de alojamento “social” (Castells, 2000:230). Esta situação deve-se, em grande parte, a uma menor rentabilidade dos capitais neste sector comparativamente com outras indústrias, em particular, porque o retorno do capital investido na construção é bastante longo. O preço especulativo do solo, uma “mais valia” aproveitada ao máximo pelos proprietários fundiários; a preparação desses terrenos para a construção; os materiais utilizados; licenças e alvarás de construção; a força de trabalho, etc., são gastos que encarecem o produto final ao qual se indexa, ainda, a realização do lucro do proprietário.

A produção de habitação, acente no lucro e na especulação revela a incapacidade do sector privado em subvencionar as necessidades mínimas neste domínio, de modo a poder produzir e distribuir alojamentos às populações mais carenciadas.

Apesar de observarmos a importância da habitação na organização da vida individual, familiar e social, e a incapacidade de muitos agregados familiares em lhe aceder, o reduzido significado das políticas de habitação no conjunto das políticas sociais é uma das características que causa alguma perplexidade. A questão do alojamento em alguns países, como Portugal, nas palavras de Serra (2002:77, 78), “não tem merecido, salvo situações conjunturalmente excepcionais, idêntica atenção e esforço orçamental do Estado como os que se observam nos domínios da saúde, educação, desemprego e segurança social”. Torna-se, então, evidente que a política de habitação na pirâmide hierárquica das políticas sociais não ocupa lugar de primazia, nem é consagrada sob o prisma da universalidade e da responsabilidade estatal, como sucede, por exemplo, com a saúde e a educação. No entanto, conforme a Constituição da República Portuguesa, art.º 65, todos os cidadãos têm direito a ter uma habitação condigna de dimensão adequada, em condições de higiene e conforto e que preserve a intimidade pessoal e a privacidade familiar.

A habitação ao converter-se num direito, que não chega a toda a população, justifica, então, o conceito de “exclusão residencial”, segundo o qual existe situações em que estruturalmente certos indivíduos e famílias são excluídas dos sistemas formais de aprovisionamento residencial, ou só têm acesso a estruturas que não promovem de modo satisfatório a qualidade de vida individual ou social.

Se a habitação é um direito consagrado em Constituição e por isso, também, da responsabilidade do Estado, mas que na realidade se transforma num bem não acessível a determinadas camadas da população, verificamos, então, que este domínio específico da política social é, possivelmente, o que apresenta maiores paradoxos e contradições entre a lei e a prática (acção). De acordo Boaventura Sousa Santos (1982:75), “o domínio da política fundiária e da política habitacional é um dos domínios em que mais se evidencia a discrepância entre a *Law-in-books* e a *Law-in-action*”.

As razões para esta discrepância remontam, de certo modo, ao processo de alargamento das responsabilidades sociais do Estado, nas quais a habitação ocupa num lugar relativamente recente e “enquanto elemento de bem-estar integrado no domínio de necessidades secundárias ou materiais e não de necessidades primárias, ou vitais, mais directamente associadas à sobrevivência fisiológica” (Serra, 2002:78).

A intervenção estatal no sector habitacional, quer pelos custos económicos, quer pelo efeito social redistributivo que produz, é um dos domínios mais sensíveis nas decisões públicas. Por isso, a decisão estatal de intervir no campo da habitação tende a fazer-se no limite da sua inevitabilidade. Apenas perante a evidência da insolubilidade, dentro da lógica do mercado, o Estado é levado a agir (Baptista, 1999:8). O Estado surge, então, como regulador dos desequilíbrios sociais, procurando eliminar, ou pelo menos atenuar, as condições habitacionais consideradas degradadas, insalubres e conseqüentemente intoleráveis para uma vida digna das populações.

No caso de Portugal, as políticas sociais de habitação direccionadas para os mais carenciados surgem, efectivamente, após o 25 de Abril de 1974, quando emerge, verdadeiramente, o Estado-Providência.

Nos anos da ditadura, a intervenção do Estado na produção directa de alojamentos em Portugal foi sempre diminuta e poucas vezes direccionada para os mais necessitados. Era, acima de tudo uma política selectiva e limitativa quanto aos destinatários, sendo os detentores dessas habitações, segundo Luís Baptista (1999:205), aqueles que reuniam as condições económicas e morais para aceder à propriedade, sendo isso suportado ideologicamente pela ideia da «defesa da família portuguesa e dos seus valores cristão»¹.

¹ Antes de 1974, durante a vigência do Estado Novo, os planos de habitação social, eram de um modo geral diferentes dos que se seguiram à reinstauração da democracia em 1974. Sendo, essencialmente, uma política mais

Verifica-se, assim, que as políticas sociais de habitação além de serem quantitativamente reduzidas para responder às necessidades (e duvidosas quanto aos objectivos), nunca foram realmente reconhecidas como prioritárias pelo Estado Novo. Esta situação, conjugada com um período de grande expansão do crescimento urbano em Portugal fez emergir, com especial força, durante as décadas de 60 e 70, os “bairros de lata”, em particular junto das duas principais cidades do país, Lisboa e Porto.

A emergência dos sectores secundário e terciário, em expansão no país desde os início dos anos 60, não vai apenas ter reflexo ao nível da economia nacional, mas, também, provocar um forte fluxo migratório interno com sentido “áreas rurais – áreas urbanas”. Esta realidade migratória, além de iniciar um esvaziamento contínuo das comunidades rurais em favor das grandes concentrações urbanas vai, igualmente, fazer proliferar a construção clandestina². O crescimento urbano, além de se ir realizando através da construção do mercado formal de habitação, vai-se fazendo, igualmente, através da emergência de áreas urbanas de génese ilegal.

Estas formas marginais de implantação urbana, designadas por Serge Paugham como uma “marginalidade organizada” – comunidades de urgência edificadas em períodos de intensa urbanização (Paugham, 1991), vão proliferar por toda a Lisboa (cidade e periferia) em forma de “bairros de lata” durante a década de 60 e seguintes.

Com o sector da construção civil em grande laboração mas, essencialmente, empenhado em construir habitações para uma “classe média” emergente e com alguma capacidade financeira para aceder a esses alojamentos, muita da “outra” população urbana acaba por encontrar no mercado informal a solução para a aquisição de uma casa. A realidade socio-económica desta população vai fazer com que o “mercado clandestino” ganhe especial preponderância e vitalidade, tornando-se

ideológica do que quantitativa, o Estado Novo manteve, quase sempre, os mais carenciados à margem dos programas de realojamentos, deixando-os preferencialmente aos cuidados das instituições caritativas, e, claro, à mercê da construção clandestina, que desse modo, se torna numa solução “natural” para quem sem recursos económicos procura uma habitação. Os programas de realojamento eram destinados, sobretudo, aos indivíduos que reuniam as condições económicas e morais necessárias à defesa dos valores cristãos e da família tradicional. A habitação social planificada nesse período tem como um dos principais objectivos, o de garantir na cidade a ordem tradicional da sociedade portuguesa arredada do “bulício urbano”, através de uma edificação selectiva de casas unifamiliares em bairros de casas económicas (Gros, 1994:86; Baptista, 1999:205).

² No sentido amplo, a construção clandestina será toda a construção edificada sem licença camarária exigida pelo R.G.E.U. (Regulamento Geral de Edificações Urbanas) (Salgueiro, 1977). Esta habitação clandestina, não se esgota apenas na “auto-construção espontânea”, representada essencialmente por “bairros de lata”, sob a forma de residências unifamiliares e construídas com materiais rudimentares e grosseiros (madeira e outros materiais menos próprios para a edificação de habitação) mas, igualmente em forma de alojamento colectivo (prédio de vários pisos), com características próximas das habitações disponíveis no mercado formal. Embora tenhamos o olhar mais centrado nas construções clandestinas mais rudimentares, a verdade é que após 1974 o mercado paralelo do alojamento vai oferecer novas possibilidades. Teresa B. Salgueiro (2001) salienta que este mercado diversificou-se, oferecendo outras possibilidades e localizações a estratos económicos mais amplos. O aumento generalizado do “nível de vida” vai permitir a hipótese da segunda habitação por via clandestina a um outro tipo de pessoas, que não aquela dos imigrantes com emprego precário ou mal pago, com dificuldade no alojamento. Este novo mercado

numa alternativa válida para aquisição de casa. A construção clandestina vai, deste modo, adquirir uma dimensão geográfica razoável e um grau de mercantilização bastante significativo no país, com óbvias repercussões negativas ao nível da paisagem urbana. “Estas construções clandestinas desenvolvem-se de forma pontual até 1965, mas após esta data este tipo de construção acelera perante um forte aumento das pressões urbanísticas e das necessidades de habitação. Perante a incapacidade do Estado em desencadear «ações repressivas» suficientemente eficazes contra a construção ilegal, no final dos anos 60, o sector imobiliário, em particular na A.M.L., estava fortemente infiltrado pela promoção marginal, com especial incidência ao nível do loteamento ilegal” (Soares *et al*, 1985:69).

As periferias emergentes vão tornar-se, na realidade, locais privilegiados para a construção clandestina. Com muitos terrenos disponíveis, os concelhos próximos de Lisboa (e também Porto) vão começar a receber muito deste tipo de habitação. Paralelamente à construção de habitações no mercado privado legal, “proliferavam o loteamento e a construção «clandestinos», impunemente promovidos por loteadores que adquiriam grandes áreas rústicas na periferia dos principais aglomerados urbanos e as loteavam a preços acessíveis à camadas de mais fracos rendimentos” (Ferreira, 1987:66)

Se é verdade que o mercado informal de habitação surge como um modo de muitos dos migrantes sem capital económico conseguir solucionar o problema da habitação e ser uma forma de “crescimento urbano realizado à margem de normas estabelecidas ou, na ausência destas, contrariando princípios consolidados ao longo dos tempos e aceites como orientadores do crescimento das cidades” (Gaspar, 1989:82), a realidade é que o Estado nunca se preocupou verdadeiramente em accionar mecanismos que impedissem o desenvolvimento e expansão do “movimento clandestino” em torno da habitação. Este facto é, sem dúvida, um processo identificativo da condição “semiperiférica” da sociedade portuguesa, pois para além de revelar a reduzida cobertura das funções sociais do Estado-Providência, permite a emergência de estratégias de habitação predominantemente informais, que permitiram solucionar “problemas” sob o olhar “cúmplice” do próprio Estado.

A incapacidade do Estado e do mercado em criar estratégias articuladas que possibilitassem integrar nas áreas urbanas as famílias “potencialmente clandestinas”, permitiu ao “movimento clandestino” desenvolver-se e consolidar-se acente numa certa cumplicidade do Estado que, deste modo, não deixou de “corresponder aos interesses do capital industrial, da propriedade fundiária e imobiliária, e do próprio Estado” (Serra, 2002:160). De facto, a construção clandestina possibilita,

clandestino vai ter como grandes clientes os operários qualificados e trabalhadores dos serviços que deste modo conseguem aspirar às residências unifamiliares, muitas com jardim, garagem, etc.

“baixar os custos da reprodução da força de trabalho, tanto ao nível da habitação (reprodução simples) como ao nível do equipamento e infra-estruturas (reprodução alargada)” e, também, oferece “aos capitais privados o benefício de uma força de trabalho urbana sem demasiados encargos” (Rodrigues, 1989:77). Os clandestinos permitem, ainda, “ao Estado um investimento (...) incremental na oferta de bens públicos com taxas rápidas de crescimento urbano a par de taxas mais reduzidas de formação de capital fixo” (Rodrigues, 1989:77), ou seja, o Estado fica com maior liberdade (económica) para investir em outras áreas consideradas de maior prioridade. Por fim, face à conjuntura favorável “à estrutura monopolística do mercado legal (...) e à hegemonia do grande capital privado” (Soares, 1984:21), a consolidação da construção clandestina permitiu que determinados proprietários fundiários e promotores imobiliários, os «novos pequenos proprietários urbanos” (Soares, 1984:18), tirassem partido economicamente “da disponibilidade de médias / grandes parcelas de terreno caídas no limbo entre uma exploração agrícola pouco rentável e uma urbanização legal impossível ou problemática” (Rodrigues, 1989:76).

Deste modo, verifica-se que a construção clandestina beneficiou certos grupos sociais e até certo ponto o próprio Estado, incapaz de oferecer soluções alternativas de alojamento às do quadro da economia formal. Neste sentido, Macedo Rodrigues (1989:79), refere que “os clandestinos podem ser interpretados como uma tentativa bem sucedida, de se tirar partido das vantagens produtivas oferecidas por aglomerações urbanas, enquanto minimizando as despesas *overhead* que estas normalmente implicam”.

Existem quatro causas predominantes para a proliferação da construção clandestina, que vão mais além de questões meramente económicas, a saber: Escassez e elevado custo da promoção legal; rigidez e centralização do planeamento e licenciamento urbanístico; acesso à propriedade do solo e da casa; e inadequação das tipologias da promoção legal relativamente aos hábitos e necessidades de muita da população. Sendo que nestas quatro causas concorrem diversos factores de carácter cultural, económico e institucional (Soares *et al*, 1985).

Não deixa de ser verdade que, também, para os seus ocupantes esta forma urbana não deixa de ser de certo modo eficiente. Segundo Macedo Rodrigues (1989:76,77), “representa o acesso a habitação própria para segmentos da população com baixos níveis de solvência e de acumulação doméstica, e que doutra forma encontrariam sérios obstáculos no mercado formal de habitação. O investimento incremental de poupanças no melhoramento da habitação, os baixos níveis de entradas recridos e as tipologias evolutivas são aspectos dos clandestinos que se traduzem em vantagens significativas para as populações”. Esta população, muita dela, proveniente de zonas rurais em decadência e que procura um novo emprego na indústria, na construção civil e nos serviços nos centros urbanos em expansão, transporta consigo “todo um imaginário sobre a casa e a natureza das

relações sociais características dos meios rurais, bem como um conhecimento não desprezível sobre os processos de edificação ou obtenção de alojamento (Serra, 2002:162).

Pese embora, as fragilidades económicas de muita desta população, bem como uma escassez de oferta de habitação no mercado formal, fossem o principal factor para que o mercado informal ganhasse um forte incremento e dinamismo, verificamos que os factores “culturais” não podem ser descurados para entender a proliferação e consolidação deste mercado, pois é este que permite de modo mais fácil a aquisição da habitação unifamiliar, muito enraizada nestes indivíduos, bem como um “estilo de vida” *ruralizado*.

Esta realidade socio-cultural e a existência de um mercado habitacional clandestino, que através de loteamentos ilegais de terrenos, permite realizar o sonho da casa própria, unifamiliar, origina que os clandestinos activem “o funcionamento de redes de ajuda entre parentes e vizinhos em meio urbanizado” (Cabral cit in: Serra, 2002:162) e edifiquem uma habitação, que procura ser o mais semelhante possível com a que possuíam no meio rural, incluindo uma horta ou um quintal. Estes, são espaços privilegiados “de ocupação de «tempos livres», onde se concretizam actividades simultaneamente lúdicas e subsidiárias do sustento familiar (horta, galinheiro, oficina). Em suma, um trabalho – lazer perspectivado em função da utilidade económica” (Guerra e Matias, 1989:105).

Este modelo de habitat, que no que se refere ao modo de habitar permite um uso mais individualizado / privatizado quer do espaço interior, como do exterior, não deixa de ser indicador de uma dupla atitude de rejeição / afirmação, isto é, uma rejeição de certos traços e comportamentos da vida urbana e uma conquista do necessário espaço de reprodução de um modo de vida rural na cidade, num processo de «ruralização do urbano» (Pinto, 1998:33). Ou seja, este “modo de habitar” permite uma apropriação do espaço definida pelos próprios utilizadores, possibilita a sua concepção e organização e, igualmente, uma privacidade e independência que não é possível suceder num qualquer andar de um qualquer prédio. Neste sentido, nas palavras de Teresa Costa Pinto (1998:36), “o «construtor clandestino parece obedecer a um *desejo de recomposição do urbano e do rural*, o mesmo é dizer, *de reconciliação da cidade e do campo* à medida do seu gosto e necessidades”.

Observamos que o desenvolvimento e consolidação do mercado informal da habitação cruza várias variáveis que se ligam e sobrepõem, e que opõe, por um lado, um Estado-Providência fraco, incapaz de possibilitar soluções alternativas válidas a uma determinada camada da população e, por outro, uma sociedade-providência forte, que cria estratégias e soluções que permitam debelar o défice providencial do Estado.

A habitação clandestina é um dos sectores que pode ser explicado pelo dinamismo de práticas sociais informais de reprodução social, ou seja, estratégias compensatórias de bem-estar que não estão vinculadas às lógicas do Estado. Este facto social que atravessa de modo significativo a

sociedade portuguesa durante décadas “deve-se ao facto de parte desse défice providencial do Estado ser compensado, pelo menos em parte, pela providência socialmente produzida. Por outras palavras, em Portugal um Estado-Providência fraco coexiste com uma sociedade-providência forte” (Santos, 1993:46).

A não existência de um Estado-Providência até 1974 e posteriormente a essa data a emergência desse mesmo Estado mas de forma débil e fraca, provocou, no caso da habitação, que a urbanização se fosse realizando entre a habitação formal-legal e a habitação clandestina-informal. Na verdade, a questão da “crise” da habitação não é apenas exclusiva nos regimes autoritários. Se em Portugal a construção clandestina emergiu e consolidou-se durante o Estado-Novo, ela continuou pujante após a restauração da democracia em 1974. Como salienta Castells (2000), a crise está presente de forma endémica na maioria dos países capitalistas democráticos, com maior ou menor intensidade e consoante o esforço financeiro de cada Estado para suprir as carências do alojamento.

Após 1974 o processo de urbanização continuou em Portugal, tal como continuou o processo de construção clandestina. Na realidade, a emergência de um Estado-Providência após esse momento não permitiu pôr termo, ou pelo menos travar a edificação clandestina nos primeiros vinte anos de democracia. A principal modificação sentida em torno desta problemática habitacional, é que após 1974 a realidade clandestina se tornou num “problema social” com necessidade de resolução. É nesse momento que a questão dos bairros degradados clandestinos entra verdadeiramente nas preocupações do Estado-Providência democrático³ e emerge uma política social de habitação vocacionada para a população mais carenciada.

A nova realidade “politico-ideológica” emergente vai consagrar nas suas “preocupações sociais” a ideia e o reconhecimento que o “direito à habitação” pressupõe outro tipo de condições habitacionais que não aqueles que acontecem nas formas marginais de implantação urbana, em particular bairros de barracas. Sendo estes bairros considerados como algo indesejável na nova realidade “politico-ideológica”, este facto acaba por se definir e constituir como “problema social”, porque é observado como uma situação incompatível com os valores (e ideais) de um número significativo de indivíduos, ou de sectores da sociedade – “do sistema ideológico dominante” - que

³ “A democracia para além de estar na base e consolidação do modelo de Estado-Providência, é também um desafio às potencialidades do Estado, para a resolução dos problemas, necessidades e exigências colectivas. Por outro lado no regime democrático no qual a competitividade partidária, com vista à conquista do poder e manutenção do poder político, é igualmente um elemento que pesa na expansão do Estado e nas suas funções de regulação e administração da vida social e económica. Os governos nos regimes democráticos obtêm reconhecimento nas suas acções tanto pela legitimidade de procedimentos (sufrágio universal), como pela avaliação dos resultados positivos relativamente às expectativas de bem-estar as populações” (Mozzicafreddo, 2000:14).

concordam que é necessário agir para fazer alterar essa situação, pois caso essa actuação não aconteça a construção clandestina tende a tornar-se num problema insolúvel que se irá perpetuar.

No fundo, o regime democrático, destacou a vulnerabilidade habitacional evidenciada por um número significativo de população como um “problema social”, não apenas porque essa realidade configura uma “pobreza desqualificante”, mas, igualmente, porque essa realidade material e social afecta os territórios (urbanos) onde estão localizados, desqualificando-os e desprestigiando-os.

O Estado, embora, tivesse a partir de determinado momento encarregado de eliminar e regularizar estas realidades, a verdade é que essa “missão” não teve total sucesso. Com o propósito de resolver as situações de precariedade habitacional, a habitação social tornou-se a “política social de habitação” dominante após a reinstauração da democracia. Mas se é um facto que essa habitação social ganhou uma relevância quantitativa nunca vista até então, ela revelava-se, no entanto, incapaz de eliminar a habitação clandestina, que após 1974 começou a ser alimentada já não apenas por uma população portuguesa oriunda de zonas rurais mas, essencialmente, por uma população imigrante, oriunda das ex-colónias portuguesas.

Na realidade, após 1974 e em particular durante a década de 80, enquanto o Estado procurava através, essencialmente, da edificação de bairros de habitação social ir resolvendo a questão da muita habitação abarracada, que ia ganhando novos residentes, muitos dos que, entretanto, chegavam das ex-colónias. Incapaz nesse momento, tal como no anterior regime, de travar a construção clandestina, o Estado ia construindo habitação social como uma “obrigação social”, mas com muita dificuldade em fazer diminuir de forma satisfatória as “manchas” de habitação clandestina.

A habitação social que ia emergindo, com o intuito de ir debelando o “problema social” da habitação degradada e “em torno da defesa e afirmação do «direito à habitação»” (Baptista, 1999:8,9) começava, entretanto, a revelar-se problemática e a fazer emergir um novo “problema social”, agora em espaços planeados e edificados pelo sector público. A promoção de habitação social baseado, essencialmente, em modelos de construção massiva “já experimentados em muitos países da Europa no período posterior à Segunda Grande Guerra (anos 50 e 60)” (Vilça, 2001:85) e que já tinham demonstrado graves consequência sociais estavam, agora, a revelar esses problemas em Portugal. Estes grandes empreendimentos de habitação colectiva, quase sempre localizados nas periferias das cidades, em locais pouco valorizados e com reduzidas acessibilidades, originaram quase sempre a constituição de “guettos” sociais e a rápida degradação física e vivencial dos bairros (Ferreira, 1994).

Talvez devido aos reduzidos recursos financeiros que o próprio sector publico enfrenta e que reduz a qualidade urbanística destes locais; talvez por não se conhecer verdadeiramente a realidade

“psico-sociológica” da população abrangida pela “nova política”; talvez por pensar que o problema dessas populações se tende a resumir à questão material da habitação; talvez por não se perceber que a “realidade social” dessas populações está em mutação, e na qual surge uma geração mais jovem mais vulnerável não apenas à precariedade sócio-económica, mas também a situações de marginalidades e delinquências cada vez mais visíveis no país;... talvez por tudo isto, a verdade é que estes espaços residenciais pertencentes e geridos por um Estado altamente concentrador de decisões vão revelar-se espaços socialmente desvalorizados, fazendo com que se torne ainda mais notório a “desqualificação social que a condição de «equipamento social de habitação» lhes confere (Baptista, 1999:17).

Com excepção dos dois anos posteriores à revolução de 1974, onde o projecto SAAL – Serviço de Apoio Ambulatório Local – se diferenciou das restantes políticas habitacionais de cariz social e no qual o movimento popular teve, de facto, alguma expressividade participativa e decisória na idealização e concepção dos espaços residenciais, a realidade centralizadora e burocratizada no “campo” da habitação social fez com que os planos de realojamento acabassem por ser projectados com o objectivo exclusivo de erradicar a imensas construções abarracadas da paisagem urbana ao mesmo tempo que contemplavam a população-alvo com um bem considerado pela Constituição como um direito de cidadania. O “minimalismo providencial” em torno desta questão, acabou por perder, em boa parte, o carácter de inserção, fazendo transparecer, antes de mais, um modelo “de acção excessivamente funcionalista” (Almeida, 1994), tornando, desse modo, disfuncionais os “objectos sociais” que produz.

A promoção de habitação social, segundo Eduardo Vilaça (2001:85,86), edificou em cerca de uma dezena de anos algumas dezenas de milhares de fogos, sendo que estes empreendimentos de grandes dimensões se materializaram por operações urbanísticas geralmente de reduzida qualidade, deficientes construções e gestão financeira pouco rigorosa.

Na verdade a gestão do parque habitacional do Estado, até ao final da década de 80 foi sempre deficiente. Este parque habitacional público “constituído por mais de 80 000 fogos no fim dos anos oitenta, cerca de 60 000 da Administração Central e 20 000 dos municípios, nunca teve uma gestão quer patrimonial, quer financeira e muito menos social” (Vilaça, 2001:86). A inexistência de um acompanhamento global eficaz, “deixaram os bairros sociais e as populações que neles residiam votados aos ostracismo mais absoluto, chegando ao ponto de nem sequer saberem quantos bairros detinham, quantos fogos existiam em cada bairro e quais as famílias que neles viviam” (Vilaça, 2001:86). Esta realidade ao longo dos anos ia agravando quer o edificado dos bairros, como a sua própria imagem no exterior. A “degradação física dos edifícios e dos espaços urbanos, alguns arranjos exteriores por realizar; ocupações abusivas das casas por familiares ou «venda de chaves» a

valores quase similares ao da habitação do mercado; rendas por pagar durante muitos anos sem qualquer aviso ou intimação por parte dos Institutos proprietários; clima de insegurança urbana generalizado com efeitos mais evidentes na população mais idosa e jovem” (Vilaça, 2001:86), acabou por ser um “bom” motivo para que as ciências sociais se comesçassem a interessar pelo estudo destes espaços residenciais. Na verdade, as deficiências demonstradas por muitos bairros de realojamento social levaram que muitas investigações fossem realizados em alguns destes bairros, com o intuito de perceber o que “faltava” num espaço residencial que deveria ser estimulante para populações, que na sua maioria, viviam em locais e habitações degradadas.

Pensar o *habitat* como um todo que abrange, quer os espaços interiores, quer os exteriores, e observar o local de residência como um espaço com o qual estabelecemos um contacto diário e onde desenvolvemos rotinas, é algo fundamental para se procurar perceber algumas formas de apropriação residencial. É nesta procura que, segundo Baptista Coelho (1998:140), se torna necessário desenvolver sequências estratégicas de níveis e interníveis físicos, equilibrando interior e exterior, privado e público, habitação e equipamento, função e representação, recreio e sossego, e caracterizar estas sequências espaciais para perceber o potencial de apropriação.

Percebemos, deste modo, que a noção de apropriação de espaço residencial recobre diversos domínios. Segundo Isabel Guerra (1997:170), qualquer que seja a perspectiva em que é utilizada parece significar, não apenas um processo de uso funcional ou instrumental do alojamento, mas, também, recobrir um domínio diversificado de práticas culturais, simbólicas, afectivas, etc.

O espaço residencial-local pode, então, ser uma condição imbuída de um determinado valor social (e simbólico), sendo que essa condição é reconhecida pelas populações residentes como um “património” (positivo ou negativo) adquirido através das práticas quotidianas de uso, apropriação e representação desse espaço.

Se é verdade que existem zonas urbanas intensamente apropriáveis, que realmente funcionam e são a gradáveis para residir, conviver e realizar uma grande diversidade de actividades, permanecendo essas zonas eficientes, agradáveis e sempre vitalizadas ao longo dos anos (Coelho, 1998:143), também é verdade que existem, no entanto, outras em que a apropriação não é tão positiva, quer porque a habitação em si não corresponde aos desejos e anseios, quer porque os espaços envolventes, desqualificados de equipamentos e serviços, não se tornam lugares apetecíveis, ou, ainda, porque esses espaços, podem ser locais de marginalidade e, por isso, pouco seguros para os seus utilizadores. São estes cenários que estimulam ou negam a satisfação, o bem-estar e o bom uso do *habitat* a diversas populações. Para Baptista Coelho (1998), a integração/adequação social; a capacidade do uso exterior; e a «atractividade» do meio residencial e

da arquitectura dos edifícios em particular, são aspectos relacionados com a habitação que não devem ser descorados e que para além de se interligarem, interferem com o grau de apropriação.

Salienta Chombart de Lauwe (cit in: Coelho, 1998), que a apropriação colectiva do espaço público, a apropriação comum do espaço numa pequena unidade de vizinhança e a apropriação privada do fogo por uma pessoa ou agregado, são diferentes aspectos da apropriação residencial, mas os três tipos de apropriação são interdependentes, podendo um deles dar compensação à frustração e à desapropriação em sectores de um dos outros tipos.

A adaptação a novos espaços, que implica usos diferentes dos anteriores vividos, pode provocar três situações de *stress* que, segundo, Gauvin, Altman e Fahim (cit in: Freitas, 1998:153) podem ser situações de *stress fisiológico*, causado pela alteração da densidade populacional e pela utilização das novas infra-estruturas do alojamento disponíveis; *stress psicológico*, causado pela perda da antiga casa, sentimentos de ausência de laços comunitários e de desenraizamento, a estranheza e confusão relativamente a novos desempenho de papéis, responsabilidades e liberdades, o medo do estranho e a ansiedade generalizada; *stress socio-cultural*, provocado essencialmente pela nova composição do grupo de vizinhos, pela ruptura com redes e laços sociais e padrões de vizinhança, e pela alteração nos padrões e relacionamentos familiares.

Se é verdade que a mudança de espaço residencial pode proporcionar “caminhos” para a concretização de projectos de melhoria de “qualidade de vida”, será, também, verdade que o realojamento pode ser “doloroso”, na medida que pode acarretar perdas “simbólicas” e “afectivas” com o anterior espaço residencial, que podem ir da própria casa, às redes e relações de vizinhança e de amizade, que estruturando um determinado “estilo de vida” potencializam, muitas das vezes, um forte laço afectivo para com bairro no seu todo, mesmo que clandestino e degradado.

Podemos dizer que é entre esta *triade*: bairro clandestino, realojamento social e apropriação do novo espaço residencial, que se desenrola o presente trabalho. Sendo o nosso objecto de estudo um realojamento social efectuado pela autarquia da Amadora, na freguesia da Brandoa, abrangendo 60 famílias que residiam em dois bairros clandestinos, interessa-nos perceber como este realojamento afectou a “vida” da população-alvo.

A questão da mudança de espaço residencial e sua apropriação tem alguma importância e significado no presente trabalho, pois neste realojamento não existe um bairro de habitação social. A não existência de um bairro construído especificamente para o efeito, significa que este realojamento social foi efectuado de forma dispersa por algumas ruas da Brandoa. Como dissemos, este realojamento abrangeu 60 famílias oriundas de dois bairros clandestinos (Casal de Alfoanelos e Caminho de Alfoanelos) que se localizavam muito próximos um do outro, na actual freguesia de Alfoanelos. Estes dois bairros, fazendo parte do “património clandestino” da Amadora, perfaziam

no seu conjunto aproximadamente 600 habitantes (cerca de 400 do Casal de Alforneiros e 200 do Caminho de Alforneiros⁴), sendo que a quase totalidade nasceu em Portugal. Na realidade, estes dois bairros por serem dos mais antigos da Amadora e pelo facto de terem estabilizado o seu crescimento, são bairros que se formaram basicamente com população oriunda de zona rurais, essencialmente, do interior norte do país, e que procuraram na capital novas oportunidades de trabalho⁵.

Com o objectivo de identificar o modo como este realojamento efectuado em seis lotes habitacionais dispersos e inseridos numa determinada malha urbana já consolidada (algumas ruas da freguesia da Brandoa) satisfaz a população afectada, tentaremos perspectivar quais os benefícios e quais as limitações do presente realojamento e se ele, realizado desta forma dispersa, é uma alternativa aos realojamentos efectuados em empreendimentos sociais construídos especificamente para o efeito.

A intenção de perceber como se traduz a apropriação do novo espaço residencial e a satisfação para com ele por parte de alguma população realojada, faz perceber que o “espaço” é uma variável de extrema importância. Neste sentido, dedicamos o enquadramento teórico do presente trabalho a algumas abordagens teóricas sobre o “espaço urbano” e o “espaço residencial”, num contexto em que esse “espaço”, como já salientámos anteriormente, é observado, por um lado, como um espaço alargado em que o *habitat* é entendido como um espaço mais abrangente que o alojamento privado e no qual se desenrolam determinadas sociabilidades e formas de relacionamentos e, por outro lado, enquanto produto social, no qual toda a sua organização interna,

⁴ Os restantes habitantes destes bairros foram realojados no bairro de realojamento social do Casal da Boba (Freguesia de São Brás). Estes realojamentos realizados entre 1999 e 2000, foram efectuados no âmbito do PER (Plano Especial de Realojamento), entretanto criado em 1993 (Decreto-Lei nº163/93), com o objectivo de erradicar definitivamente as “barracas” das Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto. Para além deste objectivo este Plano propunha-se, também, tentar não repetir os erros do passado, quer na gestão financeira e administração dos bairros, como na qualidade e concepção da construção e no acompanhamento das famílias abrangidas. No fundo, tentava-se evitar que estes novos realojamentos se transformassem em “guettos”, em locais de marginalidade, em suma, “em bairros estigmatizados, segregados dos serviços e da comunidade urbana” (Ferreira, 1994). A “preocupação social” que emerge do PER tenta ir mais além do que a questão habitacional. As recomendações eram procurar disseminar nos tecidos urbanos as habitações sociais e paralelamente integrar socialmente as populações realojadas. A constituição de equipas de realojamento pluridisciplinares (“gabinetes locais” nos bairros) e a possibilidade de adesão das Instituições Particulares de Solidariedade Social, experientes no tratamento dos problemas que os realojamentos colocam, foram, também, uma das recomendações aquando da implementação do PER (Ferreira, 1994). Neste contexto de ruptura com o passado, um dos pressupostos era passar-se da edificação de mega-bairros para “a construção de pequenos projectos de construções de 40 a 120 fogos, em urbanizações de qualidade, integradas na malha urbana da cidade, centralidade ousada e ocupando solos urbanos de valor fundiário elevado” (Vilaça, 2001:87). Sem questionar se estes pressupostos e orientações foram, de facto, sempre (con)seguidos, o PER surgiu com algumas “boas intenções” que procuraram estar subjacentes à concepção e edificação da habitação social, tentando oferecer aos realojamentos uma maior valorização social.

⁵ Relativamente às principais actividades laborais da população realojada na Brandoa, dados obtidos pela Câmara, revelam que as empregadas domésticas e de limpeza são as actividades predominantes nas mulheres (cerca de 55%), seguidas das operárias fabris (7%), empregadas de comércio (7%), cozinheiras (4%) e operadoras de hipermercado (4%). Nos homens as actividades ligadas à construção civil e reparações são as dominantes (52%), seguidas de mecânicos (9%), motoristas (9%), operários fabris (4%) e técnicos de ar condicionado (4%).

concepção e edificação não se faz ao acaso, sendo que é a acção do homem, no conjunto das suas relações sociais, que lhe possibilita transformar colectivamente o meio natural, dando-lhe uma forma, uma função, um sentido e uma significação social.

Através da explanação de algumas teorias referenciadas por alguns autores procuramos observar o “espaço” como um produto construído (com significado e valor) e onde se desenrolam “maneiras de habitar” (atitudes, práticas e representações) que se vão relacionar por sua vez com o alojamento, a vizinhança, o bairro e a cidade. É nesta interacção entre o espaço físico e o espaço social, entre o sujeito social e o objecto espacial, que damos especial atenção à questão do alojamento e à lógica da sua promoção, no qual essa promoção tem feito emergir “espaços residenciais” diferenciados (localização, qualidade, arquitectura, etc.) que segmentam os grupos de consumo deste bem em função do “capital económico”, aspirações, desejos ou gostos.

Estas questões fazem emergir uma outra, que é a do “espaço estatutário”, em que a localização das habitações funciona como um “marcador” importante para referenciar grupos sociais, as relações entre os grupos, e como se estrutura a sociedade urbana. Neste sentido, o valor atribuído ao alojamento ultrapassa o seu conteúdo e forma, estendendo-se ao espaço onde está inserido (por exemplo, bairro ou localidade), sendo, deste modo, um indicador sobre a posição social dos indivíduos que nele residem e que procuram obter as localizações que considerem condignas.

A questão da localização é para nós um ponto importante, pois sendo o nosso objecto de estudo um realojamento no qual os edifícios se dispersam numa malha urbana consolidada e lado-a-lado com habitações produzidas pelo mercado privado, interessa-nos perceber se este facto pode representar uma vantagem social para a população realojada. Isto, quando sabemos que os realojamentos sociais são quase na totalidade realizados em bairros edificados para esse efeito e, como já afluímos, com tendência em tornar-se espaços problemáticos, em que o seu valor estatutário está, na maioria das vezes, intimamente relacionado a localizações socialmente pouco valorizadas e / ou funcionalmente pouco desejáveis.

Por ser uma forma de aceder a um alojamento e um subproduto do mercado habitacional, focaremos a questão dos bairros de habitação social, em particular as razões que os levam a ser considerados (e sentidos) como espaços desqualificados e onde conceitos e sentimentos como “estigma”, “isolamento social”, “marginalidades”, “segregação espacial” e “identidade” estão muito presentes nestes espaços vivenciais, pensados e edificados pelo sector público.

Ainda em torno da problemática do “espaço” e porque o realojamento por nós estudado está inserido numa zona urbanizada, procuraremos perceber se este facto teve impacto no “estilo de vida” da população, em particular no modo como se relacionam e interagem neste contexto residencial. Assim, pegamos no “modo dominante da apropriação do espaço urbano”, que de forma

sucinta apresenta uma ideia no qual a exigência de mobilidade é um factor de adaptação e participação da “vida urbana” e no qual o enraizamento local e as sociabilidades em torno do espaço residencial perdem importância, e onde o funcional e o afectivo acabam por se autonomizar a partir do momento em que a proximidade espacial na residência deixa de necessitar um contacto interpessoal intenso. Procuramos através desta teorização, na qual a “vida urbana” potencia uma maior autonomia individual e onde as relações de vizinhança tradicionais têm tendência a ser substituídas pelas redes funcionais elegidas pela sua utilidade e sem necessidade de implicações definitivas, perceber se este realojamento reduziu o papel da vizinhança enquanto local de interacção social e de solidariedade, e se a desvalorização das relações de vizinhança pós-realojamento, caso assim seja, é de facto sentida como uma razão para um maior centramento no espaço doméstico e um motivo de saudade do anterior espaço residencial, onde os conceitos de “vizinhança” e de “comunidade” têm tendência a ligar-se em redor de um espaço próprio e comum (bairro), algo que perde significado em contexto urbano, não necessitando o conceito de “comunidade” de uma proximidade física residencial.

Por fim e antes da análise de resultados, falamos um pouco sobre o método escolhido para a nossa recolha de informação: a *entrevista semidirectiva*. Tendo por base a ideia que no nosso trabalho empírico a recolha de informação implica interrogar e perguntar a “outros”, e que esse facto permite perceber que a informação conseguida é resultado de uma interacção social, neste caso, uma interacção entrevistador-entrevistado, centramo-nos sobre algumas especificidades que daí decorrem, em particular alguns cuidados que o entrevistador deverá ter em atenção para que a situação de entrevista decorra da melhor maneira e possibilite informação pertinente por forma a “dar sentido” à investigação.

A última parte do trabalho é dedicada à análise e interpretação dos resultados obtidos através das entrevistas realizadas. Essa análise é acompanhada de “trechos discursivos” retirados das entrevistas para tornar mais compreensível (e enriquecedora) essa análise.

1. Do espaço urbano ao espaço residencial

A lógica de promoção de alojamentos, em particular, a acente na promoção privada, tem criado “espaços residenciais” diferenciados (localização, qualidade, arquitectura, etc.) que segmentam os grupos de consumo deste bem em função do “capital económico”, aspirações, desejos ou gostos de cada um, sendo, desse modo, agentes que influenciam “o espaço”, tornando-o, desde logo, num produto da actividade humana. Ou seja, a produção e distribuição de alojamentos são um modo importante de influenciar o “espaço”, dotando-o de um valor “simbólico” e monetário indexado a questões como a qualidade, formas arquitectónicas, localizações socialmente valorizadas e / ou funcionalmente desejáveis. Mas se a promoção e edificação residencial influencia o espaço, a sua apropriação por parte das populações que aí vão habitar, tornou-se num campo de análise fecundo para investigadores, em particular quando muitos desses espaços vão receber novas populações urbanas, muitas delas oriundas de outras realidades sociais / habitacionais (como zonas rurais) e com “traços” culturais distintos e que, por isso, rejeitam o “modelo residencial urbano” pensado para os “transformar em novos urbanitas”.

Mas se isto é verdade para o “espaço residencial” construído pelos privados, também aquele que é produzido pelo sector público fornece-lhe um valor “simbólico”, neste caso, na maioria das vezes, indexado a localizações socialmente pouco valorizadas e / ou funcionalmente pouco desejáveis, bem como a uma qualidade e formas arquitectónicas de fraca qualidade, o que nos leva a crer que o Estado promove habitação social inserido numa lógica, também ela economicista.

O que foi referenciado, faz-nos ver que existe uma relação entre “espaço” e “sociedade”, neste caso, através da habitação, que induz a existência de “fenómenos sociais” que se desenrolam sobre esse “espaço”.

As teorias do espaço, são actualmente um paradigma importante nas Ciências Sociais e Humanas (Sociologia, Antropologia, Psicologia), na Arquitectura e Urbanismo. Ligado ao desenvolvimento e complexificação do urbano, este movimento teórico ganhou preponderância, tornando-se num referencial para as problemáticas urbanas e do ordenamento do território, bem como para as interacções / relações sociais que decorrem desse ordenamento e transformação do “espaço”.

É isso que desenvolveremos de seguida, através de um “cocktail sociológico” acente em algumas teorias transversais desenvolvidas por alguns autores.

1.1. O espaço e a análise social

A relação entre um certo tipo de habitar e modos específicos de comportamento é um tema clássico da sociologia urbana. É a este nível que os “construtores” procuram encontrar uma utilidade para a reflexão sociológica, na procura de formulas que permitam traduzir volumes arquitecturais ou espaços urbanísticos em termos de sociabilidade (Castells, 2000).

Sendo o nosso objecto de estudo empírico, tal como já referenciamos, um realojamento social produzido pela a autarquia da Amadora através de um conjunto de lotes dispersos nas “ruas” da freguesia da Brandoa, afigura-se saber, entre outras interrogações, se as dinâmicas relacionais geradas por este realojamento poderão estar ligadas à requalificação material do *habitat* e, deste modo, se a apropriação do espaço residencial por parte da população afectada, perante o novo cenário habitacional, se traduz de forma satisfatória.

A problematização desta situação remete-nos para as teorizações sobre o impacto do “espaço” no social. Através do papel que o “espaço” detém na acção e nas relações sociais, procuramos ir ao encontro de elementos de interpretação que ajudem a esclarecer o significado das interacções quotidianas no local de residência e se este vai ao encontro dos desejos da população realojada.

Embora o nosso trabalho empírico se desenrole em torno de um realojamento social e, por isso, centrado na análise de um novo espaço residencial (privado e público) e a influencia que este têm no quotidiano das populações, iremos, por agora, centrar a nossa reflexão sobre algumas formulações teóricas genéricas sobre o espaço social. Para tal, referenciamos alguns apontamentos teóricos de Raymond Ledrut, Yves Grafmeyer, Manuel Castells e em particular Jean Rémy.

Ledrut, nos anos sessenta do século passado, foi um dos primeiros autores a fazer uma abordagem estritamente sociológica do espaço. Acabando por privilegiar o urbano, afirmou a existência de uma organização subjacente ao espaço das cidades. Essa ordem, segundo ele, estava acente na “função do espaço”, isto é, nos papeis diversos que as cidades e os seus bairros desempenham relativamente às totalidades onde se inserem (Ledrut, 1977). O seu objectivo, é reconstituir o conjunto a partir da análise da diferenciação e da composição do espaço social. Nesse sentido, ele define algumas formas de unidades urbanas (a vizinhança, o quarteirão, o bairro, a cidade) ligando-os a uma especificidade dos processos de consumo. Ledrut vai analisar a cidade como um sistema de trocas entre diversos sectores que ocupam um lugar e desempenham uma determinada função.

Depois de definido para cada sector um interior e um exterior e depois de ter distinguido um conjunto de funções urbanas, pode-se, então, estudar a homogeneidade e a heterogeneidade de cada unidade urbana e seguir as transformações suscitadas no circuito pela realização de cada actividade.

Na sua ideia, os papéis de um dado lugar não seriam definidos apenas pelas funções sociais asseguradas mas, também, pelas relações espaciais concretas que os indivíduos mantêm com essas funções. Desta forma, o espaço social pensado por Ledrut remete para os usos específicos que os homens dão aos lugares. Ou seja, existe uma relação dinâmica entre o sujeito social e o objecto espacial.

Na análise entre a integração colectiva e as características das cidades, o autor salienta que nas aglomerações em crescimento iria constatar-se um declínio na vida de bairro e na consciência colectiva do conjunto da população, que seriam substituídas pelo desenvolvimento de uma vida social baseada em redes relacionais. A estas transformações que decorrem no espaço social urbano e nas suas populações, e os processos particulares que as produzem foi utilizada a noção de “modo de espacialização” (Ledrut, 1979).

Grafmeyer (1995), fala-nos num espaço urbano enquanto produto social, no qual a localização dos grupos sociais, dos equipamentos ou das instancias de decisão não se faz ao acaso. Neste sentido, a ideia da relação dinâmica entre sujeito social e objecto espacial de Ledrut é próxima de Grafmeyer, pois este diz-nos que é o conjunto de relações sociais que associam os homens entre si, que lhes permite transformar colectivamente o meio natural, fornecendo-lhe uma função e um sentido (1995:32). Deste modo, todo o espaço explorado, habitado e percorrido é, com maior ou menor intensidade, resultado da marca das actividades humanas que nele se desenrolam.

Nesta relação entre o sujeito social e objecto espacial, Grafmeyer (1995:34) conceptualiza o espaço como algo que é simultaneamente produto da actividade humana e fonte de efeitos de retorno sobre maneiras de agir e de pensar.

Neste contexto, ficamos com a ideia que o espaço é parte integrante da vida social, não sendo apenas, como refere Grafmeyer (1995:32), uma superfície de registo perfeitamente neutra, uma espécie desdobragem material da vida social. Assim sendo, o espaço é visto como uma estrutura morfológica, capaz de se impor aos indivíduos como qualquer outra estrutura constrangedora, sendo um registo particular da vida social com uma relação de interdependência com outros registos.

Fazendo referencia ao espaço urbano, Grafmeyer (1995) salienta que este constitui um meio específico, feito de pessoas e de coisas reunidas e distribuídas segundo uma certa ordem. Este meio específico modifica-se sob o efeito das acções humanas, mas determina-lhe ao mesmo tempo o contexto e as condições de execução. Citando Durkheim, Grafmeyer, refere que este “meio” (a estrutura espacial) deve ser considerado como um factor activo que afecta o desenvolvimento dos fenómenos sociais (1995:33).

A análise teórica descrita dá ao espaço um poder de determinação da vida social, que é visível quando Grafmeyer se refere aos impactos do meio urbano sobre a sociabilidade. Para ele, enquanto

reagrupamento de populações e de actividades duravelmente estabilizadas sobre um território restrito, a cidade e a proximidade física que implica possibilita aos seres sociais entrar em relação e favorece o desenvolvimento de novas relações (Grafmeyer, 1995).

Na interacção entre espaço e sociedade, Grafmeyer (1995:34,35) refere-se, ainda, ao espaço como um objecto de mediação da vida urbana: mediação da competição entre os diferentes agentes (domésticos, empresariais...) pela apropriação do solo; mediação da apropriação simbólica, do controlo da vizinhança e do acesso aos espaços públicos; mediação, também, das dominações políticas baseadas em competências territoriais. Neste palco de interacções que se desenvolvem em torno de determinadas mediações, económicas e sociais, que têm como objecto o espaço urbano, dá-se conta que este é um produto ecológico transformado num produto de transacção e disputa que influi de forma directa na organização e planeamento do território.

Observando as teorias do espaço sob um ponto de vista “marxista”, Castells começa por afirmar que toda a problemática social nasce da união entre natureza e cultura, através do processo dialéctico, pelo qual uma espécie biológica particular (particular, porque dividida em classes), “o homem”, transforma-se e transforma o seu ambiente na sua luta pela vida e pela apropriação diferencial do produto do seu trabalho (Castells, 2000:181). Tal como já tínhamos observado com Grafmeyer, também Castells salienta que o espaço é um produto material, ao qual o homem lhe dá uma forma, uma função, uma significação social, sendo, desse modo, a expressão concreta de cada conjunto histórico, no qual uma sociedade se especifica. Para Castells, o espaço – a sua existência e a sua transformação – é então determinado por leis estruturais e conjunturais, tal como sucede para qualquer outro objecto, bem como a especificidade da sua articulação com outros elementos de uma realidade histórica. Esta ideia, deixa desde logo antever que não existe teoria do espaço que não seja parte integrante de uma teoria social geral, mesmo que implícita.

O espaço urbano surge, assim, de forma estruturada, isto é, não está organizado ao acaso, e os processos sociais que se ligam a ele exprimem, ao especificá-los, os determinismos de cada tipo e de cada período da organização social (Castells, 2000:182). Para o “Paradigma Marxista”, o espaço não pode ser conceptualizado independentemente da estrutura social, pois a estrutura de uma dada formação espacial corresponde inequivocamente à própria estrutura da formação económico-social que a produziu. Deste modo, o espaço surge, também, como uma entidade submetida à dinâmica das relações sociais.

Para alguns autores, a apropriação do espaço é uma luta que opondo grupos sociais, faz emergir desigualdades e diferenciações entre indivíduos. Por exemplo, Wilhelm (cit in: Castells, 2000:188), refere-se a uma diferenciação contraditória dos grupos sociais e que a apropriação do espaço faz parte de um processo de luta que diz respeito ao conjunto do produto social, sendo que

essa luta não é apenas uma competição individual, mas uma luta que opõe grupos formados pela inserção diferencial dos indivíduos nos diversos componentes da estrutura social.

A constituição de um espaço e de um “ambiente urbano” exprime conflitos e estratégias que emergem da divisão da sociedade em classes, sendo que a própria disposição e as características arquitectónicas das cidades e subúrbios exprimem as lutas e conflitos entre os diferentes grupos da sociedade. Numa perspectiva essencialmente historicista, são os homens (os grupos sociais) que criam as formas sociais (entre as quais o *espaço*) através da produção, por vezes contraditória, dos *valores* que, orientando os comportamentos e atitudes, fundamentam as instituições, moldam a natureza (Castells, 2000:189).

Como podemos observar, na problemática marxista, toda a sociedade concreta e, por isso, também toda a forma social, como por exemplo o espaço, pode ser compreendida a partir da articulação histórica de vários “modos de produção”, ou seja, a combinação entre as “instâncias” fundamentais da estrutura social: económica⁶, político-institucional⁷ e ideológica⁸, como pelas práticas sociais que daí decorrem.

Castells (2000:195), dá conta que a organização social do espaço pode então ser compreendida a partir da determinação das formas espaciais: Por cada um dos elementos das três instancias da estrutura social. Estes elementos são sempre combinados com outros elementos da sua própria instância; pela combinação das três instâncias; pela persistência de formas espaciais ecológicas, suscitadas pelas estruturas sociais anteriores. Sendo que estas formas se articulam com as novas, produzindo, assim, situações concretas sempre específicas; e pela acção diferencial dos indivíduos e dos grupos sociais. Esta acção está determinada pela filiação social e espacial destes grupos, mas pode produzir efeitos novos, devido à especificidade do sistema de interacções.

Nesta ideia de Castells está presente uma permanente reestruturação da organização social do espaço.

Rémy, por seu lado, demonstra uma perspectiva mais englobante e pragmática que as referenciadas anteriormente. O seu objectivo principal, tem sido o de definir um determinado estatuto teórico para o espaço e o seu impacto nas relações sociais (Rémy e Voyé, 1981, 1994). Os

⁶ O sistema económico, organiza-se em torno das ligações entre a força de trabalho, os meios de produção e o não-trabalho e desenrola-se através da dialéctica entre a *produção* (expressão espacial dos meios de produção), *consumo* (expressão espacial das forças de trabalho), e a *troca*, que resulta da especialização das transferências entre a produção e o consumo, no interior da produção e no interior do consumo. O *não-trabalho*, traduz o modo como as duas relações, de propriedade e de apropriação, se organizam com referência ao espaço, bem como na forma de espacialização de cada elemento.

⁷ A expressão espacial do sistema institucional é, por um lado, a divisão do espaço (por ex. os aglomerados...); por outro, é a acção sobre a organização económica do espaço, através da regulação-denominação que as instituições exercem sobre os elementos do sistema económico, aí entendidos na sua tradução espacial (processo de gestão).

resultados obtidos pelas suas análises permitiram-lhe acrescentar a ideia de que se está perante uma «determinante global específica» (Rémy, 1987:78), sem a qual a dinâmica social não pode ser compreendida. No entanto, enquanto determinante, o espaço não deve ser tomado isoladamente, sendo necessário procurar as suas articulações com outros factores explicativos, inserindo-o em modelos plurais ou pluridimensionais.

Rémy faz depender a compreensão do estatuto do espaço duma análise em que atribui igual importância às variáveis produção e apropriação. Relativamente à produção, foi examinada por ele, como um campo em que se encontram implicados diversos actores com o principal objectivo de conceberem um bem socialmente valorizado; o do espaço construído. A multiplicidade de agentes e de diferentes lógicas de actuação, reflectia-se de duas maneiras no modo de funcionamento na construção desse espaço: impondo a necessidade da existência de coordenação política de modo a evitar a decomposição do valor de uso do produto, e limitando a capacidade dos utilizadores finais intervirem directamente no processo.

A produção e apropriação do espaço são processos parcialmente independentes, cujas as lógicas diferem. Ao contrário do processo de produção, que é essencialmente ditado pelo valor de troca do espaço, a lógica social da sua apropriação salienta a importância do valor de uso. Rémy propõe-se estudar e analisar os efeitos próprios da apropriação partindo de espaços sociais já constituídos. Diz o autor, que os campos de constrangimentos e de possibilidades resultantes das combinações espaciais, concretas e apreendidas, podem ser considerados um produto social que é apropriado de maneiras diferentes e divergentes consoante as posições sociais (Rémy, 1981:215).

O facto de reconhecer a existência de uma apropriação diferencial (ideia próxima da análise marxista), Rémy evidencia na sua concepção que os actores desenvolvem as suas interações a partir de posicionamentos desiguais, em função de objectivos e interesses se não totalmente, pelo menos parcialmente opostos. O espaço, não sendo elemento fundamental, contribui para instituir essas relações, pois trata-se, segundo Rémy (1981), de um meio específico cujo a apropriação incide sobre as possibilidades de imposição recíproca dentro da transacção social.

Na sua aceção, a partilha de um dado território por um conjunto de elementos heterogéneos implica a constituição de uma entidade com propriedades específicas e a modificação das reacções dos seus componentes, quer ao nível das possibilidades objectivas de interacção, como nas percepções e representações recíprocas. As escalas de observação de um determinado meio, diferem consoante os actores e os objectivos em causa (Rémy, 1987:79).

⁸ O sistema ideológico organiza o espaço marcando-o com uma rede de signos, cujos significantes são constituídos por formas espaciais e os significados, por conteúdos ideológicos, cuja eficácia deve ser reconstruída pelos seus efeitos sobre a estrutura social no seu conjunto (Castells, 2000).

O que foi referido, permite afirmar que Rémy defende a ideia da existência de relações complexas entre o espaço e o social. De facto, o problema tornou-se uma preocupação central para ele, levando-o a procurar distinguir os efeitos próprios do espaço – os “autónomos” -, daqueles que são induzidos pela estrutura social, a que chama de “determinados”.

Os efeitos autónomos, embora relacionados com outros domínios, só se tornam pertinentes pela acção do próprio espaço, enquanto condição material e quotidiana da vida dos indivíduos. Estes efeitos devem ser observados numa dupla perspectiva, por um lado, a forma como o espaço se encontra organizado, construído e surge nas práticas do quotidiano, pode condicionar a formação de redes de interacção, impondo-se aos indivíduos e dar lugar a efeitos de “poder” ou “estruturantes”. Ao influenciar e ao modelar as interacções, o espaço está a contribuir de maneira indirecta para a construção de determinadas representações do “eu” e da vida social, que constituem referências das reacções relacionais e dos projectos dos indivíduos. Neste sentido, é necessário, também, procurar os efeitos de “consciência” ou “estruturais”.

Estes efeitos “estruturantes” e “estruturais” são referenciados e exemplificados ao nível residencial por Rémy e Voyé (1994). Assim, para os primeiros, o impacto da dissociação entre o espaço residencial e profissional nos espaços urbanos, implica o favorecimento de uma dissociação entre a vida profissional e vida familiar. Relativamente aos efeitos “estruturais”, a habitação funciona como um lugar a partir do qual se desenvolve a vida familiar, mas, também, como o lugar a partir do qual se organiza a percepção do espaço, como é exemplo, a oposição existente entre a intimidade e dignidade da vida familiar e o anonimato e manipulação do mundo exterior. Da conjugação dos dois tipos de efeitos, podemos analisar o campo de constrangimentos e possibilidades que o espaço contribui para constituir e, também, a sua incidência nas transacções sociais. Deste modo, como salienta Rémy (1981:215,216), abordar o espaço surge como sendo um factor de composição favorecendo certas ligações e equivalências, e como um gerador de rupturas, de oposições e de exclusões.

O reconhecimento da capacidade do espaço em determinar efeitos próprios, não significa a sua autonomização como factor explicativo. Para ser autónomo, o espaço necessitaria de induzir por si só efeitos específicos e homogéneos, independentes de outro factor. Ou seja, casos de apropriação contrastante de alojamentos ou espaços residenciais idênticos por populações de “classe média” e por populações de menores rendimentos, são um bom exemplo de como não existe uma interpretação única, unívoca, nos efeitos de uma estrutura espacial. Assim, a análise de uma determinada estrutura espacial deve ser sempre perspectivada na combinação que a liga à estrutura cultural e à estrutura social.

Embora Rémy realce que, ao nível explicativo, os únicos elementos de base são as estruturas cultural, social e de personalidade, a incidência do factor espaço não perde, no entanto, significado ou importância, pois ele é uma mediação indispensável ao fornecer códigos e, também, o pilar físico a partir dos quais se formam concretizações particulares e as relações entre os actores. Ou seja, as estruturas espaciais determinam os efeitos particulares mas não autónomos, sendo esses efeitos na estrutura espacial apenas compreendidos a partir da estrutura social (Rémy, 1981:217).

1.2. O modo dominante da apropriação do espaço urbano

A proposta teórica de Rémy, permite disponibilizar um modelo conceptual pertinente para pensar a relação do espaço com a estrutura social. Por esse motivo iremos continuar com o autor e ver como ele utiliza estes conceitos, convertendo-os num modelo de análise que pode ser aplicado aos efeitos sociais do espaço urbano. A par da proposta que nos é dada por Rémy, deixamos ainda alguns apontamentos de outros autores.

Devido à variedade de formas e desenvolvimento das cidades, Rémy distingue três situações: de pré-urbanização, de transição ou de industrialização e de urbanização, analisando, de seguida, os impactos de cada uma sobre o sistema social, o sistema cultural e o sistema de personalidade, procurando, ainda, determinar o modo como os actores procedem à sua integração, desenvolvendo um modo dominante de apropriação.

Ora, estando o nosso objecto de estudo integrado nas ditas situações urbanizadas, é sobre estas que iremos debruçar a nossa atenção, tomando como referencia primordial, a análise de Rémy e Voyé (1994).

As aglomerações urbanizadas são representadas como espaços funcionalmente especializados em que as várias actividades profissionais e sociais se distribuem por vários espaços. Este efeito de dissociação espacial das actividades é acompanhada por uma tendência para a sua concentração em locais especializados, próprios para o efeito, adquirindo, assim, cada bairro uma determinada função dominante, ou tornando-se num local com tendência para a monofuncionalidade. Ao nível residencial existe, igualmente, a tendência para uma certa especialização. Neste sentido, os bairros de habitação correspondem a reagrupamentos maioritários da população segundo a sua categoria sócio-económica.

Estando as diversas funções localizadas / instaladas em bairros especializados, não é possível à população satisfazer ou realizar as suas necessidades unicamente num lugar. Deste modo, para

realizar várias actividades e tirar partido de diversos equipamentos disponíveis torna-se imprescindível deslocar-se. É neste deslocamento quotidiano constante, que os cidadãos urbanos produzem e apropriam-se do que Rémy refere de “espaço-móvel” (1994:74). A estrutura morfológica dos espaços, sujeitos ao processo de urbanização⁹, nomeadamente a cidade, apresenta, deste modo, como característica estrutural marcante uma especialização funcional e uma especialização residencial, o que implica uma exigência de mobilidade.

Partindo da ideia do que foi dito, pode afirmar-se que a mobilidade é um factor de adaptação, integração e participação da vida urbana. No entanto, esta capacidade não é acessível de igual modo a todos os indivíduos, ou seja, não está igualmente distribuída pela sociedade. Ela depende em boa parte dos recursos financeiros e de determinadas disposições culturais dos indivíduos. Rémy dá especial relevo ao factor cultural, associando as exigências de enraizamento local e de relacionamento intenso dos grupos sociais desfavorecidos com a necessidade desses grupos terem pontos de referência concretos e estáveis. Por oposição, a maior mobilidade e a maior deslocalização das redes relacionais dos grupos sociais dominantes seria, segundo o autor, possibilitada pela sua capacidade de abstracção aplicável à identificação de cada espaço. Numa análise à relação diferencial com o espaço, tendo por um lado, os valores da elite intelectual e, por outro, os valores da classe operária, Melvin e Carolyn Webber aproximam-se da ideia de Rémy. Concluem eles, que a abertura para o mundo que a elite pode usufruir favorece um tipo “cosmopolita” da relação com o tempo e com o espaço, que determina uma grande mobilidade residencial e um habitat aberto para uma multiplicidade de relações. Ao contrário, para a classe operária, a impossibilidade de prever o futuro, obrigam a um certo “localismo” e a um reforço da comunidade residencial em torno dos elos primários particularmente sólidos (cit in: Castells, 2000:171).

Ainda neste registo, Chombart de Lauwe, nos estudos que consagrou aos comportamentos das famílias operárias (no cruzamento entre a vida na empresa e as actividades exteriores ao trabalho), sugere modelos específicos de apropriação do meio residencial e da cidade. Na sua análise, Chombart de Lauwe, salienta que as redes de relações no meio operário surgem muito menos dispersas geograficamente do que nas camadas médias ou superiores. Estas últimas caracterizam-se por usos mais diversificados e mais extensos dos espaços urbanos (cit in: Grafmeyer, 1995:50). Ou seja, as mobilidades quotidianas e as redes de relações dispersas geograficamente são mais evidentes à medida que subimos de grupo social.

⁹ Para Rémy e Voyé (1994), a urbanização é um processo e não um espaço físico, embora seja a cidade o lugar privilegiado desse processo. Para eles, a urbanização é um processo que integra a mobilidade não apenas de pessoas e bens, mas também de mensagens e de ideias na vida quotidiana.

Na residência, como em outros domínios, os actores sociais, segundo Grafmeyer (1995), dispõem de margens de liberdade que não são coincidentes e que dependem ao mesmo tempo dos recursos de toda a ordem que possam mobilizar e das restrições objectivas que delimitam o seu campo de acção. Assim e segundo o mesmo autor, as mobilidades dos indivíduos serão justificadas e explicadas no cruzamento das lógicas dos actores e das determinantes estruturais, ou seja, a problemática da mobilidade, situa-se no cruzamento entre estruturas e actores, restrições e escolhas e entre condutas e intenções.

Deste modo, conforme as diferentes possibilidades e capacidades de mobilidade, o espaço urbanizado será para uns uma mais-valia que os fortalece na transacção social, enquanto para outros será um obstáculo que os exclui ou marginaliza. Rémy analisa esta integração da mobilidade na vida quotidiana, tomando como principal referência a “classe média”, pois é nesta população onde a dinâmica é mais visível e explícita. Relativamente aos efeitos sobre as modalidades de apropriação urbana de outras posições sociais, são consideradas como sendo susceptíveis de articulação descoincidente ou de contradição com o modelo dominante.

O sistema social no espaço urbanizado reflecte a integração da mobilidade através do aparecimento de uma vontade de escolha, que é favorecida pela distribuição dos equipamentos por várias localizações. Esta descentralização dos equipamentos, é sem dúvida um factor importante para as transformações sociológicas dos meios residenciais. A liberdade criada desta forma origina uma reorganização social, na qual as relações que possam constituir um entrave à liberdade de comportamento pessoal são rejeitadas. É o caso das relações de vizinhança tradicionais substituídas pelas redes funcionais de relações elegidas pela sua utilidade, que não adquirem implicações definitivas. Podemos, neste sentido, falar de relações em que as ligações se baseiam em *laços fracos* (Mela, 1999:229). Para Alfredo Mela, este tipo de *laços*, distinguem-se por um empenho emocional mais baixo, baseados tendencialmente na partilha de interesses específicos, podendo esses *laços* ter um carácter temporário.

Rémy, defende que o funcional e o afectivo são dimensões que se autonomizam a partir do momento em que a proximidade espacial na residência deixa de necessitar um contacto interpessoal intenso. Seguindo esta linha de pensamento de Rémy, podemos então afirmar que a melhoria nos transportes, o aumento das distancias entre espaço residencial e laboral, a dispersão geográfica dos familiares e amigos, o aumento das possibilidades de escolha no que se refere ao lazer e às compras, e o crescente centramento no espaço doméstico por parte dos indivíduos, têm reduzido progressivamente o papel da vizinhança enquanto local de interacção social e de solidariedade.

Para Rémy, também o controlo social perde preponderância, a sua base ecológica, pois a maior dispersão de actividades impossibilita a observação directa. Se o controlo social se dilui,

igualmente, as solidariedades globais de outras formas de aglomerações (rurais, pré-urbanas, de transição) são ultrapassadas ou substituídas por um conjunto de solidariedades parciais, assentes em avaliações específicas referentes a actividades particulares.

Deste modo, de acordo com Rémy (1994), a crescente autonomia individual, conduz à desvalorização das relações de vizinhança enquanto possível rede de controlo pessoal, verificando-se uma intenção de distanciamento face às pressões do espaço imediato, isto é, o meio residencial. Ou seja, o indivíduo ao emergir como entidade autónoma afasta qualquer pressão social que possa ser entendida como um limite à sua autonomia.

A vida social no espaço urbano, onde prevalece a maior heterogeneidade social e uma maior densidade populacional, torna, de um modo geral, o indivíduo mais auto-centrado e fechado sobre si mesmo, em detrimento dos laços sociais de carácter comunitário¹⁰.

A reorganização social acente na liberdade individual e no indivíduo em si mesmo que domina a vida social no espaço urbano em detrimento do contacto interpessoal intenso, é algo, igualmente, bem visível em Simmel e Louis Wirth (in: Fortuna, 1997). Simmel, no seu texto de 1903, “*A metrópole e a vida do espírito*”, refere-se a uma conduta social do indivíduo baseada na distância e na indiferença, pois os constantes contactos públicos nas cidades não permitem ao indivíduo reagir da mesma forma que os contactos que existem numa pequena localidade, onde cada um conhece e tem uma relação activa com quase todas as pessoas. Simmel diz que se esse contacto mais íntimo existisse na cidade, estaríamos completamente atomizados interiormente e cairíamos numa condição mental deplorável. Deste modo, o comportamento de indiferença e insensibilidade face ao excesso de estímulos nervosos forçam o distanciamento emocional (diluição dos laços sócio-afectivos). Para ele, esta predisposição psicológica, como o privilégio da suspeição que desfrutamos à vista dos outros, com os quais nos cruzamos continuamente em fugazes contactos, mobilizam em nós uma atitude de reserva, que nos permite ignorar vizinhos de longa data, como surgirmos aos olhos do bairro com distância e indiferença.

Para Simmel, na cidade esta atitude de reserva perante os outros envolve um outro traço psíquico mais geral que é o de assegurar ao indivíduo um determinado grau de liberdade pessoal sem paralelo em quaisquer outras circunstâncias, sendo a mobilidade um meio que permite alargar a esfera de liberdade dos indivíduos, pois potencia-lhes a sua capacidade de escolha e decisão.

¹⁰ Este tipo de relações implica a existência do conceito de comunidade, que tem sido muito utilizado no estudo das “unidades de vizinhança”. Este conceito é frequentemente associado ao tipo de relações sociais de vizinhança, quer no seu *conteúdo* (tipo de relações que derivam das actividades de vizinhança), como à sua *extensão* (unidades/espaço territoriais de vizinhança). Segundo Tonnies (1979), o conceito de comunidade (tipo ideal de estrutura de relações sociais), seria definida por um agrupamento, em que os laços entre os membros se baseiam em relações face-a-face e relações de interdependência vividas de um modo profundamente afectivo, sendo a unanimidade dos valores um dos seus traços e factor de coesão do grupo.

Também Louis Wirth, no famoso artigo “*O urbanismo como modo de vida*” de 1938, salienta a existência nas cidades de um grande número de pessoas a viver muito próximo uma das outras, sem se conhecerem pessoalmente. Devido à multiplicidade de contactos ocasionados pela vida da cidade as relações sociais, mesmo as face-a-face, tendem a tornar-se anónimas, superficiais, transitórias e efémeras, baseando-se essencialmente pelo fim que têm em vista, isto é, são marcadas pelo utilitarismo e não tanto pelo afectivo. Para Wirth, a grande dimensão do aglomerado urbano destrói os laços sociais comunitários e limita a possibilidade do interconhecimento. A esta limitação de interacção pessoal, associa-se o desenvolvimento de contactos sociais segmentados, o que origina conhecer-se menos pessoas de forma mais íntima.

A maior mobilidade a que a população das cidades está sujeita, implica que as relações pessoais sejam relativamente fracas, envolvendo o indivíduo em actividades e situações diferentes todos os dias. Cada cidadão encontra-se preso a uma complexidade de papéis e de dependências, sendo que existe uma certa interdependência entre actividades, funções e estatutos diversificados. Na ideia de Wirth, cada cidadão é induzido a dividir o seu tempo e os diferentes lugares da sua vida entre as interacções especializadas, que envolvem apenas uma dimensão particular do seu ser (trabalho, vida familiar, compromisso político, etc.). Este repartimento das relações explica a racionalidade geralmente atribuídas aos habitantes das cidades, visto que tende a impregnar o cálculo racional em todas as relações interpessoais para além da esfera estritamente económica. O predomínio destas características implica, segundo Wirth, que os laços sociais de tipo comunitário tendam a desaparecer (enfraquecimento dos vínculos familiares e de vizinhança), para dar lugar ao indivíduo emancipado relativamente aos particularismos locais. Assim, o indivíduo, por um lado, ganha uma autonomia e liberdade relativamente ao controlo pessoal e emocional exercido por grupos próximos mas, por outro, tem uma tendência para a massificação das opiniões e dos comportamentos que não contradiz o risco de isolamento das pessoas.

Estes breves apontamentos de Simmel e Wirth permitem compreender melhor a ideia de Rémy relativamente à maior liberdade e autonomia individual, bem como a existência de uma maior distinção entre utilidade e afectividade ao nível dos contactos interpessoais. Neste sentido, existe a ideia que a mobilidade, enquanto exigência da vida social no espaço urbano, é conceptualizada como um factor de desorganização dos laços sociais “primários” entre os indivíduos ao nível dos espaços residenciais, bem como dos laços afectivos que ligam os indivíduos a esses espaços.

Na ideia de Rémy, as relações interpessoais, nesta lógica urbanizada do sistema social, não são o elemento crucial do processo de integração social. Para ele, a mobilidade e o seu papel na reorganização dos modos de vida nos espaços sujeitos ao processo de urbanização produz um novo modo de espacialização da vida social, que é caracterizado pela flexibilização dos laços entre os

aspecto morfológico / espacial e a estrutura da vida colectiva. O funcionamento passa a ser em sistema aberto, podendo a substituição de elementos e o seu aumento numérico ocorrer sem que isso afecte a organização de conjunto. Neste sentido, as redes sociais tendem a estender-se para o exterior, envolvendo novos indivíduos. Alfredo Mela (1999:229), salienta que nestes casos a rede podem por em contacto recíproco indivíduos que operam em entidades espaciais não contíguas entre si, situadas em pontos do território distantes entre si. No entanto, as relações onde a flexibilização dos laços é mais notória, surgem, segundo Mela, em redes onde predominam laços fracos. Seguindo de perto a ideia de Rémy sobre a flexibilização de laços, Mela (1999:229), pegando na ideia de Granovetter (1973), diz que os laços fracos estão paradoxalmente dotados de uma «força» peculiar, que se reflecte do facto de serem propensos a ramificar-se, criando ligações que inicialmente não seriam pensáveis entre indivíduos heterogéneos e, desse modo, conferindo às redes dinâmica e abertura.

Neste novo “paradigma”, no qual a evolução no plano profissional se traduz por uma multiplicação de imposições sobre a vida pessoal, enquanto no plano extra-profissional se regista um aumento de autonomia, Rémy (1994:85) considera o projecto individual como a condição principal da eficácia colectiva, pois permite valorizar a lógica das escolhas e as modalidades novas do controlo organizacional.

Esta análise de Rémy, significa que quer as inclinações individuais concedam primazia à vida extra-profissional, lazer ou consumo, quer canalizem a procura da realização no campo profissional, resultam sempre em favor da actividade económica e, portanto, do interesse colectivo.

Relativamente ao sistema cultural, os efeitos da urbanização são evidentes ao nível da inversão de valores entre espaço interior e espaço exterior. Neste contexto, o fechamento passa a ser negativizado e a abertura vista de maneira positiva. A autonomização em relação a espaços concretos, não significa o desaparecimento das identidades colectivas, mas antes a sua abstracção de inserções espaciais específicas. Estando o quotidiano cada vez mais estruturado pela mobilidade, a proximidade territorial vai deixando de ser a base prioritária ou fundamental da proximidade cultural. Deste modo, reforça-se, então, a possibilidade de ao nível da habitação existir uma coexistência de elementos heterogéneos e, inversamente, a partilha da homogeneidade cultural passar a poder desenrolar-se no exterior.

O que foi referido, demonstra que a mobilidade é um factor que possibilita deambular sobre o território, permitindo concretizar a dissociação entre o espaço de vida quotidiana e o espaço de formação de referências. A mobilidade é, deste modo, segundo Rémy (1994:87), reapropriada enquanto factor de superação dos limites dos espaços imediatos, o que permite a instauração de um

projecto individual para além das obrigações associadas às pressões sociais exercidas no confinamento desses espaços imediatos.

No seguimento do que tem sido referenciado, o aumento da mobilidade dos indivíduos, enquanto exigência económica/profissional, possibilidade técnica e como valor social, e a possibilidade de comunicação à distancia proporcionada pelas novas tecnologias de comunicação, tem provocado com que a relação social de tipo comunitário perca, de uma maneira notória, uma base espacial imediata e local. Sobre este ponto, Wellman e Leighton (1981), fazem emergir a tese da Comunidade Emancipada, referindo-se ao novo contexto que possibilita a persistência das relações comunitárias nas sociedades industriais, marcadas por quadros de interacção de natureza burocrática. Com esta perspectiva, a vida comunitária deixa de necessitar de uma base espacial local e imediata. Segundo os autores, esta Comunidade Emancipada (predominante nas áreas urbanas) opõe-se à tese da Comunidade Perdida (para quem a modernidade destruiu as bases da vida comunitária) e à tese da Comunidade Protegida (para quem a comunidade persiste nas sociedades industriais, mas em espaços marginais e socialmente homogéneos).

Assim, a associação quase imediata entre o conceito de vizinhança e o conceito de comunidade tem tendência a perder significado em contexto urbano, pois se as relações de vizinhança pressupõem a existência de um espaço próprio e comum (proximidade física residencial), o conceito de comunidade não necessita forçosamente desse espaço próprio e comum. A comunidade pode, então, definir-se pelo tipo de relações sociais e partilha de valores comuns sem base espacial definida.

No que se refere ao sistema de personalidade, a importância do projecto individual manifesta-se cada vez com maior intensidade. Desaparecida a sociedade totalizante, onde as prioridades eram colectivamente definidas, é com as suas orientações do seu projecto que o indivíduo enfrenta as muitas solicitações e tensões que no quotidiano o assolam. Neste contexto, salienta Giddens (1994), a identidade dos indivíduos torna-se menos dependente de factores exógenos constituindo, por conseguinte, um processo formativo organizado reflexivamente. Assim, a noção de estilo de vida¹¹ assume na vida social moderna um significado central, pois quanto mais a tradição perde a sua influencia e quanto mais a vida diária é reconstruída em termos de jogo dialéctico entre o local e o global (a multiplicidade de contextos espaciais que estruturam o quotidiano dos indivíduos), mais os indivíduos são impelidos a efectuar escolhas de estilos de vida entre uma multiplicidade de opções.

Deste modo, já não é essencialmente como membro de um grupo que o indivíduo interage com outros indivíduos, o que origina que tudo o que constitua suporte de uma identidade colectiva tende a ver a sua significação reduzir-se. A urbanização observada desta forma, como um factor que

exacerba a individualização, acaba por esvaziar o controlo social que as relações sociais de proximidade têm tendência a imprimir (em particular as familiares), favorecendo esse facto uma maior liberdade individual face às instancias de controlo social inerentes ao seu meio social.

Neste contexto de liberdade individual, Rémy (1994), salienta que as trocas são essencialmente individuais, sendo o indivíduo que escolhe e decide, pelo que a emergência da consciência individual acaba por reduzir bastante a existência de representações colectivas. Embora o espaço social urbanizado favoreça uma diluição dos vínculos materiais e simbólicos dos grupos em benefício do desenvolvimento da autonomia da consciência individual, um outro suporte para o indivíduo surge da possibilidade de se inserir em pequenos grupos de interesse que, ao desenvolverem convívios afectivos, permitem fornecer uma base de selecção e de interiorização dos comportamentos disponíveis.

Fora destes grupos de relacionamento, a vida social decorre sobre um anonimato quase exclusivo em que, para se situarem uns aos outros, os indivíduos utilizam critérios externos de pertença. Particularmente importante na “classe média”, a prática de preterir os critérios de avaliação do grupo de pertença em detrimento dos do grupo de referência a que se deseja aderir é bastante comum. Qualquer que seja o seu grau de identificação com a dinâmica dominante, os projectos só podem prosseguir se os indivíduos se mostrarem capazes de investir em duas frentes, isto é, nos pequenos grupos de segurança afectiva e na manipulação flexível de critérios externos de referência. Para Rémy, o sistema social, o sistema cultural e o sistema de personalidade, não podem agora ser integrados mediante um processo global em que o factor decisivo são as relações interpessoais. Em meio urbanizado, cabe ao projecto individual desempenhar um papel transversal aos três sistemas, dando origem a processos de integração que são parcialmente independentes uns dos outros.

¹¹ Giddens considera estilo de vida, um conjunto de decisões tomadas; cursos de acção e formas de comportamento.

1.3. O espaço urbano, a localização da residência e o seu significado social

Relembramos mais uma vez que o nosso objecto de estudo é um realojamento social realizado em vários lotes habitacionais que se dispersam numa malha urbana consolidada e, desse modo, edificados lado-a-lado com habitações produzidas pelo sector privado. Sendo o realojamento realizado deste modo, procuramos perceber como a população afectada o percebe, no sentido em poder retirar alguma vantagem social desta localização residencial. Para já, poderemos considerar este tipo de realojamento como uma miscigenação urbana através do alojamento (Villanova, 2001:13)¹².

Pelo o que atrás referimos, ao examinarmos a composição espacial e os efeitos de estrutura social, percebemos que para Rémy as cidades caracterizam-se por uma divisão social dos espaços de residência, com uma determinada categoria sócio-profissional a dominar a composição de cada bairro. Este domínio de um grupo social não é apenas numérico, conforme Grafmeyer (1995:55,56), mas também da marca que esse grupo imprime à imagem do lugar e do controlo que os seus membros exercem sobre as sociabilidades locais, sobre os modos de vida e, às vezes, sobre os próprios processos de povoamento. Significa isto, que embora a opção por uma dada localização possa ser, muitas vezes, influenciada por factores de atracção subjectivamente ponderados (acessibilidade, frequência de equipamentos, tranquilidade, etc.) e o peso dessas características variar em função das etapas do ciclo de vida ou de fenómenos de moda, as escolhas são dominadas pelas possibilidades económicas dos actores dentro de uma oferta (conjunto de bairros / localidades) a que possam aceder. A produção e distribuição do alojamento baseado essencialmente nos factores económicos tem tendência a exacerbar a segregação sócio-espacial, isto é, para a estratificação dos locais de residência, onde os grupos dominantes realizam as escolhas absolutas, diminuindo a margem de liberdade de escolha à medida que se desce na escala social, até ser quase inexistente nos grupos de menores recursos.

O solo urbano transformado em habitação e inserido na lógica de mercado vai provocar constrangimentos no seu acesso, sendo maior o constrangimento quanto menores forem os recursos. É neste contexto, que Rex e More (cit in: Savage e Warde, 2002:70) falam de “classes de habitação”, que expressa os benefícios desiguais de diferentes tipos de “situação de habitação”.

No que diz respeito à liberdade de escolha, Grafmeyer (1995:82,83) refere que os actores sociais dispõem de margens de liberdade bastante desiguais, que dependem ao mesmo tempo dos

¹² Roselyne de Villanova, refere que actualmente a preocupação do pensamento urbanístico centra-se na procura da miscigenação em detrimento do zonamento e do pensamento funcionalista. Esta miscigenação, segundo a autora, prevê a mistura de categorias de alojamento. Neste caso, entre o alojamento social e o alojamento privado. No

recursos de toda a ordem que possam mobilizar, e das restrições objectivas que delimitam o seu campo de acção.

A localização das habitações torna-se, deste modo, nas palavras de Grafmeyer (1995:41), num “marcador” útil para referenciar os grupos sociais, as relações entre os grupos e, também, a maneira como se estrutura uma sociedade urbana. Neste sentido, para Castells (2000), a habitação torna-se num bem diferenciado que apresenta um conjunto de características relativamente à sua qualidade, forma, localização e seu *status institucional* que determina os *papeis*, os níveis e as filiações simbólicas dos seus ocupantes. Para Castells, a distribuição dos locais de residenciais são definidas através das capacidades económicas, dos status profissionais, dos níveis de instrução, das filiações étnicas, ou dos ciclos de vida dos indivíduos. É nesta lógica que, segundo o autor, poderemos falar em estratificação urbana, correspondendo ao sistema de estratificação social.

Deste modo, a diferenciação residencial será mais notória à medida que se acentua a heterogeneidade social. Como afirmam Rex e More, referenciados por Savage e Warde (2002:71), existirão tantas classes residenciais na cidade como tipos de acesso ao uso da habitação. Rex e More falam de “classes de habitação”.

Se é evidente que a emergência de diversas classes residenciais proporcionam uma cada vez maior especialização e profissionalização dos mercados imobiliários, também é verdade que a distribuição dos vários tipos de alojamento e o acesso diferenciado dos grupos sociais aos diferentes produtos residenciais constituem, segundo Teresa Barata Salgueiro (2001:195), a base da segregação socioespacial na cidade industrial onde a hierarquia social encontra um paralelo nos vários tipos de alojamentos que o mercado disponibiliza a preços diferentes com localizações diversas.

Sendo como já vimos a habitação um bem diferenciado e os locais de residência estratificados, podemos observar o espaço residencial sob a perspectiva dos códigos dominantes do sistema cultural, onde podemos encontrar outros efeitos sobre esse espaço, ao nível das escolhas e das formas de apropriação. Como salientámos anteriormente, a mobilidade permite aos indivíduos desenvolver a sua vida relacional de um modo mais distante, tornando as interacções com os outros mais independentes da inserção habitacional. Assim sendo, a identidade social e cultural pode estar dissociada da proximidade espacial, o que desde logo implica uma diminuição da significação global do bairro. As amizades e as interacções podem situar-se em outros locais que não o local de residência. Deste modo, a localização dos habitantes e apropriação do espaço residencial preside a um projecto individual que, segundo Rémy (1994:99), é determinante e que, consoante o caso, irá

entanto, Villanova salienta que em França e outros países, as experiências de proximidade de populações socialmente diferentes têm originado problemas de vizinhança.

rejeitar o domínio de um bairro visto como controlando, fechando e reduzindo a autonomia, ou então irá utilizar esse bairro de forma instrumental, na perspectiva da sua própria realização. Qualquer que seja a orientação, mais uma vez a decisão individual surge como factor primordial.

Nos projectos residenciais, Rémy admite a existência de um “mundo de signos” nos comportamentos urbanizados, dando como exemplo a tendência para as mudanças de habitação fazerem do local de residência um critério de referência (1994:93). Esta ideia não se afasta muito de Castells, quando este se refere à habitação, como um mundo carregado de pulsões e de frustrações, sendo a composição dos seus símbolos a expressão da inserção social e da evolução psicológica dos seus habitantes (2000:248). A habitação e o local de residência evidenciam-se, assim, como um signo de demarcação e um objecto de comparação com o qual podemos excedermos ou superiorizar relativamente aos outros.

Para Peraldi e Forest (1992:128), são as escolhas residenciais que fazem do alojamento um operador que faz recair a sociedade em posições, segmentos, lugares ou espaço psíquico, que no somatório materializam a sociedade. Na ideia destes autores, o espaço é visto como a face material das relações sociais, sendo essa face analisada com vista à reconstituição do social na sua ordem e racionalidade. Nesta proposta, o espaço surge, quase sempre, como o suporte que reflecte outras variáveis.

As relações entre a família e o alojamento, com a preocupação de compreender os fundamentos sociais do *habitat*, da mobilidade e da estabilidade residencial, e ainda os modelos culturais que organizam as representações do “habitar”, são motivos de análises para esta área de investigação. A questão da localização residencial deve, então, ser observada e analisada na sua relação com outras dimensões da vida urbana. De um modo mais lato, seguindo a ideia de Grafmeyer (1995), as “maneiras de habitar”, envolvem sistemas de atitudes e de práticas que se relacionam por sua vez com o alojamento, a vizinhança, o bairro e a cidade, sendo que as práticas e a interdependência entre estas unidades variam de acordo as categorias socioprofissionais, as idades, os sexos e as trajectórias de vida.

No sentido de dar conta das práticas habitacionais das famílias, alguns autores estruturam as suas abordagens em alguns conceitos, como por exemplo, “trajectória residencial” e “estratégia residencial”. A introdução destes conceitos, partem da ideia que as famílias elaboram projectos residenciais, pondo-os em prática inseridos numa estratégia objectiva. Esta estratégia, surge, para Bonvalet e Fribourg (1988:1), como um compromisso aceitável entre constrangimentos – constrangimentos do mercado de habitação, constrangimentos económicos e financeiros – e os fins definidos, ou ainda, como um conjunto de meios disponibilizados pelo trabalho para atingir um objectivo preciso dentro dum sistema de constrangimentos. Grafmeyer (1995:81), salienta que as

“trajectórias residenciais” para além de sugerirem uma determinada série de posições sucessivas, são encadeadas, segundo uma ordem inteligível, que emergem segundo uma sucessão de decisões. Segundo o autor, estas decisões não implicam que o percurso dessas trajectórias possa ser de imediato interpretado como a realização bem-sucedida de um determinado projecto inicial.

É inserido nesta ideia racionalista e premeditada, que o conceito de estratégia é utilizado englobando todos os processos que envolvem escolhas residenciais. Sem dúvida que um dos processos determinantes para a escolha residencial é a localização da habitação, mas não único. Para além da localização, Bonvalet e Fribourg (1988:5), apontam, também, o regime de ocupação e a dimensão do alojamento como critérios importantes para a escolha. Castells (2000:248), acrescenta, ainda, que a mobilidade residencial desenrola-se essencialmente em função das necessidades da família, em particular devido ao tamanho, e a ocasião das possibilidades financeiras, reguladas pelo ritmo de vida profissional.

A vida profissional e a posição que se ocupa nessa variável é um factor muito importante para definir as trajectórias e as estratégias residenciais. Grafmeyer (1995), salienta isso mesmo, ao referir que o mundo do trabalho inflecte muito directamente as trajectórias residenciais dos indivíduos, ao implicá-los em situações específicas de constrangimentos, oportunidades e atitudes. Neste sentido, as escolhas residenciais são, em parte, determinadas pela posição dos indivíduos na divisão do trabalho e, também, consoante os recursos e as disposições herdadas ou adquiridas ao longo da existência. Também para Badcock o mercado de trabalho um factor de extrema importância no acesso à habitação. A sua argumentação, é que a procura de habitação resulta da estrutura de emprego, sendo que a posição no mercado de trabalho constitui o principal elemento que determina os recursos financeiros do agregado os quais, por seu turno, constituem um factor condicionante no acesso à habitação (in: Savage e Warde, 2002:77).

Como podemos observar, a habitação, para além de um “mundo de signos”- desejos, aspirações, frustrações - é um bem que devido ao seu valor monetário desenvolve uma série de constrangimentos no seu aceso, reflectindo-se isso mesmo na existência de diversos grupos de consumo. A habitação é na ideia de Castells (2000:248), um produto de um processo sócio-económico geral e a sua ocupação ocorre conforme as leis da distribuição social.

Na nossa sociedade, a posição residencial tem uma função importante, pois sendo fundamentalmente determinada pela posição no sistema produtivo, reflecte quase de imediato as hierarquias sociais. A transformação do alojamento em mercadoria permitiu que ele se convertesse em símbolo importante para caracterizar o nível social de cada um, por isso, segundo Teresa Barata Salgueiro (2001:183,184), o valor simbólico atribuído ao alojamento extravasa o seu conteúdo e estende-se ao espaço, ao bairro onde ele se localiza. Assim sendo, o conhecimento da morada

fornece uma indicação sobre a posição social dos indivíduos que procuram obter as localizações que considerem condignas.

A localização, para além da qualidade ou forma da habitação (materiais, arquitectura, estética, dimensão, etc.), será sem dúvida um factor decisivo nas estratégias familiares para procurarem fazer corresponder as posições residenciais e sociais. A importância das estratégias de localização, demonstra que a atracção por determinados espaços não depende exclusivamente de factores económicos, mas também de efeitos de representação social. O prestígio associado à residência em certos locais, é salientado por Barata Salgueiro (2001:184), pois a conexão que vulgarmente se faz entre o bairro e o nível dos moradores, pesam bastante nas opções localitivas dos grupos de maiores rendimentos, grupos que, segundo a autora, periodicamente definem as novas “áreas finas”. Neste sentido, pode-se explicar que a mobilidade residencial leve algumas famílias a procurar não alojamentos de maior qualidade, dimensão ou conforto, mas bairros ou zonas com uma determinada imagem que, além de desejados por muitos, reflectem um dado *status* de quem o habita. Como salienta Grafmeyer (1995:86), a instalação num bairro mais valorizado pode acompanhar o acesso do agregado a uma posição social mais favorável. A nova localização pode proporcionar aos recém-chegados a possibilidade de se inserirem em todo um jogo de relações locais, de imagens públicas e de práticas valorativas. Segundo Grafmeyer, o lugar habitado, enquanto elemento de estatuto, intervém assim a vários níveis na qualificação social dos que o habitam, não sendo apenas um puro e simples reflexo dessa qualificação.

A aspiração em residir em determinados bairros ou locais leva, igualmente, alguns a investir num alojamento de valor económico muito elevado (através de empréstimos elevados que implicam, muitas vezes, determinados sacrifícios e privações de vária ordem¹³) para serem socialmente reconhecido o estatuto a que se acham com direito. Ou seja, mais uma vez reparamos que a produção e distribuição de alojamentos, influencia o espaço, dotando-o de um valor “simbólico” e monetário indexado a questões como a qualidade, formas arquitectónicas e localizações socialmente valorizadas e / ou funcionalmente desejáveis. Deste modo, a configuração espacial urbana é, em boa parte, o resultado de transacções mercantis do solo, sendo este, na ideia de Grafmeyer (1995), um produto de uma competição generalizada entre os vários agentes da vida urbana (famílias, empresas, administrações, etc.). Esta competição em torno do solo, origina a

¹³ Para esta realidade muito contribuiu a generalização e a “democratização” do crédito à habitação ao possibilitar que alguns agregados pudessem adquirir habitações em determinadas zonas – “bairros finos” ou “distintos” - que muito dificilmente o conseguiriam sem o forte contributo do crédito. Esta realidade, permitiu, também, que a homogeneidade residencial seja actualmente menos rígida, transformando-se basicamente numa questão de *grau*.

produção de locais mais valorizadas e mais cobiçadas, bem como uma diferenciação económica do valor do solo e dos preços imobiliários¹⁴.

As escolhas locativas são certamente importantes para pensar os comportamentos residenciais das camadas mais favorecidas e os benefícios estatutários que os privilégios espaciais lhes permitem aceder mas, para além disso, permitem perceber que essas escolhas são bastante menores e limitadas nas posições sociais mais baixas. Ou seja, a maior privação na escolha do espaço de residência pelas camadas mais desfavorecidas empurra a maioria das famílias sem recursos para zonas menos valorizadas e a recorrer às soluções habitacionais recusadas pela maioria da sociedade.

É inserido nesta limitação, que emergem as soluções informais de provisão de alojamento. A “auto-construção espontânea”, representada essencialmente por barracas e bairros de lata é a mais visível e chocante. Estes espaços, para além de desenvolverem um processo de exclusão pelo *habitat*, rapidamente ficam associadas à marginalidade e delinquência; ou seja, verificamos uma “dupla exclusão”. A vivência em maus alojamentos implica quase sempre um “estigma” de comportamentos desviantes, relacionados, na sua maioria, com furtos, consumo e tráficos de estupefacientes. Segundo Firmino da Costa e Graça Cordeiro (2001:215), estes espaços tornam-se lugares “estigmatizados”, que ficam sujeitos a imagens externas redutoras, lugares etiquetados, e assim sujeitos a exclusões exercidas a partir de posições sociais exteriores.

O que referimos, permite-nos afirmar que da mesma maneira que os grupos mais favorecidos vêem o seu prestígio social aumentado pelas localizações valorizadas das suas residências, os mais desfavorecidos vêem os seus espaços de residência desqualificados acentuar a sua desqualificação social.

Estes tipos de bairros implicam quase sempre para os seus residentes um prestígio social marginalizante que advém, por um lado, de determinados “estilos de vida” aí existentes e, por outro, das suas localizações (terrenos acidentados, de difícil acesso, muitas das vezes longe de transportes e serviços e sem grande valor urbanístico), o que mais uma vez sugere que a apropriação do espaço urbano, não é um processo neutro nem aleatório como refere Ana Cardoso, mas antes um processo que se efectua em função da exclusão ou quase exclusão de certos grupos sociais de certos locais (1993:56).

¹⁴ Como salienta Christian Topalov (in: Grafmeyer, 1995:63,64), o alojamento não é inteiramente reprodutível, porque está construído sobre um solo. O solo, sendo o suporte do alojamento, é um dos elementos constituintes do valor do alojamento, dependendo o seu valor da qualidade da sua localização e, por consequência, indirectamente, das riquezas produzidas colectivamente pela cidade. É assim que cada imóvel retira um benefício desigual (ou prejuízo) em função da localização mais ou menos favorável que ocupa no espaço urbano. Neste sentido, as transacções referentes aos alojamentos envolvem muito mais do que os seus custos de produção, envolvendo todos os processos de valorização / desvalorização que induzem, em cada ponto do seu território, o futuro da cidade.

Algumas pesquisas em meios residenciais onde habitam camadas mais desfavorecidas, referem o enraizamento local (pouca necessidade de mobilidade física e pouca oportunidade de mobilidade social), o isolamento físico, os laços de vizinhança e os reagrupamentos familiares, como características das relações entre estas populações e o seu espaço de residência.

Não estando inseridas no modo dominante da apropriação do espaço urbano, estas populações centram o seu quotidiano basicamente na vida local. Segundo Isabel Guerra (1998:122), existe uma desvalorização do modo de vida urbano e da cidade, e um autofechamento social e espacial em torno do local de residência em desfavor de uma rede alargada de relações sociais disseminadas no espaço. Ou seja, o espaço residencial aglutina e articula as várias dimensões e espaços da vida quotidiana, em particular o lazer, o convívio familiar, as redes de relações sociais e, por vezes, o próprio trabalho.

Estes espaços residenciais sendo aglutinadores de várias dimensões de espaços de vida quotidiana, têm tendência a desenvolver uma rede social densa entre os seus habitantes, bem como uma intensidade das relações no interior dessa rede acentada em relações fortes entre os indivíduos. Ao contrário do que acontece no modo dominante de apropriação do espaço urbano onde o individualismo se impõe, estes locais residenciais propiciam a existência de laços fortes entre os habitantes, que implicam segundo Mela (1999:229), um intenso empenho emocional dos indivíduos envolvidos, uma partilha relativamente ampla de interesses de vários tipos, uma relativa estabilidade do laço. Nestes casos, segundo Mela, a rede tende a ser contida num espaço geográfico «local» dotado de contiguidade entre as partes que o constituem, de dimensões limitadas.

O “tipo de vida” que se desenrola nestes locais de residência, embora desqualificados, seguindo a ideia de Herbert Gans (1962), acabam por ser um exemplo de como o espaço urbano alberga unidades de vizinhança integradas com base em laços sociais do tipo comunitário¹⁵ e pela partilha de valores comuns; ou ainda, um exemplo da tese de Comunidade Protegida de Wellman e Leighton (1981), para quem esta comunidade persiste nas sociedades industriais, mas em espaços marginais e socialmente homogêneos (mesmo que culturalmente heterogêneos).

Muito próximo da linha de pensamento de Gans, Claude Fisher (1975), dá conta da existência de determinados espaços urbanos que permitem o desenvolvimento de laços sociais fortes. Fisher

¹⁵ Relembramos mais uma vez o conceito de comunidade de Tonnies (1979). Para ele, o conceito de comunidade (tipo ideal de estrutura de relações sociais), seria definida por um agrupamento, em que os laços entre os membros se baseiam em relações face-a-face, relações de interdependência vividas de um modo profundamente afectivo, sendo a unanimidade dos valores um dos seus traços e factor de coesão do grupo.

Pensando nos bairros clandestinos degradados e porque muitos deles são espaços onde residem várias populações de origem geográfica variada, o conceito de comunidade deverá ser mais plural, isto é, diversas comunidades e porventura etnicidades, resultantes dessa heterogeneidade cultural e proximidade espacial, que estão na base da formação destes núcleos habitacionais (Antunes, 2001).

refere que ao nível local, nas unidades de vizinhança¹⁶, desenvolvem-se laços sociais estreitos entre os indivíduos, sendo que esses laços pessoais existem e perduram, em particular nas comunidades de emigrantes e nos bairros tradicionais. Segundo esta ideia, a vida social em determinados espaços residências (incluindo bairros degradados) é criada pela própria vida urbana, que estimula ao nível local o desenvolvimento de laços pessoais e relacionamento estreito entre os indivíduos. Ou seja, estes espaços contrapõem-se ao anonimato, à limitação da comunicação interpessoal e à desarticulação de valores partilhados, predominantes no modo de vida urbano.

No caso dos bairros degradados, para a existência deste tipo de laços sociais, muito contribui os espaços exteriores das habitações, isto é, a rua ou os pequenos espaços comerciais existentes nestes locais (cafés/tabernas, mercearias, cabeleireiros,...). Sendo a maioria das habitações exíguas e pouco confortáveis, a rua e os estabelecimentos comerciais acabam por ser muito frequentados e serem espaços privilegiados para o encontro e o convívio. São pontos de comunicação e de informação onde se conversa e se está, e que Leeds designa por “Pontos nodais de interacção social” (in: Antunes, 2001:223). Estes espaços muito importantes nestes locais potencializam um sentimento de pertença ao lugar.

Em muitos destes bairros reside uma população que embora culturalmente heterogénea, é provida de um sistema de valores específicos e estruturados por relações simbólicas internas. Pese embora, sejam locais onde muitas das vezes se cruzam dinâmicas interculturais diversas e criem dentro de si diversas comunidades onde se preservam costumes étnico-culturais (para que muito contribui as origens diferenciadas da população residente), o bairro surge como uma localidade, um lugar central que, segundo Leeds (cit in: Antunes, 2001:223), estrutura o sistema relacional, as trocas comerciais e simbólicas, produzindo uma coesão social que permite aos grupos uma certa mobilização para fazer frente às adversidades externas. O bairro surge, deste modo, como um espaço de “defesa”, onde existe uma solidariedade interna que, segundo Maria Antunes (2001:225), emerge de uma consciência colectiva e de significados partilhados e que se opõe não só aos

¹⁶Consideramos para estas realidades residenciais, as unidades de vizinhança como um prolongamento do conceito de comunidade, ou seja, uma proximidade física e, também, afectiva entre residentes, onde se desenrolam solidariedades locais. Conceptualmente e segundo Suzanne Keller (1975:127), a unidade de vizinhança refere-se essencialmente a áreas diferenciadas nas quais podem subdivididas as unidades espaciais de maior extensão. Neste sentido, o seu carácter distintivo pode surgir de uma série de critérios como os limites geográficos, as características étnicas ou culturais dos habitantes, a unidade psicológica dos residentes que se sentem pertencer a uma mesma esfera social, ou o uso concentrado de instalações de uma dada área para as compras, lazer, etc. Deste modo, para Keller (1975:231), a unidade de vizinhança corresponde a áreas locais com limites físicos, redes sociais, uso concentrado de equipamentos e conotações espaciais, emocionais e simbólicas para os seus habitantes. No entanto, poderá acontecer que estas dimensões não se sobreponham e coexistam numa determinada unidade de vizinhança. Ainda para a autora, a reprodução destas unidades torna-se possível, porque as pessoas, em geral, moldam-se às normas de conduta que existem à sua volta, onde muita gente leva a cabo as actividades e relações de vizinhança pela simples razão de que se espera deles que as realizem, porque esta é a forma como se fazem as coisas na sua cidade ou bairro. Para se entender as atitudes e condutas dos vizinhos deve-se conhecer, portanto, os padrões das relações de vizinhança dominantes no seu meio.

constrangimentos provocados pela sociedade mais vasta, como à imagem negativa hegemónica que recai sobre os seus residentes.

Estas dinâmicas de implementação territorial e social que atingem muitas das comunidades, podem então ser descritas e interpretadas como estratégias ou formas de compensação relativamente aos processos de exclusão socio-económica e de segregação espacial.

Estes lugares habitados, salienta Grafmeyer (1995:97), podem servir de suportes, mas também de operadores mais ou menos eficazes para manter a coerência e a coesão de um grupo. A coerência, particularmente conotada com a similitude das situações e práticas; enquanto a coesão, nas diversas formas de solidariedade e na referência a um mesmo conjunto de valores e normas. Ainda segundo Grafmeyer, os bairros, as unidades de vizinhança que compõem a cidade podem servir de quadro ao desenvolvimento de solidariedades locais e à inserção dos cidadãos em territórios e redes.

Rémy, por seu lado, para além de considerar estes casos como excepções ao modelo dominante, refere que às populações sem escolhas e mal integradas no modo de vida urbano, acabaria por se impor um valor reduzido da mobilidade social, concebida como um facto estruturante da vida quotidiana, mesmo que essas populações se vejam obrigadas a algumas deslocações, para a sua actividade profissional ou para procedimentos administrativos, por exemplo. Para elas, o bairro permanece como a unidade de vida colectiva de base, que conserva múltiplas funções tanto a nível da utilidade material (comércio...) como aos da expressão cultural, do relacional e da segurança afectiva (1994:99).

Mas se a vida comunitária é na realidade muito relevante e importante nestes espaços residenciais, a realidade demonstrada por alguns estudos empíricos, é que ela se dissolve (ou perde intensidade) quando a população é transferida para novos alojamentos, quase sempre inseridos em bairros de realojamento social. Não sendo uma situação generalizável ou de intensidade idêntica a todos os realojamentos, existem, no entanto, muitos em que a mudança de local de residência é acompanhada por essa alteração de comportamento, traduzida, segundo Young e Willmot (1983), pela passagem de uma lógica colectiva de entreatajuda para uma lógica individualizada de distanciamento.

As novas estratégias ou comportamentos relacionais emergentes na sequência dos realojamentos, é uma problemática que deve ser analisada inserida no quadro da mudança de espaço residencial. É neste quadro de mudança que se deverá procurar razões para a “metamorfose social” (Peraldi e Forest, 1992:86).

1.4. Os bairros de realojamento social como espaços desvalorizados, estigmatizados e segregados

Iremos agora centrarmo-nos sobre um espaço residencial específico, os bairros de realojamento social, planeados e construídos pelo sector público e que representam o modelo dominante de realojamento. Procuraremos evidenciar através de ideias e conceitos como estigma, isolamento social e familiar, relações de vizinhança, promoção social, marginalidades, segregação, exclusão e identidade, algumas das razões que permitam perceber algumas das razões para o porquê da “metamorfose social” e da emergência de uma nova ética residencial nesses espaços, que deveriam ser planeados e edificados com o objectivo de permitir uma melhoria da “qualidade de vida”, entendida pela melhoria das condições de existência das populações envolvidas.

A designação de “habitação social”, sugere-nos que a habitação tem, ou teve, uma intervenção com preocupações de índole social, normalmente ligada a indivíduos economicamente fragilizados que constituem pelas suas carências, um dos grandes problemas sociais da actualidade e que um ou por outro motivo não acederam ao mercado de habitação formal.

Para resolver o caos urbanístico provocado pelos inúmeros aglomerados de barracas, os grandes bairros de habitação social tornam-se, após a reinstauração da democracia em 1974, o local privilegiado para realojar, “arrumar” e dar uma habitação digna às famílias que vivem em barracas.

Portugal, até 1974, para além de ter uma promoção de habitação social bastante residual, era pouco direccionada para quem realmente necessitava (Baptista, 1999). Tal facto não significava, no entanto, que essa habitação não fosse necessária, pois as numerosas “manchas” de bairros degradados eram por demais evidentes, em particular junto dos principais centros urbanos - Lisboa e Porto. Esta realidade, fez com que Portugal só mais tarde viesse a conhecer os problemas (sociais) que muitos outros países já tinham experimentado no que se refere a estes espaços habitacionais.

Assim sendo, a problemática da habitação social, em particular os bairros edificados para esse fim, apenas se tornou mais evidente após 1974¹⁷. Este facto é salientado por Fonseca Ferreira (1994:8), ao referir que se mais problemas não têm existido é porque não existiu em Portugal uma política de habitação social numericamente significativa.

¹⁷ Para além dos realojamentos sociais em bairros destinados para o efeito não terem sido muito frequentes no Estado-Novo, será, também, verdade que a “realidade político-social” da altura não era propícia a “desvios normativos” de monta. Se por um lado, a imigração vinda do exterior do país não era significativa e a maioria dos indivíduos que engrossava a população urbana era oriunda de zonas rurais e de certo modo resignada com a sua situação de carência tendo como “humilde objectivo” uma melhoria das suas condições de vida, por outro lado, o regime político ditatorial, através da repressão, procurava dissuadir quaisquer práticas de marginalidade e, desse modo, oferecer à população uma segurança, uma “paz”, que era, aliás, uma das bases de sustentação do próprio regime.

Embora com o intuito de fornecer uma habitação condigna a populações fragilizadas e com pouca capacidade económica de adquirir habitação no mercado formal, a emergência dos bairros de realojamento como um processo de dignificação social tem verificado igualmente problemas sociais, sendo, actualmente um dos grandes problemas das cidades, quer em Portugal, quer no estrangeiro.

Desde que se deu início aos realojamentos massificados em “mega-edifícios” e em grandes empreendimentos de habitação colectiva, quase sempre localizados nas periferias das cidades, a tendência foi para a constituição de “guettos” sociais e a rápida degradação física e vivencial dos bairros. Estes factos, têm transformado muitos destes bairros, segundo Isabel Guerra (1994:11), em bairros degradados socialmente e urbanisticamente desintegrados da malha urbana. Sendo, ainda, largamente considerados os responsáveis pela criminalidade, venda de droga e insegurança urbana.

Esta degradação física e vivencial de inúmeros bairros sociais, tem levado à demolição de alguns deles, considerados irre recuperáveis pelas autoridades. Segundo a OMS/Euro, em muitas cidades do mundo tais bairros estão a ser demolidos, porque esta situação é mais barata do que rectificar os seus direitos inerentes ao seu projecto e construção (Paiva, 1997:236).

Sendo esta uma realidade evidenciada nas cidades, torna-se necessário aprofundar o porquê desta situação, de forma que o futuro não seja feito com os “maus resultados” do passado. Na presente investigação, os problemas inerentes aos bairros de realojamento social parece-nos pertinente, pois permite comparar esse tipo de realojamento e suas problemáticas com o “nosso realojamento”, executado de forma dispersa, inserido numa malha urbana já consolidada.

Perspectivando desta forma a realidade, poderemos questionar a validade dos bairros de realojamento social enquanto local de inserção e de ascensão social das populações realojadas. Não raras vezes, muitos deles são transformados em “guettos” acomodando algumas minorias, onde as pessoas melhoram as suas condições de habitabilidade mas vêm agravados os seus problemas individuais e colectivos a nível económico, social, cultural, familiar e nas relações de sociabilidade.

Não estando em causa a necessidade de efectuar o realojamento de populações que vivem em barracas e em outras situações de habitação precária, a forma como o realojamento é realizado é que se torna imperioso pôr em causa, porque é notório que muitos dos realojamentos efectuados apenas serviram para transferir problemas sócio-económicos de bairros degradados e clandestinos para bairros sociais edificados (legais) segundo a lei.

A atribuição de habitações a famílias que vivem em precárias situações tem sido no discurso político uma forma de proporcionar a essas populações melhores condições de vida e de bem-estar, essencialmente no que toca às suas condições de habitação. Neste contexto discursivo, possibilitar o

acesso à habitação, é condição exclusiva para permitir a melhoria da “qualidade de vida” das populações mal alojadas.

Esta situação é referenciada por Maria João Freitas (1994:27). Diz ela, que as discussões políticas a que temos vindo a assistir em torno destas realidades que carecem de intervenção tendem no entanto, a generalizá-los em estereótipos de pobreza, degradação e marginalidade e transformá-los cegamente em objecto de intervenção e limpeza eficaz das manchas de sujidade e incómodo social de que são portadoras. E assim se tem sustentado a ideia de realojamento como solução revestida de eficácia e inocuidade.

Na realidade, durante demasiado tempo tem-se considerado que a atribuição de uma habitação a famílias residentes em casas e em áreas degradadas é solução suficiente para eliminar graves problemas intimamente relacionados com a pobreza e assegurar a transformação dos “modos de vida” destas populações¹⁸, e ao mesmo tempo a solução eficaz para banir a existência de barracas e habitações degradadas com condições deficitárias de habitabilidade. A questão da reabilitação urbana parece, em parte, conseguida seguindo esta linha orientadora, por isso, o sucesso dos projectos é sistematicamente medido em termos de número de famílias realojadas ou, de outro modo, pelo número de barracas demolidas.

Os processos de realojamento de cariz antes de mais políticos, em que o raciocínio é “oferecer” casas e com isso melhorar as condições de vida e de bem estar das populações mais desfavorecidas, tem originado uma desresponsabilização mútua entre os promotores e os receptores da habitação na criação de qualidade habitacional e de “qualidade de vida”. O processo de realojamento, normalmente frio, burocrático e desfasado das realidades sociais e culturais das populações a realojar termina, quase sempre, quando se dá a entrega das habitações.

¹⁸A estruturação dos modos de vida, remete-nos para estilos de vida. Neste sentido, os estilos de vida relacionam-se com práticas quotidianas que envolvem escolhas particulares e identitárias em domínios variados como habitação, alimentação, vestuário, aparência, lazer, hábitos de trabalho, religião, convívio/relações com outros actores sociais, etc. Para Bourdieu (1979, 1982), os estilos de vida são distintos e distintivos, com homologias ou correspondências significativas a ligar as suas diversas componentes. Assim, os estilos de vida tendem a configurar-se de forma coerente e a influir as identidades pessoais e colectivas. As escolhas quotidianas dos indivíduos são, para Bourdieu, ajustadas às suas condições de existência, particularmente às suas posições e trajectórias sociais.

Neste seguimento, Bourdieu, desenvolve o conceito de *habitus*, relacionado com estilos de vida. O *habitus* surge como um sistema aberto e dinâmico de esquemas e disposições interdependentes. Ele incorpora as estruturas envolventes e molda as rotinas e os estilos de vida dos indivíduos (suas acções, percepções e avaliações), que num sentido reprodutivo, tendem a reforçar as ditas estruturas. O *habitus* é, deste modo, um sistema de disposições duráveis, isto é, inclinações a sentir, pensar, perceber e agir de uma determinada maneira, que são interiorizadas pelos indivíduos, em função das condições de vida e das trajectórias pessoais. As várias condições sociais correspondem diferentes estilos de vida, num sistema global marcado por proximidades e distâncias, afinidades e distinções, gostos e desgostos,... podendo desenvolver *habitus* de classe. Bourdieu, embora não descorando outros aspectos, como género, idades e etnicidade, concentra a estratificação dos estilos de vida como algo intimamente relacionado com as diversas “classes sociais”. Assim, os estilos de vida, são essencialmente determinados pela pertença de classe e pelo capital cultural, que segundo o autor, não depende exclusivamente do capital escolar, tendo a família um papel muito importante na transmissão do capital cultural.

É neste sentido, que Maria João Freitas (1994:27) refere que a dádiva ou a oferta da casa assume o final de um processo do qual se espera uma resposta de reconhecimento e, portanto, de agradecimento político e social, através, de pelo menos, um retardamento da degradação das urbanizações por parte de quem as habita. Ainda segundo a autora, este tipo de realojamento, centralizado, burocrático e dissociado da realidade das populações envolvidas, feito com certa urgência, põe em dúvida o porquê dessa urgência. Isto é, interessa interrogar e saber se as políticas que acompanham esses realojamentos têm a pretensão de realmente resolver os problemas de deficiência de habitação das populações que a elas têm acesso, ou essencialmente resolver os problemas de consciência pública afectada por um complexo de pobreza envergonhada com a existência de tantos bairros de barracas.

As iniciativas de realojamento, quase exclusivamente discutidas e planeadas ao nível técnico e político, têm afastado dessa discussão o “objecto principal de intervenção”, isto é, as populações a realojar. Esta situação repetida de forma sistemática ao longo de décadas tem originado respostas ao problema da habitação, que na maioria das vezes vão mais ao encontro dos objectivos políticos, que propriamente ao encontro das expectativas, aspirações ou desejos das populações. Assim e de um modo geral, o alojamento e o bairro que se constrói raramente é aquele que as populações necessitariam ou gostariam.

A realidade descrita resulta, basicamente, porque estas populações são olhadas pelas entidades publicas como “filhos de um Deus menor” que devem, acima de tudo, reconhecer e agradecer a dádiva, neste caso a habitação. Devido à sua condição de carência, estas populações são privadas do direito de fazerem as suas escolhas e raramente são chamadas a participar nas questões do realojamento, em particular, quanto ao tipo de casa e à sua localização, à constituição da vizinhança, bem como no planeamento do “espaço público”. Esta situação deve-se, basicamente, a duas causas que se sobrepõem, por um lado, o excessivo centramento das decisões por parte de quem coordena, concebe e detém o poder sobre estes espaços e, por outro lado, a falta de poder de influência, de pressão social e económica das populações receptoras. Esta relação assimétrica entre as partes é ilustrativa da ideia de Paugham (1991:17), para quem, nas sociedades modernas, os pobres não são unicamente privados de recursos económicos. Eles exercem igualmente pouca influência sobre o poder político e a sua respeitabilidade corresponde geralmente à sua posição social inferior¹⁹.

¹⁹ Sobre este facto, aproveitamos a ideia de Bruto da Costa sobre o pouco poder que os indivíduos ou populações carenciadas detém. Realça o autor (1998:30,31), que o pobre pode ser definido como alguém totalmente destituído de poder. A sua condição é marcada, além do mais, pela total ausência de poder a ponto de nem sequer ter poder para reivindicar os seus direitos. Quanto maior for a persistência e a intensidade da situação de pobreza, menor será o poder. Esta ideia de Bruto da Costa pode encaixar-se na realidade dos realojamentos, visto que o “poder negocial” dos indivíduos afectados, devido à sua situação económica e social, é bastante reduzido. Deste modo, o poder dos actores que planeiam e decidem terá tendência em ser mais notório quanto menor for o poder económico ou social da outra parte, neste caso, os actores receptores dos alojamentos.

A habitação social surge nesta lógica profundamente impregnada pelo peso de uma burocracia e por um distanciamento em relação às necessidades das populações receptoras. O distanciamento existente entre as soluções técnicas e os projectos arquitectónicos e os receptores da oferta final, leva-nos a supor, em primeiro lugar, que as necessidades reais de bem-estar e as aspirações a quem esses projectos de destinam raramente são conhecidas por quem decide e executa; e em segundo lugar, que o resultado desses projectos, correspondem a um estatuto social específico, inferior e desvalorizado dos receptores. Como refere Michelson (cit in: Freitas, 1994: 31), os técnicos que concebem estas habitações não contemplam que estes indivíduos têm famílias em diferentes estados no ciclo de vida, diferentes idades, problemas sociais e interesses específicos. Deste modo, não surpreende que muitas dessas famílias encarem como indesejáveis as habitações sociais que lhe são atribuídas, uma vez que estas foram construídas somente para o seu *status* social e económico, e não para as suas actividades quotidianas.

Neste contexto, quando não há liberdade de escolha ou discussão prévia sobre o alojamento por parte do futuro habitante as preocupações com a capacidade de apropriação devem ser potencializadas (Coelho, 1998:146).

As situações de realojamento, onde as interações técnico/políticas e utilizadores das habitações são quase inexistentes, têm resultado numa política de habitação social descentrada das populações-alvo. Por isso, as dúvidas relativamente ao sucesso das acções de realojamento em bairros sociais têm-se avolumado à medida que se vai conhecendo o resultado dessas mesmas acções. Estes realojamentos embora tenham possibilitado, na sua maioria, a resolução das situações de carência habitacional, não têm permitido geralmente uma inserção social das populações envolvidas. Este facto, deve-se, em grande parte, a modelos e a políticas de realojamento que, de uma forma geral, se têm baseado no fornecimento de alojamentos em bairros, permitindo, desta forma, uma coexistência intensa de grupos de indivíduos, que de uma forma ou de outra, se encontram em condições de precariedade. A manutenção de grandes agrupamentos de indivíduos e famílias pobres em bairros sociais acabam por provocar uma forte densificação espacial de inúmeros problemas sociais.

Um dos principais problemas dos realojamentos, salienta Teresa Costa Pinto (1994:43), parece residir justamente na homogeneidade social que define a composição destes bairros, impedindo o contacto com outros grupos de referência de modo a contribuir para a aquisição de outros padrões e outras possibilidades de vivência social e urbana fomentadoras de maiores expectativas de promoção social.

Afinando pela mesma ideia, Isabel Guerra (1994:11), refere que do ponto de vista social, os efeitos perversos da concentração espacial de uma população socialmente homogénea (mesmo que

muitas vezes culturalmente heterogénea), provocaram um crescimento exponencial de comportamentos desviantes e estigmas sociais que desencadearam, por sua vez respostas violentas e um clima de insegurança urbana.

A concentração de população com traços semelhantes ao nível da situação socio-económica, tem tendência a reforçar e reproduzir um determinismo social, principalmente visível e estigmatizado quando são populações carenciadas económica e socialmente. Embora a liberdade e possibilidade de “escolhas de vida” seja em parte individual, essas escolhas, não deixam de ser largamente condicionadas pela pertença a uma dada “classe social” ou a determinados grupos de referência, como a família ou círculo de amigos.

Assim sendo, os bairros de realojamento tornam-se locais que potenciam uma “cultura de pobreza”, não no sentido tão “hermético” e “homogéneo” que Oscar Lewis lhe dá - isto é, de reprodução do ciclo de pobreza que se transmite às gerações seguintes através de mecanismos de socialização. Para Lewis existe um conjunto de valores, normas e comportamentos, próprios de alguns grupos social e economicamente desfavorecidos que, assim, desenvolvem padrões culturais comuns quando existe uma homogeneidade de condições vivenciais precárias (Lewis,1979) -, mas num sentido mais heterogéneo, no qual estes espaços de realojamento, embora inseridos num contexto sócio-espacial de privações de várias ordens (não apenas económicas)²⁰ desenvolvem no seu interior diferentes representações, valores ou comportamentos. A pobreza deve, então, ser observada não como uma categoria social e culturalmente homogénea, mas como uma condição que implica diferentes representações, reacções ou respostas, consoante os seus actores. Ou seja, existem diversas formas de viver essa condição social. Valentine (1968), por exemplo, salienta que as diferenças étnicas e regionais fazem com que a adaptação à situação de pobreza seja plural. Partindo desta ideia de pluralidade adaptativa, queremos dizer, grosso modo, que existem reacções diversas à situação de pobreza, ou de ser pobre; por exemplo, podem existir indivíduos que aceitem de forma passiva a sua condição de pobreza adaptando a sua vida às diversas privações, como indivíduos que contestem ou recusem tal situação. A não aceitação dessa situação, ou de privação de certos bens, passa muitas das vezes pelo desenvolvimento de estratégias relacionadas com comportamentos desviantes - “estratégias de vida” que implicam relações conflituosas com a restante “sociedade”.

Ora, a previsibilidade da manutenção de determinadas condições vivenciais e sociais em espaços concentrados como os bairros de realojamento – desemprego, empregos precários, emprego

²⁰ Convém referir que os espaços de realojamento, vulgo bairros sociais, (ou mesmo os bairros degradados clandestinos) não são habitados exclusivamente por indivíduos que vivem em situação de privação económica, a quem vulgarmente chamamos pobres. Nestes espaços existem, também, indivíduos que têm uma situação de algum

desqualificado, actividades ligadas à “economia informal”, baixos salários, baixa escolaridade, famílias numerosas, monoparentais ou “destruturadas”, etc.-, faz aumentar a probabilidade de perpetuar estilos de vida intimamente ligados a comportamentos desviantes (essencialmente furtos, tráfico e consumo de estupefacientes, ou prostituição).

Se a persistência de comportamentos desviantes, visto como um fenómeno relacionado com privações de vária ordem, pode ser observada através dos “mecanismos de socialização”, também não deixam, certa maneira, de ser o resultado da acção das classes dominantes que, ao impedirem uma melhor redistribuição dos recursos, forçam os que vivem em situação de pobreza a permanecer em posições desfavorecidas (Valentine, 1968).

Neste sentido, é necessário ter em conta a natureza das influências do exterior, como das dificuldades de acesso aos recursos e estatuto dentro do sistema socioeconómico dominante, que se traduz, na maioria das vezes, numa reduzida ou insatisfatória mobilidade social.

Relativamente a Portugal é necessário perceber que a realidade actual é outra e que a população realojada tem características sociais diferentes da população mal alojada nos anos 50, 60 e 70. Nessa época, existiam as populações vindas dos meios rurais, recém-chegados à cidade, com comportamentos passivos e conformados com a sua situação de privação. População essa que apenas desejava “alguma pouca coisa”. Hoje contrapõe-se uma população jovem (2^{as} e 3^{as} gerações), a maioria descendentes de imigrantes oriundos das ex-colónias, entretanto chegados após 1974, que apesar de terem a nacionalidade portuguesa vivem na sua maioria excluída e desintegrada de todas, ou quase todas, as esferas sociais - da escola ao emprego, da habitação aos bens de consumo e a uma série de “direitos de cidadania” - e que dificilmente aceitará de forma passiva e conformada tal situação. A não aceitação da situação de privação, em particular na obtenção de determinados bens de consumo, numa sociedade que prestigia o sucesso e os bens materiais e que prima por fortes assimetrias e “desigualdades sociais”, exponencia situações de violência e insegurança levadas a cabo por alguma dessa população que, desse modo, vai-se, também, excluindo e “sobrevivendo” inserida em contextos marginais.

Estes factos fazem, segundo Isabel Guerra (1994:11), aumentar os fenómenos de exclusão social²¹ pela dificuldade crescente de assimilação da população com estas características ao nível do

desafogo económico, quer devido às poupanças realizadas ou porque alguns são proprietários de pequenas empresas (construção civil, oficinas de reparações, cabeleireiros, mercearias, cafés, restaurantes, etc.).

²¹ O conceito de exclusão, vai mais além do de precariedade associada à falta de recursos económicos e de emprego, para incluir as representações e a crise dos laços sociais, acentuando, assim, a dimensão social e da “cidadania”. Se o exercício pleno da “cidadania”, implica que como membros de uma sociedade, somos dotados de direitos políticos, civis, como de garantias quanto à satisfação dos direitos inerentes à dignidade e necessidades humanas, então, como refere Luís Capucha (1998:211), as situações de exclusão social produzem-se porque a sociedade não oferece a todos os seus membros a possibilidade de todos esses direitos nem de cumprir alguns deveres que lhe estão

mercado de trabalho. Além disto, e segunda autora, de forma simultânea, o aumento dos fenómenos de emigração, provocou uma crescente heterogeneidade cultural nos bairros, pese embora a manutenção de uma grande homogeneidade social.

Estas dinâmicas sociais em constantes transformações, complexificam ainda mais o problema do realojamento que, antes de mais, deverá ser um problema de ordem social e não de um problema resolúvel apenas com a construção de edifícios.

Neste sentido, o conceito de social não pode ser redutor, ficando limitado à habitação. Ele deveria ser extensível a outros problemas que afectam de um modo geral as populações alvo destes realojamentos e a sua “qualidade de vida”, como por exemplo o desemprego, a droga, o trabalho precário, os baixos salários auferidos, as reduzidas qualificações escolares e profissionais. Estas

associados. Este facto, segundo Capucha, resulta que as pessoas desfavorecidas perdem o estatuto de cidadania, isto é, vêem-se impedidos de participar nos padrões de vida tidos por aceitáveis na sociedade em que vivem.

Bruto da Costa (1998:14,15,16), refere que o exercício pleno da cidadania traduz-se no acesso a um conjunto de *sistemas sociais básicos*, agrupados no domínio do social, do económico, do institucional, do territorial e do domínio das referências simbólicas. A área *social* é caracterizada pelo conjunto de *sistemas* (grupos, comunidades e redes sociais) em que uma pessoa se encontra inserida, desde os mais *imediatos* e restritos, tais como a família ou a vizinhança, as *intermédias*, como a pequena empresa, a associação desportiva e cultural, ou o grupo de amigos, até às mais *amplas*, como a comunidade local, o mercado de trabalho, ou a comunidade política. No domínio *económico*, os três pilares fundamentais, são os mecanismos geradores de recursos (o mercado de trabalho – salários; o sistema de segurança social – pensões; e os activos); o mercado de bens e serviços (acesso a bens e serviços que as pessoas precisam para viver, incluindo acesso ao crédito); e o sistema de poupanças (para fazer face a eventuais imprevisibilidades não cobertas pelo sistema de segurança ou protecção social). O domínio *institucional*, abarca dois tipos de sistemas: os sistemas prestadores de serviços (sistemas educativos, de saúde, de justiça, como de habitação); e as instituições mais directamente relacionadas com direitos cívicos e políticos (o sistema burocrático e as várias instituições ligadas à participação política). No domínio *territorial*, a exclusão pode abranger todo um território. É este o caso dos bairros de lata e outros bairros degradados, e de certas freguesias ou concelhos, em que as condições de vida das famílias dificilmente podem melhorar se não se tomarem medidas que promovam o progresso de todo o espaço (nos domínios da habitação, dos equipamentos sociais, das acessibilidades e actividades económicas). O domínio das *referências simbólicas*, respeita a todo um conjunto de «perdas» que o excluído sofre, e que se agravam com a permanência na situação de exclusão (perda de identidade social, de auto-estima, de auto-confiança, de perspectivas de futuro, de capacidade de iniciativa, de motivações, de sentido de pertença à sociedade, etc.).

Bruto da Costa (1998:18), salienta ainda que na exclusão social, a noção de «degraus de exclusão», ajuda a compreender que nem toda a forma de exclusão traduz falta de acesso a todos os sistemas sociais básicos. Assim, uma pessoa pode ser excluída de alguns dos sistemas sociais, embora não o seja em relação a outros. Deste modo, compreende-se que a exclusão é um fenómeno heterogéneo e multidimensional, na medida em que podem coexistir dentro dela, fenómenos sociais diferenciados como o desemprego, a marginalidade, a discriminação, a pobreza, o estigma, etc., sendo que esses diversos tipos de exclusão podem, ou não, relacionar-se ou aparecerem sobrepostos. Neste contexto, a exclusão, segundo o mesmo autor (1998:21 a 24), pode ser de tipo económico (normalmente caracterizada pelas más condições de vida, baixos níveis de instrução e qualificação profissional, emprego precário, desemprego, actividades no domínio da economia informal, etc.); de tipo social (aqui, a própria causa da exclusão situa-se no domínio dos laços sociais. É uma situação de privação de tipo relacional, caracterizada pelo isolamento, por vezes associada à falta de auto-suficiência e autonomia pessoal. Os mais afectados são os idosos que vivem em solidão, os deficientes, os doentes crónicos e os acamados que não têm quem os apoie ou lhes falta cuidados); de tipo cultural (o racismo, a xenofobia, podem por si só, dar origem à exclusão social de minorias étnico-culturais. Também podem ser de natureza cultural os motivos que levam a sociedade a dificultar a integração social de ex-reclusos, por exemplo); de origem patológica (diz respeito a factores patológicos, designadamente de natureza psicológica ou mental. Por vezes, as rupturas familiares são originadas por estes tipos de problemas psicológicos ou mentais. Alguns dos «sem abrigo», são uma consequência dessas patologias que levam a uma ruptura familiar, não sendo aceites pelos familiares, por terem comportamentos violentos que tornam insustentável a sua presença no lar); comportamentos auto-destrutivos (indivíduos em situação de exclusão social ou auto-exclusão, em consequência de

realidades que se encontram associadas (e por vezes sobrepostas), são indicadores de grande importância para uma concretização (ou não) da inserção/inclusão social.

Uma inclusão/inserção social “imaginada” apenas pela existência de uma habitação considerada condigna é bastante redutora. Significa isto, que os realojamentos embora possam possibilitar a resolução de situações de carência habitacional não são solução milagrosa para outros tipos de exclusões.

Se é em grande parte verdade que os realojamentos possibilitem a resolução de situações de carência habitacional são, no entanto, segundo Maria João Freitas (1994:33), susceptíveis de perpetuar o problema da sua inserção e promoção no contexto e estrutura social, bem como desencadear a emergência de outros problemas sociais que se prendem com os fenómenos de isolamento social e quebra de laços comunitários fundamentais para o equilíbrio identitário psicossocial destas populações.

O que foi referido até ao momento, permite entender alguns dos motivos que levam muitos dos bairros de realojamento social a impossibilitar uma satisfação residencial completa por parte dos seus residentes. Essa satisfação é, na maioria das vezes, mais visível ao nível da casa que representa, quase sempre, uma melhoria face à anterior, representando uma mobilidade ascendente em termos de estatuto social, que ao bairro, visto como um local pouco agradável do ponto de vista estético e sem locais para convívio, onde a marginalidade ganha contornos de grande visibilidade. Neste contexto, a identidade residencial de quem habita muitos destes locais é reduzida, ou seja, o “sentimento de pertença” ao espaço residencial é, de um modo geral, fraco²².

Alguns estudos realizados em Portugal no âmbito da satisfação residencial²³, revelam que nas acções de realojamento, “ao gosto pela casa, se contrapõe o desgosto pelo bairro”. Assim sendo, muitos dos seus moradores sentem com alguma intensidade o “estigma” de habitarem um bairro social, porque sentem que a má fama do bairro está ligada, intensamente, às suas pessoas. Esse “estigma”, embora não de forma exclusiva, é em parte devido a uma marginalidade existente nestes espaços residenciais. Quem habita estes espaços, implica ser conotado com droga, roubo ou prostituição. Como salienta Isabel Guerra (1994:11), pela assimilação que é feita entre o bairro e os

comportamentos auto-destrutivos. Comportamentos, em geral, relacionados com a toxicodependência, o alcoolismo, a prostituição, etc.)

²² Quando falamos de identidade, e sem aprofundar muito devido ser um conceito de utilização generalizada, falamos basicamente num conjunto de factores, que neste caso abrangem um grupo de indivíduos e que permita assegurar a sua continuidade através de um percurso existencial de permanente mudança, de ruptura, de crise, de adaptação, de reinvenção e até de sobreposição de identidades (in: Dicionário de Sociologia, 2002, Porto Editora). Neste sentido, damos especial atenção à configuração “ecológico-urbanística” dos espaços de residência e às relações sociais de vizinhança que aí se desenvolvem, como factores essenciais para a emergência e construção de uma identidade social com o espaço de residência.

²³ Entre muitos outros, destacamos os vários trabalhos desenvolvidos pelo CET- Centro de Estudos Territoriais do ISCTE, com o objectivo de avaliar as acções de realojamento junto das populações-alvo.

seus habitantes, habitar nesses bairros é arriscar a imagem de ser marginal, delinquente, indesejável²⁴.

Esse estigma é interiorizado, porque os moradores assumem essa imagem pública socialmente desvalorizada, assumindo-a, não porque se considerem marginais ou delinquentes, mas porque existem no bairro determinados elementos com comportamentos desviantes que dão ao bairro má fama. Comportamentos desviantes, que reprovados de forma genérica pela opinião pública, levam à propagação de uma representação social negativa sobre o bairro (Cf. Diogo, 1999: 331 a 339).

As causas principais, embora com relevâncias diferentes conforme os bairros, pela produção de imagens públicas negativas são, segundo Teresa Costa Pinto e Alda Gonçalves (2001:120), as conflitualidades, a insegurança, a visibilidade do fenómeno da droga e a existência de grupos ou bandos de jovens. Estas imagens negativas sofrem uma ampliação quando referenciadas pelos *Mass Media*. Segundo as mesmas autoras (2001:121), é através dos *Media* que essas imagens não só se tornam amplamente partilhadas como atingem os bairros globalmente, estigmatizando de forma totalitária quem neles reside. Estes locais acabam por ser geralmente notícia quando essas notícias são negativas e merecem uma reprovação generalizada.

Tem sido com frequência enunciado que os principais factores de insatisfação para com bairros sociais estão intimamente associados à sua própria composição sócio-económica e diversidade cultural. Coexistem nestes espaços diferentes etnias e grupos, desenhando uma heterogeneidade cultural que, no entanto, está homogeneizada relativamente aos recursos económicos, em geral reduzidos e às baixas qualificações escolares e profissionais. Esta realidade social, torna estes bairros vulneráveis a formas de exclusão social que, no seu conjunto, podem originar graves problemas comportamentais - *de anomia* - vulgarmente associados a uma marginalidade e modos de vida marginais, que são assumidas pelos próprios residentes. Esta situação, é confirmada por Teresa Costa Pinto (1994), que se refere à composição e às dinâmicas sociais dos bairros como indutoras de graves patologias sociais - “mau ambiente”, “droga”, “má vizinhança”,... - e geradoras de apreciações negativas sobre os bairros por parte de muitos dos seus residentes.

²⁴ Seguindo a ideia de Goffman sobre o estigma, percebemos que o indivíduo estigmatizado será aquele cuja a identidade social real inclui um qualquer atributo ou característica que frustra as expectativas da normalidade, ou que não se coaduna com o quadro de expectativas sociais (Goffman, 1988). Ora, numa sociedade que prestigia o sucesso e a riqueza, e estimula a competição com base nesses pressupostos, a destituição material é sinónimo de um fracasso social. Contribuindo para piorar essa imagem, as representações sociais de quem habita os bairros de realojamento, intimamente associados a uma certa incapacidade económica e uma vivência quotidiana inserida num “palco” de marginalidades, reforça a constituição de uma imagem negativa não apenas sobre esses espaços, mas, também, sobre quem neles reside.

Estas realidades, permitem perceber que o desgosto pelo bairro em que se vive é, muitas vezes, mais perceptível ao nível de quem o habita. Refere Isabel Guerra (1994:12), que esse desgosto advém mais de razões socioculturais a que os habitantes se mostram extremamente sensíveis, do que das más condições de conservação dos fogos e edifícios, das deficientes condições de apresentação do espaço público ou carência de equipamentos.

Esta imagem negativa, assumida pelos residentes é sentida com maior veemência sobre a ambiência social do bairro. O “mau ambiente” neste tipo de lugar, devido à existência de diversas formas de comportamentos desviantes (vandalismo, criminalidade, tráfico e consumo de drogas, delinquência juvenil, etc.), secundariza algumas ausências importantes nas infra-estruturas e serviços nos bairros, como os equipamentos escolares ou os de saúde, de comércio ou de lazer.

Verificamos assim, e seguindo a ideia de Teresa B. Salgueiro (2000:21), que a promoção de habitação social por meio de grandes empreendimentos para além de contribuir para o acentuar da marginalização de certas áreas, possibilita a concentração de indivíduos ou grupo de excluídos, que permitem a atribuição de conotações negativas aos territórios, afectando, assim, o seu valor na escala de prestígio. Neste contexto, a percepção da imagem negativa do bairro no exterior é sentida como estigmatizante levando, por vezes, os indivíduos a omitir, nas suas relações exteriores, o local de residência ou evitando trazer ao bairro amizades mantidas fora deste contexto (Pinto e Gonçalves, 2001:122),.

De certo modo, a percepção da má imagem do bairro, que se estende a quem o habita, faz com que alguns dos seus habitantes sintam uma certa vergonha e, em certas situações, desenvolvam estratégias de encobrimento, por forma a garantir ao máximo uma vida “normal”, isto é, dentro das expectativas da normalidade vulgarmente aceites pela “sociedade”. Estas estratégias de encobrimento, demonstram que muitos dos residentes destes espaços, embora reconheçam que vivem em locais problemáticos e desqualificados socialmente, recusam, no entanto, ser tratados como marginais. O estatuto inferior e desvalorizado que lhes é conferido pela sociedade marca bastante os sentimentos experimentados por alguns residentes. Se, por um lado, muitas vezes reconhecem que vivem com dificuldades económicas, possuem baixos níveis de escolaridade e de formação profissional, por outro lado, contestam e recusam ser vistos como os marginais que habitam ou frequentam o bairro.

Dentro dos limites impostos pela sua condição social, muitos destes actores procuram distinguir-se daqueles que eles consideram ter modos de vida pouco dignos ou comportamentos que não se coadunam dentro de “quadros de normalidade esperados”. A distinção de estatuto acaba, desta forma, por ser visível nestes locais residenciais, onde o prestígio, honra e dignidade são

negociados através de práticas vivenciais e relacionais de modo a permitir, quer uma valorização dos indivíduos, como uma luta contra o estigma.

Relembramos que o estigma, tal como fala Goffman (1988), surge como uma forma de designação social da diferença, na qual certos atributos especiais são estereotipados, pois a sociedade estabelece os meios de categorizar as pessoas e o total de atributos considerados comuns e naturais para os membros de cada uma dessas categorias. Assim, a grande consequência da categorização social para os portadores do estigma é que nas interações diárias a sua característica distintiva ou diferente impõe-se à atenção dos outros, impedindo os indivíduos estigmatizados de tirar partido de outros atributos que possuam. Esses estigmas quando impostos são difíceis de remover, passando a ser um traço distintivo das identidades pessoais (e colectivas). Também um grupo pode ser estigmatizado segundo o mesmo processo. Neste caso, a identificação de um grupo (por ex. residencial) com um estigma é o resultado das imagens construídas dos seus atributos ao longo dos processos de interacção entre os seus membros e os de outros grupos. Deste modo, um grupo estigmatizado vê as suas interações com os restantes grupos sociais condicionadas pela identidade negativa de que é portador.

Se o estigma limita de certa forma a liberdade que os indivíduos ou grupos dispõem para desempenhar um papel afirmativo na gestão das impressões construídas sobre si próprios, Goffman (1988) salienta que os estigmatizados dispõem de uma margem de autonomia na definição do *self* (Eu) e podem tentar controlar a sua identificação social, através da dissimulação do estigma. É exactamente neste sentido, que muitos dos residentes de áreas residenciais estigmatizadas, com má reputação social, procuram defender as suas identidades sociais contra o estigma, elaborando para isso estratégias pessoais de distinção social (Paugham, 1991; Costa Pinto e Gonçalves, 2001).

As “lutas” no quadro de distinções sociais que possam existir nestes locais, implica reconhecer que mesmo nas camadas mais desfavorecidas não é apenas o factor económico que distingue as situações de pobreza. Weber (1989), ao elaborar a sua teoria da estratificação, torna-se num inspirador para uma análise mais lata das hierarquias sociais. Segundo esta teoria, as hierarquias sociais distribuem os indivíduos em função de três eixos distintos de desigualdade. Num primeiro eixo, Weber para além da posse de propriedade e controle dois meios de produção (critério tipicamente marxista), acrescenta a posse de outros recursos, em particular as qualificações educacionais. No segundo eixo de diferenciação surge o prestígio social e os estilos de vida. Esta dimensão, expressa de maneira genérica pelo termo *status*, depende não tanto das variáveis objectivas mas essencialmente das impressões subjectivas construídas durante os processos de interacção social e da associação das identidades dos indivíduos às de grupo. O terceiro eixo,

estrutura as desigualdades de poder, ligadas à actividade dos partidos, ou à influencia de associação de interesses.

Um dos contributos do modelo weberiano que nos interessa particularmente, é a inclusão da dimensão de *status* na abordagem das desigualdades sociais, ou seja, que a posição dos indivíduos e dos grupos nas hierarquias depende igualmente do prestígio e da honra que lhes são atribuídos.

A diferença e a distinção, revela que em muitos destes bairros de realojamento emerge uma identidade do *self*. Uma identidade que cada indivíduo, na sua relação com os outros, procura garantir os atributos que o distingam dos demais. A preservação dos interesses pessoais é particularmente visível neste tipo de bairros, pois muitos dos seus residentes não se quer confundir, ou ser confundido, com a má fama do bairro, mas antes demonstrar ser portador de padrões que se coadunam num quadro alargado de expectativas sociais.

Estas estratégias de distinção, aproximam-se da ideia de Goffman (1989:230), quando este refere que na sua qualidade de actores, os indivíduos interessam-se basicamente em manter a impressão de que vivem à altura dos múltiplos padrões pelos quais eles e seus produtos são julgados. Ou seja, durante a vida quotidiana torna-se fundamental criar uma impressão convincente de que esses padrões são de facto realizados.

É nas suas interacções sociais, no quotidiano, que cada indivíduo procura gerir a sua identidade, isto é, a imagem que procura dar aos outros e que os outros lhes reenviam. Segundo o pensamento interaccionista de Goffman, o processo de reconhecimento dos atributos pelos quais se define socialmente um indivíduo envolve duas vertentes: Por um lado, ao nível do *self* existe uma “identidade para si”, uma realidade subjectiva e reflexiva, na qual o indivíduo se crê possuidor de um conjunto de qualidades que o diferencia dos demais. Por outro lado, da parte dos actores com quem o indivíduo se relaciona, existe igualmente a necessidade de proceder à sua identificação, atribuindo-lhe um conjunto de características. É neste quadro de imagens e expectativas, entre o que cada um julga ser e a forma como os outros o representam, que decorre a interacção e os indivíduos constroem as suas identidades.

Percebemos assim, que a construção identitária é um processo relacional, envolvendo todas as formas de interacção, sejam reais, sejam revestidas de um carácter mais imaginário ou simbólico. Este processo leva-nos para actividades de tipo classificatório, que permitem a identificação dos indivíduos com aqueles que consideram seus semelhantes e a distinção relativamente aos outros. A procura e a afirmação de identidades pessoais contribui para um certo reforço das diferenciações entre camadas sociais, pois as referências identitárias estão sempre associadas a imagens de grupo.

Podemos então concluir, que a construção de identidades é um processo permanente, no qual indivíduos e grupos procuram ajustar de forma satisfatória a imagem que têm de si com a imagem

que lhes é devolvida pela sociedade. A imagem que se pretende reivindicar, reflecte um desejo de estatuto social, que se procura exprimir pela referência de um determinado estilo de vida, ou seja, através de um sistema de valores que se supõem servir de ideal para uma vida pensada como dentro da “normalidade”.

Ora, se nos bairros de realojamento social, a construção de uma identidade social positiva é de difícil concretização como um grupo, pelos motivos já salientados anteriormente, então alguns dos seus residentes opta por uma acção estratégica de distanciamento, procurando absorver para si todo um sistema de valores “positivos” de modo a passar uma boa imagem de si próprios, ao mesmo tempo que procuram dar a entender que nestes espaços residenciais existem pessoas “boas”, que vivem à altura dos múltiplos padrões e normas que se coadunam num quadro de expectativas sociais e que se distinguem dos “maus elementos” que vivem no bairro.

Se a residência e o local de residência é um marcador para a construção das identidades dos indivíduos e da imagem dos indivíduos, ele não é, no entanto, o único. Relembremos que existem vários campos de investimento possível para a generalidade dos indivíduos. Para cada um desses campos de investimento, existem constrangimentos que vão alargar ou reduzir as oportunidades de acção aos indivíduos e aos seus recursos.

Nos grupos sociais menos favorecidos a falta de recursos ou “capitais” – económicos, escolares, culturais, etc. – reduz a sua capacidade para pôr em prática estratégias de defesa e/ou de valorização da identidade. Assim sendo, para além de possuírem poucos ou nenhuns recursos, muita desta população vê-se ainda associada à “má imagem” dos seus locais de residência. É precisamente a partir desses locais de residência que se processa a maior parte do reconhecimento social dos comportamentos negativos atribuídos à condição de pobreza. Deste modo, percebe-se que muitos residentes destes bairros sofrem de um duplo estigma, isto é, por um lado, vivem destituídos de alguns dos recursos referidos e, por outro, vivem em locais com uma representação social negativa.

Perante esta realidade, que se pode revelar com maior ou menor intensidade consoante os espaços residenciais, alguns residentes de bairros sociais embora inseridos numa homogeneidade sócio-habitacional indiferenciadora procuram garantir um determinado prestígio, de forma a distinguir-se dos outros e demarcar-se do estigma. O realojamento surge para muitos como uma oportunidade única de promoção social e nesse sentido lutam determinados em defender as suas identidades. Sem capacidade para limpar a imagem dos bairros, os moradores acabam por se demarcarem individualmente dos comportamentos que estão na base da representação social negativa dos seus bairros. É desta forma, que cada indivíduo procura para si atributos “positivos”, sobrevalorizando-se, ao mesmo tempo que desvaloriza os outros, responsabilizando-os pela má imagem e reputação do bairro no exterior. Para a desvalorização e desclassificação dos outros a “má

língua” e as acusações, surgem como os instrumentos mais utilizados no dia-a-dia, sendo particularmente visíveis através de insultos *cara-a-cara*, comentários desprestigiantes e irónicos, rumores e insinuações. Estes mecanismos acusatórios são utilizados pelos intervenientes com o objectivo de protegerem as suas aspirações de promoção social, ao mesmo tempo que procuram distanciar-se o mais possível da identidade “negativa”, estigmatizada, representada pelos indivíduos com estilos de vida e comportamentos anómicos.

Estas lutas pelo prestígio, com base em acusações, são para Bourdieu (1987) como tentativas de acção para mudar as próprias categorias de percepção e apreciação, tendo como principal objectivo a imposição de um princípio de visão e divisão legítima da realidade social. Seguindo ainda a ideia de Bourdieu, ao nível da luta de classes no quotidiano, os rumores, as calúnias, as insinuações, etc. surgem como tentativas mágicas de categorização que funcionam na vida social como signos de distinção, positivos ou negativos.

Neste sentido, o “mundo social” apresentar-se-ia através da distribuição das propriedades, como um sistema simbólico organizado segundo a lógica da diferença. Bourdieu (1987:159), confere aos objectos do “mundo social” uma certa margem de indeterminação, de que os indivíduos se podem servir para se exprimirem de maneiras diversas e discordantes. É a incerteza que oferece uma base à pluralidade de divisões do mundo, como a pluralidade de pontos-de-vista e, ao mesmo tempo, uma base para as lutas simbólicas para ser possível produzir e impor a visão do mundo legítimo.

Esta análise de Bourdieu não é exclusiva para as categorias sociais em situação de precariedade, ou de exclusão. Em todos os grupos encontra-se sempre a mesma necessidade dos indivíduos afirmarem e verem reconhecida uma identidade, como uma vontade de distinção que os leva a lutas pela afirmação (ou negação) da posse de determinados atributos ou propriedades. Mas, por terem de conviver, quer com a desqualificação social, como com a desqualificação do local residencial, a procura da distinção e de uma identidade positiva pode surgir de forma mais intensa nas categorias sociais mais baixas, de modo a salvaguardarem as suas identidades e contestarem a sua identificação social negativa. É neste contexto, que as trocas de acusação devem ser analisadas e interpretadas como um instrumento simbólico por forma a criar distâncias e afirmar a diferença relativamente a um espaço social estigmatizado, no qual todos estão inseridos.

Nas estratégias de distinção e de exaltação da superioridade, existem ainda atitudes de evitamento relacional com o objectivo de não se ser confundido com as categorias mais desprestigiadas do bairro. Este tipo de atitudes, são igualmente uma das causas para uma tendência de maior isolamento familiar, bem como para um certo esvaziamento das relações interpessoais ao nível local.

O que foi dito até ao momento permite perceber que a emergência de uma nova ética residencial nos bairros de realojamento acente num maior isolamento e fechamento social não se deve exclusivamente ao efeito do espaço construído – seja a própria operação de realojamento, que muitas vezes desmantela antigas relações de vizinhança; seja a própria morfologia do bairro e o modelo habitacional, pouco estimulantes para as interações –, mas também à oportunidade de promoção social que a nova habitação permite a esta população. Sendo uma população que na sua grande maioria lhe falta vários “capitais”, a nova habitação surge como uma possibilidade única de melhorar a sua posição social e estatutária. É neste sentido, que alguma desta população aproveita o realojamento para cortar com estilos de vida anteriores, ao mesmo tempo que procura afirmar uma trajectória ascensional com novas práticas sociais e modos de habitar oriundos de outros grupos sociais com maior estatuto. São estas “novas” atitudes e práticas que estão, também, na origem da reestruturação de comportamentos residenciais baseados numa lógica mais individualista. A procura de afirmação de estatuto e diferenciação leva os indivíduos a centrar os investimentos na habitação e na família, levando esta a fechar-se mais ao exterior.

A avaliação negativa do espaço circundante à habitação, ou seja, o lugar de múltiplas práticas sociais onde se encontra a casa e o bairro, assumido vivencialmente pelos muitos dos seus habitantes e que origina sentimentos de insegurança, estigmas e lutas de distinção, vem ao encontro do que já foi anteriormente referido relativamente às dúvidas quanto à eficácia dos bairros sociais como forma de realojamento adequado em termos de reestruturação dos modos de vida e de aquisição de certos padrões de vivência social e urbana (Pinto, 1994:39), mesmo quando mais recentemente projectos de intervenção/ revitalização social (quer de acompanhamento/ aconselhamento, de formação, ou de outro tipo) estão em curso nestes locais. Estes projectos, nas palavras de Teresa C. Pinto e Alda Gonçalves (2001:121), são insuficientes para transformar as representações que a cidade possui destes bairros como “becos sem saída” e que fazem eco no seio dos bairros, “mundos à parte”, onde outros habitantes não entram.

As disfunções existentes criam sentimentos de insegurança que afectam não só o gosto, a identidade e o tipo de relações sociais, como definem os principais problemas dos bairros e determina as necessidades em termos de equipamentos (Pinto, 1994:39).

Se pensarmos que um bairro sem problemas sociais de maior pode assegurar uma integração normativa do indivíduo, em resultado de uma quotidianidade da interacção colectiva de que é palco, no qual os seus moradores vão produzindo e interiorizando um modo de vida que se baseia em formas de acção e de relação que não se podem encontrar em outros contextos sociais permanentes como no trabalho (Machado,1985:91), então, muitos dos bairros de realojamento social não cumprem e possibilitam de forma conveniente uma integração satisfatória dos indivíduos

nesses espaços de residência, visto que a quotidianidade da interacção colectiva é trespassada por uma ambiência vivencial anómica, demasiado visível e sentida por muitos habitantes. As relações de sociabilidade entre vizinhança que possibilitam um maior enraizamento local e uma melhor apropriação do espaço, ficam largamente condicionados em consequência do medo e insegurança provenientes das frequentes formas de comportamentos desviantes e de uma conflitualidade latente que vai originar um cada vez maior centramento e autofechamento social e espacial em torno da casa e consequentemente um maior isolamento social. O receio vivencial no espaço exterior à casa, em parte explicado devido à presença constante de toxicod dependentes e traficantes, implica que o bairro como lugar residencial e local relacional evidencie um fraco investimento pessoal por parte dos seus habitantes. A impossibilidade de um espaço de convívio alargado para além de dificultar a criação de relações locais, essenciais para um maior enraizamento, não permite, segundo Teresa Costa Pinto (1994:39), a constituição de uma identidade positiva neste tipo de bairros.

Teresa C. Pinto e Alda Gonçalves (2001:112) dão um contributo importante para se perceber da importância do espaço residencial como centro de vida social quotidiana. Referem elas que os espaços residenciais (público e privado) constituem uma mediação fundamental entre acções e comportamentos individuais e as expressões diversas que aí assumem as estruturas socioculturais, induzindo e sendo palco de interacções e apropriações que lhes traçam perfis característicos. São lugares nos quais as ambiguidades, a diversidade de representações sociais e os sentimentos de pertença / rejeição, quando legíveis, se tornam referentes classificatórios específicos. Neste contexto e tendo em vista os bairros de realojamento, as mesmas autoras dizem que se torna perceptível que os espaços residenciais, enquanto centros de vida quotidiana, constituem um dos referentes identitários mais fortemente afectado (positiva ou negativamente) pela percepção das trajectórias dos bairros e pelas vivências dos processos de realojamentos.

É sabido que a apropriação do espaço residencial é um factor importante de integração social dos residentes. Se estes, no seu quotidiano, não tiverem “uma relação social saudável” com o espaço residencial, ficam amputados desde logo de uma das relações sociais estratégicas que permite uma melhor integração no seu meio residencial. É neste sentido que Pinçon (cit in: Paiva, 1997:237) refere que o espaço residencial é um dos factores de estruturação dos *hábitus*, entendidos como sistema de disposições psíquicas que tendem a estruturar as práticas sociais.

Seguindo a ideia de Pinçon, podemos então pensar o espaço residencial, no caso um bairro, como um “local de interacção”, onde se desenrolam acções e relações que executadas com uma certa regularidade pelos indivíduos residentes permitem estruturar *hábitus* e práticas sociais, que encarados de forma positiva por eles e dentro de um sistema de “normas, valores e atitudes” comuns à maioria, potencializam, ou pelo menos ajudam, à constituição de uma identidade positiva (e

colectiva) do bairro. No fundo, as acções e relações desenvolvidas entre os habitantes de um local específico, envolvem um esquema de comportamento / conduta que se tem direito de esperar de uma pessoa, numa dada “situação social”. Neste sentido, em contexto habitacional, o papel de vizinho (papel social desempenhado) significa responder às expectativas do grupo de residência. Verifica-se, assim, que para manter as “culturas locais”, os espaços residenciais, para além de pressupor um certo centramento dos indivíduos no seu *habitat*, têm a tendência para envolver os residentes num conjunto de vínculos “materiais” e “simbólicos” (Rémy, 1994) que no seu todo criam uma determinada identidade social e um “sentimento de pertença” com o espaço residencial. Ou seja, esse espaço, que pode ser um bairro, pode surgir como local onde os indivíduos se permitem desenvolver convívios afectivos e, assim, ficarem vinculados a valores e representações colectivas instituídas, nas quais a sociabilidade local assenta (Rémy, 1994).

No caso dos bairros de realojamento social, embora se possa pensar a existência de um certo centramento dos indivíduos no *habitat*, a realidade é que a conduta e comportamento de certos residentes e a não apropriação e utilização satisfatória do espaço exterior serão, desde logo, um dos factores para a estruturação de *hábitus* e determinadas práticas sociais, que implicam quase sempre que as relações sociais entre vizinhos fiquem comprometidas, como comprometida fica uma identidade positiva com o bairro.

Como temos vindo a referenciar, os realojamentos em bairros sociais evidenciam consequências ao nível das sociabilidades, mas para além do sentimento de insegurança que aí se encontra, existe outro factor de extrema importância que influencia o enfraquecimento de laços comunitários, que é a mudança de vizinhos. Ao não se manter para a maioria da população realojada os mesmos vizinhos, esta situação implica o desmantelar de antigas e sedimentadas relações de vizinhança (Pinto, 1994: 40).

Na verdade, a mudança para outros espaços residenciais parece provocar, em todos os casos, um enfraquecimento das relações de vizinhança. Situação que provoca, não raras vezes, momentos de nostalgia e saudade do anterior bairro, onde a longa permanência (por vezes de várias gerações) permitiu a constituição de sociabilidades locais muito fortes. Aproveitando a ideia de L. Wirth (1956), na qual os meios residenciais envolvem um conjunto de atitudes comuns e valores baseados em tradições comuns, experiências similares e problemas comuns, podemos, então, pensar que quando se retira o indivíduo desse meio e de relações de sociabilidade rotineiras, pode existir um sentimento de perda, que pode ainda ser maior, quando o novo espaço residencial não permite, pelo menos, a instauração de relações semelhantes. Teresa C. Pinto e Alda Gonçalves (2001:114), dão conta disso mesmo, ao referirem que o impacto dos realojamentos têm efeitos sobre as dinâmicas sociais, em particular a desestruturação das relações sociais locais de sentido comunitário que se

considera terem caracterizado os bairros anteriores ao realojamento. As dinâmicas de vizinhança que aí existiam surgem como uma visão saudosista que segundo as autoras, são empoladas, de modo a deixar perceber as dimensões da conflitualidade e do isolamento que caracterizam as relações sociais locais pós-realojamento.

As dimensões da conflitualidade e do isolamento, são em parte percebidas se observarmos a “unidade ecológica” resultante do realojamento. Sendo a grande maioria dos bairros de realojamento social edificados com o objectivo de albergar populações oriundas de diversos bairros degradados, a “unidade ecológica” do realojamento é, de uma forma geral, caracterizada por um aumento da densidade populacional, bem como um aumento da densidade de problemas sociais. Esta densidade é, de alguma forma, potenciadora de conflitos, em particular devido a rivalidades entre grupos ou *gangs* e devido à tentativa de controlo de certas zonas do bairro (ou a totalidade do bairro) com o objectivo de, muitas vezes, controlar o “mercado de estupefacientes”. Estes factos influenciam a natureza das relações sociais locais, tornado-as, segundo Teresa C. Pinto e Alda Gonçalves (2001:115), mais conflituosas e geradoras de “mau ambiente no bairro”, como mais anónimas, quer para se evitar possíveis relações conflituais, quer devido à elevada densidade populacional geradora de anonimato nas dinâmicas sociais.

Se a maior proximidade física permite estabelecer laços sociais entre indivíduos e a partilhar interesses comuns, os espaços circundantes às habitações - rua, largo, cafés ou pequeno comércio - surgem desde logo como locais privilegiados para que a sociabilidade de vizinhança seja uma realidade. No entanto, se alguns espaços têm a capacidade de juntar as pessoas, facilitando a sua interacção, outros, produzem efeitos inversos, como é exemplo alguns bairros de realojamento, quer devido à insegurança originada por comportamentos desviantes perpetuada por alguns dos seus residentes, quer devido à falta de equipamentos colectivos / recreativos, de serviços ou espaços verdes. As questões estéticas e funcionais surgem, sem dúvida, como uma das principais lacunas destes bairros e uma das causas para um maior desinvestimento por parte dos moradores. Segundo Cardoso e Perísta (1994:102), a ausência de equipamentos, de serviços e de espaços verdes - embora muitas das vezes previstas nos planos de construção - , a acumulação de lixos e ervas que crescem nos espaços públicos marcam a distancia destes espaços em relação ao resto da cidade.

O espaço exterior pouco cuidado e desprovido de equipamentos e actividades económicas não se torna convidativo para uma apropriação desejável. Deste modo, o espaço exterior, além de ser motivo de uma certa insatisfação e uma marca estigmatizante para muitos habitantes é, igualmente, um dos factores que propicia um enfraquecimento das relações de vizinhança e que, segundo Teresa Costa Pinto (1994:40), é tanto mais grave quando afecta grupos que desenvolvem redes de relações

sociais pouco diversificadas, centradas localmente (em torno de familiares e vizinhos) e com pouca capacidade de apropriação de outros espaços exteriores ao bairro.

Sabendo que a mobilidade espacial de muita desta população é reduzida, este enfraquecimento de relações, além de contribuir para um maior isolamento social, provoca, também, maiores sentimentos de insegurança, que se exacerbam quando expostos a um novo espaço residencial de difícil uso e apropriação. Quer isto dizer que a relevância que os habitantes dos novos bairros dão a problemas como criminalidade, delinquência ou tráfico e consumo de drogas não são tanto devido à sua existência, pois essas realidades existiram quase sempre no seu anterior bairro degradado, mas porque lhes falta as fortes relações de vizinhança e uma total apropriação do novo espaço.

Como já demos conta, as relações de vizinhança serão, em parte, mais optimizadas e com maior probabilidade de serem iniciadas se o espaço exterior à habitação comportar determinados requisitos, como por exemplo, equipamentos colectivos, serviços / espaços de comércio e condições vivenciais que forneçam alguma segurança à população residente, possibilitando, assim, uma “unidade de vizinhança” que estimule um enraizamento local e social, bem como a constituição de uma identidade positiva para com o bairro. Neste sentido, para Golany (1985) o planeamento de uma “unidade de vizinhança”, visa dotar um determinado espaço físico de um conjunto de funções sociais, as quais salientamos o contrapôr os contactos locais directos à anómica “sociedade urbana”, possibilitando que as pessoas voltem a adquirir um certo sentido de comunidade; estimular as pessoas a desenvolver fidelidades e compromissos locais e que, desse modo, ultrapassem antagonismos pessoais; e estimular sentidos pessoais de identidade, segurança, estabilidade e enraizamento social e espacial.

Nesta ideia, o bairro e as redes de vizinhança são conceptualizados como espaços “naturais”, que permitem a um nível local a integração normativa e estabilidade de redes sócio-afectivas, que a cidade, no seu todo, não pode proporcionar. Postula-se assim, de que o bairro e as “unidades de vizinhança”, constituem em si mesmas unidades ecológicas particulares, dotadas de fronteiras específicas, onde essa unidade espacial/ física desenvolve e estimula a unidade simbólica dos indivíduos.

Seguindo esta conceptualização, o planeamento das unidades residenciais tem procurado transformar um território utilizado por todos os residentes numa área capaz de lhes oferecer uma “identidade social colectiva”. Deste modo, um determinado espaço físico com limites definidos, deve possibilitar aos indivíduos que partilham esse espaço a constituição de uma *identidade colectiva* específica, isto é, um dado *habitat* (unidade de vizinhança/ bairro) e deve (des)envolver um conjunto de emoções e conotações simbólicas entre os seus residentes. Ainda neste contexto e partindo da ideia que um bairro, para além de realçar a noção de partilha de actividades,

experiências, valores, fidelidades e interesses comuns, conta ainda com um conjunto de residentes que servem para dar à zona um sentido de continuidade e de persistência através do tempo, podemos então pensar que para que haja uma forte identidade social colectiva no bairro é necessário existir uma certa homogeneidade social. Este facto não será, no entanto, de todo verdade. Se olharmos para os bairros de realojamento essa identidade não é particularmente visível, pese embora, exista nesses espaços residenciais traços de uma grande homogeneidade social.

No estudo sobre o bairro de Alfama, Firmino da Costa (1994) ao constatar que a estrutura social do bairro apresenta heterogeneidade de classes sociais, afasta a hipótese que a “forte identidade cultural” do bairro possa derivar da homogeneidade social. Então, a produção da identidade, encontra resposta na constituição das características físicas do bairro. Ao referir-se a Alfama, Firmino da Costa, dá ênfase à sua configuração ecológico-urbanística, enquanto espaço fechado, de becos apertados, ruas estreitas e pequenos largos – estes espaços de intensa utilização pelos vizinhos nas suas interações quotidianas – que contribui para a produção continuada duma identidade própria de Alfama, sendo um dos elementos estruturadores das específicas relações sociais e práticas culturais do bairro.

O espaço da “unidade de vizinhança” é, neste sentido, conceptualizado como uma estrutura, com poder socializador sobre os indivíduos que a ela estão residencialmente ligados, constituindo, desse modo, um factor explicativo da vida social que decorre no seu seio.

Nos bairros de realojamento social a constituição de uma “unidade de vizinhança” com as características referidas, é uma realidade muitas vezes difícil, pois o espaço físico para além de comportar certos comportamentos desviantes, não contempla algumas das estruturas (equipamentos) fundamentais para que determinadas funções sociais sejam realizadas. Ou seja, os espaços exteriores envolventes às habitações não convidam a uma intensa utilização e assim a uma interacção entre vizinhos.

Se a mudança de vizinhos, como já referimos, é uma das causas para um certo enfraquecimento de laços comunitários e o novo espaço residencial não permite uma convivência regular entre vizinhos, então as relações de sociabilidade marcadas pela intimidade e amizade ficam amputadas, sobrepondo-se as relações mais superficiais e menos intensas, ou como acrescenta Isabel Guerra (1998:126), as sociabilidades locais tornam-se mais práticas, emergindo essencialmente a inter-ajuda funcional e a ética da cordialidade. Estas realidades, representam, então, um obstáculo à construção de uma identidade positiva com o novo espaço residencial, com consequências importantes nas formas de interacção social entre a população.

Para Teresa Costa Pinto (1994:41), esta perda de sociabilidades onde se davam as práticas do passado acontece, sem que outras formas compensatórias sejam introduzidas. A ausência de

equipamentos locais, sobretudo de lazer, cultura e recreio e de comércio, compromete a possibilidade de colmatar o papel anteriormente desempenhado pela sedimentada rede de relações de vizinhança, favorecendo o isolamento e insegurança.

Segundo Gans (1972:123), as relações sociais são afectadas pelas características do espaço físico construído, as quais determinam a proximidade dos indivíduos. Assim, os planos urbanísticos, determinam em grande medida o padrão de vida social estabelecido entre as pessoas. Ainda, segundo o mesmo autor, poder-se-à admitir que a proximidade física pode permitir o início de muitas relações sociais e manter as menos intensas, na medida que envolve o contacto visual entre vizinhos, mas não pode em si mesma, produzir relação social. A proximidade pode assim constituir uma condição inicial para uma relação social positiva e intensa, contudo não pode constituir causa suficiente.

Percebe-se deste modo, que as relações de vizinhança podem ser mais, ou menos, intensas, como mais, ou menos, extensas. Estas relações, pressupõem a existência de um espaço próprio e comum (podendo ser um prédio/ rua/ largo/ bairro) que define a condição de vizinho. O vizinho é, deste modo, alguém com quem pelo menos existe uma proximidade física residencial e que interage num mesmo espaço, mas com quem não é obrigatório existir uma relação de amizade²⁵. Assim, quando se fala de relações sociais intensas e informais entre vizinhos fala-se, basicamente, de amigos, que poderão ser também vizinhos. Neste contexto, o conceito de vizinho é diferente do conceito de amigo, podendo, no entanto, sobrepor-se.

Conforme salienta S. Keller (1975), o vizinho corresponde a um papel específico que implica um tipo particular de actividade social em relação aos demais, que o diferencia de amigo ou familiar, com os quais às vezes se funde, como sucede quando os familiares vivem lado-a-lado, ou quando os vizinhos se convertem em amigos.

Esta realidade, leva-nos, igualmente, a pensar que o “papel de vizinho” é difícil de definir, se tivermos em conta os vários modelos culturais ou grupos sociais existentes. Isto é, o “comportamento esperado” do vizinho, ou o tipo de relacionamento, pode variar consoante os contextos sócio-culturais, ou como já referimos, pelas características do espaço físico construído. Neste contexto, S. Keller, identifica dois elementos fundamentais para o conceito de vizinho, a saber; o vizinho é alguém que está próximo em termos residenciais, mesmo que não esteja em “espírito”; defende interesses particulares em parte, mas também partilhados com os seus vizinhos. Olhando para estes dois elementos, conclui-se que o espaço (proximidade residencial) é o elemento fulcral na definição do conceito de vizinho.

²⁵ Relembramos que o mínimo que se espera do vizinho são determinados comportamentos / condutas que se insiram nas “normas” e “atitudes” comuns à maioria e, obviamente, às expectativas do grupo de residência.

Neste sentido, embora falemos de relações de vizinhança, é necessário distingui-las das relações de amizade, ainda que elas se possam sobrepor. As relações de amizade implicam uma reciprocidade estreita e uma relação de maior intimidade e informalidade, acente na confiança, no afecto e no respeito, podendo, ou não, acontecer em contexto residencial. Se as relações de vizinhança podem estabelecer contornos de amizade e sociabilidades intensas, elas não se esgotam nas relações harmoniosas, podendo, revestir-se de tensões, conflitos, como ainda de uma certa indiferença.

Embora a maioria dos bairros de realojamento se fechem sobre si mesmo, onde a proximidade física entre os residentes é favorecida pelo tipo de disposição do bairro, este facto não possibilita na maioria das vezes formas de sociabilidade intensas e o desenvolvimento de uma convivialidade diária. Ou seja, a mudança de vizinhos/ amigos, a ausência de equipamentos colectivos e serviços, e a vivência social decorrente nesses espaços, isto é, uma marginalidade e conflitualidade bastante visível, são causas que afectam e impossibilitam o desenvolvimento de relações sociais e desde logo fazem emergir um sentimento de insatisfação relativamente ao bairro.

Pensando ainda nas características do espaço físico construído nos bairros de realojamento, os edifícios em altura (em muitos casos, edifícios bastante altos), por contraste com o anterior espaço residencial, serão, igualmente, um factor para uma menor apropriação do espaço exterior, bem como para uma menor intensidade de relações. Nos locais residenciais degradados, os espaços exteriores ao alojamento têm um uso bastante intenso, pois para além do facto do alojamento não proporcionar, na maioria das vezes, condições atractivas para que a permanência no seu interior seja prolongada, o ser normalmente de piso único (térreo) implica que a rua se transforme num prolongamento da habitação. Este prolongamento, possibilita uma abertura da vida doméstica à vida comunitária. A rua funciona como mais uma “divisão” da habitação, onde não raras vezes se fazem tarefas domésticas, como lavar e estender a roupa, preparar as refeições e onde se passa algum tempo na conversa sem, no entanto, ter a sensação de se estar fora de casa. Estes espaços de sociabilidade e a sua apropriação que caracteriza globalmente a vivência comunitária das famílias que residem nestes bairros de habitação precária, raramente se encontram noutras estruturas residenciais, sobretudo, nas que se caracterizam pela construção em altura, onde a porta não dá directamente para a rua. Assim, o sentimento de saudade que muitos realojados fazem referencia, está normalmente focalizado no espaço exterior do anterior bairro, que permitia relações mais intensas, de tipo comunitário. Como salienta Isabel Guerra (1998), existe uma nostalgia pelo “modo de vida rural”, sobretudo pelas formas da vida local e pela possibilidade de apropriação do espaço público.

Os bairros de habitação precária, embora com falta de infra-estruturas básicas e sem qualquer plano urbanístico que à priori permita pensar uma apropriação positiva do espaço, são, no entanto, ao nível relacional, um exemplo da “aldeia na cidade” que, segundo Grafmeyer (1995:97), une os seus habitantes através de múltiplos laços em que se entrecruzam a vizinhança, o parentesco, a amizade e as solidariedades. A metáfora “aldeia na cidade” – que este tipo de bairro é exemplo - é para Grafmeyer, uma maneira de qualificar uma maneira de estar na cidade, com alguns traços específicos como a homogeneidade do povoamento e dos modos de vida; a forte identificação com o pequeno território que reagrupa o essencial das sociabilidades; a existência mais centrada na envolvente humana do bairro do que na casa; a densidade dos interconhecimentos num espaço local onde se desenrolam redes eficazes de entreajuda.

Um dos motivos que dá a estes locais uma relevante identidade social, fortalece a coesão das relações e imprime, por vezes, um forte “sentimento de pertença” é o “valor simbólico do espaço construído”. Isto é, cada habitação aí construída, implica quase sempre um esforço individual (da família) revestindo-a, desse modo, segundo Isabel Guerra (1998), de um significativo investimento simbólico e afectivo. O esforço financeiro (e muitas vezes físico) em torno da habitação, que obriga a restrições e privações é revelador de uma “*auto-imposição da moral e do sacrifício* como processo viável, talvez único, de angariação de recursos para a concretização do seu projecto de vida” (Pinto, 1998:35). Esta consciência do esforço, do sacrifício e da privação, concorre, segundo Teresa Costa Pinto (1998:35), “não só para uma maior valorização da casa no quadro do modo de vida, como tende a fazer representar a casa como acto sublimado de um projecto pelo qual se lutou”. Esta realidade faz potenciar uma afectividade para com a habitação, que acaba, muitas das vezes, por se estender ao bairro no geral, tendo-se para com ele um carinho especial que se solidifica devido aos muitos anos que aí se (con)vive ou (con)viveu.

Os bairros de realojamento social, ao reduzirem a importância das sociabilidades locais e os próprios espaços dessas sociabilidades, fazem com que o “sentimento de pertença” a uma comunidade (ou bairro) se dilua, bem como as relações de vizinhança intensas, marcadas pela amizade e informalidade. Neste contexto, o investimento relacional vai recair mais sobre a família e consequentemente sobre o espaço doméstico que passa, deste modo, a ser o espaço principal na estruturação das práticas sociais dos seus habitantes.

O que parece registar-se com a perda desses espaços, é um inevitável “convite” a um maior fechamento / isolamento. Se a extensão do espaço doméstico ao espaço exterior, deixa de ter tanto sentido em situações de realojamento; se esse espaço exterior nos bairros de realojamento não convida, nem propicia uma utilização intensa, quer devido à falta de infra-estruturas, quer devido ao “mau ambiente”; e se a forma como o realojamento é efectuado implica o desmantelar de laços

comunitários antigos, então as sociabilidades locais intensas que existiam anteriormente perdem importância.

Perante os factos realçados, a constituição de uma unidade de vizinhança efectiva na maioria dos bairros de realojamento social fica por desenvolver, pese embora estes bairros tenham limites geográficos definidos e, na maioria das vezes, uma grande homogeneidade social. No entanto, os laços “emocionais” e “simbólicos” (Keller, 1975:231) que unem os indivíduos que partilham esse espaço e que possibilitam estimular sentidos pessoais de identidade, segurança, estabilidade e enraizamento social e espacial não são potencializados e otimizados nestes locais pelos motivos que temos vindo a salientar (falta de equipamentos, serviços e espaços verdes; e uma homogeneidade social, caracterizada pela manutenção de grandes agrupamentos de indivíduos e famílias pobres e “disfuncionais”, que origina uma forte densificação espacial de inúmeros problemas sociais, em parte responsáveis por um “mau ambiente” social e potenciadores de comportamentos desviantes, como furtos, tráfico e consumo de estupefacientes...).

Se como já salientámos, a população que habita os bairros degradados se fecha socialmente e espacialmente em torno do local de residência em desfavor de uma rede alargada de relações sociais disseminadas no espaço, depois do realojamento, o fechamento social é ainda mais intenso, centrando-se o quotidiano fundamentalmente no interior da casa, mantendo-se a mobilidade física reduzida relativamente ao restante espaço urbano.

Se à falta de infra-estruturas e à reduzida apropriação do espaço exterior que origina um maior isolamento social em detrimento das relações sociais mais intensas, adicionar-mos a “má fama” que muitas vezes o bairro ostenta derivada de certos comportamentos desviantes de alguns dos seus moradores, então percebe-se o porquê de algum constrangimento e estigma de quem o habita. Mas para além destes factos, também as características morfológicas e locativas dos bairros de realojamento social não propiciam uma “vaidade” em residir nesses espaços.

As características morfológicas e urbanísticas dos bairros de realojamento social são indicadores que caracterizam a sua maior ou menor integração no espaço urbano da cidade e com influência na maior ou menor inserção social por parte dos seus residentes. Em regra, este tipo de realojamento não satisfaz a desejada ligação urbana, pois a sua construção é normalmente realizada em zonas periféricas da cidade e afastada dos centros de vida social e económica. Construídos longe das principais vias de comunicação e, na maioria das vezes, em áreas deficitárias de transportes públicos, estes espaços de habitação social têm na vocação residencial a sua principal função. O carácter monofuncional destes espaços, devido à ausência de outras dimensões da vida social e económica (trabalho, lazer e consumo), condiciona, nas palavras de Teresa Costa Pinto (1994:41), a imagem, o gosto e a identidade local.

Sobre esta questão, salienta Baptista Coelho (1994:72), que a emergência de um carácter multifuncional, que assegure uma continuidade com a malha urbana envolvente, se torna fundamental. Segundo o autor, a habitação social, só deveria ser considerada num contexto de zona urbana, nova ou “de preenchimento”, multissocial e multifuncional, assegurando continuidade / contiguidade com outras áreas urbanas vitalizadas e socialmente equilibradas. Seguindo a ideia de Baptista Coelho, parece-nos que os bairros de realojamento social, enquanto modelo dominante de realojamento, devem ser apropriados pela cidade e pelos habitantes. No entanto, são excepções realidades como estas. A descontinuidade urbana que estes locais quase sempre estão sujeitos, origina a sua exclusão territorial e “empurra” os habitantes para o seu interior, mantendo-os em grande isolamento social e urbano, em vez de procurar a sua integração na restante cidade. Os bairros de realojamento social desta forma edificados, possibilitam antes de mais o desenvolvimento de “guettos” sociais e urbanos²⁶.

Estas características, resultantes de uma construção social com uma arquitectura “estereotipada”, desenraizada e desintegrada²⁷, faz exacerbar estigmas que originam sentimentos de exclusão e marginalização. Neste seguimento, Fonseca Ferreira (1994:9) refere que os bairros sociais tradicionais identificam-se facilmente pela «aridez» e uniformidade da sua arquitectura, materiais desvalorizados, escassez (ou ausência) de espaços públicos e de equipamentos (...). Em suma, bairros estigmatizados, segregados dos serviços e da comunidade urbana.

Parece evidente, que os bairros de realojamento social para além de acumularem estigmas relativamente à sua ambiência social, também acumulam constrangimentos relativamente à sua morfologia e localização, tornado-se por esses motivos espaços de segregação urbana.

Grafmeyer (1995:46), salienta que a segregação urbana será mais intensa quanto mais a sua distribuição residencial se afastar daquela que foi observada para o conjunto da população da cidade. Estes bairros, seguindo Grafmeyer, podem ser ainda considerados segregados, pois exemplificam toda a forma de reagrupamento espacial que associa estreitamente as populações desfavorecidas a territórios circunscritos

Se pensarmos que o espaço urbano é um produto (fortemente) mercantil, então, seguindo a ideia de Castells (2000:249,250), a distribuição dos locais residenciais segue as leis gerais da distribuição dos produtos e, desse modo, opera os reagrupamentos em função da capacidade social

²⁶ Teresa C. Pinto, (1994:41), conclui na sua investigação que são os bairros onde existem acentuadas descontinuidades da construção, maiores inacessibilidades aos centros da vida social e económica e uma forte monofuncionalidade, que apresentam percentagens mais elevadas de insatisfação e onde é maior o desejo de mudança de bairro por parte dos seus habitantes.

²⁷ Na opinião de Robert Stern (cit in: Coelho, 1994:71), a arquitectura desenraizada e desintegrada só será anulada pela readopção dos velhos modelos de cidade concebida como conjugação de vilas urbanas (bairros), bem ligados à malha citadina e aos sistemas de transportes públicos.

dos indivíduos, isto é, no sistema capitalista, em função da sua capacidade económica, do seu status profissional, do nível de escolaridade, da fase do ciclo de vida, etc. Neste sentido e seguindo Castells, estamos a falar de uma *estratificação urbana*, correspondendo ao sistema de estratificação social. Nos casos em que a distância social tem uma forte expressão espacial, então falaremos de *segregação urbana*. Numa interpretação mais intensa do conceito, Castells (2000), salienta que a segregação urbana é a tendência à organização do espaço em zonas de forte homogeneidade social interna e com intensa disparidade social entre elas.

Embora percebamos que a segregação urbana, a nível de localização, possa ser menos intensa (visível na coexistência de habitações degradadas e blocos habitacionais de luxo numa mesma zona), a realidade é que ao nível do realojamento as entidades construtoras (normalmente as autarquias) têm tido um especial cuidado em edificar os bairros na margem da “cidade viva” (Coelho, 1994:71). Isto, porque a dimensão mercantilista do solo urbano, rentável também para as autarquias, não permite na lógica do lucro, oferecer a estes tipos de empreendimentos espaços valorizados social e funcionalmente.

Verificamos, assim, que os bairros de realojamento social apresentam características específicas, permitindo desse modo que sejam espaços facilmente tipificados. Esta tipificação, será nestes locais mais visível, pois para além de agrupar uma população desfavorecida e socialmente homogeneizada, também a homogeneidade das características morfológicas e arquitectónicas distinguem estes bairros, isto para além das suas localizações e da própria designação “social”. Assim, estes espaços de residência ostentam uma tipificação baseada essencialmente por representações negativas.

Este diagnóstico sobre os bairros de realojamento, permite falar de uma tripla segregação (Grafmeyer, 1995:47). Esta tripla segregação, afectando quem reside estes locais, acenta na localização e qualidade do alojamento, nos equipamentos colectivos e nas distâncias existentes entre o domicílio e o local de trabalho.

O que temos vindo a referenciar ao longo deste capítulo, permite questionar o modelo dominante de realojamento, isto é os bairros sociais, enquanto locais de inserção social e urbana. Estes, de uma forma geral, limitam-se a permitir uma melhor qualidade do alojamento. Nesse sentido, como refere Isabel Guerra (1998:122), a casa surge como a concretização de um sonho, sendo, no entanto, valorizada mais pelas condições de habitação do que pelo modelo de habitação (criticado, sobretudo pela construção excessiva em altura, como pela dimensão e distribuição do espaço interior). Esta valorização, segunda a autora, reflecte-se, frequentemente, num reinvestimento (afectivo e material) da casa, e na família, que se converte no principal espaço/tempo da vida quotidiana. O acesso à nova casa (e sua sobrevalorização) parece associar uma

alteração da auto-imagem, no entanto, conforme salienta Isabel Guerra (1998), essa alteração parece não ser suficiente para alterar o modo de vida. Os modos de vida não se alteram profundamente, pois os bairros embora ofereçam melhores condições de habitabilidade, produzem, segundo Teresa C. Pinto (1994:43), espaços residenciais fechados, quer pela via da descontinuidade urbana e funcional, quer pela coexistência de grupos de indivíduos com as mesmas características de precariedade de condições de vida, de desqualificação profissional, de marginalização e de incapacidade de integração social. No fundo, realidades que se assemelham em tudo aos seus anteriores espaços residenciais.

A vida na nova habitação não se traduz, geralmente, numa mobilidade social ascendente acente em outras formas (oportunidade de melhor emprego, ou de emprego para quem não o tem; acesso a outro tipo de bens, sejam culturais ou materiais; possibilidade de poder libertar-se de drogas e outras dependências; abandonar comportamentos desviantes como furtos e tráfico,...). Assim sendo, o pós-realojamento acaba, quase sempre, por reproduzir as vidas anteriores, sejam ou não marginalizantes, não sendo por isso, um factor que por si só permita planear ou definir projectos de vida futuros muito diferentes dos anteriores.

Os projectos de vida mais ambiciosos dos habitantes destes espaços de realojamento, surgem condicionados essencialmente pelos baixos níveis de escolaridade e pelas deficitárias qualificações profissionais, que comprometem, segundo Teresa C. Pinto e Alda Gonçalves (2001:128), quaisquer ambições de elevação dos seus estatutos sociais. Estas vulnerabilidades da condição social e económica são ainda mais visíveis na população toxicodependente, infelizmente quase com uma sobrerrepresentação nestes locais. Salientam ainda as autores (2001:127), que a toxicodependência é um dos grandes condicionalismos para a definição de projectos de vida. Os que assumem a toxicodependência, para além de reconhecer a sua centralidade nas suas vidas, justificam essa presença como uma justificação para a ausência ou adiamento de projectos e sonhos.

Neste contexto, os projectos de vida futuros destas populações limitam-se ao imediato e inseridos numa lógica de subsistência. Sobre este ponto, refere Maria João Freitas (1994:33), que o tempo presente é rei na dinâmica de vida destas populações, numa lógica quase de subsistência, e sobretudo numa quase condenação a um destino que tem um futuro traçado, e pouco espaço à intervenção de cada um.

O que acabou de ser referido permite afirmar que promoção habitacional, pelo menos ao nível do realojamento social, não é sinónimo de promoção pessoal e social. Por isso, torna-se evidente que as acções de realojamento deverão ter objectivos mais abrangentes que possibilitem às populações realojadas, seguindo a ideia de Maria João Freitas (1994:34), a promoção e

desenvolvimento de outros géneros de vida (...) numa estratégia global de melhoria da sua qualidade de vida e promoção pessoal e social.

Ao desejar erradicar os bairros degradados, os poderes políticos deverão ter também o desejo de erradicar problemas sociais que acompanham essas pessoas e que ultrapassam os domínios da habitação. Sobre este ponto, salienta Maria João Freitas (1994), que realojar aparece então como acção à qual se exige um âmbito e um conteúdo muito mais alargado que o simples facto de atribuir e distribuir casas.

Através de realidades que têm sido conhecidas e reconhecidas como problemáticas, após algumas investigações no âmbito deste tipo de realojamentos, verifica-se que os programas de realojamento densificados que têm vindo a ser implementados não têm servido os interesses da maioria das populações-alvo.

Estas realidades, segundo os vários autores anteriormente citados, reflectem e inferem pela necessidade de outros tipos de medidas e intervenções que, segundo Maria João Freitas (1994), permitam a existência de alternativas concretas para a construção de outras formas de vida sólidas e qualificadas do ponto de vista da inserção e promoção social e urbana destas populações.

Neste sentido, o realojamento efectuado pela autarquia da Amadora, e que serve de base para a nossa investigação, ao nível da localização parece-nos à priori uma alternativa ao modelo dominante de realojamento, pois foi realizado de forma dispersa num conjunto de ruas já à muito urbanizadas, que se inserem num tecido urbano contínuo e com “história” na freguesia da Brandoa.

Estes lotes de habitação social, disseminados por um conjunto de ruas, poderão ser uma resposta à pergunta realizada por Baptista Coelho (1994:72), sobre quais os segredos para fazer «diluir» e, por fim, fazer desaparecer, aparentemente, a habitação com características sociais no meio urbano?

Se a integração social e física dos edifícios (e empreendimentos) é uma solução para fazer desaparecer estigmas relacionados com a localização e formas arquitectónicas / estéticas, então o realojamento por nós investigado segue a “rota” de uma integração social abrangente. À priori, este realojamento não terá a concentração e estigmas próprios dos bairros sociais; e todos os serviços e equipamentos existentes estão integrados numa zona habitacional que servirá quer os realojados como os outros moradores da rua e da freguesia. Também a tendência para a homogeneidade social será menor e existirá uma maior possibilidade de contacto com outros grupos de referência, o que permitirá uma maior vivência social e urbana que poderá fomentar maiores expectativas de promoção social. No entanto, este tipo de realojamento, tal como os realizados em bairros de realojamento, deverá originar uma perda de sociabilidades locais e também um maior isolamento

social, pois muitos dos antigos vizinhos estão agora mais afastados. Estas serão algumas hipóteses que procuraremos responder aquando do trabalho empírico.

Se um dos objectivos deste realojamento será disseminar convenientemente o alojamento social em meio urbano, ele deverá, no entanto, ter o cuidado de não disseminar pequenas bolsas de pobreza e outros problemas sociais pelas ruas, pois existirá o perigo desses fenómenos se “diluirem” e se tornarem pouco visíveis. Não será, apenas, devido a esta forma de realojar – a habitação social integrada fisicamente em meio urbano – que vários fenómenos ligados à exclusão social irão desaparecer, por isso, será necessário fazer um acompanhamento pós-realojamento de modo a perceber e acompanhar quais as necessidades e dificuldades das populações realojadas.

Sobre a integração social disseminada, Baptista Coelho (1994:74), refere que esta será mais trabalhosa do que a «industrializada» e concentrada em uma ou duas zonas. Mas como ele salienta, a questão do número não é tudo, e fornecer tectos não significa proporcionar um habitat socialmente integrado.

2. Metodologia

Se na elaboração do enquadramento teórico se socorre de bibliografia e dados existentes sobre a problemática a estudar, a recolha de informação, implica muitas vezes, um contacto directo com outra pessoa, ou um conjunto de pessoas²⁸. São elas que nos vão fornecer informações, que depois de analisadas irão ajudar a perceber e interpretar questões subjacentes ao objectivo do estudo. Percebemos assim, que no trabalho empírico, em que a informação resulta de um contacto com outro indivíduo, existe desde logo uma interacção social no sentido em que existem, pelo menos, dois intervenientes. Esta interacção e o modo como ela se realiza é fulcral para um qualquer estudo, pois é exactamente desse “diálogo” entre entrevistador e entrevistado que emerge a informação considerada pertinente.

No caso da presente investigação, utilizámos a entrevista semidirectiva como método para a recolha de informação.

2.1. A entrevista semidirectiva na pesquisa de terreno

A recolha de informação no presente trabalho limita-se apenas aos dados fornecidos pelos entrevistados, não existindo uma pesquisa de terreno baseada na observação-participante, um método por vezes utilizado nas pesquisas sobre realojamentos sociais, com o intuito de observar as relações de vizinhança e suas interacções, bem como observar os usos e apropriação dos espaços públicos. Este método não nos parecia muito viável na nossa investigação, pois como já foi referido, este realojamento não foi efectuado num bairro edificado especificamente para o efeito, não tendo por isso um limite geográfico preciso, nem equipamentos e estruturas próprias. Sendo o nosso objecto de estudo, um realojamento disperso por várias ruas na freguesia da Brandoa, onde os indivíduos realojados se “misturam” com os restantes residentes, parecia-nos bastante complicado fazer uma observação, acompanhando os moradores e participar nas suas interacções quotidianas, visto que não existe uma unidade territorial definida (como acontece, de um modo geral, nos bairros de habitação social). No presente caso, a unidade territorial será a mesma, quer para os indivíduos realojados, quer para a restante população da freguesia.

²⁸ Estamos a pensar nos trabalhos de investigação em que a recolha de informação implica interrogar ou perguntar a “outros”, de modo a obter informação ou discursos – “matéria-prima” – que possam ser interpretados e permitam perceber uma determinada realidade-social.

A pesquisa de terreno, através da entrevista, será crucial para perceber como se estruturou e adaptou a população ao realojamento. Neste sentido, a satisfação e apropriação com o sítio em que vive (casa, edifício e área de residência), as referências à vivência no anterior bairro (clandestino) e a caracterização das relações de vizinhança pós-realojamento são três dimensões de análise muito importantes a aprofundar nas entrevistas. Para além destas dimensões, procuramos ainda perceber as representações que os entrevistados têm dos bairros de realojamento social, de modo, a tentar perceber se o realojamento disperso foi, ou não, uma realidade do seu agrado.

Perante este quadro e sua compreensão, a entrevista semidirectiva foi a técnica escolhida para a recolha de informação. Esta técnica torna-se pertinente na medida que incitamos os entrevistados a elaborar uma narrativa sobre as representações do novo espaço residencial, as relações com os vizinhos, bem como do impacto e alterações sentidas após o realojamento.

Ao procurar obter-se ideias e opiniões sobre temas ou situações, fica-se logo com a ideia que o entrevistado deverá ter uma grande liberdade para desenvolver de forma coerente o seu discurso. É neste sentido, que a entrevista tornou-se num instrumento fundamental para uma abordagem mais profunda do ser humano – suas formas de pensar, suas opiniões, suas intenções, suas expectativas, suas aspirações, suas crenças, ... – e mais ainda quando procuramos estudar uma determinada realidade sobre a qual temos pouca informação

Uma questão que importa realçar sobre a entrevista, é que esta se encontra longe de uma ideia de ciência que utiliza procedimentos claramente formalizados e identificáveis. “Ao colocarmos frente a frente dois sujeitos com a sua subjectividade, não podemos garantir que as informações obtidas sejam idênticas noutra situação de interacção. É igualmente impossível garantir uma comparabilidade perfeita dos dados, uma vez que o dispositivo de interrogação não pode ser rigorosamente idêntica” (Ruquoy, 1997:85). Estes limites são, de um modo geral, aceites pelas ciências sociais, pois o objecto de estudo é o próprio ser humano, com todas as suas disposições.

Na entrevista qualitativa convém não esquecer que a informação que chega ao investigador é o pensamento da pessoa entrevistada através de uma narrativa própria. Assim sendo, o ideal será fazer com que o entrevistado se exprima o mais livremente possível, seguindo o curso do seu pensamento e, desse modo, forneça informações precisas e pertinentes sobre o assunto tratado. As percepções do indivíduo relativamente ao assunto tratado (mas também a qualquer outro), estão na maior parte das vezes, segundo Ghiglione e Matalon (1997:74), relacionados com o seu quadro de referência, que ele desenvolveu e continua a desenvolver ao longo da sua existência.

Sobre a entrevista semidirectiva, Ruquoy (1997:87) salienta que ela permite ao entrevistado estruturar o seu pensamento em redor do objecto perspectivado. Porém, segundo Ruquoy, a definição do objecto de estudo, faz com que se elimine diversas considerações para as quais o

entrevistado se deixa naturalmente arrastar ao sabor do seu pensamento, existindo ainda o aprofundamento de alguns pontos que ele próprio não teria explicitado, daí o aspecto parcialmente «directivo» das intervenções do entrevistador. Ghiglione e Matalon (1997:64), salientam que na entrevista semidirectiva, o entrevistador procura obter reacções por parte do entrevistado sobre alguns temas, mas a ordem e a forma como os irá introduzir são deixadas ao seu critério, sendo apenas fixada uma orientação para o início da entrevista. Esta flexibilidade permite, segundo os autores, a adaptação às particularidades do indivíduo entrevistado, que é assegurada pelo recurso a um questionário em “árvore”, no qual a escolha de certas perguntas é determinada pelas respostas do indivíduo às perguntas precedentes. Neste sentido, a condução de cada entrevista deve-se “encaixar” consoante o entrevistado (suas respostas, sua linha de pensamento).

Para aceder às representações dos indivíduos que fazem parte do objecto de estudo, quer sejam opiniões, aspirações ou percepções, Ruquoy (1997:89), refere que a entrevista é o instrumento mais adequado, pois delimita os sistemas de representações, de valores, de normas veiculadas por um indivíduo. Mas se na realidade a entrevista é um óptimo instrumento para apreender conteúdos, o seu êxito “depende da capacidade do locutor para explorar e comunicar os próprios pensamentos, da aptidão de que o entrevistador dá provas para favorecer um nível de expressão satisfatório, da sua capacidade de descodificar o que o interlocutor diz, afim de deduzir as questões mais adequadas a formular” (Ruquoy, 1997:90). Percebemos assim, que para se obter uma entrevista com boa informação é crucial, quer a motivação do entrevistado para responder, o seu grau de pensamento e de expressão, como as capacidades que o entrevistador tem para levar o interlocutor a falar e exprimir ao máximo o que realmente pensa.

Se o investigador ao elaborar o seu enquadramento teórico utiliza um vocabulário mais técnico deverá, no entanto, ter a preocupação em construir um guião de entrevista, onde as questões a colocar sejam compreensíveis pelo entrevistado. “O investigador não deve utilizar com o seu interlocutor, o mesmo vocabulário que utiliza para definir o seu quadro de pesquisa” (Ruquoy, 1997:93). As questões da investigação devem, por isto, chegar ao interlocutor de forma simplificada e ao seu alcance. Só desse modo, o investigador pode solicitar ao interlocutor informações úteis.

O cuidado a ter sobre este ponto, deve ser ainda maior quando a investigação tem uma população-alvo pouco escolarizada e/ou familiarizada com determinados temas. Para Ghiglione e Matalon (1997:71), o capital verbal do entrevistado e as suas possibilidades de compreender o que lhe é perguntado é um factor que o entrevistador não deve descurar.

É igualmente importante perceber que uma qualquer entrevista é uma situação provocada (não é espontânea), sendo por isso um produto de uma interacção social, no qual estão em jogo algumas variáveis que influem no conteúdo do que é dito. Sobre isto mesmo, Grawitz (cit in: Ruquoy, 1997),

refere que uma entrevista é suscitada e pretendida por uma das partes, e mais ou menos aceita ou sofrida por outro, para além de por em presença indivíduos que, de um modo geral, não se conhecem. Ruquoy (1997:103), reforça esta ideia, ao salientar que o entrevistador é uma pessoa estranha que enceta uma conversa de um modo «não habitual». Para ele (1997:115), o quadro da investigação que delimita o espaço do discurso, a palavra e as atitudes do entrevistador e a relação social entre entrevistador e entrevistado, entre outras, são variáveis que influenciam a entrevista. Este reconhecimento ajuda a assegurar um melhor domínio da produção dos dados no sentido de uma informação fiável, completa e adequada.

Ruquoy (1997:95), salienta, ainda, que o papel do entrevistador, na entrevista semidirectiva, deve procurar instaurar um clima de confiança e controlar o impacto das condições sociais da interacção sobre a entrevista.

Estas atitudes por parte do entrevistador fazem com que alguns autores considerem a entrevista mais uma arte do que uma técnica. Ou seja, o “jeito” do entrevistador para conduzir a entrevista é bastante importante para o sucesso dessa entrevista.

Na situação de entrevista, é necessário ter presente e reconhecer que o nosso interlocutor pode refugiar-se e não responder segundo o seu verdadeiro pensamento, mas antes responder em função de quadros de pensamento que julga serem os mais adequados e aceites pelos outros. Estas situações podem acontecer nas mais diversas interacções quotidianas, mas, também, numa situação de entrevista, pois existe uma tendência, um hábito quase natural, para julgar ou avaliar, de aprovar ou desaprovar determinados pensamentos, atitudes ou comportamentos. Esta tendência de avaliar ou julgar os outros, pode ser um entrave à comunicação, que deve desaparecer o mais possível durante uma entrevista. Esta, “deve estabelecer um processo de comunicação no qual sejam eliminados ou reduzidos os elementos que habitualmente tendem a travá-la ou desviá-la. Consegui-lo cabe ao inquiridor” (Grawitz cit in: Ruquoy, 1997:96).

O entrevistador deve construir todo um “ambiente” que leve o entrevistado a falar o mais naturalmente e veridicamente possível, sem qualquer constrangimento. Se é verdade que a entrevista é um processo de interacção entre entrevistador e entrevistado e se as informações chegam ao entrevistador através do entrevistado, a realidade demonstra, igualmente, que o valor da comunicação, depende tanto, se não mais, do entrevistador como do entrevistado. É neste sentido que no decurso da entrevista, o entrevistador deve ter cuidado em não emitir opiniões ou sugerir pensamentos, pois eles podem ser captadas pelo entrevistado e este introduzi-las nos seus próprios quadros de pensamento e argumentar as suas convicções com base nessas opiniões.

Perante este facto que pode suceder durante uma qualquer entrevista, é de grande importância que o entrevistador surja como alguém neutro, aberto a todas as opiniões. O entrevistador deve

assumir um papel neutro, mas não parecer indiferente, isto é, não deve dar a sua opinião, fazer avaliações ou sugestões para uma resposta ou ideia seguir uma dada direcção, e ao mesmo tempo deve aceitar as opiniões do entrevistado de forma incondicional, demonstrar interesse e respeito sobre o que diz e conseguir criar um clima de confiança, estimulando e apoiando o discurso do indivíduo entrevistado de modo que ele se revele o mais profundamente possível. Estes pressupostos, fundamentais para a criação de uma boa entrevista, passam não apenas pelas capacidades técnicas do entrevistador mas, também, pela atitude cordial do entrevistador, que nunca deve demonstrar atitudes agressivas, impacientes ou inquisitoriais.

Um outro factor de importância significativa para a condução de uma entrevista que não se deve descurar, é procurar criar uma relação o mais assimétrica possível com o entrevistado, evitando ao máximo deixar perceber diferenças de estatuto hierárquico ou de pertença de classe. Uma situação de superioridade por parte do entrevistador pode, por exemplo, induzir a pessoa a não revelar o seu pensamento de determinada forma por vergonha, ou por pensar que não vai ao encontro do que o entrevistador espera de si. Sendo estas situações mais frequentes quando se entrevistam indivíduos com um capital escolar e cultural reduzido, a questão do vocabulário utilizado é muito importante, devendo este ser adequado e claro de modo a permitir uma percepção por parte do entrevistado sobre o que se pretende. Ao colocar-se o mais próximo possível do universo linguístico do entrevistado (não demonstrar ostentação de vocabulário), o entrevistador para além de potenciar um melhor discurso por parte do entrevistado e “penetrar” nas suas perspectivas, pensamentos ou sentimentos, dilui ou elimina uma relação social entrevistador/entrevistado tendencialmente simétrica.

Percebe-se, por conseguinte, que a produção de um discurso por parte de quem é entrevistado é de certa maneira influenciado pelas percepções que se constroem sobre o entrevistador, sendo que a situação provocada (artificial) da entrevista, tornar-se-à mais verosímil se o entrevistador conseguir ter a “capacidade para se aproximar do quadro de referência do entrevistado e, assim, se comportar em função das atitudes, comportamentos e, sobretudo da linguagem do entrevistado; da clareza da definição do papel de entrevistado, bem como da sua motivação para o desempenhar (estando a sua capacidade ligada, em grande parte, à competência do entrevistador); e da possibilidade de controlar os conflitos de papéis resultantes, por um lado, da concomitância entre os papéis habituais e o papel actual (sendo isto essencialmente para o entrevistado), e, por outro, da não conformidade entre as condutas teoricamente atribuídas ao papel de entrevistador e as percepções que o entrevistado tem do entrevistador (comportamentos, atitudes, etc.)” (Ghiglione e Matalon, 1997:81).

Sendo o entrevistado chamado a intervir pelo investigador para responder a determinadas questões sobre uma determinada realidade ou assunto será, também, conveniente explicar porque razão foi escolhido; qual o interesse e finalidade do estudo; como serão tratados os dados recolhidos e quem terá conhecimento dos resultados; a duração aproximada da entrevista; e que vantagens terá em responder ao estudo. Estas são algumas questões que podem ser levantadas pelo indivíduo a entrevistar e que devem ser respondidas de forma clara pelo entrevistador. Se assim acontecer, a colaboração da pessoa entrevistada terá maior probabilidade de ser mais efectiva. Devido à quantidade de informação fornecida por este tipo de entrevista, o uso do gravador é bastante frequente. O seu uso deve ser bem explicado ao entrevistado, pois este poder-se-à sentir constrangido ou receoso por saber que as suas opiniões ou posições serão gravadas e, assim, tomar atitudes de prudência relativamente ao seu discurso (é crucial dar garantia de confidencialidade da informação e de anonimato do entrevistado).

Se estes são alguns cuidados a ter para que o entrevistado sinta maior interesse em participar, também o nível de conhecimento e informação sobre o tema - a motivação e interesse sobre o tema; e a pertinência do tema relativamente às preocupações do entrevistado - são questões importantes para que a entrevista decorra de forma positiva.

2.2. A amostra, o conteúdo da entrevista e algumas hipóteses

Relembramos que o presente trabalho tem como principal objectivo identificar o modo como este realojamento, efectuado em seis lotes habitacionais dispersos e inseridos num determinado tecido urbano já consolidado e onde já habitavam outros indivíduos - algumas ruas da freguesia da Brandoa -, satisfaz a população afectada.

A percepção dessa situação torna-se pertinente, não apenas pelo facto desta população ser realojada em habitações especialmente edificadas para si numa determinada zona, mas porque este realojamento sendo disperso, difere dos tradicionais bairros sociais, os quais demos conta anteriormente têm potenciado um conjunto de “efeitos perversos” e, conseqüentemente, transformado muitos deles em locais de apropriação residencial reduzida para muita da sua população. Neste sentido, é, igualmente, pertinente perceber até que ponto este realojamento disperso elimina ou repete alguns desses efeitos e se é uma solução do agrado por quem dele foi abrangido. No fundo, tentar perceber vantagens e desvantagens deste tipo de realojamento.

Através da construção do nosso modelo de análise, baseado nas perspectivas teóricas referenciadas ao longo do trabalho, colocámos as seguintes perguntas de partida: *Qual o sentimento dos realojados para com o espaço residencial (público e privado) e para com a “vizinhança” entretanto constituída?*; *Será que o realojamento social disperso permite uma implantação territorial abrangente, isto é, menos focalizada nas relações de vizinhança próximas e conseqüentemente num menor enraizamento local?* A estas duas perguntas iniciais, procuraremos responder através das entrevistas realizadas e da informação que elas forneçam.

Na presente investigação, foi decidido entrevistar apenas as mulheres responsáveis pelo lar (as “matriarcas da família”). A opção em entrevistar as mulheres deve-se, em primeiro lugar, por sabermos previamente, através de dados camarários, da existência de mulheres nesta situação, ou seja, em quase todos os agregados familiares existia uma “matriarca” e, em segundo lugar, ao facto de serem normalmente as que têm uma maior percepção do espaço residencial, o que as elege como um elemento dentro do agregado habilitado para fornecer informação acerca da apropriação e satisfação residencial, das relações de vizinhança (pré e pós realojamento) , bem como da vivência no anterior bairro²⁹.

De um universo de 60 famílias, realizamos oito entrevistas para um total de seis edifícios (o objectivo inicial seriam doze entrevistas, duas por prédios, mas tal não foi possível devido a recusas por parte de alguma população e porque o tempo para terminar a tese estava no limite. No entanto, uma certa repetição e uniformidade nos discursos das entrevistadas parecem permitir tornar consistente a análise e interpretação de resultados).

A entrevista-se dividiu-se em duas partes. Na primeira, procura-se obter uma visão geral da vida das entrevistadas e família, particularmente a percepção das razões para se ter escolhido o bairro clandestino para se viver e, ainda, perceber algumas representações da anterior habitação e bairro. A segunda parte da entrevista, centra-se directamente sobre o realojamento e as representações sobre as alterações sentidas após este. Procura-se perceber a satisfação e apropriação do novo espaço residencial (alojamento; espaço exterior; relações de vizinhança) e ainda as representações – as ideias construídas – sobre os “tradicionalis” bairros sociais, de modo a perceber se este tipo de realojamento disperso é, ou não, preferido pelas entrevistadas e quais as vantagens, ou desvantagens, que oferece.

²⁹ Esta opção metodológica, não significa que são exclusivamente as mulheres que têm conhecimentos para responder a este tipo de entrevistas. Estas entrevistas seriam, igualmente, possíveis de realizar a outros elementos do agregado familiar, como por exemplo os homens, ou fazer a ambos os membros do casal.

Deste modo, os temas contemplados no guião de entrevista vão permitir criar dimensões de análise, sobre as quais a posterior análise de conteúdo vai incidir³⁰. Embora estas dimensões sejam construídas á priori – em função dos objectivos que orientam o trabalho -, não impossibilitam que posteriormente possam emergir outras dimensões consideradas pertinentes – depois de realizadas as entrevistas – que estejam relacionadas com práticas e representações relativas ao contexto residencial em estudo (base principal da presente investigação).

► Tema 1: A casa e o realojamento

- . Reacções / sentimentos quando viu a nova casa;
- . Satisfação com o alojamento e ideais habitacionais (comparação entre a casa actual e a anterior);
- . Percepção de melhores condições actuais de habitabilidade (qualidade da construção; dos materiais; dos acabamentos);
- . Apropriação do actual espaço doméstico por comparação com o anterior (se a actual casa corresponde às necessidades e práticas do agregado familiar);
- . Percepcionar da existência de investimentos no espaço doméstico – alterações na casa de modo a satisfazer ou colmatar alguma necessidade, ou se as alterações são mais de sentido estético, de prestígio, de modo a diferenciarem-se dos vizinhos (armários, azulejos, chão,...) – e de investimento financeiro na aquisição de mobiliário, electrodomésticos e objectos decorativos;
- . Representações do processo de realojamento (percepção de acesso a um estatuto residencial mais elevado; percepção do aumento das despesas fixas como renda, água, electricidade, etc., e se esse esforço financeiro compensa a nova casa);

³⁰ A análise de conteúdo é feita depois da transcrição das entrevistas gravadas em áudio. O texto resultante das transcrições, procura reproduzir o mais fielmente possível o discurso narrativo das entrevistadas. Sem alterar o sentido do pensamento das entrevistadas, apenas reformulámos algumas partes desse discurso, de modo que as frases depois de passadas para o papel não prejudicassem a sua compreensão, ou seja, apenas fizemos “ajustes gramaticais”. Neste sentido, as alterações foram limitadas ao realmente necessário, de modo que a linguagem natural das entrevistadas não fosse demasiada descaracterizada.

A partir das transcrições das entrevistas, procurámos identificar discursos (ou partes) pertinentes que pusessem em evidência as representações e os julgamentos das entrevistadas sobre as dimensões em análise.

O *verbatim* – texto destacado proveniente das narrativas das entrevistadas que serve para dar sentido e consistência à análise interpretativa do trabalho empírico – que surge ao longo da análise de resultados (capítulo seguinte), são unidades de registo que devem coincidir com as unidades de sentido. Assim sendo, foi necessário cortar o texto (resultado do discurso oral das entrevistadas), de modo a enquadrá-lo em cada uma das categorias em análise. Estes *verbatim* são exemplos de discursos, que grosso modo reflectem uma unidade e similitude de pensamento sobre determinada realidade em discussão, ou seja, têm um carácter globalizante. No entanto, dentro das dimensões em análise, podem surgir opiniões e sentimentos diferentes ou contrários ao pensamento dominante (particularismos), que não devem ser menosprezados ou simplesmente ignorados.

► **Tema 2: Projectos residenciais e mobilidade social**

- . Percepcionar se existem planos/projectos para ir morar para outra casa ou local (desejo de uma casa maior; de morar numa habitação não social; de morar em outro local dentro do Concelho ou ir para fora deste; ou devido à existência de conflitos com os vizinhos; ...);
- . Percepcionar se antes do realojamento, ou seja, enquanto viviam no bairro clandestino, houve a intenção ou desejo de comprar ou alugar uma casa num qualquer outro local, dentro ou fora da Amadora.

► **Tema 3: Relações de vizinhança e representações do bairro anterior**

- . Antigas relações de vizinhança e efeitos do realojamento nessas sociabilidades (percepção se o realojamento potenciou o desmantelamento de antigas amizades; originou a diluição das sociabilidades e provocou um maior isolamento social; percepção se existe actualmente relações sociais mais diversificadas);
- . Constituição da nova unidade de vizinhança do prédio (percepcionar se existiu participação na constituição da nova vizinhança);
- . Relações de vizinhança actuais e gestão da coabitação (perceber como é feita a gestão e partilha do espaço comum e percepção da existência de conflitos/acusações às práticas dos vizinhos);
- . Tipo de relação com a vizinhança que já habitava na rua/bairro (percepção da existência de sentimentos de estigmatização, de desconfiança ou de conflitos);
- . Práticas de apropriação dos espaços públicos e percepção de segurança residencial (da rua; do bairro; de equipamentos e de outras estruturas existentes);
- . Percepção da existência de sentimentos de saudade das relações de vizinhança e práticas de sociabilidade existentes no anterior bairro;

► **Tema 4: Referencias ao realojamento disperso e representações sobre os bairros sociais**

- . Ideias sobre o tipo de realojamento que iria receber antes de saber qual seria e como seria (perceber que tipo de realojamento era esperado/idealizado);
- . Representações sobre os “tradicionalis” bairros sociais (percepção das ideias e das opiniões sobre estes espaços residenciais e a sua imagem pública);
- . Perceber da existência de eventuais benefícios do realojamento disperso por comparação com a ideia construída dos bairros sociais (Percepção de maior segurança residencial; de uma menor estigmatização; de uma menor segregação urbana e guetização; de uma menor visibilidade de comportamentos e práticas desviantes; de menor conflitualidade);
- . Percepção da existência de uma maior integração na cidade e de um menor enraizamento local com o realojamento social disperso;

. Perceber, através das ideias construídas sobre o espaço residencial nos bairros sociais, se as relações de vizinhança e as práticas de convivialidade teriam sido sofrido menos alterações se o realojamento tivesse sido efectuado nesse tipo de bairro (percepcionar se o bairro social teria mantido “a unidade ecológica” do anterior bairro e com isso as práticas de convivialidade).

É a partir deste quadro de análise que tentaremos perspectivar quais os benefícios e quais as limitações do presente realojamento, segundo a opinião de alguma da população por ele abrangido. No seguimento, procuraremos perceber se, na globalidade, este tipo de realojamento efectuado de forma dispersa em algumas ruas inseridas numa malha urbana já consolidada é uma alternativa aos realojamentos efectuados em empreendimentos sociais construídos especificamente para o efeito.

3. Análise de resultados

3.1. O bairro clandestino como local possível para iniciar uma vida melhor

No discurso sobre a chegada ao(s) bairro(s) – Casal de Alfarelos e Caminho de Alfarelos -, percebe-se, desde logo, que a população que os habitava era, na sua grande maioria, natural do interior norte e centro do país, essencialmente de Trás-os-Montes, Beira Alta e Beira baixa³¹.

Tal como muitos outros bairros clandestinos emergentes nas décadas de 50 e 60, este é, igualmente, um local onde foi habitar uma população proveniente de zonas rurais em decadência e que procuram uma oportunidade de emprego na indústria e/ou nos serviços nos principais centros urbanos do país, em forte expansão após a segunda metade do século XX.

O bairro clandestino é visto como o “poiso” possível para quem as condições financeiras não permitia aceder a outro tipo de habitação e que procurava junta da capital a esperança de uma vida melhor que a terra natal não possibilitava.

Durante os depoimentos reparamos, em alguns casos, que a chegada ao bairro é precedida pela vinda de algum ou alguns elementos do agregado familiar, normalmente elementos masculinos, que com essa estratégia procuram numa primeira fase criar e organizar as condições de acolhimento para a posterior chegada da restante família. Esta realidade é aliás muito visível na emigração, no qual um elemento vai em primeiro lugar “abrir caminho”, procurando criar as condições mínimas necessárias para a família no novo espaço de acolhimento. Quando criadas as condições consideradas (minimamente) desejadas o núcleo familiar volta então a reagrupar-se.

E2, Ilda Pinto, 57 anos, cozinheira, Caminho

“Eu nasci em Lamego, na freguesia de Penajoia. Vim para a Amadora, porque o meu pai já estava cá a trabalhar mais os meus irmãos. Depois viemos todos, somos sete irmãos. Viemos para baixo, porque lá em cima era muito difícil, muito difícil! E o meu pai, coitado, era ele sozinho a trabalhar lá naquelas quintas. Ainda passámos muito. Viemos para tentar melhorar um pouco a vida. Aqui sempre havia algum trabalho.”

(p.1)

³¹ Esta realidade além de referida pelas entrevistadas, vai ao encontro do que nos foi informado na Câmara Municipal, onde foi-nos dito que estes bairros eram constituídos quase exclusivamente por população nascida em Portugal.

E1, Maria Isabel Magalhães, 52 anos, reformada por invalidez, Caminho
“*Eu vim para a Amadora tinha 6 anos de idade. Viemos da província, ao pé de Lamego (...).O meu pai veio primeiro, arranhou trabalho na fábrica de tijolo em Carnide e passado uns meses viemos, a minha mãe e seis filhos. Viemos para cá, porque a vida lá era muito difícil ,era no campo e dava pouco. Viemos para tentar melhorar.*”
(p.1)

E6, Guilhermina Costa, 62 anos, empregada doméstica, Caminho
“*Morávamos em Lamego e vim para cá com 18 anos. Viemos para cá para governar melhor a vida e porque já tinha cá os meus irmãos. Eles mal acabaram a 4ª classe vieram para cá para ver se viviam melhor, porque lá era uma miséria, depois vim eu (...). A vida na província era muito, muito dura, havia pouco, por isso veio muita gente de lá, gente que olhe ... veio para estes bairros de barracas, porque não havia dinheiro para mais (...). Eram vidas difíceis. Os meus irmãos trabalhavam na construção e eu trabalhei num refeitório até casar, depois deixei para tomar conta dos filhos. Entretanto fiquei viúva e tive que ir trabalhar nas limpezas de casas para ganhar, pois a pensão era pequena.*”
(p.1)

Se a procura de uma vida melhor e a consequente falta de recursos económicos é o motivo para que o bairro clandestino seja o único local de vivência para as entrevistadas, a verdade é que algumas destas antes da chegada definitiva ao bairro habitaram noutros locais não clandestinos. A falta de recursos financeiros para continuarem a viver nessas habitações e a necessidade de mais espaço habitacional são as razões apontadas para que algumas das famílias optassem então pelo bairro.

E4, Cristina Ribeiro, 67 anos, reformada, Caminho
“*Eu nasci em Vieira do Minho, distrito de Braga. Só que na província, naqueles tempo não dava para ficarem todos, uns vieram para Lisboa e outros tiveram que emigrar, por isso viemos para baixo para ganhar a vida, para nos governar (...). Ainda trabalhei no campo ... mas não dava. Por isso arrancámos! Cá trabalhámos, eu e o meu marido, sempre na hotelaria. Antes de vir para a Amadora, ainda morei no Campo Santana uns tempos e depois é que viemos para o Caminho (...). Já conhecíamos uma pessoa que lá morava e então proporcionou-se a comprar a barraquita e olhe ali ficámos. No Campo Santana a casa era muito cara para as nossas posses (...). Ainda fomos para Angola, tivemos uns anitos a trabalhar também na hotelaria, mas viemos a seguir à independência e regressámos ao bairro.*”
(p.1)

E5, Carminda Capelas, 43 anos, Cabeleireira, Casal

“(...)Os meus pais quando eu nasci já moravam na Venda Nova (Amadora). Vieram de Vila Real de Trás-os-Montes. Viviam numas águas-furtadas, porque há muitos anos era complicado, os ordenados eram baixos e por isso viviam nas águas-furtadas. Como precisavam duma casa maior e era complicado pagar uma renda, decidiram comprar uma barraquita ali para Alforneiros. Pronto, fui para ali com 3 anos. Vivi ali uns trinta e poucos anos. Entretanto casei ali e quando casei continuei lá a viver (...). Quando casei fui para a minha sogra, que vivia também lá. Fui lá que conheci o meu marido. Só que infelizmente a minha mãe faleceu (...) e o meu pai já era de certa idade e, então ,voltei novamente lá para casa. E fiquei sempre ali.”

(p.1)

Se o crescimento e a vivência intensa neste tipo de bairros propicia ou potência casamentos entre os seus habitantes e, desse modo, a continuação no bairro junto dos progenitores depois do casamento, também o conhecer alguém que já lá habitava, neste caso o conjugue, leva algumas entrevistadas a ir viver para estes locais, como observamos nos depoimentos seguintes.

E7, Maria da Cruz Pina, 63 anos, reformada, Casal

“Eu vim da Póvoa da Atalaia, concelho do Fundão. Vim primeiro para Benfica, para a Av. Gomes Pereira, onde vivi 5 anos num quarto, depois conheci o meu marido na Sumol, casei e fui para o Casal. Vivemos lá 22 anos, mas o meu marido já lá vivia em solteiro (...). Fomos para ali, porque não havia dinheiro para mais e o meu marido já lá morava e como também já tínhamos familiares aqui na Brandoa ficámos ali que era perto e era um bairro bem situado, porque eu trabalhava numa fábrica em Lisboa. Sabe, os portugueses naquela altura eram quase todos emigrantes, ou vinham para Lisboa ou iam para fora, pois a província não dava para todos”.

(p.1)

E8, Margarida Carvalho, 47 anos, empregada de limpeza, Casal

“Eu nasci em Vila Real de Trás-os-Montes. O meu falecido marido já cá morava quando casei e então vim para aqui também. O meu marido já tinha lá uma barraquinha, não era uma casa ,era uma barraca. Ele veio para aqui, porque foi onde havia na altura. Estava perto de Lisboa”.

(p.1)

O início de vida no bairro clandestino faz-se geralmente com reduzidas condições habitacionais, onde impera a barraca pequena em madeira e a ausência das principais infra-estruturas. No entanto, essa situação tende a modificar-se posteriormente, pois a maioria das

entrevistadas refere que existiram melhoramentos quer nas habitações, quer nas infra-estruturas básicas do bairro (água, luz, esgotos, arruamentos), estas últimas com a intervenção camarária e a participação dos moradores com a sua mão-de-obra. Esta participação activa e interventiva da população, além de criar e reforçar laços de pertença com o espaço habitacional, considerando-o um local onde está a sua “marca interventiva”, é demonstrativa, também, da existência um Estado-Providência débil que aproveita um conhecimento não desprezível de muita desta população ao nível de obras e construção civil para efectivar alguns melhoramentos nestes bairros e dar-lhes melhores condições de habitabilidade.

Esta reciprocidade entre o Estado e muita da população residente nestes locais, que se organizou entretanto em comissões de moradores durante o período pós-revolução de 1974, é em parte possível, porque, por um lado, estas populações vêm uma oportunidade para melhorarem as suas condições de habitabilidade e, por outro, porque nestes locais existem fortes relações de interconhecimento e de entreaajuda entre os residentes, acentos em laços de parentesco e de vizinhança, que ajudam a promover o sentimento de comunidade nestes locais de residência. Este sentimento é também observável ao nível da construção ou melhoramentos nas habitações, onde em alguns casos à mão-de-obra familiar se junta a de amigos e que se enquadra, igualmente, no sistema de entreaajuda que emerge das referidas relações. Nos centros urbanos, estas lógicas de reciprocidade evidenciam-se de forma mais notória em contextos residenciais marginais, onde se procura, com esta estratégia, realizar algumas das principais necessidades na esfera do bem-estar.

Nos depoimentos, a passagem da casa de madeira para tijolo e cimento; aumentar o tamanho e divisões; e subir a casa para 1º ou 2º andar, são alguns dos melhoramentos mais referenciados, nos quais foram investidos recursos financeiros que implicaram dificuldades e sacrifícios. Verificamos que o maior ou menor investimento na habitação é um projecto de vida que estrutura o modo de vida destas populações, em particular ao nível de sacrifícios e restrições. Estes esforços e sacrifícios acabam por fornecer um maior valor à habitação edificada. Um valor não apenas económico mas, igualmente, simbólico, tornando-a, deste modo, num projecto pelo qual se lutou e investiu com o intuito - e dentro das possibilidades - de lhe dar uma imagem positiva. Este valor da habitação é mais notório nos discursos das entrevistadas que investiram mais na anterior casa, pois são essencialmente estas que demonstram maiores saudades e mais exaltam as qualidades da anterior habitação.

Também a existência da horta junto à casa é referenciada por algumas entrevistadas como sendo uma mais valia que se detinha anteriormente.

A pequena horta ou quintal para além de surgir como parte integrante da habitação e como um espaço de valorização desta é, também, algo que simboliza a reprodução do meio rural em *situ*

urbano. O “espaço clandestino” é, aliás, um espaço onde com alguma facilidade e destreza as características dos meios rurais são reproduzidas pelos seus habitantes, em particular as casas unifamiliares, as hortas, os quintais e os espaços de criação de animais. Estes “espaços rurais” fazem, de certo modo, parte de um imaginário rural que se perdeu com a vinda para a cidade, sendo, por isso mesmo, uma tentativa de ruralizar o urbano por parte dos seus usufruários, que aí realizam simultaneamente actividades lúdicas e subsidiárias do sustento familiar.

E2, Ilda Pinto, 57 anos, cozinheira, Caminho

“O meu pai quando veio arranjou lá no Caminho uma barraquita (...). Arranjou ali uma barraquita pequenina, que tinha três camas. A cama dos meus irmãos, a cama das minhas irmãs que eram ainda pequeninas, tinham 2 e 3 anos e eu já tinha 17 e a cama dos meus pais. Era uma cortinadozinho que separava. Depois com o tempo a gente alterou. Fizemos uns arranjos, passamos para tijolo e aumentámos para trás. Entretanto casei, tinha 19 anos quando casei e também comprei lá uma barraquita. Também construí e fizemos em tijolo (...) e fizemos também lá uma casa de dois andares. O meu marido fartou-se lá de tirar terra Gastámos lá na nossa casa muito dinheiro. Tinha quintal atrás, onde tínhamos uma hortinha com batatas para todo o ano, tínhamos couves e tínhamos também criação, coelhos, galinhas (...). (Era um espaço) onde para além de plantarmos alguma coisa para comer, estávamos entretidos. O meu marido gostava muito.”

(p.1, 8)

E4, Cristina Ribeiro, 67 anos, reformada, Caminho

“Comprámos no Caminho uma barraca em madeira, deitámos abaixo e construímos de novo em tijolo. Tinha tudo (...). A nossa casa que construímos depois foi das primeiras a ser construída como deveria ser; tudo como deveria ser. Era uma casa com r/c e 1º andar e com uma placa em cada andar. Era uma casinha grande e boa ... tenho saudades! Tinha mais espaço, depois tinha um quintalinho com uma hortazinha, tínhamos criação, enfim ... tínhamos tudo. Era uma casa com todas as comodidades (...). (Fizemos) em duas vezes. O dinheiro não dava para fazer tudo de uma vez. Primeiro fizemos apenas as paredes e ficou no r/c, depois mais tarde então aumentámos(...). Ainda gastámos lá muito dinheirinho e agora tivemos que vir pagar renda. No início não havia nem água e luz, nem saneamento; não tínhamos nada. Tivemos que nos amañhar sem nada disso. O que é hoje a Colina Sol era um vale de oliveiras, não havia lá um único prédio, portanto esgotos não haviam (...). Depois mais tarde veio o saneamento, a construção da rua ... a seguir ao 25 de Abril. Isso ainda foi feito com a ajuda da Câmara de Oeiras. As coisas foram aparecendo aos pouquinhos e depois já tínhamos água, luz e tudo. As coisas foram melhorando cada vez mais.”

(p.1, 2)

E1, Maria Isabel Magalhães, 52 anos, reformada por invalidez, Caminho

“O meu pai arranhou ali no bairro um quartinho. Pode-se chamar um quarto, era uma casa onde vivíamos todos, mas que não era maior que o meu quarto aqui. Era barraquita que o meu pai comprou. Mais tarde comprou outra maior, pois éramos seis filhos e com o meu pai e minha mãe éramos oito (...). O meu pai fez depois a casa de raiz, em tijolo. Era uma casa de r/c e 1º andar. Contratou homens para fazer-la. Como o meu pai não trabalhava na construção civil não teve ajudas. Coitado, teve que pagar. Havia pessoas, as que trabalhavam na construção que tinham essa ajuda, mas nós não. Por isso é que foi uns anos mais tarde, não foi logo quando a gente veio. Tivemos que juntar um dinheirinho primeiro (...). Quando fui para ali, a Colina do Sol não existia. Aquilo era tudo campo; oliveiras e trigo (...). Nós tínhamos que ir buscar água ao pé do cemitério de Benfica, pois não havia. Tínhamos que acartar a água até aqui. Ainda foi um bocadinho complicado nos primeiros anos. Era só o meu pai sozinho a trabalhar. Ganhava 28 escudos para oito pessoas. Era muito complicado. Eu lembro-me de ter fome. Era a realidade (...). Eu depois casei em 1976 e comprei também lá uma casa para mim (...). Também tinha lá uma casa mais ou menos razoável, mas não tão grande como esta. A sala era mais pequena, tinha dois quartos e tinha cozinha (...). Depois do 25 de Abril fez-se uma comissão de moradores e arranhou-se a água e a electricidade com a ajuda da Câmara. Alcatroámos as ruas, fizemos passeios. A Câmara dava o material e as pessoas daqui faziam o trabalho. Muitos trabalhavam nas obras e sabiam.”

(p.1, 2)

E6, Guilhermina Costa, 62 anos, empregada doméstica, Caminho

“Quando cheguei lá as barracas eram de madeira e pequenas, depois com o tempo fomos mudando para tijolo. Fazíamos a casa à medida que podíamos e aos bocadinhos porque tínhamos que trabalhar. Como éramos nós que íamos fazendo as obras na casa não tínhamos sempre tempo para as fazer. Eram para se ir fazendo nos intervalos do trabalho (...) Éramos nós que fazíamos, principalmente quando os meus filhos começaram a crescer; eles faziam umas coisas, não púnhamos pessoal que não havia dinheiro (...). (Ao início) a barraquinha tinha três quartinhos e uma cozinha, mas sem condições, os despejos eram lá para a serra, não tínhamos água, nem tínhamos luz, por isso já vê. Mais tarde é que tivemos água e luz, mas muito mais tarde (...). Agora antes de sair de lá, era uma casa com três quartinhos, uma sala, cozinha e casa de banho, era r/c e 1º andar. No r/c era a sala, cozinha que era pequenina e casa de banho, em cima era os quartos. Tínhamos (também) um terrenozinho onde plantávamos, granjeávamos lá umas coisitas. Mas sabe, como tínhamos que pagar água ficava caro por causa da rega, por isso plantávamos pouca coisa (...). Havia lá pessoas que plantavam mais que nós e outras que também tinham criação”.

(p.1, 2)

E3, Maria Rebelo, 35 anos, doméstica, Casal

“Os meus avós fizeram uma casa, depois a minha fez uma casa para ela quando casou, tal como os meus tios. Depois, pronto arranjámos um bocadinho as casas à medida das possibilidades, já não eram barracas como o início. Fomos fazendo alguns melhoramentos, mas coisa pouca, que não havia dinheiro. Era tudo feito por nós e com alguma ajuda de pessoas amigas, porque ficava mais barato. Apesar disso, gostava muito de lá viver, foi ali que nos criámos (...). Ainda tínhamos a horta que ajudava à comida. Para além de nos dar algum alimento, entretínhamo-nos ali, o meu marido mais, era ele que lá plantava as coisas. Passava ali algum tempo e ele gostava.”

(p.1, 7)

E5, Carminda Capelas, 43 anos, cabeleireira, Casal

“Apenas (fizemos obras) quando houve um incêndio numa barraca ao lado, que afectou a nossa (...). Entretanto os meus pais construíram uma casita já em tijolo (...), mas uma casita baixinha de r/c. Não era nada de especial, mas já tinha conforto. Depois quando casei dei um jeitinho por dentro ... tinha conforto.”

(p.1)

E7, Maria da Cruz Pina, 63 anos, reformada, Casal

“Era uma barraquita em madeira e depois fomos arranjando um pouco melhor ... devagar, pois o dinheiro que se ganhava era pouco. Passámos a casa para tijolo e com o tempo metemos água, esgoto, luz, porque ao princípio não tínhamos nada disso. Tínhamos uma casinha pobre, mas confortável (...). Quando fizemos obras foi lá o meu padrinho e mais uns homens ajudar ... ainda gastámos umas coroas. Aliás, ali quase toda a gente foi assim, tinham a barraca em madeira e depois fizeram obras, claro que havia lá casas maiores e com outros acabamentos.”

(p.1)

E8, Margarida Carvalho, 47 anos, empregada de limpeza, Casal

“(...) Depois o meu marido passou para tijolo, fez uns melhoramentos. Não foi muito, mas pronto era diferente. Depois mais tarde tivemos a água e luz também, foi ficando melhor, dentro dos possíveis.

O meu marido como era carpinteiro, pronto, tinha algum jeito para arranjos.”

(p.1)

Verificamos nos discursos anteriores que o investimento financeiro na melhoria da habitação não é igual entre as entrevistadas, por isso, existe um reconhecimento que no(s) bairro(s) as casas tinham um valor patrimonial (e até simbólico) diferente entre elas e que eram os escassos recursos financeiros que não permitiam maiores investimentos. Este facto é mais evidente entre as entrevistadas do Casal de Alfovelos. Aliás, ao longo das entrevistas é reconhecido que no bairro do

Caminho de Alfoanelos existiam, de uma forma geral, casas mais bonitas e com melhores condições. O Casal de Alfoanelos por ser maior, tinha uma edificação e ordenamento mais anárquico, mais próximo do “tipo-ideal” de bairro clandestino.

3.2. Satisfação com o alojamento recebido e sua apropriação

As reacções relativamente ao realojamento, no que diz apenas respeito ao aspecto habitacional, diferem entre as entrevistadas. Entre a tristeza, ou menor euforia, de algumas, principalmente daquelas que referem que possuíam uma boa casa no bairro, e a alegria de outras, das que não possuíam uma casa com níveis de conforto tão positivo, verificamos que o realojamento foi sentido de forma mais positiva pelas entrevistadas oriundas do Casal de Alfoanelos. A actual habitação é mais valorizada e regista opiniões mais positivas no seio dos actores que sentiam mais veemente a precariedade das condições habitacionais anteriores, por isso mesmo, o sentimento de satisfação relativamente ao realojamento centra-se basicamente nas condições de habitabilidade (tamanho, acabamentos, qualidade da construção). Ao longo dos depoimentos e no discurso comparativo entre a actual e a anterior casa, reforçamos algumas imagens e ideias que foram já descritas sobre as anteriores condições de habitabilidade.

E7, Maria da Cruz Pina, 63 anos, reformada, Casal

“Fiquei contente, porque a casa era melhor. Isto aqui é outro asseio, tem outras condições, é diferente da outra casita. Lá em baixo a casa era pequena, nem estava ainda toda acabada. Sabe, as coisas tinham que ser devagar e depois começámos a ouvir que aquilo ia abaixo e então deixámos estar. Mas gostei quando vi esta casa (...). É melhor. A outra era uma casa de r/c (...) mas era diferente, não tinha estes acabamentos (...) e não tinha engenheiros, nem arquitectos.”

(p.2)

E8, Margarida Carvalho, 47 anos, empregada de limpeza, Casal

“Eu fiquei contente com a casa. A casa é grande e estou contente com ela. É melhor que a outra. Esta tem outras condições. A lá de baixo só tinha a cozinha e dois quatinhos e uma casinha de banho lá ao cantinho. Esta é sem dúvida melhor, apanha às vezes um bocadinho de humidade, mas isso é normal.”
(p.1)

E3, Maria Rebelo, 35 anos, doméstica, Casal

“Pronto, é assim, quando vi esta casa foi bom, gostei muito. Morava numa barraca de madeira, tinha bichos, tinha os meus filhos pequeninos e via que não tinha condições nenhuma para criar os meus filhos lá (...). Quando vim ver gostei.”
(p.1)

E5, Carminda Capelas, 43 anos, cabeleireira, Casal

“Gostei (...).(Esta) não tem nada a ver. A outra por fora via-se que não era de luxo, mas por dentro tinha o meu conforto. Esta, pronto, tem outra construção e é bonita”.
(p.5)

E6, Guilhermina Costa, 62 anos, empregada doméstica, Caminho

“A casa é boa (...).Tem uma boa sala, tem dois quatinhos, uma casa-de-banho. É uma boa casa. Posso dizer que na casa tive sorte.”
(p.2)

O grau de satisfação com a nova casa e sua valorização decresce à medida que a casa antecedente ao realojamento é bem referenciada pelas entrevistadas. Mesmo considerando que a nova casa tem melhores acabamentos e outra qualidade, como acontece na E1, esse diferencial de qualidade não se revela suficiente para que esta represente uma melhoria significativa nas condições de habitabilidade, para mais quando actualmente tem que se pagar renda. Os discursos das E1, E2 e E4 (todas do Caminho de Alfovelos) revelam uma minimização de ganhos com a mudança residencial. O grande investimento financeiro conjugado com o muito trabalho despendido, a casa unifamiliar com mais de um andar e a existência de um espaço exterior contíguo (horta, pátio), são alguns dos factores descritos como bastante positivos na anterior habitação e que se perdeu com o realojamento. A morfologia do novo espaço habitacional, mais reduzido que o anterior, é igualmente mais evidente nestas entrevistadas, em particular nos discursos das E2 e E4, que realçam o espaço que tinham na anterior habitação, o qual satisfazia as suas necessidades e práticas.

É o discurso da E2 que demonstra maior revolta e maior sentimento de perda, salientando que o realojamento foi benéfico para quem tinha habitações mais degradadas. Além de ser esta a entrevistada que dá maior ênfase à anterior habitação, descrevendo-a mais pormenorizadamente e considerando-a como a melhor, designando-a como “minha vivenda”, é também ela a que mais enfatiza as diferenças existentes entre as casas no bairro, não tendo todas elas o mesmo valor (financeiro, arquitectónico e simbólico).

Esta (sobre)valorização da habitação no quadro do espaço residencial degradado, acaba por ser demonstrativo de uma tentativa de distinção e promoção social relativamente aos que não possuíam habitações tão boas. A casa clandestina surge, assim, como um atributo de prestígio que os distinguia dos demais, um “capital” que se possuía e um bem que fornecia um determinado estatuto social, sendo que esse estatuto deixou de existir após o realojamento.

Embora a satisfação com a habitação recebida não seja sentida de forma tão positiva por parte destas entrevistadas, a realidade é que nenhuma delas enuncia um sentimento de total rejeição ou negatividade para com ela. Como podemos observar em alguns dos depoimentos seguintes, a casa é considerada boazinha e com boas condições, o que faz crer que a menor satisfação é, essencialmente, devida à perda da anterior casa e suas características e não tanto pelas referências negativas à actual.

E1, Maria Isabel Magalhães, 52 anos, reformada por invalidez, Caminho

“A minha reacção foi, como lá não pagávamos renda e os ordenados eram pequenos e com duas filhas que ia ser mais difícil, ia ser mais uma despesa. Com a minha reforma e o ordenado de carpinteiro do meu marido, foi logo o que pensei (...), mas aceitei bem (...). A sala é muito maior.

O que tem de maior é a sala, porque os quartos é mais ou menos igual. A qualidade é que é diferente. A que comprámos lá quando casei era em tijolo (...), não era má, mas esta tem outros acabamentos. Esta não é pior, mas a outra era r/c e 1º andar. Na casa éramos só nós, não era prédio (...) e depois havia uma coisa que eu gostava muito que era quando acendíamos o fogareiro ao pé da porta e os churrascos que fazíamos ali e que aqui não se pode fazer.”

(p.2, 10)

E2, Ilda Pinto, 57 anos, cozinheira, Caminho

“Reagi muito mal. Fiquei muito revoltada. Eles na altura andaram lá a fazer aquela coisa ... os recenseamentos para as casas, a ver quanto a gente ganhava, mas nunca a gente pensou (...). Chorei muito!... ainda hoje sinto saudades da minha casa. Tinha três quartos, tinha uma grande

sala. Gastei lá muito dinheiro e trabalho (...). Senti uma grande revolta e chorei muito, porque tudo o que a gente trabalhou foi para ali (...).Tinha lá uma casa que era uma maravilha. Disseram-nos que tínhamos que abandonar as casas que iam precisar do terrenos para fazer uma estrada e ainda hoje está tudo por fazer (...). Havia lá gente com casas mais fracas. Esses até gostaram de vir. Aqui no prédio, só aqui os do 2º andar é que são do Casal, ao pé das bombas da gasolina, o resto era tudo lá de cima e viviam numas casas nada como a minha. Havia lá casas boazinhas ... Ainda hoje sinto revolta de não ter ficado lá na minha vivenda. Tinha varanda, fechámos a varanda (...). Chorei e choro.”
(p.2)

E4, Cristina Ribeiro, 67 anos, reformada, Caminho
(...)Gostei da casa que chega para nós, embora seja mais pequena que a outra a onde morávamos no bairro. A minha anterior era boa; era muito maior, tinha muito espaço, tinha o meu quintalinho, tinha as minhas capoeiras, a minha criação, os meus legumezinhos ... tinha isso tudo. Agora esta ... também é boa, mas não tem tanto espaço. Às vezes quero guardar e não tenho onde. Pronto, é uma casa para duas pessoas num prédio. É pena é não ter uma janela para a frente, ficámos só voltados para as traseiras. Mas pronto é agradável e também gosto do sitio”.

(p.2)

A existência da horta ou o quintal, possuir-se uma habitação unifamiliar tipo vivenda e ter-se mais espaço, são algumas razões para se entender o porquê do realojamento ter sido sentido de forma mais triste, ou menos efusiva, por estas entrevistadas. Estas, ao referenciarem algumas vantagens que tinham na anterior habitação demonstram que se no “início da vida” o bairro e a casa clandestina foi uma imposição e uma necessidade, com o tempo e com a melhoria das condições habitacionais a casa clandestina acabou por se tornar num bem valorizado, a qual se teve pena de abandonar.

É neste sentido, que o modelo clandestino deve ser observado não exclusivamente como a solução possível para adquirir uma habitação e do qual não se consegue sair por razões económicas mas, também, como um modelo “cultural” que para além de ser uma solução para adquirir casa a custos suportáveis é, também, uma oportunidade única de aceder a uma habitação com algumas características valorizadas por muita desta população (casa própria, unifamiliar, com terreno, etc.), que com reduzidos níveis de solvência e de acumulação financeira não conseguiria, por isso, encontrar esse tipo de habitação no mercado formal-legal.

No que se refere às expectativas, necessidades e práticas relativamente à habitação recebida, verificamos uma certa “satisfação conformista” por parte das entrevistadas. Este tipo de satisfação é

observada, pois a casa é na generalidade sentida de forma positiva pelas entrevistadas, sendo suficiente para as necessidades e práticas do agregado familiar, mesmo quando uma ou outra situação é descrita como menos positiva.

Esta satisfação residencial está de algum modo relacionada com as reduzidas expectativas e aspirações no que se refere à casa idealizada e à percepção das dificuldades e limitações na melhoria das condições habitacionais “por conta própria”. Este facto, faz com que o grau de exigência para com a casa não seja tão elevado, quando para mais as anteriores condições de habitabilidade eram precárias para algumas das entrevistadas.

É neste registo, que as obras já realizadas, ou se pensam vir a realizar nas novas habitações por algumas das entrevistadas, são basicamente no sentido de satisfazerem alguma necessidade (especialmente espaço para arrumações), ou para colmatar algum desgaste de material ou de construção. Estas obras foram essencialmente realizadas na cozinha, onde a falta de móveis e a reduzida bancada são as principais queixas relatadas pelas entrevistadas. A humidade é outra das referencias negativas às habitações, mas apenas pelas entrevistadas que moram nos últimos andares (E3, E8).

E1, Maria Isabel Magalhães, 52 anos, reformada por invalidez, Caminho

“(A casa) chega perfeitamente para mim, para o marido e a filha mais nova que tem 20 anos. A única coisa que fiz foi pintar o corredor e o quarto da minha filha. Acrescentei também um móvel na cozinha, pois tinha espaço e precisava de mais um móvel. Agora vou é substituir parte do lava-louça, porque aquilo é aquele material contraplacado ou o que é e está a desfazer-se.”

(p.3)

E5, Carminda Capelas, 43 anos, cabeleireira, Casal

“Só gostava de ter a sala um pouco maior. Está a ver, a mobília está um pouco apertada, mas não se pode exigir tudo. O resto da casa é muito boa (...). A bancada da cozinha era pequena, mandei tirar e pus uma maior. Os armários via-se que faltava lá um, tinha lá sitio para ele e mandámos pôr igual.

Acho que foi para poupar que não puseram. Para além disso, mandei fazer uns roupeiros para o quarto para arrumar mais umas coisas, pois a casa não tem arrecadação.”

(p.5)

E6, Guilhermina Costa, 62 anos, empregada doméstica, Caminho
“*Sim, a casa é boa. Tem dois quartos, para mim e para o meu filho (...). A única coisa que fizemos foi aumentar a bancada da cozinha que era pequenina. Era só o lava-louça. Foi o meu filho mais velho que tem jeito que fez, o resto está como viemos.*”
(p.2)

E7, Maria da Cruz Pina, 63 anos, reformada, Casal
“*Para mim chega, é uma boa casinha que dá para nós e para a filha, só tem é um defeito, não tem arrecadação que faz falta para quando quero comprar uma saca de batatas ou umas coisitas, mas de resto é boa (...). Apenas arranjei o autoclismos que estava estragado, mas a cozinha é que já está a cair ali a parte do lava-louça; pensava a gente que aquilo era pedra, mas não era, é madeira. Isso é que foi o pior da casa, eles (a Câmara) já me disseram para arranjar e depois logo se vê, mas eu é que não estou para gastar dinheiro.*”
(p.2)

E8, Margarida Carvalho, 47 anos, empregada de limpeza, Casal
“*(...)É bonzinho. Só devia ter uma varanda. É só janelas, se tivesse uma varanda dava jeito para termos umas flores e estarmos um pouco lá fora (...). A única coisa que fiz foi pintar. Pintei-a toda, porque estava com humidade. Sabe, como isto é o último andar está mais sujeito. O resto está como estava. Está boa, por isso não vou gastar dinheiro a mudar as coisas, só por mudar.*”
(p.1)

E4, Cristina Ribeiro, 67 anos, reformada, Caminho
“*Fiz na cozinha, porque a cozinha só tinha lava-louça e dois armários, era pouco e depois mandei fazer o resto até à parede, para ter mais arrumação e para ficar mais bonito, porque como estava não tinha muito jeito. Mandei também pôr pedra até à janela, porque só tinha um bocadinho de pedra ao pé do lava-louça. Ainda gastei um dinheirinho, mas tinha que ser, porque senão não tinha sitio para arrumar.*”
(p.3)

Nestes depoimentos, apenas a entrevistada 3, como iremos ver de seguida, faz referencia a problemas mais graves na sua habitação, em particular ao nível de humidades e infiltrações, bem como à reduzida tipologia para a dimensão do agregado familiar – sobrelotação (T2 para seis pessoas).

Embora a entrevistada tenha quatro filhos a dormir no mesmo quarto, esta sobrelotação é secundarizada relativamente aos problemas criados pelas infiltrações e ao dinheiro gasto por esse

motivo. Neste sentido, também a falta de ajuda e apoio para solucionar o problema por parte da Câmara Municipal é um dos descontentamentos patentes no seu discurso. Apesar destes problemas e da reduzida tipologia da habitação, a nova casa é sentida como melhor que a anterior, o que vem ao encontro do que já tínhamos dito relativamente às expectativas e aspirações dos indivíduos que residiam em alojamentos precários e com poucas condições, ou seja, o grau de exigência é menor, sendo maior o grau de conformismo e adaptação.

E3, Maria Rebelo, 35 anos, doméstica, Casal

“Quando vim gostei, mas depois quando cá morava comecei a desgostar da casa, pois entrou cá dentro água e humidade. Caiu água em cima da minha cama, estragou-me o colchão e a Câmara não me pagou, fartei-me de gastar aqui dinheiro para pintar aqui a casa com tintas muito caras, pois a Câmara nunca veio cá pintar nada. Saiu-me o chão do meu quarto fui à Câmara e nunca vieram por o chão, tive que por o chão todo novo (...), pus chão flutuante todo novo, pus chão da casa todo novo e a Câmara nunca me deu nada. Só do chão e tinta gastei perto de 500 contos (...). Mudámos os armários da cozinha que também estavam todos podres. A casa tirando esses problemas é boa. É melhor que a que tínhamos (...). Apesar das humidades, esta é muito melhor, não tem comparação. A outra era mais pequena, era os quartos e uma salinha pequenina. Pronto, esta também não é muito grande, eu tenho quatro rapazes a dormir no mesmo quarto (...), mas eles disseram que não tinham maior para nós (...). (No bairro), aquilo não tinha muitas condições, principalmente para os meus filhos, portanto, apesar desta não ser muito grande, pelo menos tem outras condições, embora já tenha feito muitas obra.”

(p.2)

Relativamente às alterações nas habitações, os discursos anteriores mostram que estas são essencialmente para culmar faltas / necessidades ou devido a desgaste de material, do que propriamente por questões de prestígio. É exactamente neste registo de prestígio, que colocamos o depoimento da entrevistada 2, pois observamos que muitas das alterações por ela realizada, ou outras a realizar no futuro, se prendem essencialmente a questões estéticas e de prestígio. Este discurso, não o poderemos descontextualizar de depoimentos anteriores, nos quais a entrevistada refere as saudades da anterior casa e a qualidade que ela tinha, considerando-a melhor que a actual. No entanto, e apesar de ter afirmado durante a entrevista que a sua anterior casa era melhor e maior, verificamos que a entrevistada considera a nova habitação boa e suficiente para as necessidades do agregado familiar.

E2, Ilda Pinto, 57 anos, cozinheira, Caminho

“Esta casa é boa. Não é má. Para mim e para o meu marido chega(...). Só (fiz) pintura. A pintura estava toda de branco, era de estuque e via-se umas rachitas e eu já estava saturada de branco. Não era uma pintura como esta que a gente lava e está sempre bonita. Gastei muito dinheiro. Agora gostava de arranjar o chão, porque está muito feio, mas temos que pedir autorização à Câmara (...). Este chão quando viemos para aqui envernizámos, mas mesmo assim se calhar vamos por em mosaicos. É mais bonito! Fica melhor!”

(p.3)

Outras das dimensões que revelam centramento na nova habitação e esforço na sua apropriação são, por um lado, os cuidados de higiene e limpeza por comparação com a anterior e, por outro, a aquisição de mobiliário, equipamentos e objectos decorativos.

No que se refere à higiene e limpeza, as entrevistadas que residiam no Caminho de Alfoanelos consideram que não existiram diferenças com a mudança de casa, ao contrário do que sucede com a maioria das entrevistadas oriundas do Casal de Alfoanelos, que reconhecem ter agora outros cuidados e motivação com a nova casa. O reconhecimento da existência de maiores cuidados com a actual habitação por parte das entrevistadas do bairro do Casal, deve-se, em grande medida, à melhoria das actuais condições de habitabilidade por comparação com as anteriores, traduzindo-se essa melhoria num maior investimento nos cuidados com a casa. Se as condições precárias da anterior habitação não motivavam, nem davam “gozo” para se despender muito tempo para com ela, a nova casa por representar um salto qualitativo faz observar um diferencial de atitude entre o anterior e o actual alojamento. Esta diferença de atitude relativamente aos cuidados de limpeza não é tão perceptível entre as entrevistadas do bairro do Caminho, pois estas, na sua maioria, consideravam possuir uma boa casa antes do realojamento, o que as levava, desde logo, a ter uma maior motivação e maiores cuidados para com ela.

Ao nível da aquisição de mobiliários e outros equipamentos, quase todas as entrevistadas, independentemente do bairro, afirmam ter comprado algumas coisas após o realojamento, considerando que a nova casa merece melhores móveis e outros equipamentos, alguns dos quais não possuíam na anterior casa. Tais aquisições, parecem evidenciar a ideia que associada à nova casa surgem novas necessidades que alteram os padrões de uso e de relacionamento com o espaço habitacional.

Se nestes discursos é notório um investimento financeiro na nova habitação de modo a permitir um maior conforto e embelezamento do espaço interior é, também, verdade que esse investimento não é idêntico entre as entrevistadas, sendo a razão económica apontada como a razão principal para que esse investimento tenha que ser contido.

Estes depoimentos demonstram ainda que a motivação para a valorização da habitação é, por um lado, reveladora da existência um interesse numa boa apropriação do espaço residencial privado e, por outro, indicador de um estatuto residencial mais elevado, que é particularmente notório quando é referido que a anterior habitação não merecia grandes investimentos. Em muitos casos – particularmente nas entrevistadas oriundas do Casal de Alfarelos – a opinião era a de que não havia condições para possuir móveis e outros objectos de valor, pois estes degradar-se-iam devido às humidades existentes nas suas casas e às poucas condições destas. É o reconhecimento que muito do anterior mobiliário não era condizente com a nova habitação que levou quase todas as famílias a adquirir, pelo menos, algum mobiliário novo em virtude da mudança.

E1, Maria Isabel Magalhães, 52 anos, reformada por invalidez, Caminho

“Os cuidados é igual. Lá gostava de ter as minhas coisas arrumadas e limpas, mesmo quando trabalhava. Como trabalhava e tinha duas filhas pequenas era mais complicado, mas procurava ter tudo limpo (...). Agora tenho outros móveis, porque na altura quando me casei era muito mais difícil (...). Só quando vim para aqui é que comprei estes móveis, pois os outros já tinham vinte e tal anos e já estavam velhos. Quando mudei comprei as mobílias praticamente todas.”

(p.3)

E4, Cristina Ribeiro, 67 anos, reformada, Caminho

“Olhe a nível de limpeza é igual, não há diferença nenhuma, mas quando mudei comprei algumas coisas. Olhe, aquele móvel ainda o trouxe de lá, como tinha muita arrumação não me quis desfazer dele, o resto comprei. Quando vim, quis umas coisinhas novas, pois o que tinha já tinha muitos anos. Comprei esta mobília de casa de jantar, os sofazitos, aquela sapateira. A mobília do quarto é que é a mesma. Sabe, acho que quando se muda de casa é quando aproveitamos para mudar algumas mobílias que estão velhotas.”

(p.3)

E6, Guilhermina Costa, 62 anos, empregada doméstica, Caminho

“Os cuidados são os mesmos, já lá tinha cuidados em limpar e ter tudo conservado, nunca gostei de viver no meio do lixo. Éramos pobres, mas vivíamos limpos. Trouxe algumas mobílias de lá ... coisas velhas e velho veio. Depois comprei um fogão novo e esquentador. As mobílias do quarto são as mesmas, não havia dinheiro para tudo.”

(p.2)

O trecho seguinte e na linha dos anteriores registos da entrevistada 2, é paradigmático de como a anterior casa era vivida e encarada de forma positiva ao referir que possuía ai “coisas muitas boas”. Por esse motivo, salienta a entrevistada que trouxe quase tudo o que tinha para a nova casa. A própria justificação para a troca do mobiliário de quarto indicia a valorização da anterior

habitação, neste caso o espaço que se tinha, pois essa troca deveu-se à falta de espaço da nova casa que a obrigou a adquirir um tipo de mobília com maior capacidade de arrumação.

E2, Ilda Pinto, 57 anos, cozinheira, Caminho

“Lá em baixo era muito cuidadosa com a casa, muito limpa e agora aqui continuo a mesma coisa. Gosto de ver tudo arranjadinho (...). Trouxemos quase tudo. Lá em baixo já tinha coisas muito boas. Mudei foi a mobília do quarto que não era tão grande e comprei uma maior, porque lá tinha um sótão para arrumar as coisas; (a falta de espaço agora) era a minha aflição, então comprámos uma cama maior com gavetões, uma cómoda maior e um guarda-fato maior. Pronto, assim já temos onde arrumar.”
(p.4)

E3, Maria Rebelo, 35 anos, doméstica, Casal

“(Os cuidados) são muito maiores, não se compara. Uma casa nova, com outro aspecto dá outra vontade. Temos mais cuidados até com a limpeza. Lá em baixo perdia um pouco a vontade, porque a casa por mais que limpássemos tinha sempre aquele aspecto. Aqui compramos algumas coisitas de vez em quando para a casa (...). Comprei móveis, sofás, máquina de lavar roupa que lá em baixo não tinha (...). Lá os meus filhos dormiam numa cama de casal e eu dormia numa cama que a prima do meu marido lhe deu. Eu não tinha guarda-vestidos, nem nada.”
(p.3)

E8, Margarida Carvalho, 47 anos, empregada de limpeza, Casal

“Agora tenho (mais cuidados). Estou sempre a limpar e gosto de a ter bonita, dentro das possibilidades. Tenho mais interesse do que tinha lá em baixo. Lá em baixo também limpava claro, mas não tinha aquele interesse ou gosto. Era uma casita pobre e não dava aquele gozo (...). Comprei tudo de novo, não trouxe nada. Lá em baixo estava tudo velho e não ia trazer aquilo aqui para uma casa nova. Ainda gastei algum dinheiro, mas não tinha sentido trazer aquelas coisas já antigas e estragadas para uma casa nova (...). Compro (também) uns quadros, uns vasitos de flores ... também não posso comprar muito que a vida está difícil, mas pronto, sempre se vê e compra-se alguma coisa.”
(p.2)

E7, Maria da Cruz Pina, 63 anos, reformada, Casal

“Há pois tenho! A outra também tinha cuidados, mas esta é diferente. Pronto é nova e nós temos mais um pouco de cuidado. Eu quando vim para cá comprei móveis; os outros já eram velhotes e então comprei tudo. Se a casa era nova, também os móveis deviam ser! Sabe, lá em baixo era muito húmido e estragava-se tudo. Também comprei máquina de lavar roupa e esquentador, que não tinha lá em baixo (...). Ainda se gastou um bom dinheiro, foi um sacrifício, mas pronto a casa merece uma coisinha melhor. Se fosse lá em baixo se calhar não comprava, nem tinha tanto gosto.”
(p.2)

E5, Carminda Capelas, 43 anos, cabeleireira, Casal

“Tenho mais gosto nesta casa. É uma casa nova, bonita ... e sabe como é, é outra. Motivação. Na outra também tinha o meu conforto e estava tudo limpo. Aqui uma pessoa tem um bocadinho de mais brio, já se pode puxar para aqui uma coisa melhor, já vale a pena às vezes gastar um pouco mais. Lá em baixo não valia a pena gastar tanto, tinha as minhas coisinhas, mas pronto, não havia tanto interesse. Tinha outros móveis, mas não como estes (...) (Comprei), mas não foi tudo de uma vez, que não dá. Comprei, porque os móveis já estavam velhotes e com humidade. Quando fazíamos a mudança da roupa do Inverno para o Verão tinham cheiro a mofo. Tinha que as lavar primeiro (...). Com o tempo fui trocando de móveis, mas foi devagar, porque o dinheiro não chegava para tudo.”
(p.5)

O esforço financeiro devido ao realojamento não é apenas sentido ao nível da aquisição de mobiliário. A despesa é essencialmente sentida no que se refere à renda a pagar pela nova habitação. A renda é sem dúvida o esforço mais relevante para a quase totalidade das entrevistadas, pois para além de ser um registo financeiro que não existia na anterior habitação, algumas referem que pagam mais do que deviam. Aliás, a renda é quase para todas elas o único esforço suplementar, pois a electricidade e a água eram serviços que já pagavam quando residiam no bairro clandestino.

É no meio de alguns destes depoimentos, que observamos algumas acusações a alguns vizinhos, em particular devido à existência de “subterfúgios” para não se pagar rendas tão elevadas. A ocultação de rendimentos através da fuga aos impostos, o não se descontar e o trabalhar-se por “biscates”, são algumas das acusações feitas pelas entrevistadas, que referem não poder fugir aos descontos e que por isso pagam rendas mais elevadas por comparação com outros. Este sentimento de injustiça leva-as a levantar desconfianças sobre o modo de vida de alguns vizinhos, que no fundo só acontece pois a renda é algo economicamente sensível para esta população e que não existia anteriormente nas suas vidas.

Se este tipo de acusação acontece, ela não é, no entanto, individualizada ou particularizada, o que não deixa de se um indicador para a inexistência de conflitos abertos entre vizinhos, ou para que essas situações conflituosas não sejam pelo menos (muito) perceptíveis. Algo que poderemos verificar ao longo desta análise.

E1, Maria Isabel Magalhães, 52 anos, reformada por invalidez, Caminho
“A electricidade e água é mais ou menos a mesma coisa. A renda é que não pagávamos no bairro. É sempre um bocadinho 28 contos, mas em comparação com outras com outras pessoas do prédio que pagam 58 contos e 60 contos não é mau. Mas há pessoas no prédio que são os dois a trabalhar e pagam menos que eu. Alguma coisa se passa! O mais eu sou reformada. Não posso fugir mais ao meu marido aos descontos.”
(p.4)

E2, Ilda Pinto, 57 anos, cozinheira, Caminho
“O dinheiro que eu ganho é metade para a casa. São quase 50 contos. Pago muito. É duro! Quando aqui há pessoas que pagam 5 contos. Eles não declaram, mas têm bons carros. Não sei como fazem, não dizem o que ganham, só pode ser. Nós somos funcionários públicos e não podemos fugir (...). Ainda por cima gastamos muito dinheiro em remédios, o meu marido é hipertenso, tem diabetes e gastamos muito dinheiro.”
(p.4)

E3, Maria Rebelo, 35 anos, doméstica, Casal
“Lá em baixo não pagávamos nada e aqui pago muito mais que muita gente deste prédio. Estou a pagar 20 contos. É um bocado, ainda por cima com quatro filhos (...). Há pessoas aqui que ganham mais e estão a pagar 7 contos, não descontam. Trabalham, não fazem descontos, não têm I.R.S., vão ao fundo de desemprego buscar um papel em como não têm nada e depois a Câmara baixa a renda. Quer dizer ganham mais que o meu marido, não descontam e depois ainda pagam menos. É verdade que há aqui uma pessoa que paga 50, mas é patrão, pronto!”
(p.4)

E5, Carminda Capelas, 43 anos, cabeleireira, Casal
“Só mesmo a renda, porque o resto já lá pagávamos. Tínhamos água e electricidade (...). Eles aqui vão pelos ordenados, eu acho que eles puxam um bocadinho, sendo da Câmara, rendas controladas, acho que puxam um bocadinho, não devia ser tanto. Agora o que eu ouvia, quando era a altura das mudanças, é que havia que iam pagar pouco, porque estavam à balda, não descontavam e que por isso iam pagar menos. Sabe aquelas pessoas que trabalham nas obras e outras coisas ...

assim tipo biscates não descontam, por isso pagam menos. Existe pessoas que trabalham aqui e ali sem descontar, ou só descontam de um lado, outros recebem subsídios de desemprego e fazem biscates. Agora eu e o meu marido declaramos tudo.”
(p.6)

O depoimento seguinte é demonstrativo de como a melhoria das condições de habitabilidade em conjunto com a aquisição de alguns equipamentos que não se possuíam anteriormente pode originar maiores consumos e maiores gastos, que não se resumem apenas à renda a pagar pela casa.

E7, Maria da Cruz Pina, 63 anos, reformada, Casal
“Pago mais aqui que lá, gasta-se mais aqui. Lá não tinha máquina de lavar e agora tenho e por isso gasta-se mais (água) e luz também (...). Está a ver, lá tomávamos banhos em alguidares, pois não tínhamos esquentador para aquecer a água As coisas clandestinas é assim! (...). Pago muito (de renda) e como eu já não trabalho e o meu marido é reformado também ... o dinheiro pouco dá ou nada. Não sei que contas eles fazem, mas pago muito (...). Quando a filha fizer a vida dela ... não sei como vai ser. Para aqui continuarmos vão ter que me baixar a renda.”
(p.3)

Um outro indicador que nos revela a satisfação pela nova habitação é tentar perceber se o esforço financeiro que actualmente existe é compensatório relativamente à casa. Neste ponto, algumas das entrevistadas não têm dúvidas que o maior esforço financeiro compensa a nova casa, pois sentem que têm actualmente melhores condições habitacionais, representando a casa uma promoção social e um aumento de estatuto residencial, estando mais próxima dos padrões médios urbanos de habitar.

E7, Maria da Cruz Pina, 63 anos, reformada, Casal
“Olhe é assim, eu acho que vale a pena, apesar de ter mais despesas, porque a casa é melhor que a lá de baixo. Lá a casa era mais húmida, era chão e cimento (...). Não há dúvida que vale a pena.”
(p.3)

E5, Carminda Capelas, 43 anos, cabeleireira, Casal
“Eu acho que vale a pena. Acho que esses bairros deviam acabar. Eu tenho pena realmente que as pessoas quando mudam não estimem a casa. Acho que à pessoas ... não sei, só se sentem bem naqueles bairros (...). Morar aqui é um pouco melhor, vamos lá a ver ... é mais normal, porque aquilo lá em baixo era clandestino e não tinha condições normais. Uma pessoa que passasse ali

via logo que aquilo era uma bairro clandestino com casa pobres. Aqui são casas normais, são prédios que foram feitos dentro da legalidade.”

(p.6)

E6, Guilhermina Costa, 62 anos, empregada doméstica, Caminho

“Gosto de cá estar. Apesar de se pagar, a casa é melhor e o sitio é bom, não tem problemas, por isso, por esta casa acho que vale a penas (o esforço).”

(p.3)

E3, Maria Rebelo, 35 anos, doméstica, Casal

“Num sentido, tenho mais saudades lá de Alfornelos e gosto muito de lá, mas a casa é melhor e merece um bocado de esforço. É uma casa a sério, lá nunca tive um cortinado de renda em condições na minha janela, nunca tive um edredon em condições como tenho nos quartos.

Lá não valia a pena investir em nada (...). (Aqui) há outro gosto, mas é claro que assim gasta-se mais, mas sem dúvida que esta casa merece esse maior esforço. Tenho melhores condições (...). Sinto-me uma pessoa parece que mais rica. Pronto é uma casa em

condições, limpa.”

(p.4)

O depoimento anterior (E3), no seguimento dos outros registos, continua a revelar que o maior esforço financeiro compensa a actual a habitação, representando esta uma promoção social e um aumento de estatuto residencial. No entanto, este depoimento mostra-nos para além disso um sentimento de saudade para com o anterior bairro, que é revelador de como este foi (e ainda é) importante para algumas destas pessoas, apesar das poucas condições de habitabilidade que aí possuíam.

Esta situação é ainda mais evidente no depoimento seguinte (E8), pois o discurso é, neste caso, pouco convincente sobre se o actual esforço financeiro é compensatório relativamente à nova casa. O não reconhecimento que a nova habitação merece um maior esforço financeiro não se deve à casa recebida, reconhecida como melhor que a anterior, mas, porque esta questão leva a recordar o antigo bairro e o anterior espaço de (con)vivência. Ou seja, se existe um reconhecimento que a anterior casa era pior que a actual, são as relações de amizade, os convívios e as sociabilidades que existiam no anterior espaço residencial que projectam algumas dúvidas sobre se o esforço actual compensa a ausência dessas relações (ou tipo de relações), que parecem agora comprometidas com o realojamento.

E8, Margarida Carvalho, 47 anos, empregada doméstica, Casal

“Olhe, nem sei o que dizer. Eu sinceramente gostava mais lá de baixo, mas da casa, claro que gosto mais desta, tem muito melhores condições. Sei lá se o esforço vale a pena! Acho que preferia estar lá em baixo mesmo com a outra casa.”

(p.3)

Também o discurso seguinte (E4) é revelador da existência de um convívio “tipo familiar” no seu bairro (Caminho de Alfovelos) e daí as saudades que diz ainda sentir do anterior local de residência. No entanto, esta entrevistada para além de referenciar a boa convivialidade, faz ainda referência à sua anterior casa considerando-a boa. Ou seja, existe, neste caso, como uma dupla perda.

Se estes três discursos (E3, E8, E4) demonstram que os anteriores espaços residenciais têm uma representação positiva para estas entrevistadas, também deixam, desde já, transparecer, que existiam nos bairros relações de convivialidade e de sociabilidade entre moradores que parecem agora não se reproduzirem ou existirem. Sobre esta realidade regressaremos mais adiante.

E4, Cristina Ribeiro, 67 anos, reformada, Caminho

“Essa pergunta é difícil! Aqui gasto mais com a renda e lá a casa era maior. Eu gosto de estar aqui apesar de não ter o espaço e a horta, mas como estou perto de pessoas que já conhecia de lá, gosto (...), mas também gostava de estar lá. Gostava, pelo que já expliquei, tinha uma boa casita com horta, dávamo-nos todos bem como uma família. Desde que vim para aqui nunca mais lá passei na rua, não sou capaz. Agora quando passo perto de camioneta já olho mas ao princípio não era capaz. Ficava triste a pensar em tudo o que lá passei ... são saudades! Foram muitos anos e o bairro era bom, por isso quando assim é fica-se com saudades.”

(p.4)

Os dois discursos seguintes são taxativos ao considerar que o esforço financeiro actual não vale a pena pela nova casa, preferindo continuar a viver na anterior habitação, que não é referenciada como sendo pior que a actual. Este facto, é mais notório na entrevistada 2 que salienta que mudou para uma casa pior e para pagar mais. Ou seja, para estas entrevistadas o realojamento não oferece condições habitacionais de modo a considerar que os actuais gastos financeiros compensem a nova habitação.

E2, Ilda Pinto, 57 anos, cozinheira, Caminho

“Ah não! Nem que (o esforço financeiro) fosse igual. A casa é boazinha, mas não se compara com a outra e ainda por cima gasto mais agora. Não, não vale a pena ter mudado.

Mudei para uma casa pior.”

(p.5)

E1, Maria Isabel Magalhães, 52 anos, reformada por invalidez, Caminho

“Para ser sincera, preferia manter-me na anterior. A única diferença é que a sala aqui é maior.

Lá também tinha água, luz e esgotos. Tinha as condições para lá viver e não pagava o que aqui pago.”

(p.4)

De modo a perceber e a perceber se a actual habitação representa um salto qualitativo relativamente às condições habitacionais, procurámos saber se existe actualmente um maior gosto ou prazer em que visitem a nova casa e se as condições para receber são actualmente melhores.

Nesta dimensão, são as entrevistadas que residiam no Casal de Alfovelos que referem com maior veemência o prazer ou gosto em receber, reconhecendo que as condições para tal são agora melhores, mesmo quando algumas afirmam que não recebem ou recebem poucas visitas.

A nova casa é actualmente um local que permite trazer “outro tipo de pessoas” que não se convidava anteriormente. Este reconhecimento traduz, por um lado, que a nova casa está mais próxima dos padrões médios das habitações urbanas e, por outro, uma promoção social através da habitação, reconhecida pelas condições possuídas actualmente que permitem receber visitas em casa sem constrangimentos.

E3, Maria Rebelo, 35 anos, doméstica, Casal

“Sim claro. É mais limpo, é mais bonita esta casa. Lá em baixo não tinha grandes condições para ter alguém lá em casa. Lá em baixo tinha um bocado vergonha, pois até apareciam ratos. Aqui vem mais gente, vem colegas do meu marido do trabalho e antigamente não. Vêm cá, bebem whisky. Aqui já vieram várias pessoas. Já vieram cá primos do meu marido que nunca vieram à barraca e aqui fartam-se de vir. Veja lá que eu tenho um cunhado meu que mora em Mafra e um dia veio-me visitar e eu nem lhe mostrei a casa, porque tive receio de aparecer ratos ou coisas assim, e agora já está farto de vir aqui.”

(p.4)

E5, Carminda Capelas, 43 anos, cabeleireira, Casal

“Nesse aspecto, lá em baixo não tinha problemas, porque convivia com pessoas do meu nível que sabiam como era a casa e o bairro. Tinha sempre a casa limpa onde se podia entrar, não tinha problemas. Agora, claro que tem outras condições. Esta casa está mais bonita e pronto, o sitio

é outro, mas as amizades são as mesmas. As pessoas que iam lá a casa são as mesmas que vêm aqui (...).(Mas) lá está, agora podia trazer cá outro tipo de pessoas que lá em baixo não levava.”
(p.4)

E7, Maria da Cruz Pina, 63 anos, reformada, Casal
“*Sim, esta tem mais condições. Aqui estamos mais à vontade para receber visitas. Tem outro ambiente, outra beleza, lá era mais pobre, as mobílias não eram como estas (...). Aqui, não há dúvidas que temos melhores condições, quer para nós, como para receber pessoas. Mas também não recebemos aqui muitas visitas.”*
(p.3)

E8, Margarida Carvalho, 47 anos, empregada doméstica, Casal
“*Não recebo mais nem menos que na outra casa. Tirando a família que venha cá, não vem mais ninguém. Claro que a casa tem mais condições para ter cá gente.”*
(p.3)

Se o maior estatuto residencial actual é essencialmente sentido pelas entrevistadas que referem que a nova casa é melhor que a anterior, é muito interessante notar que a vivência no anterior bairro não é vista como um constrangimento ou um facto estigmatizante para a quase totalidade das entrevistadas, não sendo por isso um facto que se escondesse nos relacionamentos sociais. Alguns discursos, mesmo daquelas que possuíam habitações mais degradadas, denotam um orgulho no bairro, referindo-se a ele como um bom local para se viver, onde não existiam problemas.

Esta ausência de estigma por se residir (ou ter residido) num bairro degradado clandestino deve-se, em certa medida, à inexistência de marginalidades, delinquências ou violências nestes espaços residenciais, bem como não serem bairros “mal-afamados” como sucede com outros clandestinos, o que permite, desde logo, um sentimento positivo para com o local. Esta realidade, aleada a um relacionamento não problemático e uma boa convivialidade entre moradores desenvolvida ao longo de muitos anos, são alguns factores que permitem explicar a inexistência desses constrangimentos ou estigmas e, em alguns casos, a preferência pelo anterior espaço residencial em detrimento do actual.

A representação positiva dos anteriores espaços residenciais, mesmo que as condições habitacionais fossem precárias e o “espaço clandestino” não tolerado pela “sociedade” em geral, é revelador de como é possível desenvolver laços identitários e de pertença com estes locais de

residência, não os renegando posteriormente. Esta realidade é, aliás, visível ao longo das entrevistas e nos *verbatim*s no decurso da presente análise.

Deste modo, se o maior estatuto residencial actual, mais visível em quem possuía condições habitacionais de maior precariedade, se fica a dever, essencialmente, à conquista de melhores condições de habitabilidade e não tanto pela perda do anterior bairro, também a satisfação residencial para com o actual realojamento tende a circunscrever-se à questão do espaço privado, isto é, ao alojamento.

E1, Maria Isabel Magalhães, 52 anos, reformada por invalidez, Caminho

“Nunca! Nunca tive vergonha em dizer que morava ali. Se as pessoas perguntasse, eu dizia que morava no bairro e que vivia numa casa modesta (...). Isso não fazia mal (viver num local clandestino), preferia. Tem água e luz como aqui. Se não tivesse ... já era diferente. Se fosse para sair de livre vontade não vinha para aqui. Ficava lá, porque era um bairro sossegado, onde se davam todos bem.”

(p.4)

E3, Maria Rebelo, 35 anos, doméstica, Casal

“Uma coisa é dizer que moro naquela barraca e outra é dizer que moro numa casa como esta, mas nunca tive vergonha em dizer que morava numa barraca. Eu tinha orgulho em dizer que morava numa barraca. Morei onde tive que morar, mas claro que esta é uma casa normal, pronto! Mas não escondia que vivia num bairro de casas pobres e que eu vivia numa barraca. Lá no bairro as pessoas davam-se bem e não havia problemas nem conflitos. Era um bairro bom.”

(p.4)

E8, Margarida Carvalho, 47 anos, empregada doméstica, Casal

“(...) Eu ainda hoje estava lá se pudesse. A casa aqui é melhor, mas eu gostava mais de lá. Lá podia grelhar na rua e aqui não, nem tenho varanda. Aqui estou cá em cima no 3º andar, lá estava logo na rua mal saia de casa. a casa era pobre, mas nunca tive vergonha de lá morar e dizer que vivia ali, ainda para mais era um bairro calmo (...). Lá em baixo era mais engraçado, embora com uma casa pior. Esta casa é melhor, e pronto não é clandestina, mas não me sinto mais feliz por ter esta casa.”

(p.2)

E6, Guilhermina Costa, 62 anos, empregada doméstica, Caminho
“*Olhe, nunca tive problemas em viver lá em baixo, nem tinha qualquer vergonha em dizer. Havia lá boas casas, algumas até com 2º andar e outras assim mais humildes, mas não me sentia mal por ali viver, aliás dávamo-nos bem, era como uma família. Claro que esta casa é mais apresentável, mas não sinto mais por isso (...). Além do mais era um bairro calmo, onde não havia problemas. Não ia dizer que morava num sítio e depois morava noutra. Era ali que vivia e era o que dizia, não tinha qualquer problema ... mas se calhar se morasse no 6 de Maio ou na Azinhaga já não sei se evitava em dizer. Sei lá! Sabe, o nosso bairro era quase tudo do norte, Lamego, Régua, Viseu,.. era tudo portugueses, enquanto os outros bairros que há para aí tem muita gente de outros países, Angola, Moçambique, Cabo Verde,... com outros hábitos.*”
(p.2)

E2, Ilda Pinto, 57 anos, cozinheira, Caminho
“*Quando vivia lá no bairro não me sentia diferente ou pior. Aquele bairro tinha boas pessoas e não tinha nenhum problema de marginalidades para que eu me sentisse mal e a minha casa era uma maravilha. Sinceramente não me sinto mais igual às outras só por viver aqui (...). Eu levava lá algumas pessoas e elas ficavam encantadas com a minha casa e com outras duas ou três que lá havia (...). Toda a gente podia entrar e sair que não havia problema nenhum. Não havia assim pessoas com mau aspecto ou drogados por ali. Era um bairro impecável, que ninguém dizia mal. Se pudesse ainda lá estava na minha casa que era melhor que esta.*
E o convívio era outro!”
(p.4, 5)

E4, Cristina Ribeiro, 67 anos, reformada, Caminho
“*(...) Gostava muito do meu bairro e não tinha qualquer vergonha em dizer onde morava. Sabe que aquele bairro era muito bem visto, não tinha nada haver com outros que há por aí, por isso sinto-me uma pessoa igual ao que era. Lá tinha uma casa em condições com todas as comodidadezinhas, por isso não me sinto com maior estatuto só por viver numa casa da Câmara. Às vezes convidava pessoas a lá ir (...). Era um sítio onde toda a gente podia ir sem qualquer medo. Talvez por ser assim, não sinta que esta casa me dê maior estatuto, mas se calhar se vivesse numa barraca sem condições ou num bairro mau, então talvez sentisse-me agora com mais estatuto.*”
(p.5)

Como podemos observar, não existem discursos, entre estas entrevistadas, que expressem representações negativas ou constrangimentos para com o anterior espaço residencial, levando este facto a observar o realojamento como algo que não seja sentido como um grande salto qualitativo

relativamente ao estatuto residencial por ele proporcionado. Se esse estatuto pode ser mais significativo ao nível do alojamento e entre as entrevistadas que reconhecem agora possuir uma casa com melhores condições e mais próximas dos padrões médios de habitabilidade, ele, no entanto, resume-se a essa razão pois, de uma forma generalizada, o bairro anterior e o seu “ambiente social” é visto e valorizado de forma positiva e, por isso, considerado um bom local para se viver.

Apenas a entrevistada seguinte reconhece que sentia algum constrangimento e vergonha em dizer que morava num bairro clandestino. Para este constrangimento, ela enfatiza a sua situação profissional, que ao obrigá-la a relacionar-se e a interagir diariamente com público e indivíduos de “grupos sociais” mais elevados que o seu, levava-a a ter dificuldade em dizer o seu local de residência e, por isso, a ocultá-lo. Esta reacção e dificuldade em encarar a realidade residencial é demonstrativa, por um lado, de um reconhecimento das suas reduzidas condições habitacionais anteriores, em particular junto de pessoas de outros “grupos sociais” e, por outro, surge como uma tentativa de auto-promoção social.

E5, Carminda Capelas, 43 anos, cabeleireira, Casal

“(…)Tinha um bocadinho (de vergonha). Ainda por cima como trabalho num cabeleireiro em Lisboa e lido com pessoas de certos níveis, não era fácil de encarar quando me perguntavam em conversas onde morava. Perante certas pessoas tinha alguma vergonha em dizer onde morava. Tinha vergonha por ser um bairro degradado, não por ser um bairro mau, um bairro mal falado (...). Quando me perguntavam eu dizia que morava na Colina do Sol e acabou-se! As minhas colegas sabiam, mesmo algumas quando casei vieram ao meu casamento, agora a nível de clientes evitava.”

(p.6, 7)

Neste depoimento, observamos que a maior interacção quotidiana com indivíduos de outros “grupos sociais” – maior heterogeneidade social relacional - leva à procura de uma melhor posição, de modo a não se sentir estigmatizada perante os “normais”, neste caso, daqueles que habitam em locais legais e com condições habitacionais enquadradas nos padrões médios de habitabilidade urbana.

No caso desta entrevistada, a ocultação ou encobrimento do local de residência, para além de funcionar como uma promoção social e residencial para o exterior com o objectivo de fornecer uma imagem o mais positiva de si possível, é, igualmente, revelador, quer de um certo desgosto em ter residido num bairro degradado, como do “tipo de ambiência” que aí existia.

O trecho discursivo seguinte da mesma entrevistada, é demonstrativo, ainda, de uma certa distinção ao nível da sua profissão relativamente a outras, que ela diz que gostavam de viver no anterior bairro. O facto de ela se relacionar e interagir diariamente no local de trabalho com pessoas de “outro nível”, leva-a desenvolver estratégias de distinção ou de promoção social que diferem de pessoas que têm profissões de menor estatuto e que por isso não têm essa necessidade.

A distinção profissional que a entrevistada faz realçar, acaba por servir de mote para o encobrimento do anterior local de residência, sendo que a profissão, ou as relações interpessoais decorrentes da profissão, não se coadunavam com o menor estatuto residencial. Ou seja, existe como que uma relação assimétrica entre o estatuto residencial e o estatuto profissional, levando essa assimetria a desenvolver uma estratégia de autopromoção, realizada através do encobrimento de uma determinada realidade. No entanto, esta estratégia deixa de ser utilizada a partir do momento que o realojamento permitiu abandonar o anterior local residencial, revelando este facto, que o alojamento recebido foi sentido como um salto qualitativo ao nível do estatuto residencial e social.

Esta realidade, é o reconhecimento que o alojamento é um bem, um marcador económico e simbólico do estatuto residencial, e que o realojamento é, neste caso, entendido como uma oportunidade (única) de promoção social.

E5, Carminda Capelas, 43 anos, cabeleireira, Casal

“(...) Eram pessoas que moravam naqueles ambientes e gostavam. Eu também morei, mas nunca gostei assim muito de morar. Essas pessoas que gostavam lidavam muito ali, mas não trabalhavam, outras trabalhavam a dias e nas limpezas e então para elas era normal viver ali, não tinham problemas em dizer, agora eu tinha, porque trabalho num sitio onde vão pessoas que trabalham em ministérios e escritórios (...). Agora já estou mais à vontade. Digo que moro na Brandoa. Já não tenho vergonha.”

(p.6,7)

Se este depoimento é revelador de um certo desgosto ou até inconformismo pela anterior situação residencial, ele é ainda, de certo modo, revelador da existência no bairro de uma certa “cultura de pobreza”. Alguns dos traços dessa “cultura” são visíveis quando a entrevistada salienta a normalidade com que algumas das suas vizinhas diziam que habitavam num local degradado, ou numa casa degradada, sendo isso visto como uma situação normal. O discurso desta entrevistada é sustentado em parte por alguns dos anteriores discursos (em particular a E3 e a E8), onde se chega a exaltar o orgulho de se ter habitado numa barraca. Nestes discursos (E3 e E8) como em outros, nota-se um sentimento positivo para com o anterior bairro que extravasa a simples condição habitacional,

abrangendo, igualmente, formas de relacionamentos e de sociabilidades entre vizinhança. Nestes casos, a exaltação positiva do anterior espaço de residência, quando as condições de habitabilidade eram piores que as actuais, revela que o bairro era mais que o simples facto de se lá ter casa. Mas, sobre estas questões falaremos mais à frente quando centrarmos-nos sobre estas dimensões.

3.3. Mobilidade e projectos residenciais pré e pós realojamento

A mudança de casa ou local de residência enquanto se morava no bairro clandestino era uma possibilidade remota e pouca pensada para a todas as entrevistadas. Para a inviabilidade desse acontecimento cruzam-se basicamente três aspectos que em alguns discursos se sobrepõem, a saber; os (inevitáveis) aspectos financeiros; uma avaliação de certo modo positiva do anterior espaço residencial; e a habituação ao bairro. Se o bairro clandestino, como observámos no início da análise, parece surgir como o local de residência economicamente possível quando se chega à capital (ou sua periferia), a realidade parece demonstrar que para além do factor económico, também o hábito e o gosto pelo bairro que se estende ao bom relacionamento entre os residentes, são dois indicadores a ter em conta para que a mobilidade residencial seja algo pouco pensado e até desejado por algumas das entrevistadas.

Sendo esta uma população que pela sua condição sócio-económica não lhe permite um grande protagonismo na escolha do espaço residencial, a assimilação ao seu espaço residencial, mesmo que clandestino ou degradado acaba por suceder naturalmente, valorizando-se aspectos que vão além dos relacionados com a habitação como, por exemplo, as sociabilidades entre vizinhança.

E1, Maria Isabel Magalhães, 52 anos, reformada por invalidez, Caminho
“ Não, nunca procurei. Na altura que casei os ordenados eram pequenos, não dava para a gente procurar. Comprámos aquela e fomos ficando. Sentia-me ali bem, já estava habituada ali à muitos anos e conhecia toda a gente”.
(p.4)

E4, Cristina Ribeiro, 67 anos, reformada, Caminho
“Era sempre tudo caro, por isso nunca pensei nisso a sério. Eu gostava muito de estar no bairro, mas se tivesse possibilidade de ir para uma casa melhor tinha ido”
(p.5)

E7, Maria da Cruz Pina, 63 anos, reformada, Casal

“Não, o dinheiro não dava para comprar ou alugar nada. O meu marido reformou-se novo e a minha filha a estudar, por isso não dava sequer para pensar nisso (...), mas se calhar se pudesse tinha de lá saído, porque as casas que ai haviam eram melhores, tinham outras condições.”

(p.4)

E6, Guilhermina Costa, 62 anos, empregada doméstica, Caminho

“Não! Não havia dinheiro para isso. As casas eram caras e depois como nos fomos habituando ao bairro ali fomos ficando (...). Se não havia dinheiro não podíamos sequer pensar nisso, mas também não me interessava muito, porque fomos arranjando a casa que era boazinha (...) e os vizinhos eram bons, eram como uma família. Por isso nunca pensei sair. Nunca me interessou. Mas como lhe disse havia lá pessoas que tinham boas casas. Essas (...) sofreram muito e não queriam sair. Sabe, havia pessoas casas grandinhas e vieram para aqui e só lhes deram uma casa à medida do tamanho da família. Até houve pessoas que tiveram que mandar coisas fora. Porque não tinham espaço para pôr tudo.”

(p.5)

Este último depoimento ao revelar a existência de casas com boas condições, boas áreas e o consequente investimento financeiro para tal (algo que já nos tinha sido revelado por alguns depoimentos anteriores), bem como o sofrimento que existiu aquando do realojamento, é um indicador que demonstra que o interesse ou desejo de mudança de contexto residencial não era particularmente evidente nesses casos.

Mas, também os dois depoimentos seguintes, pertencentes a entrevistadas que anteriormente reconheceram que o realojamento lhes possibilitou melhores habitações e consequentemente melhores condições de habitabilidade, mostram que o desejo de mobilidade residencial não era muito grande enquanto habitavam na anterior habitação. Para além de constrangimentos económicos que as impossibilitava, desde logo, ponderarem eventuais projectos residenciais futuros, também o gostarem de viver no bairro era um factor que as levava a não pensar muito nessa possibilidade. É este desejo de permanência no bairro que as leva a afirmar que prefeririam ter realizado obras de melhoramento nas suas anteriores habitações ao actual realojamento.

E3, Maria Rebelo, 35 anos, doméstica, Casal

“Não, porque a vida nunca permitiu. Eram muitas bocas para dar de comer e não havia hipótese de ir viver para outro lado (...). Por um lado sim (saía), porque a casa era má, mas por outro, tinha pena, porque a gostava do bairro. Acho que se pudesse fazia antes umas boas obras

na casa, punha aquilo em condições e ficava ali.”

(p.5)

E8, Margarida Carvalho, 47 anos, empregada doméstica, Casal

“Não! Não! As casas eram muito caras e eu gostava de estar ali, por isso nunca pensei em sair.

Só sai, porque fui obrigada. Diziam que ia abaixo e pronto! Nós até estávamos a pensar em melhorar a casa, fazer mais um andar mas eles disseram que não valia a pena.”

(p.3)

Apenas no depoimento seguinte nos deparamos com uma vontade efectiva em mudar de local de residência enquanto se residia no anterior bairro. Esta entrevistada refere que o realojamento surgiu no momento certo, pois já andava a procurar casa na zona da Amadora. Este desejo de mudança é motivado por duas razões; uma, a própria habitação que não era muito boa e estaria a necessitar de obras, a outra, a ambiência do bairro que embora não fosse considerada muito má, não era nos últimos tempos do agrado da entrevistada. Esta mudança de “ambiente social”, que para a entrevistada se deve basicamente à “malta nova”, acontece porque se notava de forma um pouco mais evidente a existência de drogas, como de indivíduos exteriores ao bairro. São estas as razões apontadas que ajudaram a precipitar o desejo de saída. É de lembrar que é esta a entrevistada que em depoimentos anteriores expressou uma maior negatividade para com o anterior local de residência, afirmando que sentia algum constrangimento em dizer que morava numa casa e num local clandestino.

Este desejo de mudança faz parte de uma estratégia pessoal (e familiar) de mobilidade social, que passa, neste caso, não apenas por deixar a anterior habitação mas, também, por romper com o contexto social de residência, que como já referimos é um marcador referencial do estatuto social.

E5, Carminda Capelas, 43 anos, cabeleireira, Casal

“Sabe, o meu interesse e do meu marido era sair de lá. Já andávamos a pensar nisso. Não era

aquele ambiente que gostávamos, apesar que mesmo assim o ambiente lá em baixo não era mau. Ultimamente é que aquela malta nova, a miudagem, estragaram um bocadinho o bairro,

mas antigamente era um bairro impecável. Só que aquilo para nós já não estava a dar. Os ordenados é que não eram grande coisa, o meu marido serralheiro e eu cabeleireira e os

ordenados não são grandes para comprar casa, mas já tínhamos a ideia que tínhamos que sair.

Até mesmo antes de recebermos a carta da Câmara já estávamos a procurar. Foi mesmo na

altura certa (...). As casas (...) já estavam a começar a ficar velhotas e a precisar de um

arranjo e já não valia a pena. E depois o ambiente já estava um pouco pior. Já vinha também

peçoal de fora para ali. Já havia um pouco ambiente de drogas e eu não queria estar no meio daquilo (...). Não queria ficar ali e morrer ali. Sinto-me bem aqui.”

(p.1, 2, 4)

Se antes do realojamento a perspectiva de mudança residencial é pouco expressiva e até desejada em muitos casos, depois do realojamento as motivações para uma nova mudança são igualmente reduzidas. Se pensarmos que a nova casa satisfaz, de um modo geral, as entrevistadas, no que se refere às necessidades e práticas familiares e que o realojamento não promoveu uma maior mobilidade social ao nível profissional, então observamos que uma trajectória residencial ascendente depois do realojamento é algo pouco crível, pelo menos num futuro relativamente próximo.

Para além dos constrangimentos financeiros para não se mudar de casa, também a situação profissional e a posição que se ocupa nessa variável é, sem dúvida, um aspecto importante para definir as trajectórias e estratégias residenciais. Não devemos esquecer que a posição no mercado de trabalho constitui um importante elemento que determina os recursos financeiros do agregado, os quais, por seu turno, constituem um factor que pode ser condicionante no acesso à habitação. É neste contexto, de satisfação generalizada com a o novo alojamento, de constrangimento financeiro e em alguns casos a questão da idade, que observamos que probabilidade actualmente de uma nova mudança residencial não é muito elevada. Apenas a hipótese de regresso à terra, caso se possua ou possuísse aí uma habitação, é algo que pode ou poderia ser considerado para uma eventual mudança residencial (E3, E4, E7).

É ainda de referir que a possível compra da actual casa à Câmara é algo desejado por algumas entrevistadas (E2, E3). Este desejo, vem de certo modo reforçar a ideia de uma satisfação e apropriação para com o actual espaço residencial, e até certo ponto, como uma possibilidade (quase única) de adquirir novamente o estatuto de proprietário e um “património familiar”, que de outro modo é de difícil concretização.

E3, Maria Rebelo, 35 anos, doméstica, Casal

“Se a Câmara um dia vender isto, a nossa vontade é comprar. É a nossa prioridade. Se eu tivesse possibilidades comprava noutro lado, mas já que estou aqui e gosto, pronto, não me importava de comprar. Mas se eu pudesse, até ia para a terra do meu marido que é Lamego, não me importava. Se tivéssemos dinheiro adorava (...). O pior é que é muito complicado lá arranjar trabalho. Se houvesse lá trabalho e se tivesse algum dinheiro para comprar uma casa era uma hipótese (...). Aqui não. Para gastar dinheiro aqui, ficamos nesta. Nem comprava na Amadora, nem em Lisboa.”

(p.4, 5)

E4, Cristina Ribeiro, 67 anos, reformada, Caminho

“Não, com esta idade e doentes, nem pensar! Por acaso nunca me passou a pela ideia ir para a terra. Se eu tivesse na terra uma casa, uma vivenda, se calhar até podia pensar, mas como também vivo aqui à tantos anos e gosto, nunca pensei nisso. Gosto de ir à terra matar saudades, mas depois volto. Gosto de viver aqui, por acaso gosto, por isso nunca tive o pensamento de sair.”

(p.5)

E2, Ilda Pinto, 57 anos, cozinheira, Caminho

“Não tenho lá nada, nem ninguém (na terra). O meu marido também não puxa para a terra. Ele gosta da Costa e gosta de Lisboa, aqui da Amadora não gosta. Acho que para mudar só em Lisboa ... é muito caro. E eu como trabalho cá não me dá jeito ir para longe, depois tinha que pagar transportes (...). Como não há muito dinheiro, ficamos aqui. Também vivemos numa rua bonita. Esta rua é bonita! (...) A casa é airosa e a rua bonita, por isso acho que fico por aqui. Se a Câmara vendesse até comprava a casa. Para pagar tanto (de renda) preferia comprar, pelo menos ficava para os filhos, já que não deixo mais nada, deixava a casa. O presidente disse que ao fim de cinco anos punha à venda para quem quisesse comprar, mas até agora nada.”

(p.5)

E6, Guilhermina Costa, 62 anos, empregada doméstica, Caminho

“Vou ficar aqui até morrer. Além do mais não há dinheiro. Para onde é que eu ia a pagar o que pago aqui? Vou ficar por aqui e gosto. Mesmo que não gostasse tinha que me sujeitar, não há hipótese para mais.”

(p.3)

E7, Maria da Cruz Pina, 63 anos, reformada, Casal

“Olhe, só saio daqui para ir morar para a terra, isso talvez. Ainda tenho lá uma casita que era dos meus pais. Aqui pago muito de renda, por isso lá se calhar governamo-nos melhor. Com o dinheirito que o meu patrão me deu quando vim embora arranjo lá umas coisas e pronto. A filha depois casa-se, arranja-se e faz a vida dela e eu se calhar vou para cima (...). Também gosto da minha terra (Póvoa da Atalaia-Fundão), por isso se calhar vamos um dia.”

(p.3)

E1, Maria Isabel Magalhães, 52 anos, reformada por invalidez, Caminho

“Eu com 52 anos e o meu marido com 53 já não temos idade para metermo-nos noutra casa.”

Nem há dinheiro (...). Não desgosto da Brandoa, não é um sitio barulhento, nem há muitos conflitos (...). Com o Euromilhões ainda comprava uma casita só para nós.”

(p.8)

Sobre esta questão, apenas a entrevistada 5, a mesma que já tinha afirmado que antes do realojamento já estava a pensar em sair do bairro, faz referencias a uma eventual mudança caso tivesse recursos financeiros para tal. Embora considere que a actual casa é boa e que gosta do local, depreende-se no seu discurso um desejo de “algo mais”, em particular uma casa um pouco maior, reconhecendo, no entanto, que essa aspiração é remota e de difícil concretização. Esse projecto, apenas seria possível através de um “golpe de sorte” resultado de jogos de “sorte e azar”.

E5, Carminda Capelas, 43 anos, cabeleireira, Casal

“A gente cada vez vai exigindo mais. Esta casa é boa, mas se eu tivesse possibilidade de ter outra melhor se calhar mudava. Mas isto está tão complicado e a idade começa a pesar que acho que não penso em mudar. Não estou a fazer projectos ... só se saísse o totoloto ou assim.

Gosto disto, por isso fico por aqui, acho eu (...). Se eu mudasse não saia daqui dos arredores, não saia da Amadora, se fosse era para uma casa um bocadinho maior.

Uma coisa que valesse a pena.”

(p.8, 9)

Verificamos nos discursos anteriores que os projectos residenciais futuros são escassos, contribuindo para isso, entre outros factores, um certo gosto, quer pela casa recebida, como pelo local de realojamento. De facto, a Brandoa é sentida de forma positiva pela quase totalidade das entrevistadas, não se notando grande negatividade para com a freguesia.

Embora a Brandoa continue a estar bastante ligada a um certo imaginário de clandestinidade, facto ainda muito visível no seu parque habitacional actual, a verdade é que esse depositário “clandestino” não parece constituir ou representar um menor estatuto residencial e social para as entrevistadas, visto que quando questionadas sobre a possibilidade de poder escolher para local de realojamento uma qualquer freguesia da Amadora, a Brandoa surge como o local de eleição. Esta realidade pode ser analisada devido ao facto das entrevistadas serem, elas próprias, oriundas de espaços clandestinos e, por isso, não sentirem esse estigma relativamente à Brandoa.

O pouco interesse em habitar outras zonas residenciais da Amadora deve-se, igualmente, ao facto do anterior espaço residencial estar próximo da Brandoa (até 1998, antes de ser criada a freguesia de Alfovelos, esses bairros faziam parte da freguesia da Brandoa) e esta, devido a esse

facto, ser um local conhecido e frequentado anteriormente. O conhecer minimamente o espaço, cria para com este uma proximidade simbólica ao nível da identidade e segurança que, de certo modo, potência uma maior sensação de conforto. Já identificadas e conhecedoras da zona, a sensação de segurança é, desse modo, otimizada quando para mais não existe uma repulsa para com esse espaço.

E4, Cristina Ribeiro, 67 anos, reformada, Caminho

“Escolhia a Brandoa. Gosto disto e além do mais já conhecia. Vinha várias vezes, mas lá mais para baixo, aqui para cima não tanto (...). Vinha às compras, à praça, por isso já vê que conhecia bem isto. Vinha a pé, atravessava ali o Casal de Alfarelos pelo meio do bairro e ia lá abaixo às compras. Ainda bem que não fomos para outro lado.”

(p.9)

E7, Maria da Cruz Pina, 63 anos, reformada, Casal

“Olhe escolhia aqui a Brandoa, não queria ir para outro lado. Estou habituada aqui. Mesmo quando vivia lá no Casal vinha cá, fazíamos aqui quase tudo. Antigamente era tudo Brandoa, Alfarelos como freguesia existe à poucos anos. Agora se fosse para outro sítio acho que não ia gostar, por isso prefiro aqui.”

(p.9)

E5, Carminda Capelas, 43 anos, cabeleireira, Casal

“Enfim aqui pelos arredores. Sempre foi aqui que vivi (...). Sabe, mesmo quando vivíamos lá em baixo estávamos próximos da Brandoa e já conhecíamos. Não era uma coisa nova (...). Por vezes vinha à Brandoa comprar uma coisinha ou outra.”

(p.12)

E1, Maria Isabel Magalhães, 52 anos, reformada por invalidez, Caminho

“Não queria ir para outra freguesia. Já conheço a Brandoa. O pior é que isto aqui em cima tem poucos sítios para compras. Não há nada. Lá em baixo há Minipreços e outras coisas. Há mais comércio, aqui ... talvez por ser uma zona mais nova há pouco.”

(p.10)

E2, Ilda Pinto, 57 anos, cozinheira, Caminho

“Olhe gostava mais na Colina do Sol. Já lhe disse que isto aqui nem é mau, mas pronto sempre gostei da Colina.”

(p.10)

A ideia de ir viver para um local que se conhece menos é, sem dúvida, um factor que, até certo ponto, pode justificar o menor desejo ou interesse de mudança residencial para um local mais distante da anterior e actual habitação. Esta situação indicia, de certo modo, uma reduzida mobilidade espacial (e social) por parte desta população que circunscreve uma parte da sua vivência a um espaço físico não muito alargado, preferindo um certo “localismo” em zonas já conhecidas a outras, por ventura, socialmente mais valorizadas. Ou seja, a preferencia por um espaço já conhecido, onde se movimenta e deambula sem receio ou estranheza advém, em grande parte, de um hábito de décadas de vivência num espaço geográfico reduzido, muito limitado ao bairro e locais próximos, em que o funcional e o afectivo têm uma forte correlação com o espaço residencial.

A possibilidade de residir num outro local do concelho, por exemplo, numa zona mais central, é apenas referido pela entrevistada seguinte que, no entanto, ressalva que gosta da Brandoa, sendo um local que já conhecia anteriormente.

E3, Maria Rebelo, 35 anos, doméstica, Casal

“Sei lá, acho que só se fosse para ali para o centro da Amadora por causa de estar mais próxima de tudo e ter ali o comboio, de resto não queria mais nada. Gosto da Brandoa. Já conhecia (...).

Por vezes vinha à praça buscar peixe, ou ao talho (...), por isso quando vim para aqui não estranhei.”

(p.11, 12)

3.4. Relações de vizinhança no pós realojamento: Entre a ética da cordialidade e a saudade das antigas sociabilidades

A adaptação a novos espaços residenciais implica obviamente usos e sentimentos diferentes dos anteriormente vividos. Sabendo que os realojamentos levam quase sempre a reestruturações das práticas sociais por parte da população afectada e que esta tem um passado com práticas sociais, a

curiosidade sobre este ponto advinha, desde logo, por tentar perceber como este modelo de realojamento (de forma dispersa) afectou as relações de vizinhança quando sabemos que ele abrangeu apenas dois bairros clandestinos. Por serem apenas residentes de dois bairros e, por conseguinte, manter-se um certo “núcleo” de antigos vizinhos, tentámos perceber se as sociabilidades existentes nos anteriores locais de residência se perpetuaram, ou se, pelo contrário, existiu um esvaziamento relacional após o realojamento.

A composição da (nova) vizinhança e a instalação no novo edificado é algo que afecta as práticas relacionais entre a vizinhança após qualquer realojamento, para mais quando anteriormente existiam relacionamentos e sociabilidades intensas, acentos em muitos anos de convivência. Este facto é ainda mais evidente quando se percebe, como é este o caso, que a população realojada não teve a possibilidade de escolher o prédio, nem foi chamada a participar na constituição da nova vizinhança. Nas entrevistas percebemos que foram os serviços técnicos da autarquia que “desenharam” e compuseram as vizinhanças e que não existiram pedidos por parte das entrevistadas com o intuito de ficarem no mesmo prédio com alguns dos anteriores vizinhos, embora em alguns casos se note pena por não se ter ficado mais próximo de anteriores vizinhos/amigos.

O processo excessivamente centralizado e burocratizado nos serviços camarários ao mesmo tempo que afastado da outra parte interessada, algo muito comum nos realojamentos sociais em Portugal, é notório nos depoimentos seguintes.

E7, Maria da Cruz Pina, 63 anos, reformada, Casal

Não, cada qual foi para onde a Câmara mandou. A nós mandaram-nos para aqui e nós viemos. Outros lá de ao pé da gente foram para o Alto da Brandoa, outros ficaram aqui, mas a Câmara é que decidiu como é que deveria ser (...). Foi a Câmara que disse que esta seria a nossa casa, mas nunca nos perguntaram nada sobre o que gostaríamos ou não.”

(p.1)

E8, Margarida Carvalho, 47 anos, empregada doméstica, Casal

“Quando vim para aqui, só me disseram que vinha para o 3ª esq. e mais nada! Nem nunca me perguntaram se gostava mais de outra rua, ou de outro andar. Fui só lá buscar a chave e vim para aqui.”

(p.1)

E5, Carminda Capelas, 43 anos, cabeleireira, Casal

“Só uns dias antes de buscar a chave é que me disseram qual era a rua e o andar (...). Vim para aqui, porque foi para onde me mandaram, nem sabia quem ia ser os vizinhos. Como vê aqui é quase

tudo do Caminho. Às pensava que não gostaria tanto de ficar com esta ou aquela, por ser mais cordilheirazitas e não sei o quê, mas não por ter problemas graves. Nunca evitei ficar com ninguém.”
(p.4, 8)

A reduzida participação da população durante o processo de realojamento, além de demonstrar um grande centramento da decisão na entidade promotora, é reveladora de uma fraca participação cívica, um hábito comum e generalizado nas populações mais carenciadas, que pela sua reduzida (in)formação tem uma tendência quase natural em delegar “poderes” e “decisões” a outros, acabando, dessa forma, por legitimar assimetrias entre as partes interessadas, isto é, por um lado, a Câmara e, por outro, a população afectada. Esta relação assimétrica entre as partes, em grande parte, devida ao pouco “poder de influência” e “poder negocial” de quem, neste caso, surge numa posição (social) inferior, acaba por dar um excessivo poder decisório a quem concebe e coordena estes espaços edificados.

A excessiva burocratização e centralização de um processo que deveria ser participativo e discutido por ambas as partes, acaba muitas das vezes por potenciar um desinteresse sobre o espaço edificado por parte da população receptora, que não se revendo nesse espaço para o qual foi “atirada” acaba por rejeitá-lo, não o sentindo como seu.

É neste contexto de participação reduzida na construção da nova “unidade de vizinhança”, ou de escolha do prédio e andar, que observamos que as questões familiares, evocando motivos de saúde, foi a principal razão para se tentar junto da autarquia a pretensão de alguns pedidos.

E1, Maria Isabel Magalhães, 52 anos, reformada por invalidez, Caminho
Disseram-nos que era esta (casa) e pronto. Apenas pedi para a minha mãe ficar numa casa perto de mim. De resto foram eles que decidiram (...). Infelizmente mais para ter trabalho. Na altura de realojar não éramos par ficar todos juntos. Eu era para ficar aqui e a minha mãe era para ir lá mais para baixo (...), mas como a minha mãe já estava um pouco debilitada, a minha mãe tem um tumor na cabeça na cabeça e então precisava de cuidados (...). Mas houve pessoas que também pediram para ficar perto dos irmãos, mas não deixaram.”
(p.1, 2)

E3, Maria Rebelo, 35 anos, doméstica, Casal
“A única coisa que pedi e eles sabiam que eu tenho um filho deficiente, era que eles não podiam pô-lo numa casa muito húmida. A Câmara mandou-nos cá para cima e nós ficámos cá. A Câmara decidiu assim, mas eu pedi a elas de joelhos para não nos pôr no 3º andar, pois tenho filhos

pequenos e este um pouco deficiente. Eu tinha medo que eles caíssem lá em baixo, mas eles não ligaram e puseram-me no 3º andar, graças a Deus não aconteceu nada, mas podia acontecer. Mas pronto, elas é que mandam!”
(p.2)

“Mas pronto, elas é que mandam!”, é paradigmático do que falámos anteriormente sobre a assimetria de poder existente entre as partes envolvidas aquando dos processos de realojamento e de quem na realidade detém o poder decisório.

O discurso seguinte, para além de reforçar o que foi já dito, é revelador de algo específico a este realojamento. Sendo este um realojamento efectuado em algumas ruas da Brandoa e que afectou a população de dois bairros clandestinos é, também, verdade que alguns dos que residiam nesses bairros não foram abrangidos por este realojamento, que por questões “logísticas” não podia absorver toda essa população. Devido a este facto, muitos dos residentes do Casal e do Caminho de Alforneiros foram realojados no Casal da Boba, um bairro de realojamento social com cerca de 700 fogos edificado na freguesia de São Brás, sensivelmente no mesmo momento que estes blocos na Brandoa. É esta possibilidade de poder ser realojado num dos dois “espaços de realojamento” que o próximo discurso se centra e no qual a entrevistada faz questão de referir que queria e pediu uma casa na Brandoa, pois o realojamento num bairro social não era do agrado do seu marido (e certamente, também, do seu)³².

E2, Ilda Pinto, 57 anos, cozinheira, Caminho

“Não (escolhi prédio, nem vizinhos). Quando estava lá em baixo dizia assim: «Ai quem me dera que você fosse para o meu lado» e a minha vizinha dizia a mesma coisa. Mas eles foram lá para cima para a Boba. A Câmara é que decidia conforme lá os critérios deles. Eu quando fui à reunião (...) ainda lhe disse que queria ficar ao pé da minha irmã, pois a minha mãe ainda era viva e estava acamada e vivia com ela, mas era preciso uma segunda pessoa para ajudar e mudar fraldas e assim. Mas não havia vagas e pronto (...). Pedi, já que me iam deitar a casa abaixo, é que me dessem uma aqui na Brandoa. Não na Boba, nem em lado nenhum que o meu marido não quer. Ainda tive que esperar que esperar que arranjassem aqui uma casa que eu disse que para a Boba não ia. « Não me dêem esses bairros que o meu marido não gosta».. Então deram-me esta casa que era para um casal que não quis vir para aqui.”
(p.3, 6)

³² A questão do realojamento num bairro de habitação social será aprofundada mais à frente, no capítulo 3.5.

No que propriamente diz respeito às relações de vizinhança e às sociabilidades, muitos dos discursos das entrevistadas reflectem que o realojamento desmantelou antigas formas de relacionamentos e sociabilidades, não sendo actualmente nada como dantes. É neste sentido que os discursos se situam num *vai-vem* entre o momento presente e os momentos passados, onde a nostalgia dos tempos vividos no anterior bairro é particularmente evidente.

Os discursos são, de um modo geral, saudosos do espaço residencial anterior, permitindo constatar que o realojamento, embora tenha mantido alguns vizinhos do mesmo bairro, não conseguiu, no entanto, perpetuar o tipo e o estilo de convivialidade anterior, solidificada por muitos anos de convivência.

A mudança de espaço residencial acabou por conduzir a uma “metamorfose social”, no qual os comportamentos relacionais traduziram-se genericamente pela passagem de uma lógica colectiva de entreajuda e convivialidade para uma lógica individualizada de maior distanciamento.

E1, Maria Isabel Magalhães, 52 anos, reformada por invalidez, Caminho
“Não vou dizer que não fiquei, porque fiquei (com pena de sair do bairro). Vivi lá 40 anos e fui lá criada. Para ser sincera, tive pena de lá sair. Era totalmente diferente como vivíamos lá. Se por exemplo havia que se sentia mal bastava queixar-se mais um bocadinho que a vizinha do lado ouvia e ia lá socorrer. Aqui não! Aqui é totalmente diferente. Já tenho ido várias vezes de urgência para o hospital, porque faço inchamento da glote e se necessitar de ajuda é mais difícil. Se eu chegar aqui à minha vizinha do lado e que ela esteja, logicamente que me socorre e já tem acontecido, mas é totalmente diferente. Aqui quase não vemos as pessoas (...). Lá quando uma pessoa estava doente íamos visitar e aqui isso é raro. Às vezes nem sabemos que estão doentes e lá sabíamos.”

(p.2, 8)

Este depoimento é sintomático da alteração dos comportamentos residenciais, denotando um certo sentimento isolamento que é acompanhado neste caso, também, por um sentimento de certa insegurança. A convivialidade anterior mais intensa, no qual “os outros” estando mais próximos são vistos com maior frequência, permite um sentimento de maior segurança e conforto “emocional”, que é sentido muitas das vezes como uma perda aquando da mudança de espaço residencial, sendo essa perda mais notória quando a mudança se traduz por um maior esvaziamento relacional. O maior sentimento de insegurança revelado pela entrevistada será, então, essencialmente, devido a esse esvaziamento relacional que aconteceu no pós-realojamento.

O isolamento social e o esvaziamento relacional no pós-realojamento é obviamente mais intenso e sentido quando o anterior espaço residencial é descrito como um espaço positivo, onde se

desenrolavam inúmeros relacionamentos e sociabilidades, em que os laços sociais entre indivíduos tinham implicações definitivas e onde existia um grande empenhamento emocional nas relações, fortemente vinculadas por interações face-a-face frequentes.

É necessário compreender que muitos destes espaços aglutinando várias dimensões da vida quotidiana (como, por exemplo, o lazer, o convívio familiar e as redes de relações sociais), acabam por potenciar e desenvolver uma rede social densa entre os seus habitantes, bem como uma intensidade das relações no interior dessa rede, que tem tendência em solidificar-se ao longo de muitos anos de (con)vivência conjunta.

Os depoimentos seguintes através de recordações de hábitos passados evidenciam como o realojamento e a ausência do anterior espaço exterior, particularmente a “rua”, à qual se chegava rapidamente, provocou uma diminuição das relações, um maior isolamento social e um maior fechamento no espaço doméstico, resultando estes factos na emergência de uma nova ética residencial, acente basicamente na cordialidade.

A forma como se sente esta “metamorfose social” é, particularmente, notória na saudade que se sente dos antigos vizinhos e na nostalgia do modelo relacional mais íntimo e solidário. A impossibilidade de manutenção desse modelo relacional acaba por forçar uma nova reconfiguração das relações, tornando-as, actualmente, menos afectivas e mais anónimas.

E2, Ilda Pinto, 57 anos, cozinheira, Caminho

“Não, o relacionamento já não é igual. Damo-nos bem, mas não é a mesma coisa. É bom dia! Boa tarde! Tudo bem? Apesar que estas pessoas que vivem aqui não eram as minhas melhores amigas (...). Aquelas vizinhas que eu gostava mais de falar ficaram separadas. Sabe, nós temos as nossas pessoas, as que nos damos melhor. As pessoas que eu me dava mesmo não estão aqui. Foram para outros lados (...). Agora estou mais longe das pessoas com quem me dava mais (...). (No bairro) nunca houve problemas, não havia zaragatas, não havia lá guerras. Nós ali dávamos todos bem. Fazíamos os nossos petiscos, os grelhados, conversávamos. Tínhamos na rua bancos, mesa. Sentávamos a comer todos na rua. Às vezes estávamos a assar sardinhas e chegava a vizinha a perguntar se ainda tínhamos lume para ela grelhar alguma coisa. Outras vezes íamos pedir qualquer coisita que nos faltava, uma batata, uma salsa. Às vezes quando sobrava alguma comida perguntávamos às vizinhas se queriam, ou quando elas apareciam dizíamos logo para vir comer que ainda chegava. Lá era assim, tudo na boa (...). Lá em baixo, estávamos cá fora das casas mais tempo. À noite quando estava bom tempo sentávamos na rua. Acendíamos as nossas luzes, iluminávamos a rua e ali ficávamos a conversar e às vezes a comer. Depois quando alguém fazia anos punha-se uma mesita com uns bolitos e ali ficávamos. Então no Verão! (...). Aqui não há sitio e estamos

mais afastados(...). Aqui para ir à rua tenho que descer três andares e depois subir, isso já custa e lá em baixo era só por o pé fora da porta e estávamos na rua (...). Depois olhe acabou! (...). Sinto muitas saudades disso tudo.”
(p.3, 6, 7)

E4, Cristina Ribeiro, 67 anos, reformada, Caminho
“*Aqui damo-nos bem, mas não nos vemos tantas vezes. Lá bastava vir à porta e logo passava uma vizinha e lá ficávamos a conversar, depois aparecia outra e era assim! Lá havia mais contacto, aqui às vezes passamos dias sem nos ver. Lá fazíamos às vezes umas patuscadas na rua com os vizinhos mais próximos e ali ficávamos depois...era diferente. Por isso é que digo que tenho saudades (...). Dávamo-nos todos bem como uma família (...). A coisa que ainda me custou mais foi uma senhora muita amiga, muito amiga, amiga do peito mesmo que foi para a Boba, isso é que me custou mais (...).(Aqui) relacionamo-me na mesma, uns moram aqui, outros moram ali abaixo noutra prédio, mas, claro que já não é a mesma coisa que lá. Conversamos, mas cada um está mais em sua casa, falta aquele espaço que era nosso, das pessoas do bairro, onde estávamos e falávamos. Lá estávamos mais na rua, até cozinhávamos na rua quando fazíamos grelhados e já vê... estamos mais visíveis (...). Aqui estamos mais escondidas, não estamos tanto na rua. Às vezes a vizinha do lado está doente e a gente não sabe. Lá, eu quando saia uns dias, quando ia à terra, dizia para não ficarem preocupadas se não me vissem, porque ia estar fora dois ou três dias (...), aqui podemos sair que já não se nota. Já é normal estarmos sem nos ver dois, três ou até mais dias. É diferente!”*
(p.4, 5, 6)

E6, Guilhermina Costa, 62 anos, empregada doméstica, Caminho
“*Sim, claro que agora umas estão aqui e outras foram para outros prédios mais afastados, já não estamos como lá em baixo. Lá estávamos todos perto, num salto estávamos uns ao pé dos outros e das janelas viamo-nos. Aquilo era uma rua e claro que viamo-nos mais vezes (...). Mas claro que é diferente, aqui mesmo que a gente se veja já não é a mesma coisa. Aqui as pessoas do prédio vejo, agora à outras que vejo menos, mas às vezes vemo-nos e falamos bem. Aqui também é mais difícil de nos encontrar, porque aqui à mais gente a morar, há mais ruas, há mais cafés ... isto é maior, lá era só a rua e pronto.”*
(p.4)

E3, Maria Rebelo, 35 anos, doméstica, Casal
“*(...)Por isso, é que tenho saudades lá de baixo. Aqui passo semanas sem ver alguns vizinhos. Há pessoas que se enfiam dentro de casa e pouco saem. Lá em baixo juntávamo-nos todas,*

íamos para o sol. Lá em baixo chamávamo-nos umas às outras para irmos para a rua, ou para junto da casa de alguma. Lá, se formos a ver, era diferente, não passava lá tanta gente ou carros, aqui mal a gente sai estamos na estrada. Se houvesse aqui um parquezinho para nos entreter ... mas aqui não há nada! Uma pessoa sai, tem estrada. Lá em baixo não passava carros lá no meio. Lá estávamos até às tantas no meio da rua (...).Era diferente. Fazíamos festinhas, petiscávamos.”

(p.6)

O discurso seguinte é bastante elucidativo no que se refere às sociabilidades, às solidariedades e intensidade das relações existentes no anterior espaço residencial, em particular quando é referido com entusiasmo que o Natal e Ano Novo eram passados “entre vizinhança”, algo que actualmente é feito apenas no âmbito da família e, por isso mesmo, sentido como uma perda. O discurso desta entrevistada é eloquente quanto à existência anterior de uma “unidade de vizinhança” com base em laços sociais do tipo comunitário, onde as relações interpessoais face-a-face, relações de interdependência e os laços afectivos eram vividos num espaço circunscrito e delimitado. Neste depoimento, percebemos que o bairro era sentido como algo exclusivo dos seus habitantes, funcionando, de certa maneira, como um “condomínio privado”. A saudade das convivências e sociabilidades mais intensas, reflecte que o realojamento não permitiu manter esse tipo de relacionamentos.

E8, Margarida Carvalho, 47 anos, empregada doméstica, Casal

“Nem se compara! É como lhe digo, agora é bom dia, boa tarde e pouco mais. Mesmo quando nos encontramos na escada é raro ficar a falar. Não é como lá em baixo, quando passo lá lembro-me daquilo tudo (...). Era o sitio onde estivemos e vivemos muitos anos. A casa era uma barraca, mas aquele convívio, tudo junto, era bom (...). Foi ali que fizemos amigos e amizades (...). Aqui damo-nos bem, mas lá em baixo não tinha comparação. Lá em baixo juntávamo-nos quase todos quando havia festas de anos e isso, uma levava uma coisa, outra levava outra, era uma alegria (...). (O Natal e Ano Novo) era como se fosse uma família, era quase tudo junto. Combinávamos umas levavam umas coisas, outras levavam outras, fazíamos os assados cá fora e lá estávamos até às tantas da manhã. Aqui cada um passa dentro de casa com a família. Eu passo aqui sozinha mais os meus filhos. Tenho saudades dessas coisas. Às vezes quando estava mau tempo montávamos um toldo grande e pronto (...). Aqui, cada um mete-se na sua casinha (...). Aqui não há o espaço para estarmos, lá tínhamos a rua, sabe aquilo no fundo era nosso, não é! Aquela rua era praticamente das pessoas de lá (...), aqui não, a rua é mais de passagem, não há confiança para estarmos lá e por mesas e

cadeiras (...). Aqui estou muito mais tempo em casa. Aqui falta a rua, o largo para estarmos (...) e depois umas ficaram aqui e outros foram para outros prédios (...). (Lá), quando alguém precisava de coisas para a comida e não tinha vinha pedir à vizinha, ou se precisasse de arranjar alguma coisa em casa havia sempre gente para ajudar.”
(p.2, 3, 4)

Todos os discursos anteriores de forma natural descrevem formas de relacionamentos passados que servem, no fundo, para expressar e admitir que actualmente o relacionamento entre vizinhos é mais distante, menos intenso e, acima de tudo, cordial.

Os relacionamentos tipo comunitário que existiam no(s) anterior(es) bairro(s) além de serem evocados e recordados por quem gostava e sente saudades desse modelo relacional são, também, referenciados por quem não participava e “alimentava” activamente esses tipos de relacionamentos (E5, E7). Estas entrevistadas, embora não tivessem estes relacionamentos tão intensos com a vizinhança no anterior bairro, considerando-se pessoas mais reservadas, admitem, no entanto, a existência de relacionamentos intensos no seio do anterior espaço residencial, reconhecendo, também, que muitos desses laços foram rompidos na sequência do realojamento e que alguns sentiram de maneira mais intensa essa ruptura.

E5, Carminda Capelas, 43 anos, cabeleireira, Casal

“Quero dizer, agora já não vejo muito as pessoas lá de baixo. Nesse aspecto, agora, as pessoas vêm-se menos, pois os prédios estão mais afastados (...). Se calhar as pessoas agora já não se dão tanto, nem se juntam como antigamente (...). Mesmo aqui na escada não há muito a mania de se conversar(...). Chego a estar quase um mês sem ver alguns vizinhos. As pessoas estão mais em casa. Aqui também já há algumas pessoas de idade que já não vão tanto à rua, custa descer e subir escadas (...). Mesmo lá em baixo não me dava assim com muita gente, tirando com uma vizinha ou outra (...). Eu continuo a fazer a minha vida e eles a deles. Não comunico assim muito com ninguém. A única pessoa com que eu me dava mais e que ainda tenho contactos moravam lá no bairro, mas não vieram para aqui. Sabe é o meu feitio. Nunca fui pessoa de estar ali na rua em conversas. Nem tinha tempo para isso, pois trabalhava. Lá havia um casal ou outro com quem falávamos mais, mas pouco mais (...). Havia (patuscadas), mas eu não gostava disso. É o meu feitio que não é muito disso, chegava a casa fechava a porta e pronto. Nunca fui muito habituada desde pequena nesses ambientes, mas havia lá pessoas que gostavam e faziam patuscadas na rua e estavam muito na rua na conversa. Acho que essas pessoas sentiram um bocadinho quando saíram de lá, pois aqui já não se pode fazer isso.”

(p.4, 8)

E7, Maria da Cruz Pina, 63 anos, reformada, Casal

“Havia algumas que não trabalhavam e tinham tempo para isso e outras gostavam muito de estar na conversa com esta e com aquela, eu é que não tinha também muito feitiço para isso (...). Havia lá vizinhos que andavam sempre por ali na conversa, nos petiscos e assim (...). Nunca tive muito esse hábito e também não tinha muito tempo para andar nessa vida (...). Falávamos com as pessoas, não nos dávamos mal com ninguém, mas não éramos daqueles que andavam sempre por lá na conversa (...). Acho que a essas pessoas custou-lhes mais que a mim a mudança (...). (Aqui) é uma relação normal. Não há problemas entre nós. É uma relação de boa educação, mas não há grandes convívios. Aqui cada um está na sua casa, na sua vida e quando nos vemos cumprimentamo-nos, bom dia! boa tarde! e às vezes conversamos um bocadinhos (...). Não tenho assim saudades. Gosto desta casa que é melhor, gosto do sítio, embora seja um bocadinho mais barulhento, e como, também, não convivia assim muito, não tenho nada para ter grandes saudades lá de baixo.”

(p.4, 5, 6)

Quando tentamos perceber se actualmente existe algum hábito em frequentar a casa dos actuais vizinhos do prédio ou de antigos vizinhos do bairro que foram realojados noutros prédios, percebemos que esse tipo de convívio e relacionamento é praticamente inexistente, não sendo o espaço privado habitacional um local privilegiado para relacionamentos e convívios, ou um espaço alternativo à rua, esse sim, o espaço preferido e congregador das sociabilidades e relações de vizinhança. A rua é agora um local “anónimo” e de “todos” ao contrário da anterior, onde o espaço exterior é essencialmente privado, isto é, quase exclusivo dos habitantes do bairro. Também a morfologia deste realojamento ao fomentar a distância física entre antigos vizinhos acaba por dissuadir os eventuais encontros.

Esta realidade, reforça o que já tínhamos percepcionado anteriormente relativamente a um certo esvaziamento e distanciamento relacional após o realojamento. Este “novo” modelo relacional emergente que se traduz por um maior fechamento e isolamento social, é observável quando em muitos depoimentos se percebe que esse não era o modelo relacional dominante antes do realojamento.

Actualmente, apenas as visitas de carácter familiar são referenciadas por algumas entrevistadas.

E1, Maria Isabel Magalhães, 52 anos, reformada por invalidez, Caminho

“Não sou uma pessoa de receber muitas pessoas, nem nunca fui; nem de andar na casa das outras

peessoas. Habituei-me a estar praticamente sozinha. A não ser os meus irmãos que quando se juntam e vêem ver a minha mãe (...). (No bairro) tinha muito mais (contactos). Talvez fosse mais a casa uns dos outros, mas falávamos até mais na rua. (...). Havia pessoas que passavam mais tempo na rua que em casa (...). Lá até tinha mais contacto com os meus irmãos, aqueles que eram de lá. Os miúdos eram pequenos e havia festas de anos. Juntávamo-nos mais (...).

(p.4, 8)

E2, Ilda Pinto, 57 anos, cozinheira, Caminho

“Não! Não! Sabe, mesmo lá em baixo eu não era assim de ir a casa de ninguém, era mais na rua que estávamos. O convívio era mais na rua. Gostava de falar e estar na rua. E depois grelhávamos as nossas coisinhas lá fora na rua. Era muito bonito, agora aqui não dá. Ir a casa delas não vou. Só vou a casa da minha irmã que mora lá em baixo (...). Aqui não há convívio. Cada um na sua casa (...). Pronto, como estamos mais longe umas das outras, não dá jeito ir a casa delas e depois voltar para aqui (...). Às vezes elas dizem para aparecer lá em casa, mas não. Acho que a distância ajuda um bocadinho (...). Não é o mesmo que lá em baixo. Lá estávamos mais na rua e víamos logo quando alguém passava, aqui não (...). Aqui já estive doente três vezes nem eles vieram cá (...). Nem se sabe (...).

(p.3, 6)

E4, Cristina Ribeiro, 67 anos, reformada, Caminho

“Falamos mais na escada ou na rua quando nos encontramos, mas ir para casa uns dos outros nem por isso (...). Lá tinha mais gente a ir (a casa). Tinha as minhas amigas, os meus familiares que lá iam e depois eu tinha sempre alguma coisinha para lhes dar, pois tinha a minha hortinha, a minha criação. Aqui às vezes trazem-me um miminho e eu digo que não tenho nada para dar. As pessoas não me visitam para eu lhes dar alguma coisa, mas pronto gostava de dar (...). (Aqui) falta a rua, porque era na rua onde convivíamos mais. Lá no bairro era um espaço nosso, não é como aqui. Lá conversávamos mais, mas também não era em casa, era mais na rua ou no quintal (...). Era mais fácil para nos encontrar, porque passávamos todas pelo mesmo sitio. Aqui é mais difícil, porque nos desencontramos mais. Sabe, lá recebia mais visitas, porque convidávamos para um almocito, mas aqui como estou mais doente das pernas já tenho mais dificuldades e também aqui nesta casa não tenho tanto espaço.”

(p.4, 6)

E6, Guilhermina Costa, 62 anos, empregada doméstica, Caminho

“Não recebo visitas. Só família. Aqui não vem ninguém, nem vou para casa delas. Só se estivermos

doentes é que vamos ver se estão bem ou mal e se precisam de alguma coisa. Aqui falamos mais quando nos encontramos na escada, perguntamos se está tudo bem e às vezes conversamos um pouco mais. Aqui damos-nos bem, por isso temos esses cuidados. Havia lá algumas pessoas que iam a casa desta ou daquela, mas eu pelo menos não tinha esse hábito (...). Falávamos mas era mais na rua, aí é que falávamos e estávamos mais uns com os outros, agora em casa não muito.”
(p.3, 5)

E8, Margarida Carvalho, 47 anos, empregada doméstica, Casal
“Não há esse hábito. Até tenho aqui vizinhos no prédio que viviam ao pé de mim. Acho que aqui dá mais para estar em casa. Lá em baixo, é como lhe digo tínhamos a rua, o ponto de encontro era o largo e estava sempre lá gente. Sabíamos que encontrávamos lá as pessoas. Era tipo uma reunião. Não era tanto ir a casa desta ou daquela, mas era mais encontrarmo-nos na rua. Aqui vamos para a rua, mas é para fazermos a nossa vida, não é para estar. Por isso, metemo-nos na nossa casinha.”
(p.3)

O depoimento seguinte, embora ilustre e confirme o que foi referido em outros registos, acrescenta um ponto relativamente à convivência entre a vizinhança actualmente. Todos os meses, todos os inquilinos do prédio pagam uma “quota” que serve para que todos os anos se organize um convívio em casa de um deles. Este facto, embora nos parece como um caso isolado no contexto do realojamento, não deixa de ser interessante, revelando, por um lado, que a relação entre vizinhos é boa e, por outro, que existe um esforço para manter alguma proximidade relacional que é reconhecida como menor após o realojamento.

E3, Maria Rebelo, 35 anos, doméstica, Casal
“Cada um está agora no seu canto. De vez em quando ainda vou a casa de uma vizinha ou outra, ou elas vêm cá, mas é poucas vezes. Já não tem haver com o que era lá em baixo. Lá tínhamos a rua, até nos encontrávamo-nos mais era na rua. Aqui cada um faz a sua vida. Quando nos vemos é bom dia, boa tarde, como estás, estás melhor e mais nada. Cada um mete-se dentro de casa e acabou (...).Pagamos uma quota todos os meses e ao fim do ano na minha casa ou na casa de outro juntamo-nos e convivemos. A malta reúne-se toda e pronto, é uma maneira de nos juntarmo-nos, de estar um pouco mais juntos.”
(p.5, 6)

O que foi descrito até ao momento, mostra que o realojamento (e o modelo de realojamento) provocou uma ruptura com antigas formas de relacionamentos e sociabilidades, sendo estas,

actualmente, menos intensas, onde predomina um maior isolamento social e um maior fechamento sobre o espaço doméstico.

A tendência pós-realojamento para este fechamento sobre si próprio e sobre a casa, no qual os relacionamentos e os espaços de convivência são esvaziados e banidos das rotinas diárias, acabam por reduzir as interações aos cumprimentos e diálogos circunstanciais derivados da simples condição de vizinho. Os encontros que outrora eram sistemáticos e muitas vezes prolongados são, agora, encontros mais esporádicos e ocasionais.

Este “novo” modelo relacional não parece, no entanto, algo que agrada de sobremaneira à maioria das entrevistadas; daí termos verificado uma saudade e nostalgia das anteriores sociabilidades, com as quais muitas delas tendem (continuar) a identificar-se.

A constatação de um esvaziamento relacional, agora menos intenso e menos afectivo, parece-nos tão interessante como enigmática, para mais, quando ao longo das entrevistas realizadas não detectámos a existência ou ocorrência de tensões ou conflitos graves entre vizinhos. Ou seja, o esvaziamento relacional parece suceder devido, essencialmente, ao tipo de realojamento (sua morfologia dispersa) e ao novo espaço residencial exterior (ruas inseridas numa malha urbana e já habitadas por outros residentes).

Muitos dos discursos anteriores evocam a rua como o grande espaço de convivência e de relacionamento. Na verdade, o espaço exterior (rua, largo) nos anteriores locais de residência parece-nos algo que se perdeu irremediavelmente depois do realojamento e algo que não conseguiu encontrar substituto, seja nas “novas” ruas, seja nos “cafés”. O “café” é um local que não parecia fazer parte do hábito do quotidiano das entrevistadas enquanto residiam no anterior bairro. Talvez, por isso, o “café”, enquanto espaço de estar e de convivência não surja como um local preferencial para as entrevistadas, que não o elegem como “espaço de sociabilidade”.

E1, Maria Isabel Magalhães, 52 anos, reformada por invalidez, Caminho

“Pois, lá está aqui só podemos ir para o café. Lá tínhamos a rua. Era mais engraçado (...).

A rua aqui é só para andar.”

(p.6)

E3, Maria Rebelo, 35 anos, doméstica, Casal

“Quando vamos bebemos o café e vimos logo embora. Aqui há muitos cafés, mas não puxa para estar lá. Não me sinto à vontade, lá está, acho ... não sei, é um sitio que entra toda a gente.”

(p.7)

E8, Margarida Carvalho, 47 anos, empregada doméstica, Casal

“Nunca tive o hábito de ir para o café, mesmo lá em baixo, nem acho que muita gente daqui vá.

O café não é a mesma coisa.”

(p.4)

A rua surge como um espaço muito importante para a maioria das entrevistadas. Se é verdade que em muitos dos bairros degradados as habitações precárias, exíguas e pouco confortáveis não proporcionam condições atractivas para a permanência no seu interior e, assim sendo, convida à saída para os espaços exteriores é, igualmente, verdade que a rua não é apenas dessas pessoas, pois, também, algumas das entrevistadas que referiram que tinham boas casas no bairro dão conta desse espaço como um ponto importante para a interacção e relacionamento social.

A força da rua nos anteriores espaços residenciais, sendo uma constante nos discursos anteriores, fornece-lhe uma importância extrema na estrutura de todo o bairro: quer como espaço privilegiado e estratégico para o encontro e convívio, onde se conversa e se está; quer como espaço potenciador da proximidade física (e social), permitindo que se desenrolem trocas e transacções de bens e afectos entre a rede de vizinhança; quer como local onde se realizam algumas actividades domésticas (preparação de refeições, ...).

A intensa vida de rua e a importância que se lhe dá torna-a num “espaço único”, comum a todos, que permite desenvolver e fortalecer uma vivência comunitária centrada na “unidade de vizinhança” e acenta na convivência e entreajuda.

A grande valorização dos espaços exteriores no anterior local de residência por parte da maioria das entrevistadas é sem dúvida uma variável importante para se perceber a identidade residencial positiva para com os bairros, para mais, quando estes não eram muito grandes e muito populosos; nem bairros com uma matriz “étnica” e “cultural” diversificada, pois os seus residentes eram quase na totalidade nascidos em Portugal. A coexistência de indivíduos social e culturalmente homogêneos e com valores idênticos é sem dúvida preponderante para a emergência de uma forte coesão de grupo, que acaba por se ir reforçando com a residência conjunta e o relacionamento de vários anos.

A vida muito centrada num determinado espaço físico, ou seja no bairro, onde se permite uma unidade de vida colectiva de base e onde se aglutina algumas dimensões da vida quotidiana como o lazer, o convívio familiar e as redes de relações sociais, acaba por potenciar um estilo de vida, de certo modo, circunscrito a limites geográficos e sociais muito definidos, mesmo quando alguma da população é obrigada a algumas deslocações como, por exemplo, as relacionadas com a actividade profissional³³. O enraizamento local, com pouca necessidade de mobilidade e a (sobre)valorização

³³ A reduzida mobilidade espacial é em certa medida visível ao longo das entrevistas, onde denotamos uma certa contenção relativamente ao espaço de mobilidade, muito centrado no(s) bairro(s) e no espaço próximo (Brandoa e Colina do Sol/Alfornelos).

dos laços de vizinhança são factores que, de alguma maneira, determinam um autofechamento social e espacial em redor do espaço residencial, acabando por esse espaço (em particular o exterior) ter uma grande preponderância na vida da maioria desta população.

Não conseguimos identificar ou perceber nas entrevistas se estas dinâmicas de implementação territorial e social serão, de alguma maneira, estratégias ou formas de compensação relativamente aos processos de exclusão sócio-económica e de segregação espacial que eventualmente possam recair sobre estes locais e obviamente sobre os seus residentes, mas percebemos através dos depoimentos anteriores e nos dois seguintes, que o desenvolvimento de uma rede social densa entre os seus habitantes, como a intensidade das relações no interior dessa rede, é motivo para que sete anos após o realojamento ainda se note de forma evidente um apego (e saudade) por essas formas de relacionamentos e sociabilidades.

E3, Maria Rebelo, 35 anos, doméstica, Casal

“Temos aqui vizinhos lá de baixo que viviam ao pé de nós, mas tenho saudades, porque muitos não estão aqui, foram para outros bairros e as que estão na Brandoa estão noutras ruas e pronto dispersa-nos. Lá estávamos todos juntos, aquilo era um bairro pequeno, em que todos se conheciam e dávamo-nos bem e então isso faz ter saudades. Aqui moramos longe umas das outras e já não temos onde nos encontrar.”

(p.7)

E4, Cristina Ribeiro, 67 anos, reformada, Caminho

“Sabe que nestes bairros pequenos constroi-se muitas amizades, estamos mais próximos uns dos outros. Nós ficamos como uma família.”

(p.2)

O actual espaço residencial ao não favorecer a continuidade dessa expressão relacional, contrapõe um modelo que favorece o anonimato e a limitação da comunicação interpessoal e, desse modo, o enfraquecimento dos laços e relações de vizinhança. No fundo, um modelo com as características dominantes do modo de vida urbano.

São exactamente estas características relacionadas com a diluição da vida comunitária que parecem evidentes no presente realojamento. Tal realidade, pressupõe que foi o próprio processo de realojamento que desencadeou processos que induziram rupturas nas anteriores formas de relacionamentos pois, ao desfazer antigas, estáveis e sólidas “unidades de vizinhança”, fez, conseqüentemente, relações de vizinhança intensas.

Embora este realojamento, como já referenciamos, tenha abrangido apenas dois núcleos residenciais clandestinos e não um conjunto de população oriunda de múltiplos espaços degradados como é vulgar acontecer em muitos realojamentos sociais, algo que, por vezes, potência a emergência de conflitos, delinquências, marginalidades, mau-ambiente e sentimentos de insegurança entre residentes, a realidade é que este facto não foi suficiente para perpetuar antigas sociabilidades. Quase todos os discursos referidos até ao momento, muito centrados no(s) anterior(es) bairro(s) e no seu espaço exterior (a rua), permitem concluir que a morfologia do realojamento surge como factor determinante para as rupturas relacionais e para a emergência de novas formas de relacionamentos.

A visão que nos é dada pelas entrevistadas, é de que a ausência actual desses espaços exteriores vividos de forma intensa; o aspecto morfológico / espacial do realojamento (disperso por várias ruas); e o modelo habitacional pouco estimulante para o desenvolvimento de interacções sociais (verticalização habitacional), surgem como aspectos inultrapassáveis para que se consiga repor as antigas convivalidades e as sociabilidades intensas.

Os “efeitos específicos do espaço” actual (Rémy, 1994) conjugado com a ausência das especificidades do espaço residencial anterior, na qual a habitação unifamiliar e a rua se embriçavam e fundiam como um *continuum* estimulando as interacções sociais face-a-face, parecem-nos ser o grande motivo para o actual esvaziamento relacional e consequentemente para o maior isolamento social. A morfologia urbanística do anterior espaço residencial, no qual as habitações unifamiliares com saída directa para a rua transformam esta última como um prolongamento da habitação, à qual se acede facilmente e rapidamente, acaba por permitir uma maior abertura da vida doméstica à vida comunitária.

E1, Maria Isabel Magalhães, 52 anos, reformada por invalidez, Caminho

“Lá como as portas eram todas viradas para a rua, algumas vezes estávamos à porta e víamos as pessoas que passavam e falavam. Ficávamos um bocadinho a conversar, aqui é diferente! (...) Aqui não me vou pôr à porta não é?! (...) Num prédio estamos mais dentro de casa, parece que o prédio afasta mais, não deixa perceber tanto o que se passa. Aqui encontramos-nos por acaso. E a rua também é diferente, é só carros, não há tanto espaço, nem para os miúdos. Lá podiam andar na rua, andar de bicicleta no passeio, jogar às escondidas (...). Lá tinham a rua. Era mais engraçado. mesmos os jovens gostavam também daquele ambiente. Era mais saudável.

A rua aqui é só para andar.”

(p.6)

Este depoimento, além de demonstrar, mais uma vez, a importância da rua como ponto fundamental para a concretização de sociabilidades e relacionamentos, mostra-nos como a morfologia habitacional no anterior espaço residencial (as casas com saída directa para a rua) é um aspecto que permite a esse espaço exterior ter grande importância no “moldar” de um estilo de vida comunitário e consequentemente nas interações constantes entre vizinhança.

Talvez este facto pareça redutor para explicar o actual esvaziamento relacional, pois o realojamento ao ter mantido junto alguma da anterior vizinhança, poderia possibilitar a continuação dos anteriores tipos de relacionamentos, ou eventualmente a reconstituição do mesmo tipo de laços com outros vizinhos do prédio, ou até de prédios próximos, mas os depoimentos anteriores não vislumbram essa possibilidade, permitindo, antes, observar um maior fechamento sobre o espaço doméstico / familiar, um maior isolamento social e uma menor intimidade entre vizinhos. Esta nova realidade é visível nos relacionamentos existentes, onde predominam os encontros ocasionais e esporádicos, e nos quais os discursos circunstanciais, educados e de certo modo formais pelo facto de se ser (bom) vizinho parecem ser “inquebráveis” de forma a possibilitar uma maior aproximação. É neste contexto relacional que acaba por se impor uma ética residencial de distanciamento, muito própria e comum no modelo de coabitação urbana, onde a sobrevalorização do espaço privado (espaço doméstico) se contrapõe à maior desvalorização dos espaços exteriores próximos (ruas, largos, quarteirões,...), que acabam, como é dito no último depoimento, por ser espaços “só para a andar”.

Se parece crível que a “cultura de bairro” necessita de “pontos nodais de interação social” (Leeds cit in: Antunes, 2001), neste caso a “rua”, de modo a potencializar, quer um sentimento de pertença ao lugar, como formas de relacionamentos mais intensas, a verdade é que fora destes “ambientes de bairro” os ditos “pontos nodais” deixam de existir, ou pelo menos deixam de ter a importância e o significado que detinham anteriormente no anterior espaço residencial.

De modo a explicitar o que temos vindo a descrever, recuperamos, agora, alguns trechos discursivos das entrevistadas, que nos demonstram algumas diferenças entre o actual e o anterior espaço residencial e como a mudança de espaço afectou e alterou estilos e hábitos de vida, em particular os relacionais.

“Lá podia grelhar na rua e aqui não, nem tenho varanda.”(E3); “Aqui para ir à rua tenho que descer três andares e depois subir, isso já custa e lá era só por o pé fora da porta e estávamos na rua.”(E2); “Aqui estou cá em cima no 3º andar, lá estava logo na rua mal saia de casa.”(E3); “Lá bastava vir à porta e logo passava uma vizinha e lá ficávamos a conversar, depois aparecia outra e era assim!”(E4); “Lá em baixo chamávamo-nos umas às outras para irmos para a rua, ou para junto da casa de alguma.”(E3); “Lá havia mais contacto, aqui às vezes passamos dias sem nos ver.”(E4); “Já é normal estarmos sem nos ver dois, três ou até mais dias. É diferente!”(E4); “Aqui passo semanas sem ver alguns vizinhos. Há pessoas que se fecham em casa e pouco saem.”(E3); “Cada um está agora no seu canto.”(E3); “Aqui encontramos-nos por acaso.”(E1); “Aqui quase não vemos as pessoas”(E1); “Aqui cada um faz a sua vida (...). Cada um mete-se em casa e acabou.”(E3); “Agora é bom dia e boa tarde e pouco mais.”(E8); “Aqui estamos mais escondidos, não estamos tanto na rua. Às vezes a vizinha do lado está doente e a gente não sabe.”(E4); “Se por exemplo havia uma pessoa que se sentia mal bastava queixar-se um bocadinho que a vizinha do lado ouvia e ia logo socorrer. Aqui não!”(E1); “(Lá) quando alguém precisava de uma coisa nós ajudávamos (...), ou se precisasse de arranjar alguma coisa em casa havia sempre gente para ajudar.”(E8); “Agora estou mais longe das pessoas com quem me dava mais.”(E2); “Uns ficaram cá em cima outros foram mais lá para baixo. Não nos encontramos tanto.”(E1); “Fazíamos os nossos petiscos, os grelhados, conversávamos. Tínhamos na rua bancos, mesas. Sentávamo-nos a comer todos na rua.”(E2); “Fazíamos umas festazitas, petiscávamos.”(E3); “Lá fazíamos às vezes umas patuscadas na rua com os vizinhos mais próximos e ali ficávamos depois.”(E4); “Lá em baixo, estávamos cá fora das casa mais tempo. À noite quando estava bom tempo sentávamos na rua (...) e ali ficávamos a conversar e às vezes a comer.”(E2); “Lá estávamos até às tantas no meio da rua.”(E3); “O (Natal e Ano Novo) era como se fosse uma família, era quase tudo junto (...). Aqui cada um passa dentro de casa com a família.”(E8); “Foi ali que fizemos amigos e amizades.”(E8); “(Aqui) não há sitio e estamos mais afastados”(E2); “Falta aquele espaço que era nosso, das pessoas do bairro, onde estávamos e falávamos.”(E4); “O ponto de encontro era o largo e estava sempre lá gente. Sabíamos que encontrávamos lá as pessoas.”(E8); “Falávamos era mais na rua, ai é que falávamos estávamos mais umas com as outras, agora em casa não muito.”(E6); “Lá estávamos mais na rua, até cozinhávamos na rua.”(E4); “Lá se formos a ver, era diferente, não passava tanta gente ou carros.”(E3); “Se houvesse aqui um parquezinho para nos entreter... mas aqui não há nada!”(E3); “(...) havia lá pessoas que gostavam e faziam patuscadas na rua e estavam muito na rua na conversa (...). Acho a essas pessoas sentiram um bocadinho quando saíram de lá, pois aqui já não se pode fazer isso.”(E5); “Aqui vamos para a rua, mas é para fazermos a nossa vida, não é para estar. Por isso, metemo-nos na nossa casinha.”(E8).

Se a verticalização da habitação parece um obstáculo ao inter-relacionamento, também, a morfologia do próprio realojamento, isto é, ser um realojamento disperso por várias ruas inseridas numa malha urbana já existente e de certo modo consolidada, parece ser um factor de grande

importância para que esse inter-relacionamento seja afectado. Não só, porque a própria morfologia do realojamento afasta as pessoas mas, também, porque o novo espaço residencial ao localizar-se num “continuum urbano” e de certa maneira ser em “habitat aberto” – sem limites geográficos definidos a não ser os limites administrativos da freguesia – onde residem muitos outros indivíduos, originando este facto uma maior sensação de dispersão, anonimato e autonomia, onde é mais difícil encontrar e ser encontrado, ver e ser visto.

Este modelo de realojamento disperso desvincula, em grande medida, o sentimento de comunidade residencial local contida num determinado espaço geográfico bem definido (e reduzido), como acontecia nos espaços residenciais anteriores, em favor de uma rede relacional tendencialmente mais aberta e alargada na qual o controlo social e pessoal, característico das relações próximas e de tipo comunitário, tem tendência para não ser tão evidente. O depoimento seguinte é demonstrativo como o aumento da densidade populacional na área residencial e o uso menos concentrado de espaços e equipamentos permite ao “outro” ser menos visível, recorrendo a sua vida sobre um maior anonimato.

E6, Guilhermina Costa, 62 anos, empregada doméstica, Caminho

“Lá estávamos todos perto, num salto estávamos ao pé dos outros e das janelas viamo-nos. Aqui as pessoas do prédio vejo, agora há outras que vejo menos (...). Aqui também é mais difícil de nos encontrar, porque aqui há mais gente a morar, há mais ruas e cafés ... isto é maior, lá era só a rua e pronto.”

(p.4)

Este sistema mais aberto, no qual a proximidade territorial tem tendência a deixar de ser a base fundamental para a proximidade física e afectiva, e onde a mobilidade possibilita deambular sobre o território dissociando o espaço da vida quotidiana e o espaço de formação de referências, são algumas das características das áreas urbanas onde existe uma forte componente populacional (e habitacional). Esta realidade dominante em meio urbano opõe-se, como temos vindo a observar, aos espaços residenciais relativamente pequenos, em que os limites físicos bem definidos desses espaços potenciam “unidades de vizinhança” concentradas, ligadas por formas de relacionamento próximas, laços afectivos intensos e relações de interdependência de várias ordens (materiais e simbólicas).

A falta de um espaço físico bem definido onde o intenso uso do espaço exterior (ruas, largos,...) permita a reprodução das anteriores “unidades de vizinhança”, parece ser um factor de “desorganização” dos laços sociais de tipo comunitário para a maioria desta população, que habituada ao longo de muitos anos a redes de sociabilidades concentradas em redor da vizinhança

próxima não vê neste tipo de realojamento a possibilidade disso voltar a acontecer. É exactamente este sentimento, que permite perceber que um hipotético realojamento num bairro social, apenas com a população oriunda dos anteriores bairros clandestinos, seja algo bem aceite pela maioria das entrevistadas.

A ideia de um reagrupamento num bairro de habitação social edificado exclusivamente para a população que residia nos bairros de Alfoanelos é algo que agrada a muitas das entrevistadas, que reconhecem que desse modo antigas sociabilidades e formas de relacionamentos poderiam provavelmente ser continuadas.

A receptividade perante esta possibilidade, (re)confirma a ideia de que um espaço residencial não muito grande e confinado a limites físicos bem definidos, que evite a dispersão geográfica de determinados vínculos afectivos e relacionais (familiares e de vizinhança) e que viabilize uma “unidade de vida colectiva” que possibilite o desenvolvimento de uma rede social densa, é algo ainda muito enraizado no imaginário de muitas entrevistadas. É neste sentido, que o “habitat aberto” - que permita uma maior multiplicidade de relações não tão confinadas ao espaço próximo; uma maior mobilidade espacial; um aumento de possibilidades de escolha e opção no que se refere aos espaços de lazer e consumo; uma maior dispersão do espaço de actividades que, dessa forma, impossibilite de maneira tão clara uma observação directa do “outro”; e um maior centramento no espaço doméstico e familiar, no fundo características dominantes em contexto urbano, onde a associação quase imediata entre o conceito de vizinhança e o conceito de comunidade têm tendência a perder força - é observado e sentido por alguma desta população como um espaço onde o estilo de vida se opõe ao seu de muitos anos e ao qual se tem alguma dificuldade em habituar. O hábito de uma vivência de dezenas de anos muito centrada no local de residência leva, de certa maneira, a preferir-se um estilo de “comunidade tradicional” onde a dispersão e a mobilidade não têm o significado e a importância que a “vida urbana” lhes confere. Talvez devido a isso, um espaço próprio e com uma base espacial bem definida, que poderia ser um bairro social, seja visto como um “bom” espaço residencial, capaz de reagrupar e de perpetuar anteriores formas de sociabilidades e estilos de vida, desde que esse espaço fosse apenas constituído com a população oriunda dos dois bairros clandestinos³⁴.

E1, Maria Isabel Magalhães, 52 anos, reformada por invalidez, Caminho

“Acho que era bom, pois ficávamos juntos e já nos conhecíamos. Se fosse assim era bom, mas lá está, se viesse outros de outros bairros não sei se queria. Por exemplo a Boba tem pessoas de vários bairros, das Fontainhas,... e isso já era diferente! Prefiro assim como estou.”

³⁴ O porquê deste desejo de “exclusividade residencial” será analisado no capítulo seguinte.

(p.8)

E2, Ilda Pinto, 57 anos, cozinheira, Caminho

“Ai, isso é que era bom. Ficava contente. Ficávamos outra vez juntas (...). Assim não (me importava de viver num bairro social), porque conhecia toda a gente e não havia ninguém de outros lados.

Se fosse gente conhecida era bom, porque ficávamos mais juntas.”

(p.9)

E3, Maria Rebelo, 35 anos, doméstica, Casal

“Bom, sempre era melhor que ir para um bairro com muita gente desconhecida (...). Se calhar, como já estávamos habituadas a estar juntas e como tínhamos uma rua ou um largo mais nosso (...). Assim, ficava tudo junto e podíamos manter o mesmo tipo de vida mais de rua (...). Pelo menos viamo-nos mais de certeza.”

(p.9, 10)

E4, Cristina Ribeiro, 67 anos, reformada, Caminho

“Se eles dissessem que iam construir um bairro e que as pessoas do Caminho de Alfovelos e até do Casal iam todas para esse bairro era melhor. Assim, talvez preferisse. Se as casas fossem boazinhas como estas era engraçado, porque ficava tudo mais junto e continuávamo-nos a ver com mais frequência ... até era giro!”

(p.7)

E8, Margarida Carvalho, 47 anos, empregada doméstica, Casal

“Se fosse só com as pessoas que a gente conhecesse ... está bem. Então se calhar até era melhor que assim, porque estávamos mais perto uns dos outros (...). Sabe, como era um sitio que era só nosso, nós estávamos mais à vontade para fazermos as nossas coisas (...). Se houvesse um espaço jeitoso, acho que não passávamos tanto tempo em casa.”

(p.5)

E6, Guilhermina Costa, 62 anos, empregada doméstica, Caminho

“(…) Se calhar estávamos mais próximos, viamo-nos mais vezes. Pronto, aqui vejo mais as que moram aqui, mas outras pessoas que moram lá mais para baixo ou lá para cima vejo menos. Estamos mais longe, por isso é normal não nos vermos tanto (...). Se fosse um bairro só connosco era como lá em baixo, vivíamos todos no mesmo sitio e viamo-nos mais. Eu como disse nem era daquelas pessoas que andavam sempre na rua, mas se calhar havia muita gente que se assim fosse mantinha a mesma vida. Eu gosto de estar aqui, por isso acho que não mudava agora, mas se em vez de termos vindo para aqui fossemos para um sitio onde ficasse tudo junto não me importava. Só não queria que fosse um bairro com gente vinda de outros bairros, isso não.”

(p.7)

Como podemos observar, a ideia de um realojamento num bairro social que reagrupasse esta população era bem aceite por estas entrevistadas, sendo que o “ajuntamento” permitiria relacionamentos e estilos de vida semelhantes aos anteriormente vividos. Este facto, é também confirmado por duas das entrevistadas (E5, E7) que, embora, preferindo o actual realojamento, concordam que um realojamento num bairro social acabaria, possivelmente, por permitir um tipo de vida semelhante àquele que se vivia anteriormente.

E5, Carminda Capelas, 43 anos, cabeleireira, Casal

“Eu prefiro assim, mas acho que as pessoas acabariam por fazer a mesma vida, porque continuavam juntas e a ver-se na rua. Se calhar a diferença é que lá no bairro não era prédios e as pessoas gostavam de se sentar à porta a falar umas com as outras. Era mais fácil as pessoas verem-se. Num bairro social ou até aqui as pessoas já não estão tanto na rua, se calhar desligavam-se mais um bocado, mas se fosse um bairro só conosco as relações não se alterariam tanto como agora.”

(p.9)

E7, Maria da Cruz Pina, 63 anos, reformada, Casal

“Se as pessoas ficassem na mesma juntas, possivelmente as relações tinham-se mantido mais. Eu prefiro assim, e se fosse para um bairro social fazia a minha vidinha na mesma. Nunca fui muito de convívios e de falar, mas se tivéssemos todos ido para um bairro se calhar a vida era mais igual à lá de baixo.”

(p.7)

Percebemos até ao momento que é o realojamento em si – sua morfologia e modelo habitacional – um dos responsáveis pelo actual esvaziamento relacional e pelo desmantelamento de antigas relações de vizinhança. Dizemos um dos responsáveis, porque, mais uma vez, podemos observar que a ausência de algumas especificidades do anterior espaço residencial condiciona os actuais relacionamentos. Uma dessas especificidades eram as pequenas hortas e os “espaços agrícolas”, que para além de terem uma função económica – subsidiária do rendimento familiar - e de lazer, acabavam por ter uma função social, funcionando como espaços “âncora” de solidariedades e sociabilidades entre vizinhança. Ir pedir à vizinha algum bem relacionado com a alimentação que não se tinha em casa no momento, era algo habitual nos bairros. Este hábito para além de reforçar o espírito de entreatajuda e as interdependências entre vizinhança, estimulava, igualmente, os contactos e as interações. Assim, a ausência deste espaço específico no pós-

realojamento acaba por ser, igualmente, uma razão para que o contacto social entre vizinhos seja menor actualmente.

Se o desmantelamento de anteriores vizinhanças e a menor confiança com os actuais vizinhos pode ser uma justificação para a quase inexistência desse tipo de solidariedades (E2), também, os maiores encargos financeiros actuais (E3) e a maior proximidade de lojas e supermercados (E8), são referenciados como hipóteses para que essas trocas sejam agora menos intensas.

E1, Maria Isabel Magalhães, 52 anos, reformada por invalidez, Caminho
“(...) Eu não sou pessoa disso (...), mas havia pessoas que iam a casa uma das outras pedir qualquer coisa; uma batata, salsa, sal, sei lá! Aqui é mais a minha vizinha do r/c que vem quando lhe falta qualquer coisa. Algumas pessoas ainda têm esse hábito, mas acho que é menos. Sabe, lá havia pessoas que tinham hortas e tinham umas batatas, umas couves e então quando alguém não tinha ia pedir aos vizinhos.”
(p.6)

E2, Ilda Pinto, 57 anos, cozinheira, Caminho
“Sim lá em baixo fazíamos isso, mas aqui não. Os vizinhos daqui não são os mesmos de lá, não tenho tanta confiança e sei lá ... parece também que não dá tanto jeito descer as escadas para isso. Lá em baixo às vezes ia buscar alguma coisa à vizinha ou vinha ela e ficávamos a conversar se tivéssemos tempo.”
(p.7)

E3, Maria Rebelo, 35 anos, doméstica, Casal
“Se não tinha uma cebola ia pedir à outra, outra não tinha uma cabeça de alhos vinha pedir a mim, ou pedir um bocado de azeite ... Sim, lá era mais assim, aqui não há tanto. De vez em quando uma vizinha ou outra vem pedir esparguete ou arroz, mas já não é tanto como era. Lá em baixo dizíamos: Ah! esqueci-me de comprar isto ou aquilo e então para não irmos comprar íamos pedir a uma vizinha (...). Lá em baixo não pagava renda, nem tinha tantos gastos, portanto, se calhar, um pacote de arroz e essas coisas não faziam tanta falta. Aqui como se gasta mais, essas coisitas já não se pode dar tanto. Eu acho que as pessoas pensam assim. Como agora se gasta mais, as pessoas já não têm tanto à vontade para pedir. E depois, o meu marido semeava lá umas coisas e então como sabiam que tínhamos umas batatas, umas cebolas, uns tomates, umas nabiças e assim, as pessoas quando não tinham iam pedir (...). Aqui já não posso dar, tenho que comprar.”
(p.6, 7)

E5, Carminda Capelas, 43 anos, cabeleireira, Casal

“Eu nunca tive (esse hábito), tinha lá uma mercearia perto e se não tivesse alguma coisa ia lá buscar. Nunca tive esse hábito, mas havia pessoas que faziam isso. Algumas, se calhar, porque não tinham dinheiro, outras, porque pronto gostavam disso e sempre falavam mais um bocado.”
(p.8)

E6, Guilhermina Costa, 62 anos, empregada doméstica, Caminho
“Eu sinceramente nunca tive o hábito, quando não tinha ia comprar ou remediava-me e agora é igual, mas havia lá vizinhas que sim era hábito, pronto já estavam habituadas, umas pediam alguma coisa que não tinham, depois outras pediam outras ... era assim.”
(p.6)

E8, Margarida Carvalho, 47 anos, empregada doméstica, Casal
“Quando não tínhamos desenrascávamo-nos e íamos pedir a uma vizinha, aqui não. Lá pedíamos para emprestar uma cebola ou uma batata. Sabe, lá embora houvesse na zona lojas e supermercados, não estava tanto à mão como aqui. Aqui, pronto, não é preciso ir à vizinha, temos aqui perto lojas, por isso vamos lá. Lá às vezes não dava muito jeito sair para ir comprar e então pedíamos para emprestar.”
(p.4)

Se o presente realojamento, efectuado de forma dispersa, alterou formas de relacionamentos e de convivialidades, não tendo o actual “espaço público” a força ou a importância do anterior sendo, antes de mais, um local de passagem e não um local de se estar, a verdade é que este realojamento trouxe uma novidade na forma de habitar para esta população, isto é, o habitar num prédio colectivo. Residir num prédio colectivo trouxe consigo a novidade da partilha de espaços comuns, bem como a sua preservação e gestão.

Não tendo a autarquia uma grande intervenção (e verificação) no edificado, intervindo apenas no que respeita à sua manutenção, são os inquilinos que “à sua maneira” tentam gerir e preservar o espaço comum, fazendo, inclusive, quando necessário, pequenas reparações sem recorrer aos serviços camarários. Apenas num dos edifícios, deparámos com a existência de uma administração semelhante à dos condomínios de prédios em propriedade horizontal e no qual se paga uma mensalidade para cobrir alguns encargos necessários. Nos restantes, a preservação e gestão é feita de forma individual, isto é, realizada sem critérios definidos, ficando a limpeza da escada (o cuidado principal) por conta de cada um. Esta “consciência individual” - que em certos casos leva a acordos informais entre vizinhos para a manutenção e limpeza de um espaço que é de todos os residentes do

prédio - é um facto que faz emergir alguma, pouca, conflitualidade entre vizinhos, pois alguns deles não cumprem, ou nem sempre cumprem, com os cuidados de higiene e limpeza da escada.

Embora, no geral, a relação entre vizinhos seja boa e os prédios sossegados, é exactamente a existência de algum desrespeito pelas normas de higiene relativamente ao espaço comum que faz emergir alguns discursos com tons mais acusatórios ou recriminatórios. Estas acusações não são, no entanto, muito intensas, ofensivas ou particularizadas, sendo a identidade dos visados, quase sempre, preservada. Este facto, demonstra que apesar de algumas recriminações relativamente a certos comportamentos existentes, não existem, no entanto, conflitos abertos ou declarados entre vizinhos de modo a desqualificá-los através de discursos dirigidos de forma directa e precisa. Neste sentido, as acusações existentes a este nível acabam por ser, essencialmente, uma forma de adquirir uma identidade sobrevalorizada de si relativamente àqueles que não cumprem com as obrigações.

E1, Maria Isabel Magalhães, 52 anos, reformada por invalidez, Caminho
“O único barulho que há são às vezes os miúdos, mas isso é normal, nem é nada de especial. Às vezes à noite como está mais sossegado é que se ouve mais, de resto não. As pessoas comportam-se bem. O pior é as limpezas que ninguém quer fazer. Na entrada toda a gente entra, somos doze inquilinos, mas a não ser eu e a minha vizinha mais ninguém limpa. Limpam a parte delas, mas a entrada não. Acham que não passam lá nem sujam. Devem entrar a voar. Mas tirando isso, a escada está arranjada. Não estragam. Aparecem às vezes umas beatas, mas pronto! (...). Desde que a gente veio para cá a Câmara só veio isolar o prédio, porque havia pessoas aqui que tinham muita humidade, mas não achei que resultasse muito. De resto nunca vi cá ninguém a ver se o prédio estava bom”.
(p.8, 9)

E3, Maria Rebelo, 35 anos, doméstica, Casal
“Dá-se tudo bem. Cada um mete-se nas suas casas, não há barulhos, é um bom prédio (...).A limpeza, quem mora em cada andar limpa o seu. Toda a gente limpa. A escada está sempre limpinha. As pessoas têm cuidado em não estragar, em tentar ter a porta lá de baixo sempre fechada, não fazer barulho na escada (...). Logo no início, quando viemos para cá na Câmara foi feita uma reunião para tipo eleger os administradores dos prédios. E todos os anos há um administrador, o ano passado foi o meu marido. Acho que assim é que deve ser para percebermos como está o prédio e para o estimarmos. Mas acho que a Câmara não vem cá ver nada. Se houver algum problema avisamos e eles vêm, caso contrário não (...). Vieram cá ao principio duas vezes ver se estimávamos a casa e pronto (...). No Casal da Boba é quase todas as semanas que vão às casas. Eles aqui até se esquecem, como não há quase problemas (...). Pagamos

uma quota de 5 euros por mês, caso por exemplo se avarie a porta, ou para mudar de lâmpadas. Aquele chão lá em baixo fomos nós que o pusemos. Se for coisas grandes, canos ou telhado ai é a Câmara que arranja. Isto no fundo é deles e nós pagamos a renda, mas acho que devemos estimar ao máximo.”

(p.5, 6, 11, 12)

E2, Ilda Pinto, 57 anos, cozinheira, Caminho

“Barulho é mais no 1º Esq. De vez em quando á guerra lá entre eles e é o cão às vezes a chorar. Mas não há problemas entre nós. Aqui quase toda a gente trabalha e pouca gente está cá durante o dia (...). (A limpeza), cada um lava a sua parte. Ainda estava a dizer ao meu marido que preciso de a lavar. Nós aqui temos o nosso asseio. O senhor entrou e viu que não está suja. Eu como tenho aqui a escada cheia de plantas como viu, tenho que ter mais cuidado, porque suja-se mais. Mas de um modo geral as pessoas têm cuidado e não estragam nada (...). Houve uma altura que marcaram para vir ver as casas para ver como elas estavam. Na altura o meu marido ainda estava a trabalhar e ficou meio dia em casa, mas elas vieram e nem entraram. Eu falando por mim trato bem da casa, não preciso que cá venham ver, mas as outras casas não sei. Mas as casas como são da Câmara, se calhar de vez em quando deviam vir ver se as pessoas têm cuidados.”

(p.7, 8)

E4, Cristina Ribeiro, 67 anos, reformada, Caminho

“Impecável, não há qualquer problema, nem zaragata, nem barulho. É um prédio calmo. É como lhe digo, já nos conhecemos quase todos à muitos anos e damo-nos bem (...). Eu limpo, mas já sabe que não somos todos iguais, uns têm mais cuidados que outros, mas pronto. Sabe que quanto mais para baixo mais está suja, porque passa mais gente, mas eu acho que as pessoas também devem ter alguns cuidados para evitar sujar e que as pessoas devem ter alguns cuidados a limpar. Se cada andar dividir a limpeza entre si não custa nada, só que há pessoas que não ligam. Eu aqui, pronto, está sempre limpa, porque tenho cuidado e claro, porque não passa aqui quase ninguém.”

(p.6)

E5, Carminda Capelas, 43 anos, cabeleireira, Casal

“No prédio não há problemas e as pessoas dão-se bem e não estragam. Limpamos a escada e procuramos ter cuidados. Havia aqui uma ... coitada que já saiu, que viviam naquela miséria e depois quando vieram para uma casa podiam ter um bocadinho de mais gosto e asseio, mas não. Tinham um bocado falta de higiene, havia sempre aquele cheirinho. Depois vinham para aqui os netos e também sujavam a escada. Infelizmente acho que foram despejadas,

porque não pagavam as rendas.”

(p.7)

E6, Guilhermina Costa, 62 anos, empregada doméstica, Caminho
“*É como lhe digo, aqui damo-nos todos bem (...). É um prédio sossegado. Só os miúdos é que às vezes andam aí na brincadeira e fazem barulhos, mas de resto ... eu também já os tive e sei como é (...). (Relativamente às limpezas), algumas limpam, mas também há quem seja um pouco desleixado e suje um pouco. Aqui no patamar limpamos. Se cada um limpar a sua parte isto está sempre limpo, mas pronto cada um sabe de si. Também não me vou chatear por causa disso (...). Se for preciso alguma coisa para o prédio telefonamos para lá (Câmara) e pronto. Ainda à uns tempos precisámos de uma fechadura, nunca mais vinham pô-la e então pusemos entre todos.”*

(p.5, 9)

E7, Maria da Cruz Pina, 63 anos, reformada, Casal
“*É um prédio sossegado (...). Limpeza, às vezes há aí um ou outro que se descuida, é uns papeis no chão, às vezes umas beatas, mas cada um é como cada qual ... é a educação. Se não deitam na casa deles coisas no chão, acho que não deviam deitar na escada. Eu aqui com a minha vizinha do lado, é uma semana cada uma a limpar, nos outros patamares não sei como é, mas aqui em baixo ninguém lava, ninguém, ninguém! Eu como não sou criada de ninguém, também não vou lá limpar. Mas pronto, tenta-se o melhor possível (...). A Câmara o ano passado pintou o prédio por fora, mas se vêm cá ver dentro das casas não sei. Aqui nunca vieram.”*

(p.5)

E8, Margarida Carvalho, 47 anos, empregada doméstica, Casal
“*Aqui as pessoas são calmas, não andam às turras, não há barulhos e as escadas estão sempre limpas, temos cuidado. Cada um lava a sua parte. Uma vezes lavo eu, outras vezes lava a vizinha. Como todos limpam, não há sujidades (...). Quando há algum problema nós avisamos e eles (os funcionários da Câmara) vêm cá. De resto, também não há problemas, porque não estragamos nada. O prédio como vê está bom. Ninguém estraga ou suja.”*

(p.5)

3.5. O realojamento disperso *versus* o realojamento em bairros sociais: Vantagens, desvantagens ... e ainda as sociabilidades

Recordando, sucintamente, o que foi anteriormente dito sobre o presente realojamento ...

E4, Cristina Ribeiro, 67 anos, reformada, Caminho

“Damo-nos bem e continuamos amigos, já não estamos é tantas vezes juntos .Estamos mais metidos em casa. Lá quando saia, sabia que havia de encontrar alguém por ali, aqui saio, entro e sou capaz de não ver ninguém.”

(p.5)

... percebemos que ele embora tenha possibilitado uma melhoria das condições habitacionais para a maioria da população, não permitiu manter os mesmos tipos de relacionamentos intensos e solidários; enfraquecendo, dessa maneira, as relações e vínculos de vizinhança. O aspecto morfológico e espacial do realojamento contribuiu, em boa parte, para esse enfraquecimento dos laços sociais tipo comunitário, muito acentados num espaço próprio e comum. Este “localismo” com uma base espacial definida e conseqüentemente com uma “unidade de vizinhança” concentrada, permitia o reforço e o fortalecimento de uma comunidade residencial em torno de elos primários particularmente sólidos que acabaram por perder essa força com o realojamento disperso, efectuado numa zona (alargada) habitacional – em várias ruas da Brandoa, numa malha urbana já existente – tipo “habitat aberto”, onde os limites geográficos mais difusos contrariam o que sucedia no anterior espaço residencial.

A análise feita até ao momento, permite referir que o próprio conceito de bairro encerra em si uma carga simbólica que o identifica com um espaço plenamente identificável, tanto pelos limites geográficos, como pelas sociabilidades que são geradas internamente. É neste sentido que o bairro se afirma como um espaço específico, quer em termos sociais e relacionais, como em termos urbanísticos ou paisagísticos (mesmo que em situações clandestinas e degradadas).

É a dispersão actual do anterior núcleo de vizinhança que permite perceber a ideia de um hipotético reagrupamento num bairro social edificado exclusivamente para os residentes dos anteriores bairros clandestinos. Esta hipótese seria bem aceite pois, segundo muitas das entrevistadas, esse bairro social permitiria, provavelmente, continuar antigas formas de sociabilidades, ao mesmo tempo que impediria um certo isolamento social e um maior fechamento no espaço doméstico. Estes sentimentos actuais permitem concluir que o presente realojamento

coloca um acento tónico nas práticas individualizadas por oposição às acções colectivas vividas anteriormente.

Perceber a preferéncia por parte das entrevistadas por um dos (dois) tipos de realojamento social era para nós importante pois, para além de esta ser uma população que poderia ter sido realojada num bairro de realojamento social (como foi uma parte da população que também residia no Casal e Caminho de Alfoanelos), esta é, também, uma população que sendo realojada desta forma dispersa, poderia identificar e referenciar quais as vantagens (e/ou desvantagens) deste realojamento relativamente a um bairro de habitação social.

Quando retirada a hipótese de um bairro social apenas com os residentes dos anteriores bairros, a generalidade das entrevistadas dizem preferir o modo como foram realojadas, isto é, preferem este realojamento disperso ao realojamento num “tradicional” bairro de realojamento.

A ideia de residir num bairro social conjuntamente com população oriunda de outros bairros clandestinos e degradados é algo que não seria do agrado das entrevistadas. Um dos motivos para que esse desagrado seja tão declarado, deve-se, sem dúvida, ao facto do(s) anterior(es) bairro(s) onde residiam não terem problemas de maior no que se refere a violências, marginalidades ou delinquéncias, algo que já tínhamos percepcionado anteriormente. A ausência destas realidades anómicas, mas a percepção que elas existem noutros bairros degradados, potência uma melhor apropriação do espaço residencial (em particular o exterior), permitindo esse facto valorizar a componente relacional, bem como construir uma identidade positiva para com esse espaço residencial. É deste modo, que percebemos que um bairro, embora clandestino ou degradado, pode ter uma imagem e uma representação social positiva por parte dos seus residentes, sendo que a avaliação positiva no que se refere à sua ambiência social é muito importante para a construção dessa representação.

Ao identificar-se positivamente com o espaço, a sua apropriação tem tendência a ser mais satisfatória, pois a apropriação no sentido de “tomar para si” exprime uma relação de agrado e de bem-estar.

A (quase) ausência de comportamentos anómicos nos bairros possibilitava exprimir uma agradabilidade para com eles, que para além de permitir uma boa ambiência social entre residentes, possibilitava ainda que essa imagem e representação positiva se estendesse para fora dos bairros, não se considerando que estes tivessem “má imagem” ou fossem “mal afamados” entre quem vivia próximo ou os conhecesse.

E1, Maria Isabel Magalhães, 52 anos, reformada por invalidez, Caminho
“*Não, não era um bairro com esses problemas graças a Deus. Ali não havia pretos. Não havia nada dessas coisas. Aquilo era, como costumamos dizer quase uma família. Eram tudo quase pessoas lá daquela zona de Lamego e não sei o quê. Só quase para o fim é que dois rapaziões que eram excelentes pessoas se meteram na droga, mas também nunca deram problemas. Era um bairro calmo, que não tinha nada haver com outros tipo a Azinhaga.*”
(p.5)

E3, Maria Rebelo, 35 anos, doméstica, Casal
“*Aquilo era tudo gente séria que ali morava. Eram pessoas que trabalhavam honestamente, não era como muitos desses bairros por aí que é só drogas e pessoal a roubar. Era um bairro que nunca teve má fama, nem teve vandalismos. Nunca se falou num assalto ou que tenham feito mal a uma pessoa (...). Mas agora está diferente, porque as pessoas saem e as casas não as mandam logo abaixo, ficam ali em pé (...), pronto já lá se mete droga. Aproveitam as casas vazias e ocupam. Agora do que ainda há lá já não tem nada haver. Antigamente era um bairro cinco estrelas, não havia cá dessas malandragens. Se for à Câmara, eles dizem logo que o casal era um bairro que não dava problemas. E era também um bairro em que não havia sujidades, nem lixos. Dentro das possibilidades estávamos sempre a lavar e a varrer as ruas. Olhe, só para ver que não havia problemas, havia pessoas que chegavam a dormir na rua no Verão, quando estava calor. Punham as mantas e ali ficavam de noite, e nunca houve problemas.*”
(p.7, 8)

E4, Cristina Ribeiro, 67 anos, reformada, Caminho
“*Não, nunca houve problemas a esse nível. Nós íamos à terra um mês e nunca nos assaltaram a casa, nem nada. Era um bairro calmo, onde ninguém fazia mal a ninguém. Andávamos à vontade e até podíamos ter as portas abertas. Não tinha nada haver com bairros tipo o da Azinhaga. Na Azinhaga já não era assim, havia lá muita droga e muita gente nos assaltos. Era outro mundo! O nosso bairro não tinha má fama, nem andava nas bocas do mundo.*”
(p.9)

E5, Carminda Capelas, 43 anos, cabeleireira, Casal
“*(...)Tinha um bom ambiente, nunca tive problemas, não tinha assim uma imagem negativa do bairro. Não havia aquelas coisas que muitas vezes há noutros, nem era um bairro mal afamado. Sabe, era um bairro com muitas pessoas do norte, não havia gente de outros países. Foi um bairro que*

se formou com pessoas lá de cima e foram pessoas que nunca saíram de lá.. Podiam sair e vender as casitas, mas não, por isso, não havia ali quase ninguém de cor e depois não foi um bairro que não cresceu como os outros (...) por isso ,não foi um bairro que recebeu pessoas vindas de outros países. Foi por isso, um bairro com bom ambiente, em que todos se conheciam. Só ultimamente, como já disse, é que o ambiente mudou um pouco, houve uns miúdos mais novos que ficaram mais galdérios e chamaram para lá outros de fora, mas antes disso não. Não tinha nada haver com outros daí.”

(p.11)

E6, Guilhermina Costa, 62 anos, empregada doméstica, Caminho

“Nunca dei conta disso lá, mas acho que não, porque não ouvia falar (...). Era um bairro muito calmo. Os meus filhos brincavam ali junto à porta(...). Era um bairro sossegado, até diziam que era o bairro mais sossegado daqui. Tomara muitos outros bairros e não só bairros clandestinos serem assim sossegados. O nosso maior receio era o pessoal da Azinhaga dos besouros, mas nunca houve problemas.”

(p.5, 6)

E7, Maria da Cruz Pina, 63 anos, reformada, Casal

“Sentia, sentia (segura). Olhe deixava sempre lá a roupa no quintalzinho a secar e nunca me roubaram nada. Nunca! Era um bairro pobre, mas sem violências, isso é verdade. Nada que se compare com outros bairros por ai (...). Havia lá umas coisitas de drogas como há em todo lado, mas não havia problemas...fechávamos os olhos. Ali que eu saiba nunca houve roubos ou violências.”

(p.8)

E8, Margarida Carvalho, 47 anos, empregada doméstica, Casal

“Era um bairro muito calmo. Não havia problemas desses, até deixávamos as chaves na porta e às vezes a porta aberta, veja bem! Se fosse outro tipo de bairro não fazia isso. Ali estava à vontade. Onde é que aqui deixamos a porta aberta e vamos para a rua?! As pessoas lá conheciam-se, por isso não iam assaltar as pessoas e de fora também não vinham, porque as pessoas sabiam logo quem era de lá, ou não.”

(p.6)

Este último discurso para além de ir ao encontro dos anteriores, salienta uma dimensão típica e específica dos bairros pequenos e fechados sobre si, que é a dimensão da segurança. Como podemos verificar, são os próprios residentes do bairro que no seu quotidiano efectuam o controlo e a

vigilância, observando quem é ou não do bairro e as movimentações no seu interior. Esta realidade acontece, porque estes espaços para além de se fecharem sobre si não oferecem, de um modo geral, situações ou locais que sejam “visitados” por quem é de fora dos circuitos de relacionamentos.

Ora, é toda a envolvimento com o anterior espaço residencial e todo o conjunto de imagens e de representações positivas que se tem desse espaço que faz com que a possibilidade de se viver num bairro de realojamento social não seja do agrado das entrevistadas. Como podemos observar em alguns dos depoimentos, existe um discurso sobrevalorizado dos seus anteriores bairros relativamente a outros do mesmo género, como por exemplo o bairro da Azinhaga dos Besouros (um bairro degradado próximo de Alfornelos) e que se estende às próprias pessoas que habitam nesses bairros. Ou seja, para as entrevistadas as pessoas que residiam nos seus anteriores bairros eram “honestas” e “trabalhadoras” fornecendo, por isso, uma imagem positiva dos bairros para o exterior. Esta avaliação positiva sobre quem reside no bairro, como o seu “ambiente social” e o modo como ele é avaliado desde o exterior, além de poder ser observado como uma forma de reagir a um certo estigma por se viver num local degradado, é revelador de uma identidade colectiva positiva no que se refere ao seu espaço residencial. Toda esta construção não é apenas consequência de uma boa auto-avaliação do seu espaço social, bem como da percepção de como esse espaço é avaliado do exterior, mas, também, de uma desqualificação (social) de outros bairros clandestinos, vistos como problemáticos e nos quais residem indivíduos que (sobre)vivem de comportamentos desviantes que põem em causa não só a imagem desses bairros, como a segurança de toda a zona envolvente.

A percepção e o conhecimento que os bairros de realojamento social são receptores de indivíduos com comportamentos desviantes e de vários bairros clandestinos com má fama, bem como a representação e a imagem desses bairros, que é construída, essencialmente, através de notícias difundidas pelos *media* e do que se ouve dizer sobre o bairro do Casal da Boba – bairro social para onde foi residir parte da anterior vizinhança – provoca uma repulsa por estes locais de habitar, considerando-os locais indesejáveis e pouco seguros para se viver. A possibilidade de se viver num meio com mau “ambiente social” é para as entrevistadas não só negativo em si mesmo (maior insegurança) mas, também, porque viver num espaço assim é assimilar para as suas pessoas uma imagem negativa e estigmatizada. A assimilação que é feita entre um bairro problemático e os seus habitantes potencia a criação de uma imagem social negativa não somente do bairro, mas também em quem nele reside, arriscando-se uma imagem de marginal ou delinquente. Não sendo este o sentimento e a avaliação que as entrevistadas fazem de si próprias e do seu anterior espaço residencial, elas reflectem o receio que residir num bairro social é ficar conotado com drogas,

roubos, tráfico, *gangs*,... e, desse modo, absorver uma identidade negativa que os marginaliza e estigmatiza perante a “sociedade”.

Os discursos seguintes permitem verificar que existe uma forte correlação entre a imagem negativa de determinados espaços residenciais e uma imagem negativa de quem habita nesses espaços; ou melhor, que o processo de construção (ou destruição!) das identidades dos indivíduos é, nestes contextos, muito influenciada pelo espaço residencial, em particular quando este tem uma representação social negativa.

É neste sentido, que o actual realojamento realizado de forma dispersa pelas ruas da Brandoa é sentido como menos estigmatizante que um bairro de realojamento, não apenas devido a um eventual “ambiente social” negativo existente nesse tipo de bairro mas, também, porque o actual realojamento permite diluir os alojamentos numa malha urbana consolidada e lado-a-lado com habitações “não sociais”, o que segundo algumas entrevistadas até permite nem ter que dizer que se vive em prédios camarários. Neste caso, a miscigenação através do alojamento parece ser uma vantagem social para esta população.

Se recordarmos que a quase totalidade das entrevistadas disse anteriormente que gostaria de viver num bairro de realojamento social se este fosse apenas constituído pelas pessoas que viviam nos dois bairros clandestinos, concluímos que para esta população o estigma não se deve tanto ao “espaço físico” do bairro e à designação de “social” mas, basicamente, ao seu “espaço social”, quem faz parte desse núcleo residencial.

E1, Maria Isabel Magalhães, 52 anos, reformada por invalidez, Caminho
“Não sei. Num bairro (social) era consoante as pessoas que apanhasse. Não sei o que iria encontrar. Se encontrasse coisas assim ... muito fora do meu habitat de vivência se calhar até saia de lá (...).Eu quando comecei a perceber que vínhamos para aqui, ou íamos para o casal da Boba, disse logo ao meu marido que queria antes aqui (...). Tinha mais medo pelo ambiente e pelo tipo de pessoas. Está tudo muito junto. Há muitas misturas e já ouvi dizer que aquilo não é muito famoso. E depois dentro do bairro há sítios piores que outros. E lá até há esquadra! (...)Não tinha problemas (em viver num bairro social), desde que tivesse bons vizinhos. A vizinhança para mim, pronto...tem que ser boa e não levantar problemas. O ambiente é que tem que ser bom. Se começasse haver muitos assaltos e essas coisas é que era pior e não gostava. E um bairro assim fica logo com má fama. Isso preocupava-me, pois ficávamos todos marcados, mesmo as boas pessoas. É sempre assim! (...)Quando dizem que aquele ou aqueloutro mora na Boba, as pessoas ficam de pé atrás.”
(p.5, 8)

E2, Ilda Pinto, 57 anos, cozinheira, Caminho

“Prefiro assim, apesar de ter ficado longe das pessoas que me dava mais. Sabe, os bairros sociais mete malta de muitos lados. Pessoas desconhecidas que não sabemos quem são. Algumas vizinhas lá de baixo que forram para o bairro da Boba dizem mal daquilo. Não somos racistas, mas aquilo apanhou muita gente de outros bairros, tipo Portas de Benfica, 6 de Maio, Azinhaga (...). Os bairros sociais são feitos para pessoas de vários bairros e depois é muita confusão, muitas disputas, zaragatas. E depois há sempre pessoas que estão metidas em negócios esquisitos como droga, assaltos...essas coisas! (...) As pessoas se viverem num bairro desses têm logo mais má fama e são vistas de outra forma, e até podem não ter nada haver com essas podridões que há lá, mas se não a conhecermos e se ela disser onde mora ficamos de pé mais atrás. Acho que não há bairro social que não tenha má fama (...). Se eu dissesse que morava num bairro social, ui! Diziam logo, olha aquela mora naquele bairro. Estava marcada, mesmo que fosse boa pessoa”.

(p.8, 9)

Estes registos, tal como tínhamos referenciado anteriormente, são esclarecedores quanto à imagem dos bairros sociais e à “cruz” que se carrega por ter que dizer que se reside num desses locais. A representação social negativa destes espaços e a repercussão dessa negatividade nas suas pessoas é algo muito presente nestes depoimentos. Nota-se que estar ligado a estes espaços é estar ligado a comportamentos negativos e desviantes, mesmo que nada se tenha haver com esses comportamentos. O receio de se ficar associado à “má imagem” do local de residência é muito evidente nestes e nos depoimentos seguintes, pois essa absorção é sentida pelas entrevistadas como algo “automático”, ou seja, a demarcação do estigma e a construção de uma imagem positiva das suas pessoas torna-se muito mais difícil se residirem em locais com uma representação social negativa. Não se vivendo em locais “mal afamados” a imagem que se pretende reivindicar tende a ser mais facilitada, tal como mais facilitado fica o desejo de maior estatuto social. Ou seja, um estilo de vida contextualizado dentro de um determinado sistema de valores que se julgam ser pensados como dentro da “normalidade” e inseridos num espaço vivencial onde, passe a redundância, essa “normalidade” é “normal”, torna mais fácil a construção e a afirmação de identidades positivas. Ao observarmos muitos destes depoimentos, concluímos, então, que o não ter que dizer que se vive num bairro social facilita uma construção identitária positiva ao mesmo tempo que afasta o estigma de se residir num local com uma imagem socialmente desvalorizada. É deste modo, e na continuação dos depoimentos anteriores, que verificamos, nos discursos seguintes, que o actual realojamento estando disseminado pela freguesia e lado-a-lado com habitações do mercado privado, para além de inibir a construção de uma imagem negativa do espaço residencial, como dos

indivíduos que nele habitam, demonstra que o local de residência evidencia-se como um signo de demarcação e um objecto de comparação com o qual se pode superiorizar relativamente aos outros. Os discursos das entrevistadas acabam por revelar uma vantagem social desta localização residencial quando comparada com os bairros de realojamento, onde a segregação sócio-espacial e o estigma é muito evidente.

E2, Ilda Pinto, 57 anos, cozinheira, Caminho

“(Aqui) não, porque os prédios estão metidos entre os outros e não se nota nada. As pessoas nem se apercebem que estes prédios são as Câmara. Nós dizemos que vivemos na Brandoa. Se disséssemos que vivíamos por exemplo no Casal da Boba, as pessoas sabiam logo que morávamos num bairro. Olhavam-nos logo com outros olhos (...). Se fosse (num bairro social) só connosco, ficava contente (...), porque conhecia toda a gente e não havia ninguém de outros lados. O problema é vir gente de bairros com outros hábitos e com problemas ligados às drogas e violência.”

(p.8, 9)

E3, Maria Rebelo, 35 anos, doméstica, Casal

“Assim é melhor, porque num bairro social a nível de vizinhos é diferente, porque nesses bairros junta-se muita gente de vários lados e são muitas casas juntas só para realojar. Ai, como até vimos ali na Boba é pretos, é ciganos, é tudo misturado. É muita confusão e depois dá mau ambiente e muita zaragata. Aqui neste prédio já todos nos conhecíamos antes, nesses bairros misturam tudo e depois às vezes as coisas não correm bem. Eu não queria, nunca gostaria de ir viver para um bairro social. Acho que nisso tivemos muita sorte, porque embora já não esteja tudo junto, é mais sossegado e não estamos num sítio mau, com violências e coisas assim (...). Uma das vantagens é que as pessoas não dizem que moro num bairro social. Não é que eu diga mal dos bairros sociais, mas a verdade é que todos são mal vistos, por isso não gostava de viver num sítio mal visto. Vamos lá ver, eu não tinha vergonha de morar num bairro social, se eu vivi num bairro com casas de barracas e não tinha vergonha, também não ia ter vergonha de viver num bairro social. O problema é que esses bairros são mal frequentados. Muita gente que lá vive dá mau ambiente e má fama. Há problemas de drogas, pronto aquele bairro fica logo marcado (...). Há algum tiroteio, sabe-se logo e então o bairro ganha logo uma fama terrível. Isso lá em baixo não havia problema, era um bairro pobre, mas não havia ninguém que dissesse que ali havia drogas ou pessoas a viver disso. Pelo menos aqui, isto é um prédio que fica numa rua da Brandoa e não há cá isso dos bairros sociais, é um prédio, sim senhor, de realojamento, mas que nem se sabe; está aqui ao pé dos outros. Se houver aqui um problema não vão dizer que é do bairro social; é da Brandoa. Nós sabemos

que na Brandoa há droga, mas como há noutros lados.”

(p.9, 10)

E4, Cristina Ribeiro, 67 anos, reformada, Caminho

“Eu vou ser sincera, prefiro aqui. Até me deram a escolher e preferi ficar aqui na Brandoa, porque nos bairros sociais é uma grande mistura, vem gente de muitos lados, de todas as nações ... não gostava nada de morar num bairro desses. Há sempre muita malandragem e gente que não interessa. Ia para um bairro desses e se calhar tinha medo de sair à rua, não tinha confiança (...). Tinha mais receio, porque lá existe um tipo de gente que não inspira confiança e, por exemplo, andar à noite era mais complicado. Aqui ando à vontade, não tenho medo (...). Nesses bairros há sempre drogas e violências; não se pode estar à vontade. Drogas há em todo o lado, mas sabe-se que ela vem de determinados bairros, não vê a fama da Cova da Mora ou do 6 de Maio, pois ... é porque vive lá gente desses expedientes. Depois muitos saem dali para os bairros sociais e a pouca vergonha mantém-se, não muda. Por causa disso é que detestava viver num bairro social. Eu vejo e oiço como é que é! (...) Se fosse (um bairro) só com as pessoas daqui não nada de estigmas, nem vergonhas, porque era tudo boa gente. Agora se fosse num bairro como há muitos por aí, isso já não gostava.”

(p.7, 11)

E5, Carminda Capelas, 43 anos, cabeleireira, Casal

“Se tivesse o azar de ir para um desses bairros, preferia aceitar algum dinheiro que eles dessem (a Câmara) e ia comprar noutro lado (...). (Não gostava), principalmente pelos ambientes, porque as casas até podiam ser como esta. Saio de um ambiente mais ou menos só que de barracas e ir para um bairro desses, era ir para um ambiente pior, com ciganos e assim. Eu não sou mais que os outros, morava onde morava, mas não para certos sítios. Fazem bairros para meter lá gente de todo o lado e já se sabe, que há muitos bairros de barracas onde há muita delinquência, muita droga que depois vão para os bairros sociais. Lá por irem para casas novas não mudam (...). Nós sabemos que em muitos desses bairros é só drogas. Eu como nunca tive habituada a esses ambientes, o bairro onde morava era pequenos e não tinha nada disso, ia-me custar viver num bairro desses. E depois estamos aqui no meio da Brandoa, tal como muitas outras pessoas, o que nos dá um ambiente mais normal. Está um prédio aqui, outro ali e o ambiente não se torna como nesses bairros sociais. Aqui nem precisamos de dizer que vivemos em prédios da Câmara. Muita gente nem sabe que isto é camarário. Eu não tenho problemas em dizer, porque isto aqui é bom, mas se fosse num bairro já não sei, porque se calhar era um bairro mau, com drogas e violências (...). Só tinha (vergonha em dizer que vivia num bairro social) se tivesse mau ambiente e fosse mal falado. Se assim fosse, possivelmente evitava dizer que vivia num bairro desses. Aqui a Brandoa também tem assim uma fama ... mas era pior

antigamente, isto agora está muito mudado, tem andares novos e caros! (...) Eu não tinha problema em viver num bairro social, o problema é saber que muita gente que lá vive dá mau ambiente e má imagem. Nesses locais gera-se quase sempre um ambiente mau, muita zaragata, muita gente ligada a negócios escuros e depois é muita coisa num espaço só.. Houve pessoas lá de baixo que foram para a Mira e para a Boba e pelo que sei não gostam nada (...). Nesses bairros há de tudo e as pessoas boas levam por tabela, coitadas! São boas pessoas, mas pronto, como vivem conjuntamente com pessoas que dão má imagem ficam também elas mal vistas.”
(p.2, 3, 4)

E6, Guilhermina Costa, 62 anos, empregada doméstica, Caminho
“*Prefiro assim, Estou aqui bem. Os bairros socais não oferecem nada de bom, há sempre problemas. Sabe, são sítios feitos para toda a espécie de gente. Gente boa gente má, e depois dá mau resultado. Eu acho que tinha algum medo de viver num bairro desses (...). O ambiente é mau, existe maus vícios, muitas drogas ... olhe muitos problemas juntos. Prefiro estar assim, aqui estamos bem, é calmo. Temos aqui transportes, há um salão para idosos estarem a conversar, há também o convívio da igreja e depois há tudo aqui (...).Aqui damo-nos todos bem, não há problemas, Sinto-me cá bem (...). Somos pessoas iguais a todas que moram na Brandoa (...). O problema é que esses bairros têm muita gente a viver que não interessa e depois dão mau nome aos bairros (...). Se calhar até tinha (vergonha em dizer que vivia num bairro social) se fosse mal visto. Acho que as pessoas de bem não gostam de dizer que moravam em determinado sitio com má fama (...).Sou sincera, não gostava nada de viver num bairro social, olhe preferia continuar a viver no meu bairro, pobre ou não, era um bairro que não havia nenhum problema (...)*”
(p.6, 7, 8)

E7, Maria da Cruz Pina, 63 anos, reformada, Casal
“*Não, assim está-se melhor. Nos bairros sociais há muitas guerras, já vêm habituados daqueles bairros de barracas e depois fazem lá o mesmo. Os bairros sociais, quase nenhum é bom (...), Nesses bairros vem gente de vários bairros de barracas, depois juntam-se todos e ainda fica pior que os bairros de barracas, porque depois andam lá à porrada entre grupos ... para ver quem manda; é muita confusão. Sabe, eles vão para as casas novas, mas o tipo de vida não muda; é drogas, roubos ... prefiro antes assim, pois estou num sitio bom, calmo, sem problemas, tenho a praça perto ...(...).olhe, gosto muito deste sitio e estou aqui bem. Não há qualquer problema, andamos na rua à vontade, temos tudo à mão. Este realojamento, a meu ver, foi bom (...). Aqui estamos aqui no meio da Brandoa, no meio de tudo, tal como muita gente que mora aqui. Aqui somos todos iguais (...). Os bairros são sempre feitos em zonas longe das coisas, depois não há lojas e depois é como digo, a vida lá não interessa. São sítios sem muito interesse e mal vistos ainda por cima, porque existe lá porcaria e como as*

peçoas sabem disso, então são sítios logo mal vistos e onde as peçoas têm medo de ir. São bairros para onde toda a gente olha de lá. Aqui também há drogas, aliás há em todo o lado, mas é diferente, não é tão visível ... pronto é diferente!”
(p.6, 7)

E8, Margarida Carvalho, 47 anos, empregada doméstica, Casal

“Apesar de não estar tudo junto prefiro assim. Acho que esses bairros, pelo que oiço são mal frequentados. As peçoas que lá moram geralmente já vêm de sítios maus, com drogas e drogados e depois vão para lá outras de fora atrás disso. Nesses bairros vive gente que vem de muitos sítios, depois há violências, porrada, até mortos. Por isso, prefiro assim que é calminho e sossegadinho, aqui só moram peçoas lá de baixo que conhecemos. Não há confusões! (...) Aqui estamos mais perto das coisas, as lojas e assim estão mais próximas (...). Aqui à volta há tudo. Estamos mais perto de tudo. Também há muitas camionetas se precisarmos de ir a algum lado. Acho que no fim até tivemos muita sorte em não ir para um bairro social, pois é para onde mandam toda a gente. Os bairros sociais são sempre mal vistos e eu não gostava de viver assim num local mal visto (...). Quando se fala nos bairros sociais já se sabe, é quase sempre para dizer que correu alguma coisa mal, ou assaltos, ou mortos, ou violência (...). Cada um vive onde vive, mas se vivesse num bairro desses com problemas e mal falados se calhar tinha uma certa vergonha. Eu lá em baixo não tinha vergonha de dizer que vivia numa casa pobre, mas o bairro era impecável, não havia drogas, roubos, nem nada disso, por isso não me envergonhava de dizer onde morava.”
(p.5, 6)

Todos os discursos anteriores são bastante claros quanto à preferência pelo realojamento disperso. Na realidade, este realojamento acaba por ter uma representação bastante positiva junto das entrevistadas quando confrontado com a possibilidade de um realojamento num bairro social. Pese embora, o actual realojamento tenha desmantelado antigas relações de vizinhança e tenha produzido um tipo de relacionamento mais distante e menos intenso, baseado na ética da cordialidade, a realidade é que ele é bastante mais eficaz no que se refere à sua “imagem pública” quando comparado com os realojamentos em bairros sociais. Como tivemos oportunidade de observar nestes discursos, os bairros sociais são, na avaliação das entrevistadas, espaços desvalorizados socialmente, onde os estilos de vida relacionados com os comportamentos desviantes – marginalidade, delinquência e insegurança – ganham enorme preponderância no seu interior, repercutindo-se essas realidades na imagem do bairro no seu exterior. As avaliações e representações negativas ao atingirem os bairros no global, acabam, também, por estigmatizar os

seus residentes. Para além de uma insegurança interna que esta marginalidade fornece a muitos bairros sociais é, também, a facilidade com que se “rotula” negativamente estes espaços de habitar, que faz com que as entrevistadas prefiram este realojamento na Brandoa.

A transformação do alojamento em mercadoria permitiu que ele se convertesse em símbolo importante para caracterizar o nível social de cada um, por isso, segundo Teresa Barata Salgueiro (2001), o valor simbólico atribuído ao alojamento extravasa o seu conteúdo e estende-se ao espaço, ao bairro onde ele se localiza. Assim sendo, o conhecimento da morada fornece uma indicação sobre a posição social dos indivíduos que procuram obter as localizações que considerem condignas.

Na verdade, nos depoimentos, denota-se que o valor na escala de prestígio dos bairros de realojamento social tem maior relevância que a própria segregação espacial e as ausências de algumas infra-estruturas e serviços. O acento tónico dos depoimentos recai essencialmente no “mau ambiente” social que caracterizam muitos desses locais.

Toda esta representação negativa em redor dos bairros de realojamento, enfatiza a “sorte” de se ter sido realojado na Brandoa. Na verdade, o presente realojamento ganha simpatia e importância entre as entrevistadas, porque para além de não possibilitar a oportunidade de uma eventual experiência vivencial num bairro social com pessoas oriundas de outros bairros degradados e a (forte) possibilidade de se viver num “espaço de anomia social”, ele permite dissimular a sua condição de “social” ao disseminar-se pela freguesia da Brandoa. A difícil identificação imediata de realojamento social é algo que revela ser do agrado das entrevistadas. *“Aqui estamos no meio da Brandoa, no meio de tudo, tal como muita gente que mora aqui. Aqui somos todos iguais.”* Esta frase da entrevistada 7 é esclarecedora e ilustrativa de uma sensação de igualdade entre residentes, não existindo, assim, qualquer constrangimento derivado da condição de se viver num alojamento social; algo que podemos observar nas duas frases das entrevistadas 2 e 5: *“As pessoas nem se apercebem que estes prédios são da Câmara. Nós dizemos que vivemos na Brandoa”*; *“Muita gente nem sabe que isto é camarário.”* Ou seja, a rápida “rotulagem” ou “etiquetagem” a que os moradores dos bairros sociais estão sujeitos não acontece no presente realojamento, pois quando confrontados com o seu local de residência basta dizer que se vive na Brandoa.

Mesmo a eventualidade de existir alguns comportamentos desviantes na Brandoa, algo que as entrevistadas reconhecem que existe, essas realidades acabam por ser consideradas “normais”, pois existem do mesmo modo que em muitos outros lados, não sendo, por isso, um fenómeno específico do local, ou por si só estigmatizante.

“Que eu saiba não. Pelo menos não dou conta (...), mas se calhar também há por aí umas coisas, aliás onde é que não há? Infelizmente em todo o lado há drogas e assaltos, por isso, também é capaz de haver por aqui (...)”
(p.9)

E7, Maria da Cruz Pina, 63 anos, reformada, Casal

“Aqui também há drogas, aliás há em todo o lado (...). À noite também se vê umas drogas ai no jardim, mas pelo menos não há violências, nem desacatos.”
(p.7)

Percebemos através desta análise que a localização do alojamento é um factor importante para o estatuto residencial e social³⁵, pois o facto de poder dizer que se vive na Brandoa, como qualquer outro indivíduo que aí reside, contrasta com o estatuto desvalorizado que na generalidade é conferido a quem reside num bairro de realojamento social. Neste sentido, percebe-se a ideia da Teresa Barata Salgueiro (2001), no qual o valor simbólico do alojamento extravasa o seu conteúdo e estende-se ao espaço, ao bairro onde ele se localiza.

No presente realojamento, denotamos que a sua localização é sentida como uma mais valia para as entrevistadas, permitindo um maior estatuto, algo que seria mais difícil de obter caso se residisse num bairro social. Este sentimento de maior estatuto, como podemos verificar nos discursos seguintes, não está intimamente relacionados com o facto de as entrevistadas se considerarem superiores a quem vive em bairros sociais, mas pelo facto de exemplificar como o estatuto social inferior pode ser sentido pelo facto de viver (e ter que dizer que vive) num local com uma imagem pública desvalorizada, que acaba por desvalorizar, igualmente, quem lá reside, mesmo que seja “gente que faz a sua vida normal sem fazer mal”.

E2, Ilda Pinto, 57 anos, cozinheira, Caminho

“Eu sou uma pessoa igual. Tenho uma casa da Câmara como eles. Não sou mais por viver aqui, mas a verdade é que se vivesse lá (no bairro social) sentia-me inferior ... não gostava, porque há muitas coisas más lá que depois passa para nós. É como viver na Cova da Moura ou em Sta. Filomena, pode lá haver boas pessoas mas ... aquilo é tão mau e é tão mal falado que se lá vivesse

³⁵ É interessante observar que este sentimento de maior estatuto residencial não era tão evidente, e em alguns casos nada evidente, quando a comparação era feita com os anteriores espaços residenciais. Este facto, confirma que o “ambiente social” é mais valorizado que o “espaço físico”, mesmo que este seja actualmente mais qualificado. Ou seja, se é verdade que o anterior espaço residencial era um espaço degradado é, também, verdade que o sentimento positivo relativamente à ambiência relacional nesses locais permite, de certa maneira, atenuar a adversidade do “espaço físico”. Esta realidade, permite criar uma identidade residencial positiva com o lugar onde se reside, que justifica que o estatuto pode estar bastante relacionado com a ambiência social que se “respira” nos locais de residência.

sentia-me inferior. Acho que tinha vergonha de dizer que lá morava.”

(p.2)

E3, Maria Rebelo, 35 anos, doméstica, Casal

“Eu sou idêntica a muita gente que vive nos bairros sociais, porque nos bairros sociais vive muita gente que faz a sua vida normal sem fazer mal, mas tenho que dizer que não sou igual a muita gente desses bairros, porque lá está muita gente que vive das drogas, dou roubos, sei lá! Nesse ponto, acho que ... sei lá, sinto mais orgulho em viver num realojamento assim. Prefiro viver numa casa aqui que num bairro, porque há sempre aquela coisa de dizer que mora num bairro social. Acho que assim sinto-me um pouco mais valorizada.”

(p.11)

Neste contexto, podemos afirmar que o actual realojamento para além de preservar a condição social desta população não a fazendo sentir inferiorizada pelo facto de residir em alojamentos camarários, acaba, igualmente, por não tornar tão evidente a necessidade de se ter que distinguir dos que se consideram ter modos e estilos de vida pouco dignos ou comportamentos que não se enquadram nos “quadros de normalidade esperados”, como muitas vezes acontece nos bairros de realojamento social. Neste sentido, parece-nos que o actual realojamento não necessita de evidenciar ou exacerbar boas práticas vivenciais e relacionais de modo a possibilitar, quer uma valorização dos indivíduos, quer uma luta contra o estigma.

Se é um facto que o estigma do realojamento social não é notório no presente realojamento, o facto é que aquando do início do processo existiu alguma desconfiança e discriminação por parte de alguns residentes que habitavam perto destes prédios camarários. Este facto, sentido e admitido por algumas das entrevistadas não nos parece surpreendente, pois a ideia de qualquer realojamento social tem implícita uma negatividade que faz com que estes espaços de alojamentos não sejam bem aceites nas proximidades de alojamentos do mercado habitacional privado. Talvez este facto, tenha sido uma das razões para que durante muitos anos os bairros de realojamento tenham sido edificados em zonas isoladas, longe da promoção da habitação privada, de modo a não desvalorizar social e economicamente estas últimas. Esta segregação espacial perpetuada durante muito tempo e todo o estigma em redor dos realojamentos sociais, origina com alguma naturalidade resistências por parte de alguma população que não quer e não deseja residir próximo destes espaços. Ora, estas realidades foram testemunhadas por algumas entrevistadas que reconhecem que numa fase inicial alguma vizinhança não ficou satisfeita por saber que iriam ser edificados alojamentos sociais nas “suas ruas” para receber pessoas oriundas de bairros clandestinos. Esta insatisfação, desconfiança,

receio e alguma discriminação é resultado de uma “construção social” sobre os espaços residenciais degradados que, tal como os bairros de realojamento, é feita através de notícias, relatos e estórias sobre esses espaços e sobre quem nele habita que, de um modo geral, não são abonatórios. No fundo, esta população realojada sentiu, pelo menos numa fase inicial, algum estigma e discriminação devido ao facto de virem de um espaço degradado e socialmente desvalorizado.

E1, Maria Isabel Magalhães, 52 anos, reformada por invalidez, Caminho

“Houve aqui pessoas que ficaram com receio, porque nós vínhamos das ditas barracas. Tinham alguma desconfiança e faziam-se comentários, pois não sabiam como nós éramos. Pronto vínhamos das barracas e não sabiam o que as iam esperar. Se calhar se fosse eu fazia a mesma coisa. Mas depois viram que não havia problemas e que não era nada daquilo que tinham medo. Agora já nem se fala disso (...). Falo com as pessoas do prédio em frente e inclusivamente falo bastante com uma moça de outro prédio que conversa muito. Conheço várias pessoas que falam muito bem comigo.”

(p.9)

E2, Ilda Pinto, 57 anos, cozinheira, Caminho

“Ao principio olhavam ... assim um pouco de lado. Mas depois começaram a ver que as pessoas aqui do prédio não eram pessoas de andar aí a fazer guerra e a criar mau ambiente, nem a mandar lixo aí para a rua (...). Quando me viam às vezes diziam: “à mora aqui no prédio da Câmara?! Então morava a onde?” e eu respondia: “morava lá em baixo em Alfoanelos”. Ficavam um pouco desconfiados. Mas depois viram que nós não eram as pessoas que estavam a pensar (...). Eles disseram que ainda bem, porque até falaram ao presidente que não queriam nem ciganos, nem pretos. Estavam com medo que viesse essa gente. E olhe, ali umas pessoas que vivem ali naquele prédio dão-se muito bem comigo e gosto muito delas. Até já veio a minha casa (...). Falo com algumas pessoas quando vou à rua ou à mercearia, damo-nos bem, mas claro que não são as amizades como lá em baixo (...). As pessoas agora já viram que somos pessoas

decentes. Embora viéssemos de um lugar onde haviam barracas, não somos pessoas de dar barraca aqui na rua.”

(p.11)

E3, Maria Rebelo, 35 anos, doméstica, Casal

“Quando eu vim para cá, chegaram ao pé de mim duas vizinhas aqui da frente e perguntaram-me se eu vinha do Casal de Alfoanelos e eu disse que sim, e elas disseram que estavam para aí a dizer que as pessoas do Casal de Alfoanelos é tudo drogados (...), mas disse que não éramos drogados, que éramos pessoas sérias e que nunca houve droga lá no Casal (...). Mas ainda

houve pessoas que escreveram uma folha de vinte cinco linhas a dizer ao presidente para a gente não vir para cá, porque era tudo drogados e ciganos. O presidente depois teve uma reunião com essas pessoas e disse que as pessoas lá de baixo não eram drogados e que era o melhor bairro da Amadora. Agora, também, já viram que era tudo mentira, dá-se tudo bem, nem há nenhum problema.”

(p.11)

E4, Cristina Ribeiro, 67 anos, reformada, Caminho

“Se alguém sentiu desconfiança ou medo, nunca me disseram, nem eu nunca senti nada. Fiz sempre a minha vida normal, nem nunca me apercebi nada disso, mas sei que houve por ai, noutros prédios de outras ruas uns sururus, porque não queriam que fossem morar para lá pessoas dos bairros. Sabe, no fundo é normal, porque a fama dos bairros degradados também não é boa e as pessoas como não nos conheciam e lhes disseram que vinham para aqui viver pessoas de bairros degradados, elas tiveram receio que fosse malandragem que viesse estragar o ambiente. Mas como é tudo gente boa, acho que agora já ninguém liga e está tudo bem. Viram que isto é tudo gente pacata e nada dessa gente que não interessa. Aqui acho que ninguém tem nada a dizer das pessoas que aqui moram.”

(p.8)

E5, Carminda Capelas, 43 anos, cabeleireira, Casal

“Aqui não, mas sei que ali em baixo houve uns problemasitos (...), mas aqui como este prédio é pequeno não senti nada de desconfianças e depois as pessoas do prédio também não vieram dar mau ambiente. Eu nunca ouvi nada sobre isso por aqui. Mas esse receio, se calhar é normal, se fosse eu que soubesse que vinham pessoas de um bairro de barracas ou coisa do género também ficava com medo, pois não sabia quem vinha.”

(p.10)

E6, Guilhermina Costa, 62 anos, empregada doméstica, Caminho

“Eu nunca tive problemas desses, mas houve pessoas que falaram umas coisas sobre isso e que houve aí algumas pessoas que já cá moravam que não queriam que viessem pessoas lá dos bairros para aqui. Deviam ter medo que viessem pessoas ligadas com drogas, assaltos e coisas do género, mas eu sou sincera, nunca senti desconfianças de quem quer que fosse. Também se tinham esse medo, acho que viram logo que aqui é tudo gente de bem e sossegada.”

(p.8)

E8, Margarida Carvalho, 47 anos, empregada doméstica, Casal

“No início houve pessoas daqui que não gostaram muito quando souberam que vinham pessoas das barracas. Isso é verdade! Acho que algumas até foram à Câmara para tentar que não viéssemos para aqui (...). Olhe, porque vivíamos em barracas e casas pobres pensavam que éramos pessoas que tínhamos maus vícios, que éramos todos uns ladrões. Sabe como é, quem vive nesses bairros tem logo má imagem, mas depois com o tempo viram que não. Aqui todos se portam normalmente como os outros. Falamos à vizinhança, bom dia! Boa tarde! E não há problemas. Acho que perceberam que não éramos pessoas de conflitos.”

(p.6)

Alguns dos depoimentos anteriores reconhecem alguma naturalidade e, até certo ponto, legitimidade nesses sentimentos de desconfiança por parte de alguns residentes, pois a maioria das entrevistadas percebem que os bairros degradados são, de uma forma geral, espaços conotados com delinquências e marginalidades estando, por esse facto, todos os seus habitantes “marcados” como indesejáveis.

Perante esta realidade, percebemos, também, nas entrevistas que para lutar e ultrapassar alguns estigmas e representações negativas sobre as suas pessoas, a população realojada teve que procurar passar uma imagem positiva; uma imagem oposta à imagem estereotipada que se tem das pessoas oriundas de espaços degradados. Ou seja, esta população teve que provar que eram “gente de bem e sossegada”, com práticas vivenciais e estilos de vida semelhantes a quaisquer outros indivíduos. No fundo, demonstrar comportamentos e condutas que se enquadrassem nos padrões e normas da maioria da vizinhança e dentro das expectativas do grupo de residência. Observando os relatos anteriores, percebemos que foram estas (boas) práticas vivenciais diárias que permitiram passar uma boa imagem de si próprios, possibilitando, desse modo, a construção de uma identidade social positiva.

A construção de uma imagem ou de uma identidade positiva, nestes casos, está bastante ligada às interacções sociais dos indivíduos no seu quotidiano, que procuram durante essas interacções

gerir a sua identidade, isto é, dar uma determinada imagem de si aos outros esperando que estes a aceitem e a reconheçam como positiva. Neste caso específico e de modo a ultrapassar alguns estigmas iniciais, existe uma preocupação em procurar atributos positivos, por forma a construir a tal identidade social positiva que impeça a desvalorização e a desclassificação perante os outros, bem como comentários desprestigiantes ou irónicos.

Nos depoimentos anteriores, percebemos que a população realojada foi, de certa maneira, avaliada nos seus comportamentos, atitudes e condutas, sendo o resultado dessa avaliação considerado “positivo” por parte de quem foi avaliado: *“Embora viéssemos de um lugar onde haviam barracas, não somos pessoas de dar barraca aqui na rua.”*(E2); *“Acho que perceberam que nós não éramos pessoas de conflitos.”*(E8); *“Viram que isto é tudo gente pacata e nada dessa gente que não interessa. Aqui acho que ninguém tem nada a dizer das pessoas que moram aqui.”*(E4); *“Também se tinham medo, acho que viram logo que aqui é tudo gente de bem e sossegada.”* (E6).

A imagem que as entrevistadas demonstram querer reivindicar, reflecte um desejo de estatuto social que se procura exprimir pela referência a um determinado estilo de vida, isto é, através de um sistema de valores que se supõem servir de ideal para uma vida pensada dentro da “normalidade”.

É ainda de salientar que os discursos anteriores fazem sobressair a imagem do “grupo”, sobrepondo-se esta à imagem “individual” de cada um. Este facto vem mais uma vez demonstrar que a conflitualidade entre a população realojada não parece existir, ou pelo menos, ser relevante ou grave. Este facto, permite construir identidade social positiva, quer ao nível de cada indivíduo, como ao nível do grupo, contrastando, essa realidade, com o que normalmente se passa nos bairros de realojamento social, onde a construção de uma identidade social positiva é de difícil concretização como um grupo, em parte, devido à excessiva concentração de práticas e comportamentos desviantes, que fazem com que alguns dos seus residentes optem por uma estratégia de distanciamento, procurando absorver para si todo um sistema de valores positivos de modo a conseguir passar uma boa imagem de si próprios. Esta procura de distinção e distanciamento relativamente aos indivíduos com estilos de vida e comportamentos anómicos não é aparentemente visível no presente realojamento, o que parece confirmar uma identificação social positiva com o grupo no seu todo, mesmo que os relacionamentos e as interacções sejam agora menos intensas e próximas.

Se a problemática da delinquência e da marginalidade não parecem serem questões que afectem a população realojada e que sejam um entrave à construção uma imagem positiva do grupo realojado, este não é, no entanto, o único indicador para a construção de uma determinada imagem que se deseja enquadrada nas expectativas do grupo de residência próximo. Também os

comportamentos, as atitudes, os modos de estar e as interações que se desenrolam no quotidiano são entendidos como factores importantes para a construção de uma imagem positiva. É neste sentido, que algumas entrevistadas referem que este realojamento ao ser efectuado em ruas onde já residiam outras pessoas obrigou a uma alteração de certos comportamentos e modos de estar a que se estava habituado no anterior espaço residencial. Esses comportamentos e modos de estar acabavam por ser fruto de uma informalidade vivencial muito habitual nesses espaços, que ao se fecharem sobre si permitiam um “à vontade” entre os seus residentes. Esta informalidade de comportamentos e relacionamentos não existindo no novo contexto residencial acaba por fazer alterar comportamentos anteriores, em boa parte para que estes não sejam prejudiciais à construção da imagem que se procura transmitir aos outros. Essa imagem que se procura transmitir e reivindicar obriga a adoptar comportamentos, condutas e modos de estar que se insiram nos padrões comuns à maioria e obviamente às expectativas do grupo residencial. Neste sentido, é reconhecido que actualmente alguns comportamentos mais informais já não existem, ou pelo menos devem ser evitados, pois não se enquadram no novo contexto residencial e relacional.

Os discursos seguintes, reflectem que o “modelo de urbanidade” onde agora vivem e estão inseridas não é consentâneo com o estilo de vida comunitário e informal anterior. Ou seja, o novo espaço residencial (interior e exterior) está associado a um estilo de vida que vai exigir aos indivíduos práticas e comportamentos sociais diferentes dos anteriores e onde a ética da cordialidade e a privacidade são dominantes.

E1, Maria Isabel Magalhães, 52 anos, reformada por invalidez, Caminho

“Sinceramente acho que sim. Lá as pessoas estavam mais à vontade e falavam também um pouco ... pior e saíam umas asneiritas. Ninguém levava a mal. Aqui, pelo menos as pessoas que eu convivo mais têm mais cuidado (...). Ainda cheguei uma vez ou duas ir ali ao canto do prédio fazer grelhados, mas não é igual, a vizinhança olha e não acha piada. Pronto isto é uma rua de prédios e as pessoas não andam por aí a fazer grelhados na rua.”

(p.7)

E2, Ilda Pinto, 57 anos, cozinheira, Caminho

“Eu acho que as pessoas lá em baixo eram mais asneirentas, tiveram que mudar. Isto é um sitio onde vive muita gente e as pessoas não gostam de ouvir essas linguagens. Mas olhe, naquele prédio e neste prédio parece que foi tudo escolhido a dedo, não são pessoas assim ... zaragateiras, nem de dizer asneiras, nem de falar alto. As pessoas que falavam mais assim foram avisadas (...).”

(p.11)

E4, Cristina Ribeiro, 67 anos, reformada, Caminho

“Olhe para ser sincera acho que sim. Sabe, as pessoas lá em baixo já se conheciam e então estavam mais à vontade. Havia pessoas que falavam assim mais alto, lá às vezes diziam umas asneiritas ... pronto ,era mais à vontade! Aqui há mais cuidado, não vamos pôr-nos ai aos berros a chamar uns pelos outros, a falar mal, ou a fazer comida na rua lá se fazia às vezes. Sim, há mais cuidado, tem que ser, se não, lá está, as outras pessoas que aqui moram não iam gostar e não ficávamos bem vistos.”

(p.8)

E6, Guilhermina Costa, 62 anos, empregada doméstica, Caminho

“Aqui as pessoas tentam ter outro comportamento mais sossegado. Lá em baixo já se sabe, era tudo conhecido e as pessoas estavam mais à vontade, as pessoas juntavam-se e claro que falavam um pouco mais alto, mas sem problemas. Aqui, para não dar esse aspecto as pessoas evitam de falar alto ou estar assim tanto tempo na rua sem fazer nada, mas como isto aqui faz esta praceta há algumas vizinhas que se sentam ali junto às escadinhas e ali ficam a conversar um bocado, mas nada de falar alto e assim. Temos que ter respeito pela vizinhança. Temos que respeitar os outros, para também nos respeitarem.”

(p.8)

E7, Maria da Cruz Pina, 63 anos, reformada, Casal

“Aqui as pessoas têm que ter alguns cuidados que lá no bairro não tinham. Não é que fossem mal educadas, ou mal comportados, mas estava-se mais à vontade, já havia confiança e então as pessoas falavam um pouco mais alto de umas casas para as outras, na rua, às vezes andavam em tronco nu ... aqui não dá para isso. Já viu o que era! Aqui tem que ser mais composto.”

(p.8)

E8, Margarida Carvalho, 47 anos, empregada doméstica, Casal

“As pessoas lá em baixo, pronto estavam mais à vontade, estávamos na rua mais tempo, fazíamos as nossas festas e os nossos grelados na rua e ninguém se importava, aqui não. Aqui não podemos andar na rua e fazer isso ... os vizinhos não iam gostar. Aqui fazemos a vida igual a toda a gente, falamos um bocadinho na rua quando encontramos alguém, mas não estamos na galhofa ...é diferente! Aqui cada um faz uma vida ...como hei-de dizer, mais isolada. Falamos, mas depois cada um vai para o seu destino.”

(p.7)

Observamos pelo discurso das entrevistadas que existe um esforço, uma necessidade, em ter comportamentos e maneiras de estar que sejam compatíveis e semelhantes com os restantes residentes.

Percebemos, igualmente, que essa necessidade em fornecer (e obter) uma imagem “respeitável” das suas pessoas acaba por ser uma razão para um certo esvaziamento relacional actual, pois ao existir uma inibição relativamente a determinados comportamentos e hábitos mais informais que eram dominantes nos anteriores locais de residência, as sociabilidades intensas que existiam acabam por quase desaparecer, pois deixa de existir um espaço físico e “psicológico” que permita a existência de um modelo relacional mais familiar, no qual a informalidade possibilite um maior “à vontade” nos comportamentos e maneiras de estar.

Se o realojamento potenciou um novo “modelo de habitar”, no qual a intimidade relacional é menor, sobressaindo, antes de mais, uma ética residencial de distanciamento, mantendo-se interacções mínimas de relacionamento e no qual o (bom) vizinho deve evitar a presença constante, sem grandes motivos, no espaço exterior, procurando antes habitar na privacidade familiar no seu espaço doméstico, então, não será de estranhar que o pós-realojamento afastou emocionalmente e sentimentalmente alguma da antiga vizinhança, para mais quando este realojamento dispersou espacialmente as pessoas. Este afastamento é sentido por algumas entrevistadas relativamente a antigas vizinhas ao referirem que algumas delas modificaram a sua “maneira de ser”, evitando, agora, falar com a antiga vizinhança. Para a maioria das entrevistadas esta eventual mudança é devida à nova habitação pois, segundo elas, é a passagem de uma casa com poucas condições habitacionais para uma com melhores condições que fez com que algumas pessoas se tornassem “mais importantes”.

Neste sentido, podemos, então, depreender que o novo alojamento acabou por servir de mecanismo de promoção social para alguma desta população, sendo o evitamento relacional uma forma de demonstrar a separação de uma identidade de certo modo desvalorizada que se tinha antes

do realojamento, de uma nova identidade mais valorizada, conseguida através da aquisição de uma nova habitação.

Partindo dos discursos seguintes de algumas entrevistadas, verificamos, mais uma vez, que a habitação é um marcador simbólico do estatuto social, particularmente importante para populações que sempre viveram em habitações desqualificadas e que vêm na nova casa uma oportunidade de promoção social. A casa, nestes casos, acaba por ter um valor de prestígio que vai ao encontro das aspirações de alguns realojados, fazendo emergir um novo “status” que impele para relações menos próximas antigos conhecimentos.

Esta reestruturação das relações, pode ser vista como um mecanismo que certos actores utilizam para conseguir a promoção social desejada, na qual o afastamento de anteriores relacionamentos faz parte da estratégia de afirmação da superioridade de estatuto. Baseando-nos nestes depoimentos, podemos especular que este afastamento é uma tentativa de se distanciar de “símbolos”, neste caso antigos vizinhos, que estão bastante relacionados com a anterior vivência no bairro; é como se quisesse iniciar uma “nova” vida.

Mas para além de fazer crer que o realojamento permitiu um valor de prestígio e de estatuto a alguns realojados, os discursos revelam, também, uma condenação social em relação a esse evitamento relacional e à alteração comportamental perpetuado por alguns. Denota-se, deste modo, uma certa carga acusatória relativamente àqueles que parecem optar por uma estratégia de demarcação.

E1, Maria Isabel Magalhães, 52 anos, reformada por invalidez, Caminho
“Acham-se mais importantes do que eram. Mesmo as pessoas que eu conhecia lá em baixo, quando as encontro às vezes nos transportes, ou não sei o quê, parece que já são assim ... muito importantes e até evitam falar (...). Agora acham que moram num prédio e então são mais importantes por isso. Como algumas tinham casas piores e agora têm uma casa melhorzita ficaram assim ... com a mania (...). Como têm uma casa melhorzita sentem-se superiores aos outros. Mesmo sabendo que a minha casa é igual à deles, eles sentem-se superiores (...). As pessoas que tinham casas boazinhas acho que não mudaram tanto. Ao meu lado vivia um casal que o filho é médico e quando passo por eles, por acaso moram lá para baixo, eles falam-me sempre. Não mudaram a maneira de ser.”
(p.7)

E2, Ilda Pinto, 57 anos, cozinheira, Caminho

“Houve pessoas que mudaram. Lá em baixo eram mais populares, aqui são todas senhorecas. Parece que se tornaram mais importantes. Olham para as pessoas e parece que já nem conhecem. Entram no transporte vêem uma pessoa mas faz de conta que nem vêem e a gente faz a mesma coisa. Mas são aquelas pessoas que lá em baixo tinham umas casitas piores. Agora como têm uma casa melhor pronto ... acham-se mais importantes.”

(p.10)

E3, Maria Rebelo, 35 anos, doméstica, Casal

“Por exemplo aqui a minha vizinha do lado é uma delas. Agora moram aqui, mas esquecem-se, onde moravam. Parece que já são ricos. Esquecem-se que moraram numa casa pobre. Agora falam pouco e evitam passar por nós. A minha vizinha do 1ºdo é outra, morou trinta vezes pior que eu, porque a minha casa era uma barraca, mas era toda forrada por dentro, nunca entrou frio e a dela era uma barraca pior, com buracos e tudo e hoje passa por nós, levanta a cabeça toda importante, parece que já é rica, parece que subiram na vida ... mas cada um é como cada qual. Acho é que as pessoas não precisam de ficar assim só por ter uma casa melhor (...). Esta minha vizinha do 1ºdo quando veio para cá era uma miserável como eu sou, lá em baixo fartava-se de pedir batatas, arroz, isto e aquilo e às vezes também dinheiro, agora passa por mim e às vezes nem bom dia, nem boa tarde. Num dia para o outro ela ficou rica. Não percebo! Claro que a confiança que havia já não há; nem pensar! Nós mantemo-nos igual e não deixamos de falar às pessoas, nem nos tornamos mais importantes. Eu sou a mesma. Lá por ter uma casa melhor, um chão em condições, uma mobília melhor, não mudo.”

(p.8, 9)

E7, Maria da Cruz Pina, 63 anos, reformada, Casal

“Algumas pessoas ficaram assim com uma mania. Ficaram mais vaidosas, parece que ficaram mais importantes por ter uma casa boazinha. Pronto como moravam numas barracas agora ficaram mais vaidosas. por viver numa casa melhorzita. Gostam de andar ai a dizer que compraram isto ou aquilo.”

(p.6)

Embora estes discursos demonstrem um certo tom acusatório (mais particularizado na E3), eles são reveladores de como existe uma tentativa de aproveitar o realojamento para afirmar uma trajectória ascendente, que acaba, também, por originar uma reestruturação das relações entre vizinhos. Ao observarmos estes depoimentos, não descartamos, igualmente, que as entrevistadas ao criticarem estes comportamentos, acabam por tentar sair de alguma forma valorizadas por não terem

esse tipo de atitude (aliás, estamos em crer que ninguém que fosse entrevistado reconheceria que tinha algum tipo de atitude de evitamento, pois socialmente este é um comportamento de alguma forma censurável).

Esta nova realidade relacional, aleada a uma mudança de espaço residencial, acaba, também, por favorecer um certo isolamento familiar, bem como ajudar a um esvaziamento das relações entre vizinhos. Este isolamento e esvaziamento será ainda mais evidente quando anteriores relacionamentos não são substituído por novos, como acontece com a quase totalidade das entrevistadas. Ou seja, o espaço para novas relações sociais e novas amizades é quase inexistente, não sendo, por isso, muito notório relações sociais mais diversificadas após o realojamento. Os relacionamentos são basicamente com os vizinhos do prédio onde se reside não se estendendo a outros residentes da rua ou do bairro/freguesia. O critério de proximidade vivencial na construção dos relacionamentos é, assim, o mais representativo entre as entrevistadas.

E6, Guilhermina Costa, 62 anos, empregada doméstica, Caminho

“Olhe, para ser sincera não conheço quase ninguém. Este prédio aqui em frente é novo e não conheço ninguém. Apenas me dou com as pessoas que já conhecia lá de baixo. O resto é normal, conheço de vista, mas só isso, uma ou outra cumprimento-a mais nada.”

(p.7)

E7, Maria da Cruz Pina, 63 anos, reformada, Casal

“Como já lhe disse não saio muito, por isso não fiz amizades. Falo apenas com as pessoas aqui do prédio e mais nada. Faço a minha vida, vou ao pão, ao café e pronto.”

(p.8)

E3, Maria Rebelo, 35 anos, doméstica, Casal

“Sou sincera, não conheço mais ninguém, nem me dou com mais gente. Pronto aqui há mais pessoas a morar que conhecemos ... mas no fundo é mais de vista. Aqui as pessoas são mais metidas consigo, não há aqueles relacionamentos como tínhamos lá em baixo.”

(p.10)

Apenas a entrevistada 4 rompe com este registo de sociabilidades, reconhecendo que as suas relações sociais após o realojamento são mais diversificadas. Para este facto, muito contribui os “passeios” organizados pela Junta de Freguesia, os “convívios” no Centro Espaço Sénior e o fazer parte do grupo coral da Junta. Estas actividades lúdicas além de serem reconhecidas como potenciadoras de novos relacionamentos e interacções sociais, é algo que se tornou mais efectivo

após o realojamento, não apenas devido à maior disponibilidade derivado da situação de reforma, mas porque a saída do anterior bairro permitiu uma maior liberdade relativamente a determinados afazeres domésticos (em particular afazeres relacionados com a horta e a criação de animais), como ainda a possibilidade de uma maior abertura a novas distrações e a novos espaços de relações sociais. No fundo, nota-se no discurso desta entrevistada que anteriormente a vida era quase exclusivamente centrada no bairro, focalizando-se nesse espaço as amizades e os relacionamentos, algo que já tínhamos referenciado anteriormente. Neste contexto, é interessante, também, verificar que a entrevistada reconhece que possivelmente se continuasse a viver no bairro não tinha acesso a estas actividades, pois saía de lá poucas vezes, o que mais uma vez põe em evidência um determinado estilo de vida muito circunscrito ao espaço residencial, de onde pouco se sai, sendo a maioria das saídas devidas a razões laborais ou por questões específicas que têm de ser resolvidas noutros locais.

E4, Cristina Ribeiro, 67 anos, reformada, Caminho

“Sabe, como frequentamos estas coisas, os passeios, estes convívios ... a gente vai conhecendo outras pessoas. Fazemos até novas amizades, porque quando vamos nos passeios, muitas vezes vão as mesmas pessoas e já falamos e conversamos (...). E aqui eu e o meu marido fazemos parte do grupo coral da Junta de Freguesia, que é engraçado. Gosto muito e estamos entretidos (...). Aqui temos mais tempo disponível para isso, lá em baixo tínhamos a horta, a criação, tínhamos que ter horários, era diferente a vida. Aqui não há nada disso e então entretemo-nos de outra maneira (...). Vou ali para o Centro – um espaço sénior – conversar ou jogar às cartas (...). Temos os passeios da Junta a alguns sítios e gosto muito de ir. Antigamente era casa-trabalho-trabalho-casa, não tínhamos tempo, agora aproveitamos, porque temos tempo e ainda alguma saúde (...). Lá era mais o bairro e o trabalhinho, era diferente, porque vivíamos mais ali e passávamos ali o tempo todo, por isso as amizades eram dali. Agora como estamos mais disponíveis e frequentamos estas coisas conhecemos outras pessoas que não só as do bairro. Sabe, se calhar se lá continuasse a viver não sei se tinha este tipo de distrações, porque estamos mais ali e não saímos tanto. Enquanto lá vivia, no findo só saía dali para ir trabalhar.”

(p.5, 8)

No que diz respeito à maior centralidade, o estar mais próximo de equipamentos e serviços, bem como as melhores acessibilidades (relembramos que a periferização dos bairros sociais e o seu distanciamento relativamente à continuidade do tecido urbano, bem como a ausência de serviços e equipamentos, tem sido um dos problemas destes espaços, levando-os quase sempre a uma condição

de segregação espacial relativamente ao “centro urbano” e às actividades da cidade), este realojamento parece satisfazer a generalidade das entrevistadas. Essa satisfação apenas não é tão evidente nas entrevistadas 1 e 2, pois na sua zona habitacional (no alto da Brandoa, numa zona limítrofe da freguesia) a monofuncionalidade residencial é mais evidente, faltando alguns tipos de serviços, em particular supermercado e outro pequeno comércio. Este facto foi, também, confirmado por nós aquando da altura das entrevistas e na observação às áreas envolventes aos “prédios sociais”.

Embora a proximidade aos serviços, transportes, comércio, etc. seja de uma forma geral positiva, ela acaba por não ser sentida como uma “mais valia” tão evidente, pois a maioria das entrevistadas considera que o anterior espaço residencial estava igualmente bem localizado e relativamente próximo de tudo. Alguns dos serviços utilizados enquanto se morava nos bairros estavam situados na Brandoa, como o caso do posto médico e de escolas. Este facto não desvaloriza a “centralidade” do realojamento, mas realça que o(s) anterior(es) locais de residência eram vistos como espaços não segregados espacialmente, em particular nas últimas décadas devido ao forte crescimento populacional e habitacional de Alfornelos.

E1, Maria Isabel Magalhães, 52 anos, reformada por invalidez, Caminho
“Mais comércio aqui em cima não há, nesta zona não há. Lá em baixo (no bairro) havia muito mais comércio. Na Brandoa, no geral, há mais comércio logicamente. Mas aqui para cima não há, aqui o que há muito é cafés, é quase porta sim, porta não. Mercearia só há uma. Lá na parte baixa da Brandoa é que há mais coisas.”
(p.9)

E2, Ilda Pinto, 57 anos, cozinheira, Caminho
“Lá em baixo só tínhamos uma taberna, se quiséssemos outras coisas íamos lá em baixo à Colina do Sol. Eu, por exemplo, continuo a ir ao Pingo Doce da Colina. Gosto, meto-me na camioneta e vou. Aqui há é mais cafés, lojas nem por isso. Só lá mais para a parte baixa da Brandoa é que há mais coisas (...). Talvez (haja mais transportes), mas lá em baixo também estávamos bem de transportes e agora até há lá o metro. Agora estou é um bocadinho mais perto do trabalho e chego mais depressa.”
(p.10)

E3, Maria Rebelo, 35 anos, doméstica, Casal
“Sim, isso de estar mais perto do comércio sim, aqui há mais coisas e estão mais próximas. Lá em baixo tínhamos no bairro só uma mercearia e uma taberna. Havia depois era mais em Alfornelos. Aqui há mais mercearias, cafés, padarias, supermercados, não é preciso ir lá abaixo. Vou lá

abaixo uma vez ou outra passear, mas nada de especial. No que diz respeito à escola aqui é perto, mas por acaso lá em baixo em Alfornelos ainda ficava mais perto. Ali também não estávamos mal e tínhamos até transportes, pronto não havia, talvez, era tanta coisa. Aqui há mais por onde escolher.”
(p.10)

E4, Cristina Ribeiro, 67 anos, reformada, Caminho
“*Estamos aqui bem situados, aqui temos quase tudo à mão. Há muitos cafés, há lojas, temos muitas camionetas se quisermos ir a qualquer lado e depois temos ali a Junta onde ensaiamos (...). Por acaso, o posto médico estava mais perto quando morava lá em baixo. Nesse aspecto aquilo não era mau, tínhamos camionetas a passar logo ali, havia lá lojas, mercearias. Ali na Colina do Sol como aquilo cresceu muito, também há lá tudo. Era só andar um pouquinho e havia tudo. Claro que ao início não; não havia nada, mas depois com a construção veio o resto. Ao princípio tínhamos que vir à Brandoa que já tinha mais lojas, mas depois já tínhamos ali tudo perto.”*
(p.7, 8)

E6, Guilhermina Costa, 62 anos, empregada doméstica, Caminho
“*Aqui estamos bem, há aqui tudo o que é preciso para o dia-a-dia. Temos vários tipos de lojas, há aqui escolas, supermercados, cafés e temos as camionetas que passam aqui muitas vezes para se quisermos ir ao centro da Amadora e para a Pontinha e Colégio Militar. Estamos bem a esse nível. Lá em baixo, também não estávamos mal, tínhamos o Pingo Doce perto e outras coisas e também passavam muitas camionetas. Muitas delas são as que passam aqui. E lá agora até tem a estação de metro de Alfornelos.”*
(p.9)

E7, Maria da Cruz Pina, 63 anos, reformada, Casal
“*Olhe não me posso queixar. Aqui temos tudo o que é preciso perto. E depois temos também transportes se quisermos ir para Lisboa ou lá para baixo para a Amadora. Nesse aspecto, acho que temos mais sorte que as pessoas que vivem nos bairros socais, pois muitos ficam assim um pouco afastados das coisas, não têm transportes perto e depois também não têm lojas nos próprios bairros. Aqui estamos igual a todos que moram aqui na Brandoa. É igual para todos.”*
(p.9)

Este último discurso vem ao encontro do que já tínhamos referenciado sobre a problemática dos bairros socais relativamente à sua localização, acessibilidades e ausências de algumas infra-estruturas de apoio. Como podemos verificar, a proximidade dos principais serviços aleado a uma

boa rede de transportes parece ser de facto um indicador muito importante para que o realojamento seja potencialmente integrador e do agrado da população.

A “positividade integradora” sentida pelas entrevistadas, acaba por valorizar este realojamento que não sofre, desse modo, a segregação espacial de muitos bairros de realojamento que afastados do “continuum urbano” e quase sempre sem uma rede de serviços/equipamentos e de transportes desejável, acabam por ver ampliada a sua estigmatização (e identificação).

De facto, a periferização das habitações a que muitos bairros de realojamento estão sujeitos não parece acontecer no presente realojamento, sendo a localização destes alojamentos sociais um factor determinante para que a população realojada se sinta igual a qualquer outro habitante da freguesia. “*Aqui estamos igual a todos que moram aqui na Brandoa. É igual para todos.*” (E7). Na realidade esta sensação de igualdade, parece ser um dos factores mais positivos do realojamento. O que existe – de melhor ou pior – é o mesmo e igual para todos os habitantes da Brandoa, ou seja, não existe um sentimento de segregação ou exclusão relativamente à continuidade do tecido urbano, como dos serviços e actividades existentes.

Este sentimento igualitário no que se refere à “oferta” da freguesia estende-se, igualmente, à ausência de alguns equipamentos. Neste caso, a falta de parques para jovens e espaços verdes são as queixas dominantes, explicitadas por algumas entrevistadas. Na realidade, através de um olhar mais atento, a ausência deste tipo de infra-estruturas é notória na freguesia, algo que afecta não apenas a população realojada, mas todos os residentes da Brandoa.

E1, Maria Isabel Magalhães, 52 anos, reformada por invalidez, Caminho

“Falta um parque para os mudos. Há aqui um ali em baixo com poucos baloiços, mas se os miúdos quiserem andar de bicicleta não dá para andar. Pelo menos aqui em cima falta um jardinzito como deve ser.”

(p.9)

E3, Maria Rebelo, 35 anos, doméstica, Casal

“Lá em baixo (os meus filhos) brincavam muito no meio da rua e aqui não saem. Aqui é diferente, estão sempre fechados em casa. Lá em baixo não tinha problemas, aqui não vou deixá-los ir para a rua, porque há mais transito e muitas ruas e eles perdiam-se. Lá não, eles estavam na rua e eu estava à vontade. Aqui quando saem é comigo ou com o meu marido (...). Isto aqui é diferente, passa muita gente que não conhecemos, passam carros e lá era tudo pessoas do bairro. Falta aqui um bom parquezinho com baloiços e brincadeiras para os miúdos estarem. Não há nada disso; nem um jardim com uns bancos, nem nada.. É só estradas e prédios.”

(p.8)

E4, Cristina Ribeiro, 67 anos, reformada, Caminho

“O que falta aqui é um espaço jeitoso para se estar ao ar-livre. Aqui falta um jardim como deve ser. Há aqui um em cima que é uma coisita sem piada. Falta um espaço para podermos estar, tipo um jardim ou um parque. Até para os miúdos, que não têm sítios onde brincarem.”

(p.9)

E5, Carminda Capelas, 43 anos, cabeleireira, Casal

“Olhe, acho que aqui não há espaços verdes ou jardins. Só há ali um muito pequenito que não tem quase nada. Acho que o que faz falta são uns jardins para os miúdos poderem brincar à vontade e para podermos passear. Acho que a esse nível a Brandoa não está muito bem.”

(p.11)

E7, Maria da Cruz Pina, 63 anos, reformada, Casal

“Falta aqui um bom jardim para podermos andar e sentarmo-nos. Este aqui em frente é como vê muito pequeno com dois ou três baloiços e mais nada. Aqui só se vê é casas, espaços verdes nada. Isso é que acho que a Câmara devia fazer. Faz falta para nós velhotes e para os miúdos.”

(p.9)

Este realojamento parece, sem dúvida, colmatar uma das dificuldades inerentes a muitos bairros de realojamento social, isto é, permite uma maior inserção da população realojada na “vida urbana” e uma maior promoção social devido, em parte, à possibilidade de se habitar em espaços residenciais de maior centralidade, conjuntamente com outras populações. Este facto, faz com que os problemas existentes na zona residencial não sejam específicas do realojamento, mas um problema de todos aqueles que residem na Brandoa.

Aquando da implementação do Plano Especial de Realojamento em 1993, o problema da “guetização” dos bairros e os problemas sociais no seu seio foram questões que impuseram a necessidade de criar nesses espaços gabinetes técnicos de apoio aos bairros. Estes gabinetes de proximidade com a população, procuram, acima de tudo, “gerir” o espaço dos bairros e possibilitar uma melhor ambiência social, tentando localizar problemas que possam “anomizar” essa ambiência. Com uma função, de certo modo, fiscalizadora sobre o bairro (e seu edificado), estes gabinetes em coordenação com os serviços camarários centrais, para além de diversos trabalhos burocráticos, procuram, ainda, organizar diversas actividades (desportivas, lúdicas, festas temáticas, idas à praia

com os mais jovens,...), algumas em parceria com associações de solidariedade social, bem como com as associações de moradores, de modo a tentar potenciar uma certa identidade colectiva nos bairros e ao mesmo tempo tentar impedir que esses lugares se tornem “espaços vazios”, sem vida, onde as “actividades marginais” ganhem preponderância e afectem toda a vivência e imagem do bairro.

Ora, esta especificidade dos gabinetes técnicos, bem como a sua existência *in loco* não acontece no presente realojamento. Podemos pensar que esse tipo de gabinete não faz sentido neste tipo de realojamento; por um lado, porque não se trata de um bairro social e, por outro, porque este é um realojamento pequeno com um reduzido numero de famílias. Mas se isto pode ser verdade, a realidade é que esta população devido a essa “ausência” acaba por não usufruir de determinadas actividades e apoios que existem nos bairros de realojamento social. Neste sentido e segundo o testemunho das entrevistadas, as actividades que existem são organizadas pela Junta de Freguesia e são dirigidas à população em geral residente na Brandoa. Ainda segundo elas, quando é necessário algo ou tratar de alguma coisa dirigem-se ao gabinete do bairro do Casal da Boba, o bairro social mais próximo.

E1, Maria Isabel Magalhães, 52 anos, reformada por invalidez, Caminho

“Não, aqui o que fazem é pela Junta e pela igreja. Mas eu só soube disso, porque uma pessoa foi à praia com os miúdos e me disse, a Câmara nunca informou disso. A informação é pouca ou nenhuma.”

(p.10)

E2, Ilda Pinto, 57 anos, cozinheira, Caminho

“Eu pelo menos acho que a Câmara não faz nada. O que há é através da Junta; excursões ou coisas do género, mas é para toda a gente da Brandoa.

(p.12)

E3, Maria Rebelo, 35 anos, doméstica, Casal

“Aqui não, mas lá no casal da Boba há. Lá como é um bairro social fazem lá umas coisas. Acho que nesse aspecto também devíamos ter aqui umas coisas, pelo menos para os miúdos, para eles se desenvolverem e conviverem...mas pronto, não fazem. Aqui, por exemplo, se quiser por os miúdos a ir à praia tem que ser na Junta de Freguesia, mas tenho que pagar 40 euros, é muito! Mandam todos os anos os papeis da escola para quem quiser ir, mas temos que pagar.”

(p.12)

E4, Cristina Ribeiro, 67 anos, reformada, Caminho

“O que há é pela Junta. Quando queremos ir a algum passeio, ou participar em outra coisa é através da Junta, mas isso não é só para nós, é para todos os que moram na Brandoa.”
(p.9)

E5, Carminda Capelas, 43 anos, cabeleireira, Casal

“Não, a Câmara nunca organizou nada disso. Se há, desconheço. Também não preciso, mas se calhar era bom para as pessoas que precisam. Ajunta organiza umas coisas, mas é para todos os que moram na Brandoa.”
(p.11)

E6, Guilhermina Costa, 62 anos, empregada doméstica, Caminho

“Há aqui coisas organizadas pela Junta; provas desportivas, há bibliotecas, ginástica, mas é para toda a gente da Brandoa, não é só para nós. Se quisermos inscrevemo-nos também.”
(p.9)

E8, Margarida Carvalho, 47 anos, empregada doméstica, Casal

“Não. Não temos nada disso. Eu acho que a Câmara faz umas coisas dessas nos bairros, mas aqui não. Nós se quisermos metermo-nos em alguma coisa vamos à Junta.”
(p.7)

Embora possamos, mais uma vez, pensar que este facto segue a lógica de igualdade e de uma “positividade integradora”, como já fizemos referencia anteriormente, não podemos esquecer que esta é uma população realojada, que poderia ter ido residir para um dos bairros de realojamento do Concelho. Nesse contexto de realojamento, possivelmente esta população teria acesso a algumas actividades pensadas e organizadas para a sua situação de realojados num bairro social. Esta ausência, poderá ser encarada como uma falta de um serviço ao qual os realojados parecem ter direito, exactamente por serem realojados. No entanto, devemos ter algum cuidado quando falamos na ausência de um gabinete de apoio a estes realojados, pois percebemos no discurso das entrevistadas que ele existe no Casal da Boba. Ou seja, este realojamento disperso ficou anexado ao bairro social do Casal da Boba. Esta anexação parece, no entanto, “marginalizar” os realojados da Brandoa, pois os seus testemunhos são reveladores de um certo desconhecimento sobre algumas actividades, evidenciando, acima de tudo, que as actividades que existem são organizadas pela Junta de Freguesia e que têm como população-alvo todos os residentes da Brandoa.

Em jeito de conclusão, se parece evidente que este realojamento demonstra uma “mais-valia” e uma positividade comparativamente aos bairros sociais, não nos podemos esquecer que esta população é oriunda de bairros degradados e que existirão, por certo, situações de precariedade sócio-económica que acompanham alguns dos realojados. É neste sentido, que nos parece, de algum modo, pertinente a existência de uma “proximidade” entre os serviços da autarquia e esta população de modo a identificar e apoiar relativamente a algumas necessidades dos indivíduos realojados. Talvez as características deste realojamento, em particular, a sua dispersão por várias ruas, dificulte o trabalho dos ditos gabinetes, no entanto esta dificuldade e neste caso específico a localização do gabinete num local relativamente afastado desta população, poderá potenciar, de alguma maneira, uma disseminação de pequenas bolsas de pobreza pelas ruas dos realojamento, com a agravante de estes eventuais fenómenos se tornarem pouco visíveis e passarem despercebidos.

Pegando na especificidade deste realojamento podemos, então, afirmar que neste aspecto ele poderá ser mais trabalhoso, mas percebemos que o realojamento disperso, quando possível de realizar, é uma alternativa e uma solução que deverá ser equacionada. Adoptando a frase de Baptista Coelho para este nosso realojamento, “uma integração social disseminada, deste género, será mais trabalhosa do que aquela «industrializada» e concentrada em uma ou duas zonas, mas a questão do número não é tudo, e fornecer tectos não significa proporcionar um habitat social integrado” (1994:74).

4. Entre a nova casa e o regresso ao bairro e outras conclusões

Numa análise global, podemos concluir que este realojamento é sentido de forma positiva pelas entrevistadas. Sem fazer sentir peso do estigma, do preconceito e da segregação sócio-espacial de se residir num bairro de realojamento social – as grandes virtudes deste realojamento –, o enfraquecimento das relações de vizinhança e dos laços sociais tipo comunitário, acompanhado por um esvaziamento relacional e um maior fechamento no espaço doméstico, acabam por ser as questões mais sensíveis para as entrevistadas.

As problemáticas relacionadas com as interações e relacionamentos sociais são especialmente enfatizadas pelas maioria das entrevistadas, pois o actual modelo de realojamento – em “habitat aberto”, disperso por várias ruas da Brandoa – afasta e dispersa um núcleo de vizinhança habituada durante muitos anos a viver em grande centramento, num local com um uma base espacial bem definida que permitia, desse modo, um contacto próximo e constante ente residentes. Esta vivência bastante centrada no(s) bairro(s) acabou por reforçar e fortalecer a comunidade residencial, bem como os seus laços sociais, tornando-a como uma “família”. Esta expressão familiar, para além de demonstrar um bom relacionamento entre vizinhança e uma aparente ausência de tensões ou conflitos revela, igualmente, uma ligação afectiva pelo(s) bairro(s). Na verdade, durante as entrevistas notou-se um carinho especial pelo(s) bairro(s), mesmo quando para algumas das entrevistadas as condições habitacionais não eram as melhores. Este sentimento positivo para com o anterior espaço residencial deve-se, essencialmente, à boa ambiência social que aí existia, acente, como já vimos, em várias décadas de convivência próxima e interação constante entre vizinhos, sendo esta interação potenciada por uma ausência, ou quase ausência, de problemas relacionados com toxicodependências e outras marginalidades.

Se a ausência destas realidades permite uma melhor apropriação do espaço residencial, em particular do exterior e, desse modo, a utilização desse espaço para se (con)viver e estar, a verdade é que permite, igualmente, ter uma boa imagem desse espaço residencial, mesmo que clandestino e degradado. De facto, a representação positiva que se tem do anterior espaço residencial é bastante visível ao longo das entrevistas, não se sentindo de forma intensa estigmas ou constrangimentos por se ter vivido num bairro de génese ilegal. Além de ser o sitio possível para se poder viver devido à precariedade económica, a não existência de comportamentos desviantes que afectassem a sua vivência interna, bem como a sua imagem no exterior, fez com que se ficasse com uma imagem positiva destes locais de residência. Aliás, o sentimento de dignidade dos bairros, como dos seus habitantes, é bastante visível nos discursos das entrevistadas, pois a demarcação que se faz de outros

bairros degradados com “má fama” é propositadamente notória, de modo a não se poder estabelecer comparações.

É exactamente a forte ligação (ainda) existente com o anterior espaço residencial e ao tipo de (con)vivência que ai existia, que permite perceber a saudade e o desejo de algumas entrevistadas de regressar ao seu bairro, se tal fosse possível. Este desejo de regresso acaba por não surpreender nas entrevistadas 1 e 2, pois ao longo das entrevistas estas para além de referirem que gostavam muito do anterior bairro (Caminho de Alfornelos) e da convivência, ambas referem que tinham lá boas casas (particularmente a E2). Embora não desgostem das casas que lhes foram atribuídas, não lhes apontando defeitos de maior, a anterior habitação e o seu espaço envolvente (quintal,...) permitia e oferecia uma maior satisfação residencial, essencialmente, porque possibilitava determinados hábitos que o actual espaço não permite.

E1, Maria Isabel Magalhães, 52 anos, reformada por invalidez, Caminho
“Se me dissessem assim: «Está lá a tua casas tal como estava e vais para lá», ia de certeza. Era só levar as mobílias. (Ia) por tudo. Pelo ambiente e pela casa. Esta não é pior, mas a outra era r/c e 1º andar. Na casa éramos só nós, não era prédio (...). E depois havia uma coisa que eu gostava muito que era quando acendíamos o fogareiro ao pé da porta e os churrascos que fazíamos ali e que aqui não se pode fazer. Não tínhamos que descer.”
(p.10)

E2, Ilda Pinto, 57 anos, cozinheira, Caminho
“Ia já! Do fundo do coração. Tenho aqui uma casa bonita, mas se me dissessem que me davam outra vez a mesma casa e que fosse para lá morar, ia logo. Era uma boa casa, com todas as comodidades, era só nossa, e depois poder voltar a fazer os nossos grelhados e estarmos ali todos à vontade. Sempre adorei falar, de rir, de brincar, de dar a minha chalaça e lá em baixo fazia isso. Convivíamos mais, conversávamos na rua, dávamo-nos bem ... E para além disso não pagava renda. Pagava luz e água e pagava esgotos, tinha a casa a casa registada nas finanças, mas tive 10 anos isenta. Afinal registei a minha casa para que?! Gastei dinheiro para ter uma boa casinha para quê?! E os esgotos foram feitos pela comissão de moradores, estavam todos ligados à rede. Os arruamentos também foram feitos por nós, a Câmara dava era o material.”
(p.12)

A perda da casa unifamiliar em favor de um andar num prédio, no qual não se pode reproduzir um determinado estilo de vida de que se gostava é, também, algo sentido de forma menos positiva, para mais quando existia para com essa habitação uma forte ligação sentimental. A sua edificação e os melhoramentos efectuados aos longo dos anos acabou por ser um investimento (financeiro e emocional) que se esfumou com o realojamento, sendo, obviamente, este facto, mais doloroso para quem investiu mais na habitação. O investimento nas casas e o melhoramento das infra-estruturas do bairro, aleado a um tipo de vida comunitário, de relacionamento intenso, potenciou a existência de um sentimento positivo e um forte laço afectivo para com esse espaço residencial.

Se a conjugação da “boa” casa e do bom ambiente social no anterior bairro, por oposição à diluição da vida comunitária e do esvaziamento da expressão relacional intensa que o realojamento provocou, pode deixar perceber a saudade e o desejo de regresso às “origens”, esse desejo é, no entanto, igualmente, expresso, por entrevistadas que residiam em casas com poucas condições de habitabilidade, como é o caso das entrevistadas 3 e 8.

E3, Maria Rebelo, 35 anos, doméstica, Casal

“É assim, se tivesse possibilidades de arranjar em condições a casa antiga, ah! Isso antes queria lá viver. Para já tinha um terrenozinho cá fora e aqui não há nada e depois gostava de ali estar. Aliás, quando estávamos a por a casa em tijolo foi quando soubemos que íamos embora. Claro que quando vim para aqui fiquei contente pela casas, mas fiquei muito triste por deixar lá tudo o que lá vivemos. Apesar das condições serem poucas, lá havia mais convívio; aqui é tudo mais fechado, mais isolado.”

(p.12)

E8, Margarida Carvalho, 47 anos, empregada doméstica, Casal

“Se ainda lá estivesse (a casa) e se me deixassem ia para lá viver. Se pudesse ia para lá, mesmo tendo a casa pior e não ter este conforto. Claro que não era só eu, tinha que ser como antigamente. Se fosse só eu, claro que não ia. Se fosse com todos, só por causa de fazer grelhados cá fora e estarmos lá naquele largo ... ia para lá outra vez. Não me importava nada. Ia de boa vontade para lá. Sentia-me lá melhor que aqui. Lá havia outra amizade, outro convívio. Aqui ... pronto, é como lhe disse, o convívio é pouco. Dá-se tudo bem, mas não é igual.”

(p.7, 8)

Tal como os depoimentos anteriores, estes dois últimos confirmam o que já tínhamos referido ao longo do trabalho, isto é, a grande importância do anterior espaço residencial para muita desta população.

Estes espaços, embora clandestinos e degradados, são espaços que por possibilitarem um tipo de vivência fortemente comunitário, centrado na “unidade de vizinhança”, permitem um convívio mais intenso e, desse modo, um grau de satisfação e de positividade que se sobrepõe a determinadas ausências de condições e de conforto habitacionais.

Por serem, igualmente, espaços considerados “limpos” de problemáticas relacionadas com marginalidades e delinquências, que, como demos conta ao longo da análise, afectam negativamente alguns locais residenciais (particularmente bairros clandestinos e bairros sociais) e, desse modo, com a percepção de uma imagem positiva no exterior, o sentimento e a imagem que se tem desses anteriores bairros não é negativa por parte da maioria das entrevistadas. Por isso, o desejo de um hipotético regresso, se tal fosse possível.

Todas estas representações positivas, além de permitirem valorizar os bairros, propiciaram a criação de uma identidade positiva com o espaço residencial, que originou que não se sentisse vergonha ou um certo estigma de se ter habitado ou dizer que se habitou num local desqualificado.

Esta “simbiose” bairro-residentes fez desenvolver uma rede social densa entre vizinhos, bem como uma intensidade das relações no interior dessa rede, que extravasava as “quatro paredes” da casa para os espaços exteriores do bairro (rua, largo,...). O desenvolvimento e fortalecimento dos relacionamentos passam, sem dúvida, por estes espaços exteriores, que sendo quase de uso exclusivo de quem lá vive acabam por ser lugares de referência para as interacções sociais. Como tivemos a possibilidade de observar durante as entrevistas, a “rua” surge como o grande espaço de convívio e de relacionamento, tendo, por isso, uma grande importância na estrutura dos bairros, quer como espaço privilegiado para o encontro e o convívio, quer como local onde se realizam algumas actividades do fórum doméstico, como se de um prolongamento da casa se tratasse.

Ao observarmos que a rua é nos anteriores bairros o “local-top” que potencia a proximidade física e as interacções sociais, percebemos que o realojamento ao ser efectuado de forma dispersa – afastando anteriores vizinhanças – em ruas já habitadas e sem as características das anteriores, e ainda a verticalização habitacional, são aspectos morfológico-espaciais que nos permitem entender o actual esvaziamento relacional e, de certo modo, o maior isolamento social.

Mais do que o novo espaço residencial, é a ausência das especificidades do anterior que origina a saudade e a nostalgia, bem como o desejo de regresso por parte de algumas entrevistadas. Dizemos isto, porque a eventual menor satisfação não passa pelas novas habitações que são consideradas boas ou satisfatórias por todas as entrevistadas – mesmo pelas que consideram que

ficaram a perder com a troca -, nem passa pelo local onde foi efectuado o realojamento, visto que a Brandoa, para além de ser um local que todas as entrevistadas já conheciam anteriormente é, também, um local que agrada à grande maioria, pois, quase todas, se tivessem que escolher uma freguesia da Amadora para o realojamento, escolheriam a Brandoa. De uma forma geral, próximos de transportes, comércio, escolas e outros serviços, e residindo em locais (ruas) calmos e sem problemas relacionados com marginalidades, acaba por ser a falta das especificidades do espaço residencial anterior, no qual a casa e a rua se embricavam e fundiam potenciando e estimulando as interacções e os relacionamentos entre vizinhos, que faz com que a valorização do actual realojamento não seja tão efectiva.

Pese embora a convivência e as formas de relacionamentos próximas existentes no anterior espaço residencial sejam referenciadas por todas as entrevistadas, mesmo por aquelas que referiram que pouco participavam nesse tipo de convivialidade, a verdade é que o agrado para com este realojamento não é idêntico entre todas as entrevistadas. Se nos quatro depoimentos anteriores o desejo de regresso aos seus bairros é notório, o depoimento seguinte é único, no sentido que a entrevistada durante entrevista, embora, tenha enaltecido as qualidades da sua anterior casa, como o tipo de vivência que existia no bairro, reconhece, no entanto, que actualmente, possivelmente, já não regressaria ao seu anterior bairro. Pese embora o gosto pela anterior habitação, nas suas palavras uma das melhores que existiam no Caminho de Alfovelos, como o gosto pelo próprio bairro, a verdade é que o desejo de regresso não é tão forte como nos casos anteriores.

Na verdade, esta entrevistada acaba, talvez, por ser um exemplo positivo deste realojamento, pois pese embora lhe tenha custado a saída do bairro, causando esse facto saudades do local onde viveu muitos anos, a realidade é que ela reconhece que acabou por se habituar ao novo local residencial, pois é um local onde tem “tudo à mão”, um local calmo e, também, porque ficou próxima de pessoas que já conhecia. Mas para além destes aspectos, existe um outro que permitiu potenciar o gosto pelo actual espaço residencial que é a diversificação dos relacionamentos. A maior diversificação dos relacionamentos sociais após o realojamento, algo já referenciado anteriormente pela entrevistada, fica-se a dever ao facto de ela e o cônjuge participarem no Centro Sénior da Brandoa, no coro musical da Junta de Freguesia, bem como em excursões organizadas pela Junta. Se estas actividades permitiram conhecer outras pessoas e fazer novas amizades, permitiram, igualmente, que a mudança de espaço residencial não se tornasse tão dolorosa. Esta nova convivialidade, diferente da existente no bairro, onde o estilo de vida muito centrado nesse espaço reduzia os relacionamentos à vizinhança próxima, permite, então, que a apropriação do espaço residencial seja mais efectiva e satisfatória.

Salientamos que esta entrevistada é a única que, durante a entrevista, reconhece que as suas relações sociais se diversificaram após o realojamento, pois nenhuma das outras dá conta de uma maior diversificação a esse nível.

E4, Cristina Ribeiro, 67 anos, reformada, Caminho

*“Agora se calhar não. Já me habituei aqui e sinto-me bem aqui (...). Sabe, ao principio custou um pouco, porque não estávamos habituados, foram muitos anos a viver no bairro e por isso havia saudade, mas como estou num sitio bom, calminho, com tudo à mão e com muita gente conhecida de lá, fomo-nos habituamos e gostamos. Depois temos ali o centro sénior, o coro e as excursões que gostamos e ajuda a passar o tempo. A casa também chega para mim e para o meu marido ...
é pena é ser um 3º andar.”*

(p.10)

Esta entrevistada, embora seja um caso isolado, demonstra como a mudança de um local que se gostava e no qual se viveu durante muitos anos é possível, desde que acompanhado de novas fontes de interesse. Se estes novos interesses, na verdade, dependem, em parte, do interesse de cada um, não deixa de ser verdade que a aquisição desses interesses ou objectivos passa pela existência de actividades que permitam e ajudem a potenciar um maior gosto pelo novo espaço de residencial, bem como evitar uma quebra dos laços sociais entre a população realojada; um facto que, de uma forma geral, acontece aquando os realojamentos e que acaba por potenciar sentimentos de exclusão e isolamento social.

Se o presente realojamento pela forma como foi efectuado tinha na realidade alguma dificuldade em manter a coesão de grupo, enquanto comunidade residencial acente numa base espacial definida, esta entrevistada acaba por ser um exemplo claro de como foi possível criar novos relacionamentos e contactos que permitiram uma filiação ao novo espaço sem que isso dependa apenas da vizinhança próxima. Esta nova componente relacional para além de manter alguns conhecimentos e amizades anteriores, junta-lhe novos relacionamentos derivados da participação em algumas actividades lúdicas.

O depoimento seguinte para além de revelar que a entrevistada não voltaria ao seu anterior bairro, pois considera ter actualmente uma boa casa, estar bem localizada, perto de tudo, e manter como vizinhos algumas pessoas que já conhecia, revela-nos, no entanto, uma nova dimensão que ainda não tínhamos verificado, isto é, alguma dificuldade de adaptação do filho ao novo espaço residencial. A saudade do bairro por parte do filho e o seu maior isolamento social actual deve-se, segundo a mãe, às amizades que ele fez nesse espaço e que se foram cimentando ao longo do seu

crescimento e desenvolvimento e que, neste caso, o realojamento acabou, também, por desfazer ou, pelo menos, torná-las menos intensas.

Embora não tenhamos aprofundado esta questão, a verdade é que este testemunho faz pensar que a mudança de local de habitar pode, igualmente, afectar a população mais jovem, particularmente aquela que neste caso passou a infância e a adolescência nos bairros clandestinos. O círculo de amigos que se foi criando em torno do espaço residencial e ao longo do crescimento, são laços sociais profundos e próximos que acabam por sofrer “cortes” quando desvinculados desse espaço, sendo esse “corte” mais sentido quando se está entre a adolescência e a maioridade em que já existe amizade de alguns anos, como foi este o caso. Neste caso, o realojamento realizou-se num período de vida em que a ligação afectiva ao espaço residencial é já muito forte, para mais quando essa ligação é positiva.

A dispersão geográfica acaba por ser neste realojamento um factor preponderante para um maior esvaziamento relacional, para um maior isolamento social e para um maior fechamento nos espaços domésticos.

E6, Guilhermina Costa, 62 anos, empregada doméstica, Caminho
“Não, sinto-me bem aqui ... não voltava para lá. Aqui estou bem, tenho uma boa casa, tenho tudo perto e tenho algumas pessoas que já conhecia de lá e para mim é suficiente. O meu filho é que preferia lá estar. Ele gostava mais, porque tinha os amigos todos ali. Cresceu ali juntamente com outros e fez ali as amizades. Pronto, lá convivia mais, aqui isola-se mais, está mais tempo em casa (...). Muitos (amigos) ainda estão aqui na Brandoa também, mas não ficaram aqui no prédio, estão noutras ruas, por isso já não se encontram tanto ... ficaram mais separados, outros, também, já casaram e compraram casas noutros sítios ... é a vida! Agora como ele tem uma namorada passa mais tempo com ela, mas ele às vezes diz-me que tem saudades dos amigos lá de baixo e da convivência (...). sabe, estava mais entretido e divertia-se mais que aqui. Aqui vai de casa para o trabalho e do trabalho para casa.”
(p.10)

Se o esvaziamento relacional e o maior isolamento social sentido após o realojamento é algo que leva algumas entrevistadas a querer, caso fosse possível, regressar ao seu bairro, esse desejo não é, no entanto, comungado por outras entrevistadas, como já demos conta.

O gostar da nova casa, como do local onde está localizada, são dois factores que fazem com que o regresso não seja actualmente desejado. Os dois depoimentos seguintes para além de irem ao

encontro dessas razões, salientam ainda que o tipo de convivialidade que existia no bairro não fazia parte do seu estilo de vida.

O realojamento para além de possibilitar uma melhoria das condições habitacionais a estas entrevistadas, permitiu-lhes “fugir” de um determinado estilo de vida – essencialmente relacionamentos constantes e intensos onde a rua era o grande espaço de sociabilidade – que não eram muito do seu agrado. O não partilharem um determinado tipo de convivência muito específico do bairro, bem como a oportunidade de habitarem uma casa com melhores condições, faz com que estas entrevistadas prefiram o actual espaço residencial.

E5, Carminda Capelas, 43 anos, cabeleireira, Casal

“Não, o meu interesse era sair, por isso não voltaria. Estou bem aqui. Eu só iria para uma casa maior, ou melhor, mas há pessoas que voltavam, porque gostavam daquele ambiente e não se importavam de lá ficar, mesmo tendo agora uma casa melhor. Falta-lhes aquela conversinha da rua. Eu como não gostava muito disso, prefiro estar aqui. É um bom sítio, onde não há problemas, estamos bem situados e depois não estou a viver numa casa e num bairro clandestino.”

(p.12)

E7, Maria da Cruz Pina, 63 anos, reformada, Casal

“Não, nem pensar. As condições lá eram más, por isso estando nesta casa, agora já não queria voltar, não tinha sentido e sinto-me aqui bem. Como não andava por lá muito naqueles tipo de convívios, não faziam o meu género, então não sinto muito a falta disso, mas de certeza que há gente que sentiu a saída, porque aqui já não é igual. O problema é a renda que é cara, mas mesmo assim não gostaria de voltar ... apesar de lá ter gasto ainda muito dinheiro na casa. Olhe a única coisa que queria lá de baixo era a horta, isso gostava de ter, entretia-me por lá e dava alguma coisa para alimentação. Tinha sempre alfaces, cebolas, batatas,... até às vezes dava alguma coisita. Se voltar à terra e tiver ainda saúde vou andar por lá nos campos.”

(p.9)

De facto, o actual realojamento é muito marcado pelos anteriores espaços residenciais, neste caso, pela positividade desses locais. Mesmo estas últimas entrevistadas durante a entrevista salientam que o seu bairro era um local calmo, sem problemas e que não tinha “má fama”. No fundo, é esta boa ambiência social conjugada com dificuldades económicas existentes que permite perceber que o desejo de mudar de local de residência enquanto se habitava nos bairros era algo

pouco pensado ou ponderado pelas entrevistadas. De facto, apenas a entrevistada 5 reconhece que tinha algum desejo de sair do bairro e que já estaria com planos para adquirir uma nova habitação fora do âmbito clandestino caso não tivesse sido entretanto realojada. Este desejo que apenas ainda não se tinha concretizado devido a factores financeiros, deve-se não apenas às reduzidas condições de habitabilidade e da “vida de bairro” mas, também, a um constrangimento em viver e dizer que vive num local degradado. Na realidade, esta entrevistada é a única que revela um sentimento de estigma por ter vivido num bairro de génese ilegal, chegando a ocultar o seu local de residência nos seus relacionamentos e interacções sociais exteriores ao bairro. Esta reacção de encobrimento, acaba por ser demonstrativa de uma tentativa de auto-promoção social e uma procura nos seus relacionamentos de uma melhor posição, de modo a não se sentir constrangida ou estigmatizada perante os “outros”, em particular daqueles que residem fora deste contexto residencial clandestino.

Esta estratégia de ocultação com o objectivo de dar uma imagem mais positiva de si e de funcionar como uma promoção social e residencial para o exterior, embora apenas visível nesta entrevistada (mais nenhuma refere que escondia ou tinha vergonha de dizer que residia num bairro degradado) é relevante, no sentido em que demonstra como em meio urbano é mais fácil manipularmos a (nossa) imagem, como a liberdade para efectuar essa manipulação é igualmente maior em virtude de muitos dos nossos relacionamentos (neste caso, essencialmente derivados da situação profissional) se dispersarem e estarem longe do nosso espaço residencial e com pouca probabilidade (ou interesse) de verificarem a veracidade dos factos revelados.

Se é uma realidade que este realojamento potenciou o esvaziamento relacional e um maior isolamento social, também, verificámos que o centramento na nova habitação originou outros cuidados e uma outra motivação para com a nova casa, mais visível nas entrevistadas que residiam em habitações mais precárias. É neste sentido que, com maior ou menor grau de investimento, a aquisição de mobiliários e outros equipamentos foi realizado por quase todas as entrevistadas, considerando que a nova casa merece melhores móveis e outros cuidados. A par disto, também, a realização de algumas obras, estas essencialmente com o intuito de colmatar faltas ou necessidades, são demonstradoras de um interesse na casa e de uma boa apropriação do espaço residencial privado.

Se a valorização da habitação acaba por ser reveladora de um interesse numa boa apropriação desse espaço, ela é, também, reveladora de um estatuto residencial mais elevado, obviamente mais notório em indivíduos que viviam em situações habitacionais precárias anteriormente e que viram na nova casa uma oportunidade única de ascensão residencial. Se é um facto que algumas entrevistadas ao nível da habitação não consideram que ficaram melhor servidas com o realojamento, outras, no entanto, sentem a nova casa como algo que dificilmente poderiam aspirar

“por conta própria”, sendo essas que revelam uma maior satisfação para com ela, considerando-a, de um modo geral, como suficiente para as necessidades e práticas do agregado familiar. É ainda entre as entrevistadas que viviam em habitações com menores condições, que o reconhecimento de que a nova casa é um espaço que permite convidar “outro tipo de pessoas” que não se convidava anteriormente é mais evidente. Se este facto é revelador de que a nova casa está dentro dos padrões médios das habitações urbanas, ele é, igualmente, revelador de uma promoção social através da habitação, reconhecida pela melhoria das condições habitacionais que permitem agora receber visitas sem constrangimentos.

Também o maior esforço financeiro actual, essencialmente devido à renda que se paga, acaba por ser melhor aceite (ou aceite com maior conformismo) pelas entrevistadas que viram as suas condições habitacionais melhorarem. Nestes casos, o esforço financeiro derivado do pagamento da renda é sentido como algo que resulta de uma mudança para melhor. Embora o valor que se paga seja considerado demasiado pela generalidade das entrevistadas, são aquelas que consideravam ter uma boa casa no anterior bairro que demonstram maior descontentamento, pois anteriormente não tinham essa despesa e possuíam uma casa que correspondia aos seus ensejos.

Se sairmos do espaço privado da habitação e nos centramo-nos num contexto residencial mais alargado, isto é, no espaço exterior, então, como já tivemos oportunidade de referir, as relações de amizade, convívios e sociabilidades que existiam no anterior espaço residencial parecem de facto comprometidas com o realojamento. A ausência do espaço do bairro onde todos estavam concentrados num espaço específico e delimitado; o facto deste realojamento ter dispersado antigos vizinhos por várias ruas da Brandoa e realojado outros num bairro de realojamento social (Casal da Boba); e o modelo habitacional pouco estimulante para o desenvolvimento de interações sociais (verticalização habitacional), acabaram de forma conjugada por fazer com que os laços sociais anteriores se tornassem menos intensos actualmente, denotando-se uma diluição dos vínculos de sociabilidades e solidariedades.

Apesar dos novos edifícios terem mantido alguns antigos vizinhos, a realidade é que o realojamento não conseguiu manter o tipo e o estilo de convivialidade anterior, solidificada por muitos anos de convivência e num espaço bastante concentrado (é preciso realçar que essa concentração é um facto a ter em conta, pois os anteriores bairros não eram de grandes dimensões). É neste sentido, que o presente realojamento acabou por originar uma reestruturação das práticas sociais por parte da população afectada, tornando-as menos intensas e no qual os comportamentos relacionais traduziram-se pela passagem de uma lógica colectiva de entreaajuda e convivialidade para uma lógica mais individualizada de maior distanciamento, onde prevalece sobretudo uma ética de cordialidade.

De facto, o maior isolamento social e o maior esvaziamento relacional sentido no pós-realojamento acabou por ser especialmente notório, devido o anterior espaço residencial ser sentido e referenciado de forma positiva, no qual as interacções constantes face-a-face acabavam por potenciar não só o relacionamento e a convivialidade, como, também, permitiam um sentimento de maior segurança e conforto “emocional”, no qual “os outros” estavam mais próximos e mais visíveis. Toda esta positividade não pode ser dissociada de uma (quase) ausência de graves “patologias sociais” nesses espaços, essencialmente as relacionadas com marginalidades e delinquências.

Esta sensação de que os laços sociais estão agora mais enfraquecidos, onde prevalecem as relações face-a-face menos frequentes; onde os encontros são esporádicos e ocasionais; onde o cordial se impõe ao afectivo; e onde falta um espaço próprio, circunscrito e delimitado que possibilite um tipo de vida mais comunitário, são realidades que permitem perceber que a maioria das entrevistadas aceitasse um hipotético realojamento num bairro de habitação social apenas com os habitantes dos anteriores bairros. De facto, esta aceitação, para além de denotar a inexistência de uma convivialidade problemática ou conflitual anterior entre vizinhos, permite concluir que a morfologia do realojamento em “habitat aberto”, onde a noção de bairro com um espaço delimitado é inexistente, acaba por fomentar a distancia física entre antigos vizinhos, e onde a “rua” – espaço que antes do realojamento era o local privilegiado para relacionamentos e o grande congregador das sociabilidades, onde as habitações com saída directa para a rua potenciavam e ajudavam a “moldar” as interacções sociais face-a-face – é observada como um espaço “anónimo” e de “todos”, sendo essencialmente um local de passagem e sem as características (físicas e sociais) que permitam ser um “ponto nodal de interacção social”.

Na realidade, este realojamento ao não permitir (re)criar o “ambiente de bairro” e por oposição favorecer o anonimato, o isolamento social e um maior fechamento sobre o espaço doméstico, acaba, desse modo, por não fazer rejeitar a ideia de um bairro social com a população dos antigos bairros. A ideia de um bairro social nestes moldes surge, porque existe a convicção que um bairro assim iria favorecer a continuidade da expressão relacional anterior. De facto, é a constatação de um esvaziamento relacional actual, uma sensação de dispersão e anonimato, onde é mais difícil encontrar e ser encontrado, ver e ser visto, que permite pensar um bairro social como hipótese para o reagrupamento de toda a população num espaço com limites geográficos definidos, que, desse modo, facilitaria a reposição de determinadas sociabilidades, práticas e rotinas anteriores. O hipotético bairro social ao ser visto como um local que permitiria a concentração vivencial num determinado espaço delimitado, permite concluir que para muita desta esta população o sentimento de comunidade residencial só seria possível se contida num espaço específico (um bairro) onde

todos residissem, possibilitando esse espaço (demarcado) congregar e aglutinar dimensões da vida quotidiana, como, por exemplo, o lazer, o convívio e as redes de relações sociais.

Não sendo o actual realojamento efectuado em locais com “maus ambientes”, que façam transparecer sentimentos de insegurança e receios impeditivos de uma boa apropriação do espaço exterior, ou que exista uma relação conflitual grave entre vizinhança (se essa relação conflitual fosse visível ou pronunciada, a hipótese de um bairro social com a população realojada não seria possivelmente tão bem aceite), então será o “efeito específico do espaço” e a ausência das especificidades do(s) espaço(s) residencial(ais) anterior(es) que fazem com as interacções sociais sejam agora menores, contribuindo esse facto para um maior esvaziamento relacional.

A falta de um espaço físico bem definido, onde a utilização do espaço exterior permita a reprodução das anteriores práticas e relacionamentos, surge como a principal causa para a “desorganização” dos laços sociais de tipo comunitário para a maioria desta população, que no actual realojamento vê as redes de sociabilidades distendidas num modelo de habitar, que no fundo reproduzem e enquadram-se no modelo dominante de apropriação do espaço urbano, no qual o “localismo” e as reduzidas mobilidades quotidianas perdem preponderância em favor da dispersão e desconcentração geográfica. Este realojamento em “continuum urbano”, faz emergir um “modelo de habitar” onde a possibilidade de uma maior multiplicidade de relações não tão concentradas no espaço próximo é mais evidente, como mais evidente é a possibilidade de maior mobilidade espacial e de escolhas no que se refere aos espaços de lazer e consumo. Também a maior dispersão no espaço das actividades e o maior centramento no espaço doméstico acabam por ser características do presente realojamento e que são, igualmente, características dominantes em contexto urbano.

Estas características que o realojamento faz emergir, ao contrapor-se aos hábitos e práticas vivenciais anteriores, onde o centramento no local de residência para além de potenciar sociabilidades mais constantes e intensas não atribui uma importância tão evidente à dispersão e à mobilidade, acaba por deixar espaço à ideia que um bairro social poderia ser um local capaz de reagrupar e manter formas de sociabilidades e estilos de vida semelhantes aos anteriores.

Se a morfologia e o modelo habitacional é um dos responsáveis pelo desmantelamento de antigas relações de vizinhança, também a ausência actualmente das pequenas hortas e da criação de animais que existiam no anterior espaço residencial, são um factor que inibe a existência de relacionamentos. Estas actividades “rurais” para além de terem uma função subsidiária do rendimento familiar, tinham, igualmente, uma função social, no sentido que potenciavam as solidariedades e as sociabilidades entre vizinhos. O hábito de se ir pedir a uma vizinha um determinado bem que não se tinha em casa (não apenas produtos derivados desse “espaço rural”,

mas também outros como arroz, sal, azeite,...) para além de reforçar o espírito de entreatada e as interdependências, acabava por estimular os contactos e as interações. A não existência desta especificidade “rural” actualmente, como o facto de os encargos financeiros actuais serem maiores e essa situação originar uma maior retracção nesses pedidos, ou ainda a maior proximidade actualmente de lojas e supermercados, são algumas das razões explicativas para que essas trocas sejam agora pouco frequentes.

Na realidade ao longo do trabalho observámos a importância do espaço no que se refere às sociabilidades, pois acabamos por verificar, através dos discursos da maioria das entrevistadas, que o conceito de bairro surge como um espaço plenamente identificável não apenas devido aos limites geográficos mas, também, pelo tipo de sociabilidades e interações que surgem no seu interior. O “habitat aberto” do actual realojamento ao tornar os limites geográficos menos identificáveis e o facto do próprio realojamento dispersar-se por algumas ruas de uma malha urbana já existente, no qual vivem outras pessoas (que não se conhecem), acaba por contrariar todo o “sistema vivencial” anterior, concentrado num espaço perfeitamente identificável ao nível geográfico e estável ao nível dos relacionamentos e convívios.

Se morfologia e o modelo habitacional do realojamento, como a ausência de especificidades do anterior, acabam por ter grande influência na alteração das sociabilidades, a realidade é que o “modelo de habitar” emergente - no qual os relacionamentos são menos intensos e menos constantes e no qual o “espaço público” não tem a importância do anterior, sendo o seu uso essencialmente circunstancial -, acaba por ser “alavancado” pelo facto dos prédios do realojamento estarem em ruas onde já residiam outras pessoas. Esta miscigenação é reconhecida pelas entrevistadas como uma realidade que obrigou a uma alteração de certos comportamentos, maneiras de estar e de falar que eram frequentes e naturais no anterior espaço residencial. Comportamentos e modos de estar que eram resultado de uma informalidade vivencial nesses espaços, que ao se fecharem sobre si potenciam um “à vontade” e uma “familiaridade” entre os seus residentes que o novo contexto residencial não potencia ou premeia

O realojamento ao exponenciar um “modelo de habitar” mais próximo do “modo de vida urbano” acaba por esvaziar o estilo de vida anterior, mais comunitário e informal, em favor de uma maior privacidade e de uma lógica mais individualizada de distanciamento, onde a ética da cordialidade acaba por ser o modo de relacionamento dominante.

Se é verdade que a morfologia do realojamento é por si só um factor para a alteração de hábitos e práticas relacionais anteriores, a verdade é que acabámos também por concluir que a procura de uma imagem positiva e respeitável perante a vizinhança que já residia nesses locais é uma das razões para a alteração de certos comportamentos que são reconhecidos como não sendo

consentâneos com o local onde se habita actualmente. Ou seja, existe uma percepção que alguns comportamentos mais informais que se tinham anteriormente devem agora ser evitados, pois não se enquadram no novo contexto residencial. Este novo espaço residencial vai exigir aos indivíduos realojados práticas e comportamentos sociais diferentes dos anteriores, onde se procura adoptar comportamentos, condutas e modos de estar que se enquadrem nos padrões comuns à maioria e às expectativas do grupo residencial onde se está inserido. Ora, esta tentativa de se inserir o melhor possível no novo espaço residencial, procurando fornecer e obter uma boa imagem das suas pessoas, acaba por ser, igualmente, uma razão para o actual maior esvaziamento relacional, pois a necessidade em adaptar-se ao “modelo vivencial dominante” acaba por inibir certos comportamentos e hábitos mais informais, que para além de serem dominantes nos anteriores espaços residenciais, ajudavam à existência de sociabilidades mais intensas.

O actual espaço residencial no qual o “modelo vivencial” privilegia o espaço doméstico / familiar, onde a ética residencial acente num maior distanciamento origina, na maioria das vezes, interações relacionais mínimas e no qual o (bom) vizinho deve evitar a presença constante, sem motivos de maior no espaço exterior, acabou por ajudar a afastar emocionalmente alguma da antiga vizinhança e a tornar os relacionamentos mais circunstanciais.

Na verdade, se o realojamento afastou e dispersou espacialmente anteriores vizinhanças é, também, verdade que ele deixou para trás um “espaço físico” e “psicológico” que permitia um modelo residencial mais informal e familiar e para o qual a “rua” muito contribuía, funcionando, como já observámos, como um prolongamento da habitação onde se passava e estava muitas vezes. Era como uma “divisão comum”; o espaço privilegiado para as interações e convívios.

Concluimos, então, que uma das razões para o actual esvaziamento relacional ficou a dever-se a uma tentativa de demonstrar que a população realojada eram pessoas com práticas vivenciais e estilos de vida semelhantes a quaisquer outros indivíduos e não pessoas com comportamentos e práticas conotadas com pessoas de “barracas”. Esta procura de passar uma imagem positiva e que se enquadrasse nos padrões e expectativas do grupo de residência acontece em parte, porque o realojamento ao ser efectuado numa malha urbana consolidada, onde viviam já outros indivíduos, obrigou à construção de uma identidade positiva por parte da população realojada. Esta necessidade acabou por tornar-se mais premente, pois este realojamento social ao ser edificado em ruas conjuntamente com alojamentos do mercado privado fez emergir algum descontentamento e desconfiança por parte de alguns moradores que habitavam nesses locais. Ou seja, esta miscigenação habitacional fez despoletar alguma negatividade inicial para com esta edificação social, em particular, porque de uma forma geral este tipo de alojamento não é bem aceite próximo de quem habita no mercado habitacional privado. Esta realidade, na qual alguma vizinhança

demonstrou uma certa insatisfação ao saber que iriam viver nas “suas ruas” indivíduos oriundos de bairros clandestinos, acabou por deixar na população realojada estigmas e representações negativas sobre as suas pessoas que procuraram ser “desmistificados” através das práticas vivenciais e interacções sociais desenvolvidas no quotidiano pós-realojamento. Ou seja, através dessas práticas vivenciais enquadradas nas expectativas do grupo de residência, a população realojada procura no dia-a-dia reivindicar uma determinada imagem e identidade social positiva que não deixe grande espaço a uma desvalorização e desclassificação perante os outros. Algo, que segundo as entrevistadas parece conseguido, pois actualmente as desconfianças e receios que poderiam existir inicialmente já não existem, pois conseguiram provar ser pessoas dignas e com comportamentos idênticos à restante vizinhança. No fundo, existe uma convicção de terem conseguido demonstrar ser portadores de padrões comportamentais, que se coadunam e enquadram com as expectativas do grupo de residência.

Esta procura diária de mostrar uma imagem de “gente de bem”, com o objectivo de conquistar a confiança e consideração da vizinhança, acontece, porque existe uma representação negativa generalizada, quer sobre os bairros degradados, como sobre os bairros de realojamentos sociais, sendo essa construção o resultado de notícias, relatos e estórias negativas sobre esses espaços e sobre quem neles habita, tornando-os, por esse facto, em espaços estigmatizados e socialmente desvalorizados.

Se é verdade que os comportamentos, as atitudes e as práticas que as entrevistadas procuraram transmitir foram no sentido de remover estigmas que poderiam existir sobre elas (sobre o grupo como um todo), é verdade, também, que existiu uma preocupação em não se ser confundido com indivíduos oriundos de bairros “mal afamados”. Esta tentativa de distinção relativamente a outros bairros é muito evidente nas entrevistadas e, por isso, também, uma razão muito importante para se preferir o actual realojamento disperso a um realojamento num bairro de habitação social. Tal como tínhamos verificado anteriormente, a ideia de um realojamento num bairro social com a população dos dois bairros clandestinos era bem aceite, pois para além de potenciar o reagrupamento num espaço concentrado, esse reagrupamento seria realizado com uma população que se conhece, gosta e que não revela comportamentos desviantes que pudessem por em causa a imagem do espaço residencial e/ou do grupo. Ou seja, o estigma do bairro social não seria sentido por parte das entrevistadas, exactamente porque o grupo de residência ao não ter “elementos perturbadores” não iria desenvolver uma imagem negativa de modo a estigmatizar, quer o espaço em si, como quem nele residisse.

A grande vantagem do actual realojamento para as entrevistadas, é exactamente o facto de não terem ido viver para um bairro de realojamento social conjuntamente com indivíduos vindos de

outros bairros clandestinos e degradados (como sucedeu com outros antigos vizinhos de bairro), pois se é verdade que consideram que os seus bairros tinham uma ausência de problemas anómicos, existe a percepção que esses problemas existem com alguma intensidade noutros bairros e que os elementos que os perpetuam vão depois ser realojados nesses bairros sociais, tornando-os não só inseguros no seu interior, como “mal afamados” e com uma representação social negativa no exterior.

Na realidade, a boa ambiência social que existia nos anteriores espaços residenciais, bem como a ideia que eles não eram “mal afamados” ou “mal falados” por quem vivia próximo ou os conhecesse, origina todo um conjunto de representações positivas para com esses espaços, fazendo, esse facto, com que um bairro de realojamento social não seja do agrado para todas as entrevistadas. O saber-se que os bairros de realojamento social são receptores (também) de indivíduos que desenvolvem comportamentos desviantes e que são oriundos de vários bairros clandestinos com má fama, acaba por tornar indesejável esses espaços de realojamento, considerando-os pouco seguros e pouco prestigiantes para as suas pessoas. Embora reconhecendo que nesses bairros vivem boas pessoas – “honestas” e “trabalhadoras”, tal como se consideram as entrevistadas – a verdade é que existe uma percepção muito evidente que nesses espaços residem, também, um tipo de indivíduos que ao desenvolverem um estilo de vida intimamente ligado à marginalidade e delinquência acabam por desprestigiar esses bairros, bem como todos que neles residem. Ou seja, a “carga negativa” que muitos bairros sociais carregam é sentida como algo que facilmente se cola a todos os seus habitantes, que por residirem nesses espaços acabam por assimilar essa imagem social negativa, arriscando uma imagem de marginal ou delinquente. Existe uma percepção (e um receio) evidente que as avaliações negativas ao atingirem os bairros vão, igualmente, atingir e estigmatizar todos os seus residentes.

Esta representação sobre os bairros de realojamento, ao contrariar a imagem e a avaliação que é feita do anterior espaço residencial, reflecte a ideia que residir num bairro social é absorver uma identidade negativa e estigmatizada, algo que o actual realojamento não deixa transparecer. A ideia que o local onde se habita actualmente não tem grandes problemas relacionados com marginalidades, bem como a morfologia do próprio realojamento - disperso pelas ruas da Brandoa, lado-a-lado com habitações “não sociais” – são factos que permitem não conferir uma negatividade que estigmatize de forma tão evidente a população realojada. Esta miscigenação através do alojamento permite verificar uma dupla vantagem social para esta população; a primeira, que este realojamento não coloca as pessoas num espaço com um “ambiente social” negativo, problemático e estigmatizante, algo muito sentido em contextos de bairros de realojamento social; segundo, a disseminação dos alojamentos sociais pela freguesia impede a construção de uma imagem negativa

do espaço residencial, como dos indivíduos que nele habitam, pois não permite uma identificação imediata do que é social (habitações) e quem são os realojados (indivíduos). Este facto, segundo algumas entrevistadas, permite nem ter que dizer que se vive em edifícios camarários. Assim, o realojamento efectuado desta forma possibilita não só uma demarcação mais facilitada do estigma como, também, reivindicar mais facilmente uma imagem positiva das suas pessoas. Situação que é reconhecida como mais difícil caso se residisse em locais com uma representação social negativa, como é o caso dos bairros de habitação social. De facto, o não ter que se dizer que se vive num bairro social surge como uma vantagem social, que para além de facilitar uma construção identitária positiva, permite fugir do estigma e da segregação social que parecem votados os residentes dos bairros de habitação social.

Este realojamento disperso parece, na realidade, mais eficaz no que se refere à construção de uma imagem pública positiva, pois a ideia que existe relativamente à facilidade com que se rotula negativamente os bairros de realojamento não é tão evidente neste realojamento. Na verdade, este realojamento é sentido de maneira positiva, pois para além de ter evitado a vivência num bairro social com indivíduos oriundos de outros bairros degradados e a possibilidade de se residir num “espaço de anomia social”, inseguro e estigmatizado, ele permite dissimular a sua condição de “social” ao diluir-se na freguesia da Brandoa. A difícil identificação imediata dos alojamentos sociais surge como uma vantagem social, pois fornece uma sensação de igualdade entre residentes e impede algum do eventual constrangimento derivado da condição de se viver num alojamento social. Este realojamento, pelo facto de estar inserido em ruas que não foram construídas especificamente para o efeito e por estar lado-a-lado com habitações do mercado privado permite não ter que dizer que se reside num alojamento de cariz social ou num bairro social, o que faz depreender que este realojamento possibilita um determinado estatuto residencial e social, pois o poder dizer que se vive na Brandoa, como qualquer outro indivíduo que viva na freguesia, contrasta com a rápida “rotulagem” e o estatuto desvalorizado que de uma maneira geral é conferido a quem reside num bairro de realojamento social. Ou seja, verificamos que o valor do alojamento (neste caso social) não depende apenas da sua forma, arquitectura ou qualidade mas, também, do local onde ele está inserido. Neste caso, uma das mais-valias é exactamente os alojamentos não serem num bairro de realojamento construído especificamente para o efeito.

Concluimos, portanto, que este realojamento parece fornecer uma condição social à população realojada que não a faz sentir inferiorizada ou estigmatizada devido ao facto de residir em alojamentos sociais. Aliás, esta questão do estigma relativamente ao espaço do alojamento é particularmente sensível para as entrevistadas, visto que, de um modo geral, elas não sentiam esse estigma relativamente ao anterior espaço residencial, apesar de este ser um espaço degradado e

desqualificado, pelo que podemos concluir que o “espaço físico” embora possa ser mais qualificado no pós-realojamento pode, no entanto, ser estigmatizante pelo facto do “ambiente social” reflectir uma marginalidade que para além de tornar esse espaço pouco aprazível ou de apropriação positiva, fornece uma imagem social negativa no seu exterior. A percepção da existência de um bom “ambiente social” no anterior espaço residencial acaba por ser um factor muito importante para que a possibilidade de se viver num bairro social conjuntamente com pessoas oriundas de outros bairros não seja bem aceite, mesmo que o actual realojamento tenha desmantelado a anterior “unidade de vizinhança” e causado o enfraquecimento das sociabilidades.

Na realidade, o actual realojamento por não ser num bairro social e por ter sido apenas realizado com a população de dois bairros clandestinos (não problemáticos) permite um nível de satisfação para com ele, que parece compensar a ausência do estilo de vida comunitário e de certa forma informal que existia antes do realojamento.

Mais do que fazer diluir alojamentos sociais, este realojamento permite, de alguma forma, tornar menos visível estigmas e representações sociais negativas sobre espaços de realojamento e sobre quem neles reside, não fazendo uma identificação imediata do que é social. Deste modo, a disseminação do alojamento social em meio urbano, acaba por ser sentida como uma vantagem social, ou uma promoção social, relativamente a uma eventual vivência num bairro de realojamento social.

Como foi visível ao longo da investigação, este realojamento ganha uma dimensão positiva quando comparado com os realojamentos em bairros sociais. As ideias e as representações que as entrevistadas manifestam relativamente a esse tipo de bairros acabam por se enquadrar no “perfil-tipo” das problemáticas desses espaços, ou seja, se alguns dos problemas dos bairros de realojamento estão intimamente relacionados com a concentração excessiva de problemas sociais, afectando esses problemas o seu “ambiente interno” e potenciando uma desvalorização social desses espaços residenciais, também a segregação espacial e a monofuncionalidade residencial excessiva são razões para tornar essa desvalorização mais evidente. De facto, este realojamento ao situar-se num “continuum urbano” e por isso não revelar uma segregação espacial relativamente a serviços, transportes ou comércio, acaba por satisfazer, de um modo geral, as entrevistadas que, deste modo, sentem o realojamento como uma mais-valia no que se refere à sua “centralidade”. O estar relativamente próximo de tudo além de valorizar o realojamento no sentido de não fazer pronunciar um sentimento de segregação ou exclusão relativamente ao “centro urbano”, cria, igualmente, um sentimento e sensação de igualdade. Viver junto “dos outros”, que não apenas a população realojada, e aceder com a mesma facilidade (ou dificuldade) a serviços e equipamentos próximos

provoca um sentimento positivo, pois tudo o que existe – de melhor ou pior – é idêntico para todos os habitantes.

Potenciando um sentimento de igualdade, o realojamento impede, de certa forma, a estigmatização e a identificação do “objecto social”, isto é, o próprio realojamento, originando este facto aquilo que designamos por “positividade integradora”. O local do realojamento, não sendo um bairro edificado especificamente para o efeito, acaba por “democratizar” quer a existência e a ausência de serviços e infra-estruturas, bem como eventuais comportamentos, que considerados desviantes, acabam por não ser um fenómeno derivado do realojamento social, mas realidades “normais” que acontecem na Brandoa, como em outras freguesias ou localidades.

Como já demos conta, este realojamento criou um “modelo de habitar” no qual a ética residencial de distanciamento se sobrepõe à intimidade relacional e as relações de vizinhança se baseiam nas interacções mínimas, onde o espaço exterior não deverá ter um uso excessivo no sentido de se estar nesse espaço sem grandes motivos. A não existência actualmente de um espaço físico e “psicológico” que permita a existência de um modelo relacional mais familiar e informal a par, obviamente, da dispersão espacial das pessoas, parece ser o factor primordial para que as sociabilidades se tenham tornado menos intensas e mais esporádicas. Mas se isto parece ser verdadeiro, para mais quando ao longo do trabalho deparámos com uma “identidade de grupo” positiva e coesa relativamente ao grupo residencial que formava o(s) bairro(s) clandestino(s), então poderemos afirmar que o “efeito espaço” será grande razão para o actual esvaziamento relacional, para mais quando não demos conta de situações graves ou conflituosas entre vizinhos, quanto muito alguns reparos no que se refere ao desrespeito pelas normas de higiene relativamente ao espaço comum dos prédios. Mas se o “modelo do realojamento” parece ser sem dúvida a grande razão para o esvaziamento relacional, algumas entrevistadas referem que algumas das antigas vizinhas modificaram a sua “maneira de ser” após o realojamento. Esta mudança sentida, basicamente, através de um evitamento relacional, é justificada devido à aquisição de uma nova casa. Ou seja, o passar-se de uma casa com reduzidas condições habitacionais para uma com melhores condições fez com que algumas das antigas vizinhas se tornassem “mais importantes”.

Se podemos observar um certo tom acusatório nas observações a este tipo de atitudes ou comportamentos, podemos, também, depreender que estas atitudes de um certo evitamento perpetuado por alguma da população realojada, poderá significar uma demonstração de valor de prestígio que surge derivado da aquisição de uma habitação e que vem ao encontro de aspirações estatutárias. O novo alojamento acabando por servir de mecanismo de promoção social para alguma da população, parece concorrer, também, para a emergência da nova ética residencial, mais distante e formal. O evitamento relacional referenciado, poderá ser interpretado como um modo de ver

reconhecido o novo estatuto, conseguido através da aquisição de uma nova habitação. Neste contexto, a nova casa podendo ser sentida como uma oportunidade de promoção social poderá levar a estratégias de demarcação, que propiciam relacionamentos menos próximos e intensos com anteriores conhecimentos.

Esta realidade relacional emergente no pós-realojamento significa, então, que a questão estatutária poderá, de certa forma, propiciar o enfraquecimento das sociabilidades.

Este realojamento embora tenha feito emergir uma nova realidade relacional muito diferente da vivida anteriormente no antigo espaço residencial, parece-nos, no entanto, um realojamento positivo quanto à sua disseminação em meio urbano. Num momento em que muito se tem debatido sobre os diversos problemas que afectam a globalidade dos bairros de habitação social, os quais fizemos referencia ao longo do trabalho, este realojamento por nós analisado, surge como uma experiência, não diremos inovadora, mas pelo menos diferente do modelo dominante de realojamento. Os resultados obtidos neste trabalho, permitem-nos afirmar que este tipo de realojamento é uma alternativa válida aos tradicionais bairros de habitação social. Esta constatação, permite-nos perguntar, porque não se executa este tipo de realojamento mais vezes? Em primeiro lugar, deveremos pensar que alguma da eficácia (dizemos alguma, porque nos parece exagerado afirmar que este realojamento é totalmente eficaz) que identificamos neste realojamento, não permite inferir que ele seja eficaz para outras populações a realojar, ou até do seu agrado. Mas para além desta questão, a resposta irá, certamente, mais além da “questão social”, para entrar na “questão económica”, pois fazer alojamentos sociais de forma dispersa por ruas já urbanizadas será mais dispendioso que fazê-los num espaço circunscrito e planificado para tal, pois essas ruas já urbanizadas e “conquistadas” pelo mercado privado de habitação tornam-se mais valorizadas, tanto economicamente, como socialmente, sendo, de um modo geral, o valor do solo nesses espaços mais elevado e especulativo. Outra razão que surge relacionada com a anterior, é que o “espaço residencial” construído pelos privados é automaticamente dotado de um determinado valor “simbólico” e monetário que ao indexar-se, em principio, a localizações socialmente valorizadas e funcionalmente desejáveis torna-o num espaço que não deverá permitir nas proximidades um tipo de habitação desvalorizada socialmente, como é o caso da habitação social. De facto, com uma qualidade e uma arquitectura que, geralmente, prima pela qualidade reduzida, estes alojamentos, bem como quem neles residem, acabam por serem indesejáveis próximos dos alojamentos do mercado privado. O valor estatutário reduzido, fortemente indexado a problemas sociais variados que atingem parte da sua população, tornam a edificação residencial social pouco, ou nada, compatível com a edificação residencial privada.

Julgamos que estas serão, possivelmente, as principais razões para que realojamentos como este não sejam mais efectivos. Será sempre mais fácil, quer economicamente, quer logisticamente, quer ainda por razões estatutárias e de prestígio do “espaço residencial”, continuar a construir alojamentos sociais em espaços próprios, criados e planeados para esse fim. Deste modo, o bairro de habitação social continuará, pelo menos por agora, a ser o modelo dominante de realojamento, sendo este realojamento disperso apenas um “facto marginal” que deixou, no entanto, observar algumas qualidades e virtudes que não deverão ser desprezadas no contexto dos realojamentos sociais.

Bibliografia

- Almeida, Paula (1994), “A Habitação: A produção de um conceito”, *Sociedade e Território*, nº20, Edições Afrontamento, Porto.
- Antunes, Maria (2001), “Bairros e contextos locais. Estrela D’África, um bairro de fronteiras?” in Pinheiro, Magda e Baptista, Luís Vicente, *Cidade e Metrópole*, Celta Editora, Oeiras.
- Baptista, Luís Vicente (1999), *Cidade e Habitação Social*, Celta Editora, Oeiras.
- Bonvalet, Catherine; Fribourg, Anne-Marie (Org.) (1988), *Stratégies Résidentielles*, INED, Paris.
- Bourdieu, Pierre (1979), *La distinction*, Minuit, Paris.
- Bourdieu, Pierre (1982), *Leçon sur la leçon*, Minuit, Paris.
- Bourdieu, Pierre (1987), *Choses Dites*, Minuit, Paris.
- Capucha, Luís (1998), “Pobreza, Exclusão Social e Marginalidades” in Viegas, José; Costa, Firmino (Org.), *Portugal que modernidade?*, Celta Editora, Oeiras.
- Cardoso, Abílio (1996), *Do desenvolvimento do planeamento ao planeamento do desenvolvimento*, Coleção Cidade em Questão,10, Edições Afrontamento, Porto.
- Cardoso, Ana (1993), *A outra face da cidade – pobreza em bairros degradados de Lisboa*, Câmara Municipal de Lisboa.
- Cardoso, Ana e Perista, Heloísa (1994), “A cidade esquecida. Pobreza em bairros degradados de Lisboa”, *Sociologia, Problemas e Práticas*, nº15, Celta Editora, Oeiras.
- Castells, Manuel (2000) [1972], *A Questão Urbana*, Editora Paz e Terra, São Paulo.
- Coelho, António Baptista (1994), “É preciso integrar a «Habitação Social» na continuidade urbana”, *Sociedade e Território*, nº 20, Edições Afrontamento, Porto.
- Coelho, António Baptista (1998), “Apropriação e satisfação residencial”, *Sociedade e Território*, nº 25, 26, Edições Afrontamento, Porto.
- Costa, Alfredo Bruto da (1998), *Exclusões Sociais*, Cadernos Democráticos, nº2, Grádiva, Lisboa.
- Costa, António Firmino da (1994), “Entre o Cais e o Castelo: Identidade Cultural num Tecido Social Inegalitário”, *Revista Critica de Ciências Sociais*, nº14, Coimbra.

- Costa, António Firmino da e Cordeiro, Graça (2001), “«Lugares fractais» no tecido social Metropolitano”, in Pinheiro, Magda e Baptista, Luís Vicente, *Cidade e Metrópole*, Celta Editora, Oeiras.
- Diogo, Fernando (1999), “Um bairro problema”, *Fórum Sociológico*, nº1/2 (IIª série), Instituto de Estudos e de Divulgação Sociológica /UNL.
- Ferreira, António Fonseca (1984), “Crise do alojamento e construção clandestina em Portugal”, *Sociedade e Território*, nº1, Edições Afrontamento, Porto.
- Ferreira, António Fonseca (1987), *Por uma Nova Política de Habitação*, Coleção Cidade em Questão, 7, Edições Afrontamento, Porto.
- Ferreira, António Fonseca (1994), “Habitação Social: Lições e Prevenções para o PER”, *Sociedade e Território*, nº20, Edições Afrontamento, Porto.
- Fisher, Claude (1975), “Toward a subcultural theory of urbanism”, *American Journal of Sociology*, nº80.
- Fortuna, Carlos (1997), *Cidade, Cultura e Globalização*, Celta Editora, Oeiras.
- Freitas, Maria João (1994), “Os Paradoxos do Realojamento”, *Sociedade e Território*, nº20, Edições Afrontamento, Porto.
- Freitas, Maria João (1998), “Pensar os espaços domésticos em contextos de realojamento”, *Sociedade e Território*, nº 25, 26, Edições Afrontamento, Porto.
- Gans, Herbert (1962), *The Urban Villagers*, Free Press, New York.
- Gans, Herbert (1972), *People and Plans. Essays on Urban Problems and Solutions*, Penguin Books, Londres.
- Gaspar, Jorge (1989), “Aspectos da urbanização ilegal nos países mediterrâneos da O.C.D.E.”, in Rodrigues, C. Macedo; Guerra, Isabel; Cabral, João *et al*, *Clandestinos em Portugal*, Col. Horizonte Universitário, 50, Livros Horizonte, Lisboa.
- Ghiglione, Rodolphe e Matalon, Benjamim (1997), *O Inquérito*, Celta editora, Oeiras.
- Giddens, Anthony (1994), *Modernidade e Identidade Pessoal*, Celta Editora, Oeiras.
- Golany, Gideon (1985), *Planificación de Nuevas Ciudades – Principios y Prácticas*, Limusa, Ciudad do México.
- Goffman, Erving (1988), *Estigma. Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*, Editora Guanabara, Rio de Janeiro.
- Goffman, Erving (1989), *A Representação do Eu na vida quotidiana*, Vozes, Petrópolis.
- Grafmeyer, Yves (1995), *Sociologia Urbana*, Europa-América, Mem-Martins.

- Gros, Marielle Christine (1994), “«Pequena» História do Alojamento Social em Portugal”, *Sociedade e Território*, nº20, Edições Afrontamento, Porto.
- Guerra, Isabel e Matias, Nelson (1989), “Elementos para uma análise sociológica do movimento clandestino”, in Rodrigues, C. Macedo; Guerra, Isabel; Cabral, João *et al*, *Clandestinos em Portugal*, Col. Horizonte Universitário, 50, Livros Horizonte, Lisboa.
- Guerra, Isabel (1994), “As pessoas não são coisas que se ponham em gavetas”, *Sociedade e Território*, nº20, Edições Afrontamento, Porto.
- Guerra, Isabel (1997), “Um olhar sociológico sobre o alojamento”, *Sociologia, Problemas e Práticas*, nº24, Celta Editora, Oeiras.
- Guerra, Isabel (1998), “Grupos sociais, formas de habitat e estrutura do modo de vida”, *Sociedade e Território*, nº25, 26, Edições Afrontamento, Porto.
- Keller, Suzanne (1975), *El Vecindario Urban*, Siglo XXI, Madrid.
- Ledrut, Raymond (1977), *L’Espace en Question*, Anthropos, Paris.
- Ledrut, Raymond (1979), *La révolution cachée*, Casterman, Paris.
- Lewis, Oscar (1979)[1961], *Os Filhos de Sanchez*, Moraes Editora, Lisboa.
- Machado, Fernando Luís (1985), “As Práticas de Sociabilidade em Queluz Ocidental”, *Sociedade e Território*, nº3, Edições Afrontamento, Porto.
- Mela, Alfredo (1999), *A Sociologia das Cidades*, Editorial Estampa, Lisboa.
- Mozzicafreddo, Juan (2000), *O Estado-Providência e Cidadania em Portugal*, Celta Editora, Oeiras.
- Paiva, Flávio (1997), “Situação de pobreza em habitat urbano degradado”, in Barros, Pestana Carlos e Santos, Gomes J.C. (Org.), *A habitação e a reintegração social em Portugal*, Editorial Vulgata, Lisboa.
- Paugham, Serge (1991), *La disqualification Sociale. Essai sur la Nouvelle Pauvreté*, PUF, Paris.
- Peraldi, Michel; Forest, Cathrerine (Org.) (1992), “Le Sens des Trajectoires. Bilan d’un Programme de Recherche sur l’Habitat”, *Espaces et Familles*, nº23,24.
- Pinto, Teresa Costa (1994), “Apropriação do Espaço em Bairros Sociais: O gosto pela casa e o desgosto pelo bairro”, *Sociedade e Território*, nº20, Edições Afrontamento, Porto.
- Pinto, Teresa Costa (1998), “Modelos de habitat, modos de habitar: o caso da construção clandestina do habitat”, *Sociedade e Território*, nº25, 26, Edições Afrontamento, Porto.

- Pinto, Teresa Costa e Gonçalves, Alda (2001), “Os Bairros Sociais Vistos por si Mesmos. Actores, Imagens Públicas e Identidades”, *Cidades. Comunidades e Territórios*, nº3, CET, ISCTE, Lisboa.
- Portas, Nuno (1995), “Breves comentários ao debate sobre o PER”, *Sociedade e Território*, nº21, Edições Afrontamento, Porto.
- Rémy, Jean (1987), “Bilans et Tendences de la sociologie Urbaine de Langue Française depuis 1945”, *Espaces et Sociétés*, nº 48,49, Paris.
- Rémy, Jean e Voyé, Liliane (1981), *Ville, Ordre et Violence. Formes Spatiales et Transaction Social*, PUF, Paris.
- Rémy, Jean e Voyé, Liliane (1994), *A Cidade: Rumo a uma nova Definição?*, Edições Afrontamento, Porto.
- Rodrigues, C. Macedo (1989), “Eficiência e equidade na produção de um espaço clandestino”, in Rodrigues, C. Macedo; Guerra, Isabel; Cabral, João *et al*, *Clandestinos em Portugal*, Col. Horizonte Universitário, 50, Livros Horizonte, Lisboa.
- Ruquoy, Danielle (1997), “Situação de entrevista e estratégia do entrevistador”, in Albarello, Luc; Digneff, Françoise; Hiernaux, Jean-Pierre; Maroy, Cristian; Ruquoy, Danielle ; Saint-Georges, Pierre, *Práticas e Métodos de Investigação em Ciências Sociais*, Grádiva, Lisboa.
- Salgueiro, Teresa Barata (1977), “Bairros clandestinos na periferia de Lisboa”, *Finisterra*, Vol. XII, 23, Lisboa.
- Salgueiro, Teresa Barata (2000), “Fragmentação e exclusão nas metrópoles”, *Sociedade e Território*, nº30, Edições Afrontamento, Porto.
- Salgueiro, Teresa Barata (2001), *Lisboa, Periferia e Centralidades*, Celta Editora, Oeiras.
- Santos, Boaventura Sousa (1982), “O Estado, o direito e a questão urbana”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº9, Coimbra.
- Santos, Boaventura Sousa (1993), “O Estado, as relações salariais e o bem-estar social na semiperiferia: o caso português ”, in Santos, Boaventura S. (Org.) *Portugal: Um Retrato Singular*, Edições Afrontamento, Porto.
- Savage, Mike e Warde, Alain (2002), *Sociologia Urbana, Capitalismo e Modernidade*, Celta Editora, Oeiras.
- Serra, Nuno (2002), *Estado, Território e Estratégias de Habitação*, Quarteto Editora, Coimbra.
- Soares, Luís Bruno (1984), “Urbanização clandestina e política urbana”, *Sociedade e Território*, nº1, Edições Afrontamento, Porto.

Soares, Luís Bruno *et al* (1985), “Urbanização clandestina na área metropolitana de Lisboa”, *Sociedade e Território*, nº3, Edições Afrontamento, Porto.

Tonnies, Ferdinand (1979), *Comunidad y Association*, Península, Barcelona.

Valentine, Charles A.(1969), *Culture and Poverty. Critique and Counter-Proposals*, University of Chicago, Chicago.

Vilaça, Eduardo (2001), “O «Estado da Habitação». Medidas sem Política num País Adiado”, *Cidades. Comunidades e Territórios*, nº3, CET, ISCTE, Lisboa.

Villanova, Roselyne (2001), “Novas Sociabilidades e Miscigenação Urbana”, *Cidades. Comunidades e Territórios*, nº2, CET, ISCTE, Lisboa.

Weber, Max (1989), “Classes, Status e Partidos”, in Braga da Cruz, M. (Org.), *Teorias Sociológicas*, Vol.1, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa.

Wellman, Barry e Leighton, Barry (1981), “Réseau, quartier et communauté. Préliminaire a l'étude de la question communautaire”, *Espaces et Sociétés*, nº38-39, Paris.

Wright, Louis (1956), *The Ghetto*, University of Chicago Press, Chicago.

Young, Michael e Willmott, Peter (1983), *Le village dans la ville*, Centre Georges Pompidou, Paris.

